

**ESCRITOS DE TEORIA
MARXISTA DA POLÍTICA E
DA SOCIOLOGIA NUM
CONTEXTO IMPERIALISTA**

**Gonzalo Adrián Rojas
Janaina Freire dos Santos
(Organizadores)**

Gonzalo Adrián Rojas
Janaina Freire dos Santos
(Organizadores)

**ESCRITOS DE TEORIA MARXISTA
DA POLÍTICA E DA SOCIOLOGIA
NUM CONTEXTO IMPERIALISTA**



Campina Grande - PB
2024

Os direitos desta edição são reservados à EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

E74 Escritos de teoria marxista da política e da sociologia num contexto imperialista / Gonzalo Adrián Rojas, Janaina Freire dos Santos (organizadores). – Campina Grande: EDUFCG, 2024. 326 p. : il. color.

ISBN 978-85-8001-282-8

1. Estado. 2. Governos. 3. Luta de Classe. 4. Crise Capitalista. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Santos, Janaina Freire dos. III. Título.

CDU 321(083)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE–EDUFCG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Diretor EDUFCG

Simone Cunha
Revisão Português

Gonzalo Adrián Rojas
Revisão Espanhol

João Vitor Pereira da Silva / Yasmine Lima
Diagramação

Kleiton Wagner Nogueira | Obra "Pintura construtiva" do pintor uruguaio Joaquín Torres García. Ano: 1929
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Mário de Sousa Araújo Filho (CEEI)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino Nascimento (CH)
Saulo Rios Mariz (CCBS)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7
Gonzalo Adrián Rojas e Janaina Freire dos Santos

PARTE I

IMPERIALISMO COMO ÉPOCA DE CRISE, GUERRAS E REVOLUÇÕES

CAPÍTULO 1 - A GEOPOLÍTICA DE XI JINPING NO CONTEXTO DA GUERRA DA UCRÂNIA..... 15
André Barbieri

PARTE II

A TEORIA COMO FUNDAMENTO DE UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

CAPÍTULO 2 - O MÉTODO EM MARX: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS49
Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira

CAPÍTULO 3 - MARX, LA CRÍTICA DE POPPER Y SU VISIÓN DE LA HISTORIA 75
Christian Castillo

CAPÍTULO 4 - CINCO LIÇÕES LEGADAS PELA COMUNA DE PARIS 103
Soraia de Carvalho

PARTE III

ESTADO, CRISE ORGÂNICA E LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA, OS CASOS DE BRASIL E CHILE

OFENSIVAS REACIONÁRIAS NO BRASIL

CAPÍTULO 5 - A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO BRASILEIRO133

Laudicéia Araújo Santana

CAPÍTULO 6 - LAWFARE: UMA NOVA FORMA DE “FAZER POLÍTICA”?..... 163

Clara Skarlleth Lopes de Araujo Rodrigues

CAPÍTULO 7 - FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO 185

Ariane Alves da Silva

CAPÍTULO 8 - FRANCISCO DE OLIVEIRA, UM INTELLECTUAL ORGÂNICO DA RE(LI)GIÃO NORDESTE.....203

Hévilla Wanderley

CAPÍTULO 9 - ANTONIO GRAMSCI NA RAINHA DA BORBOREMA: UM MAPEAMENTO CONCEITUAL DA CATEGORIA TRANSFORMISMO NO PT EM CAMPINA GRANDE - PB..... 225

Lucas Tadeu Borges Viana

REBELIÃO E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO CHILE

CAPÍTULO 10- REVOLUCIÓN & CONTRARREVOLUCIÓN EN LA HISTORIA POLÍTICA RECIENTE DE CHILE 1973-2023248

Juan Carlos Gómez Leyton

CAPÍTULO 11- PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO EM ANTOFAGASTA, CHILE: QUANDO A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA TEM EXPRESSÃO ELEITORAL 304

Gonzalo Adrián Rojas Shimenny Wanderley

APRESENTAÇÃO

Gonzalo Adrián Rojas¹ e Janaina Freire dos Santos²

Com alegria, apresentamos a terceira coletânea de artigos escritos por integrantes e parceiros do Grupo PRAXIS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com o olhar atento sobre variados aspectos da dinâmica do capitalismo contemporâneo e sua crise orgânica, eis o livro **ESCRITOS DE TEORIA MARXISTA DA POLÍTICA E DA SOCIOLOGIA NUM CONTEXTO IMPERIALISTA**.

Há um cenário geral que lastreia as análises aqui presentes: O contexto de crise geral do capitalismo desde o ano 2006, que se aprofundou nos últimos anos com a crise sanitária mundial de COVID-19, trazendo como panorama o fim da “globalização”, que leva

[1]. Professor de Ciência Política na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFCG; líder do PRÁXIS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina e colaborador do Semanário teórico *Ideias de Esquerda* e da Rede Internacional de Jornais La Izquierda Diálogo (Esquerda Diálogo no Brasil).

[2]. Pesquisadora do Grupo PRÁXIS; Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG e professora de História da América na Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada PE/FAFOPST.

a um fortalecimento dos Estados, à guerra comercial entre Estados Unidos e China e a processos de crise orgânica que se manifestam em diferentes países de forma desigual e combinada. Esta, por sua vez, tem dado lugar a fenômenos de extrema direita (como no Brasil, com Jair Bolsonaro e a força social do bolsonarismo), mas também faz emergir fenômenos de luta de classes pela esquerda, como as rebeliões no Equador, no Chile e na Colômbia, as lutas contra o golpe de Dina Duarte no Peru (apoiadas pelo governo de frente ampla de Lula), as lutas na França contra a reforma da previdência de Macron, e ainda uma Europa com guerra na Ucrânia. Eis o enquadramento do conjunto desses trabalhos: Tanto os teóricos sobre Karl Marx como os que articulam conceitos marxianos e marxistas no marco de estudos mais empíricos (neste caso, no Brasil) compreendem estarmos numa época imperialista de crises, guerras e revoluções, nos termos de Vladimir Ilich Lenin.

Este livro expressa uma continuidade e o acúmulo das pesquisas realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas PRAXIS, que apresentou dois anteriores trabalhos: *Estado, governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina: A agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social*, organizado por Danilla Aguiar (UFPB) e Gonzalo Adrián Rojas; e *Estado, política e luta de classes: abordagens marxistas num período de crise orgânica*, organizado por Laudiceia Araújo de Santana (IFPB) e Gonzalo Adrián Rojas (UFCG).

Desta feita, os capítulos foram elaborados por professores, mestres, doutorandos e doutores de diferentes instituições do país, como Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada, em Pernambuco (FAFOPST), assim como a Universidad de Buenos

Aires (UBA), a Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e ainda o Centro de Investigaciones de Procesos Políticos y Sociales de América Latina, *Cippsal de Chile*.

O livro tem três partes e onze capítulos. A primeira parte, **Imperialismo como época de crise, guerras e revoluções**, tem um capítulo de André Barbieri, doutor em Ciências Sociais pela UFRN, em que ele realiza uma abordagem particular sobre a geopolítica de Xi Jinping no contexto da guerra da Ucrânia, que serve de pano de fundo para o conjunto dos demais artigos. Uma guerra reacionária em que não tem lado bom, nem a ocupação do capitalismo mafioso de KGB russo de Vladimir Putin nem as forças reacionárias de Volodymyr Zelensky, apoiadas pelo imperialismo da OTAN, reatualiza a posição internacionalista, marxista e revolucionária pela luta independente da classe trabalhadora russa e ucraniana pela paz, como a mantida por Vladimir I. Lenin, León Trotsky, Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht e Franz Mehring como a ala socialista internacionalista.

Na segunda parte, **A teoria como fundamento de uma práxis revolucionária**, temos três capítulos teóricos. Iniciamos com “O método em Marx: contribuições para a pesquisa nas ciências sociais”, de Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira, doutorando em Ciências Sociais no PPGCS-UFCG, no qual compreender a construção do método de Marx e suas principais características é o objetivo.

Christian Castillo, sociólogo, professor da UBA e da UNLP, escreve sobre a crítica de Karl Popper ao marxismo, mostrando que, contra as acusações de historicismo e de economicismo desferidas a Marx, as rebeliões populares contemporâneas e também uma reflexão sobre os próprios escritos marxianos desmantelam a crítica e põem na ordem do dia as formulações de Marx.

Para um quarto capítulo desta parte, Soraia de Carvalho, doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG e professora em Serviço Social da UFPE, nos apresenta “Cinco lições aprendidas com a Comuna de Paris”. Trata-se de uma recuperação histórica daquilo que a primeira revolução proletária da história pode nos fornecer exemplarmente para os processos de lutas atuais.

A terceira parte, **Estado, crise orgânica e luta de classes na América Latina, os casos de Brasil e Chile**, inclui cinco capítulos sobre Brasil que agrupamos genericamente, como **Ofensiva Reacionária** no país; e também dois capítulos sobre o Chile, que agrupamos como **Rebelião e processo de institucionalização no Chile**.

Laudicéia Araújo Santana, professora de Economia no IFPB, aborda, no capítulo cinco, “A atuação do sistema da dívida pública durante a pandemia da COVID-19: o caso brasileiro”. A partir da conceituação do fenômeno da financeirização e de como o cenário atual engendra consequências que impactam a luta de classe, a compreensão da autora caminha no sentido de demonstrar como a fração rentista do capital amplia e legaliza a sua atuação através do sistema da dívida pública brasileira.

No capítulo seis desta parte, Clara Skarlleth Lopes de Araújo Rodrigues, mestra em Ciência Política pela UFCG, no capítulo intitulado “*Lawfare*: uma nova forma de ‘fazer política?’”, analisa o estudo do *lawfare* político e o cenário de violações e disseminação dessa prática no âmbito da política.

Na continuação, Ariane Alves da Silva, mestra em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG, no capítulo sete, intitulado “Feminização do trabalho no Brasil: reflexões sobre a precarização do trabalho feminino”, faz uma discussão sobre a articulação entre exploração e opressão de gênero e a divisão social e sexual do trabalho

no espaço produtivo e reprodutivo como parte do que constitui a dinâmica entre patriarcado e capitalismo.

Hévilla Wanderley, Mestra em Ciência Política e Relações Internacionais da UFCG e doutoranda no PPGCS-UFCG, no capítulo oito, “Francisco de Oliveira, um intelectual orgânico da re(li)gião Nordeste”, levanta um debate sobre a perspectiva pós-moderna que, no tocante ao tema das opressões na região Nordeste, tem se fixado na ideia de uma construção imagético-discursiva que tira os conflitos sociais do foco da análise e reforça a hegemonia vigente.

Enfim, Lucas Tadeu Borges Viana, Mestre em História pela UFCG e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG, no capítulo nove, “Antonio Gramsci na Rainha da Borborema: um mapeamento conceitual da categoria transformismo no PT em Campina Grande-PB”, investiga a história do Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, entre os anos 1981 e 2000.

Os dois capítulos que remetem ao Chile incluem, em primeiro lugar, um artigo de Juan Carlos Gomez Leyton, Doutor em Ciências Sociais e Políticas e Diretor do Centro de Investigaciones de Procesos Politicos y Sociales de América Latina, *Cippisal de Chile*, no capítulo “Revolución & contrarrevolución en la historia política reciente de Chile 1973-2023”, em que aborda a trajetória e os rumos da história do Chile nos últimos anos sob a perspectiva da luta de classes e o papel dos sujeitos históricos nessa construção social.

Enfim, Shimenny Wanderley, socióloga e mestra em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG, junto com Gonzalo Adrián Rojas, professor de Ciência Política na UFCG, escrevem seu capítulo sobre Parlamentarismo revolucionário em Antofagasta, Chile, quando a luta de classes tem expressão eleitoral. Nele expõem que a che-

gada, na Câmara de Vereadores de Antofagasta do parlamentarismo revolucionário, com a eleição de Natalia Sánchez do Partido de Trabajadores Revolucionarios (PTR), é uma expressão eleitoral específica da independência de classe desse partido, nas trilhas da tradição histórica dessa tática, no marco de uma estratégia revolucionária que, na atualidade, tem sua maior expressão no Partido de Trabajadores Socialistas PTS, integrante da Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT-U); e na Argentina, no plano nacional, estadual e municipal, integrantes da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI).

Em síntese, diante do aprofundamento dos flagelos do capitalismo, o objetivo é apresentar elaborações com independência teórica que, frente aos fracassos de alternativas neorreformistas e de conciliação de classes em diferentes países e no mundo em geral (e na América Latina e Brasil, em particular), permitam realizar abordagens críticas e uma adequada interpretação da conjuntura e das relações de forças políticas e sociais que estão em jogo, desde uma visão ofensiva do marxismo, pretendendo contribuir, desse modo, com uma melhor intervenção na luta de classes.

*Janaina Freire dos Santos
Gonzalo Adrián Rojas*

PARTE I

IMPERIALISMO COMO ÉPOCA DE CRISE, GUERRAS E REVOLUÇÕES

CAPÍTULO 1 - A GEOPOLÍTICA DE XI JINPING NO CONTEXTO DA GUERRA DA UCRÂNIA

André Barbieri¹

A China viu um longo processo de restauração do modo de produção capitalista ser concluído, processo em que a propriedade nacionalizada dos meios de produção, depois de 1949, foi revertida, sendo restituída a forma social da propriedade privada. Essa contrarrevolução econômica da restauração capitalista foi consumada sob a direção do próprio Partido Comunista Chinês (PCCh). Esses são pontos vitais para compreender a relação que a República Popular da China estabelece com o mundo em sua geopolítica particular: melhorar as posições do seu próprio capital, dentro do presente sistema de Estados, em detrimento dos capitais rivais.

Antes mesmo da conclusão desse processo tortuoso de restauração capitalista, iniciado com Deng Xiaoping em 1978, a China já havia aberto sua economia para a entrada de inúmeras multinacionais estrangeiras, e isso deu origem, no decorrer das últimas quatro décadas, a um grau extraordinário de extração de mais-valor da sua classe trabalhadora e do seu campesinato. Na

[1]. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Redator do Jornal Esquerda Diário.

China de Xi Jinping, a morfologia do processo produtivo adquire as características essenciais do que Marx identificava no modo de produção capitalista, em seus Grundrisse: o capital atua como “domínio sobre a capacidade de trabalho”, e o trabalho objetivado, como propriedade privada alheia ao produtor, serve ao proprietário como instrumento de “domínio, comando sobre o trabalho vivo” (Marx, 2011, p. 372).

Trata-se, assim, de uma economia capitalista, que, no acúmulo de seu crescimento, é obrigada pelas circunstâncias materiais de sua dinâmica a projetar-se internacionalmente para seguir seu processo de acumulação. A evolução rápida da China não é, pois, resultado da ordenação virtuosa da política do Partido Comunista Chinês, e sim da expropriação das conquistas revolucionárias, promovida pela burocracia restauracionista com o propósito de alavancar sua posição no sistema capitalista. O Estado forte, a base operária e camponesa disciplinada pelas campanhas políticas permanentes e os mecanismos de controle sobre os dispositivos econômicos tiveram de se mesclar com a estrutura burocrática de um partido-Estado, que não abonava a existência de organismos de democracia direta do tipo da Comuna de Paris de 1871 ou dos conselhos soviéticos em 1917, nem buscava a expansão das conquistas de 1949 ao panorama internacional. Essa combinação foi indispensável para a comunhão dos interesses de Washington em restaurar o capitalismo na China e a execução desse projeto pelo próprio organismo estatal da República Popular.

Nessas condições, uma combinação contraditória entre o rígido controle do Estado por uma burocracia conservadora e uma estrutura social fundada na forma privada de propriedade dá origem a uma formação complexa e particular, que projeta o poder crescente do núcleo mais forte dos capitalistas individuais da Chi-

na, ao mesmo tempo em que o disciplina à estrutura de poder do PCCh. Por tais motivos, a China tampouco é uma economia capitalista identificável ao modelo ocidental. A permanência do Partido Comunista Chinês na direção do Estado, operando a transição das bases nacionalizadas da economia para uma economia baseada na propriedade privada, inclui um forte elemento de “dirigismo estatal”, que não existe em qualquer outro capitalismo ocidental.

Observamos uma complexificação do caso chinês, em que os aspectos residuais da planificação burocrática da economia chinesa estão agora sobre novas bases sociais, fundadas na apropriação privada de um mais-trabalho não remunerado, extraído de milhões de trabalhadores e camponeses. Essa economia capitalista *sui generis* da China integra o sistema mundial atual, cuja velha ordem foi comandada pelos Estados Unidos, desde o final da Guerra Fria, e reverdeceu aproveitando as regras do jogo da globalização neoliberal. Não obstante, em sua nova fase de desenvolvimento, a República Popular, a fim de seguir o curso de sua evolução material, sente a necessidade de passar a interferir em determinados assuntos globais para defender seus interesses particulares como segunda economia mundial. Adquire com isso, no curso dessa intervenção estrangeira e especialmente no processo de projeção internacional do seu capital, traduzindo a força econômica em influência política e militar, determinados traços imperialistas que transcendem a própria incompletude de seu status global. Os acordos financeiros e comerciais em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas; a troca de créditos por direitos de exploração de recursos na África e na América Latina; sua incipiente vocação política de buscar ser um fator nas decisões internas de alguns países da periferia capitalista; o projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, em inglês), entre

muitos outros aspectos, simbolizam esses traços imperialistas de uma economia que se afastou de qualquer “orientação socialista” já há muito tempo.

O esforço da China em erguer-se como ator de importância preponderante na geopolítica, traduzindo o poder econômico em influência política e militar, encontra oposição em Washington e em todo o *establishment* bipartidário norte-americano, cuja política globalizadora de integração da China, mediante a restauração capitalista, no circuito do comércio global, favoreceu as condições para o atual desafio chinês. A Guerra da Ucrânia, embora não envolva os Estados Unidos e a China diretamente (com tropas no terreno), engloba os esforços indiretos de ambas as potências para os objetivos individuais de cada uma. A política que os Estados Unidos “continuam” através da guerra é a da política imperialista de cercar a Rússia mediante a militarização do Leste europeu, separar Berlim de Moscou e expandir a abrangência da OTAN para as fronteiras da Ásia, sem que isso leve a um enfrentamento militar direto que os envolva. Estrategicamente, a postura de Washington através da beligerância agressiva e da condução do comando logístico-militar do campo ucraniano é impedir que a velha ordem unipolar saída da Guerra Fria seja desafiada pelas ditas “potências revisionistas”, tendo como principais atores a China e a Rússia. No caso da China, que tampouco intervém militarmente no conflito, a participação na Guerra da Ucrânia se dá através da sustentação financeira dos esforços militares da Rússia e do apoio implícito a seu aliado geopolítico mais importante no enfraquecimento dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos na Eurásia, embora Xi Jinping não apareça oficialmente como apoiador da invasão colonialista russa.

Estrategicamente, além de preservar seu aliado de uma derrota imposta pela OTAN, Pequim busca desafiar a velha ordem unipolar comandada pelos Estados Unidos e impulsionar o poderio de seu capital para disputar nichos de acumulação contra as grandes potências ocidentais.

Neste capítulo, vamos discutir brevemente um panorama dos objetivos internacionais da China, dentro do sistema de suas relações geopolíticas com as diferentes regiões do globo. Concentraremos sua atenção na Ásia, em função da relação íntima com a Rússia e o regime político de Vladimir Putin. A conclusão buscará delinear esses objetivos estratégicos da China em meio ao novo contexto da Guerra da Ucrânia e suas consequências.

A CHINA E SUAS RELAÇÕES MUNDIAIS

Tanto no aspecto da produção de tecnologia avançada quanto no terreno do complexo industrial de defesa, a China parte de um patamar inicial muito inferior ao das grandes potências. Isso a coloca numa posição de atraso relativo – mas com um ritmo de crescimento de características vertiginosas. Em ambos os domínios, não consegue alcançar a primazia diante dos Estados Unidos, já que a principal potência imperialista do mundo leva vantagem com seu acúmulo real de ativos tecnológicos e militares, o que ainda blinda sua preeminência em nível global. Por outro lado, a China conquistou, tanto no terreno tecnológico quanto no terreno militar, certo parâmetro de equivalência com muitas potências centrais. Mesmo o imperialismo japonês, que entre os países asiáticos se encontra em maiores condições de colocar limites nas

ambições chinesas por sua acumulação prévia, não pode vencer sozinho um enfrentamento militar direto com Pequim. A razão disso é que a China avança em disputa pela preponderância tecnológico-militar no âmbito dos países da região da Ásia-Pacífico.

Isso confere à China novas condições de atuação no sistema mundial de Estados, e abre as portas para uma projeção externa que, de nenhuma maneira, se afigurava nas décadas anteriores com as características que ora adquire. Dão conta dessas novas condições os traços imperialistas que vem adquirindo a base econômico-social particular da República Popular. Esses traços se podem ver nos acordos financeiros e comerciais realizados pela China em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas; nas exportações de capitais chineses para explorar força de trabalho estrangeira (e enviar sua própria classe trabalhadora a ser explorada no estrangeiro); nas trocas de créditos por direitos de exploração de recursos, por exemplo, na África e na América Latina; na sua incipiente iniciativa política de buscar ser um fator de decisão interna em alguns países da periferia capitalista; na própria Iniciativa do Cinturão e Rota da Seda, entre muitos outros aspectos. Esses traços imperialistas, como dissemos, se desenvolvem nas condições reais do esgotamento do ciclo neoliberal. Nenhuma transição dessas características que despontam para uma formação imperialista fundamentalmente nova se dará, entretanto, pacificamente. A constituição de uma alternativa hegemônica global à principal potência incumbente, em todo o século xx, se deu com turbulências e comoções de magnitude histórica, como as duas Guerras Mundiais. Um processo semelhante em relação à disputa da China com os Estados Unidos se daria com catástrofes, inclusive militares, em grande escala.

Por ora, é importante notar que, mais do que nunca, o papel do Partido Comunista Chinês foi reforçado por Xi Jinping como norteador bonapartista da elaboração e decisão efetiva da política externa da República Popular da China, e sua ascensão gera crescentes tensões geopolíticas². Tanto quanto no aspecto das Forças Armadas (cruciais para a projeção de poder internacional), o PCCh torna-se o próprio Estado. Do ponto de vista da posição privilegiada de Xi, Bates Gill (2022) afirma que:

A trajetória futura do país não se desenrolará de forma previsível, e muitos desafios e incertezas aguardam a China e o mundo. Mas apesar desses riscos e incertezas – ou talvez por causa deles – Xi Jinping parece inclinado a buscar “uma diplomacia entre grandes potências com características chinesas”, “lutando por conquistas”, assumindo um maior papel de liderança nos assuntos mundiais, para “se aproximar do centro do palco mundial”. Essas buscas visam alcançar o Sonho Chinês e o rejuvenescimento do país para se tornar um ator muito mais respeitado, poderoso e influente no palco mundial entre agora e meados do século. Mesmo que a China fique aquém desta ambição, os assuntos globais serão profundamente moldados por sua

[2]. Xi Jinping coordena e preside pessoalmente uma série de organismos partidários (as Comissões Centrais, dedicadas, por exemplo, a assuntos financeiros e econômicos, ao aprofundamento das reformas, às relações exteriores, entre outros) a formular a política que será implementada pelos respectivos ministérios estatais, reduzidos a uma função executiva. “Uma vez instalado como líder supremo, Xi supervisionou uma série de importantes medidas conceituais, constitucionais e organizacionais para expandir o papel do partido nos assuntos estrangeiros da RPC, enquanto centralizava o controle sobre os procedimentos da política externa, consigo mesmo na posição de chefe do partido. Em comparação com todos os seus antecessores, de Mao Zedong a Hu Jintao, Xi deu à política externa uma prioridade muito maior, tendo dedicado mais de seu tempo e energia nas relações estrangeiras, viajando mais para o exterior, proferindo mais discursos importantes sobre problemas externos e conduzindo mais ‘diplomacia doméstica’ (主场外交) ao sediar numerosos eventos internacionais de alto perfil na China” (Gill, 2022, p. 41).

determinação para alcançá-la (Gill, 2022, p. 30).

Posteriormente à revolução de 1949, o século xx chinês, do ponto de vista de suas relações com o exterior, esteve baseado em servir-se da posição de líder dos países capitalistas atrasados para defender-se da ameaça imperialista. Era o início da prática política de tentativa de estabelecer relações com o chamado Sul Global, dentro da hierarquização das três zonas mundiais na ideologia maoísta. Entre 1946 e 1974, Mao Zedong desenvolveu sua visão de como a luta contra as potências imperialistas deveria se desdobrar, concentrando-se no Sul Global. Sua teoria dos “três mundos” estava baseada em uma sorte de esforço conjunto dos países atrasados contra a liderança ocidental norte-americana. Em sua imagem do “Terceiro Mundo”, encapsulava múltiplos países com trajetórias políticas distintas, da África, da Ásia e da América Latina. O objetivo era enfrentar os desmandos dos Estados Unidos, de um lado, e da União Soviética, de outro. Enquanto isso, a China neutralizaria o Segundo Mundo, composto por potências médias como Japão, Canadá, Austrália, e os países da Europa Ocidental³.

A própria turbulência interna da China e os limitados meios econômicos acabaram por incapacitar o Partido Comunista de consolidar uma coalizão anti-hegemônica eficaz. Deng Xiaoping, à ocasião da morte de Mao, alterou a configuração dos “três mundos”. No contexto do restabelecimento das relações com os Esta-

[3]. Mao acreditava que uma frente única de países em desenvolvimento, liderada pela China, poderia cercar e isolar as potências hegemônicas, assim como o Partido Comunista Chinês havia cercado as cidades a partir do campo durante o período entre a invasão japonesa e o final da guerra civil. Para este fim, a partir de meados da década de 1950, Pequim forneceu assistência técnica e financeira aos movimentos revolucionários e anticoloniais de libertação nacional no Terceiro Mundo, ao passo que estimulava sua subordinação às suas respectivas burguesias nacionais.

dos Unidos e o amortecimento das tensões com a URSS, a República Popular passou a exibir uma nova postura, caracterizada pelo interesse em cooperar internacionalmente para melhor posicionar seu objetivo de enriquecimento nacional. A ausência de conflitos era fundamental para esse objetivo, assim como a promessa de que relações com a China trariam benefícios para os interessados. O pragmatismo substituiu a retórica belicista, e o pacifismo evolutivo da economia chinesa se converteu em pendor atrativo para os sócios internacionais.

A abertura ao exterior deveria ter como objetivo melhorar a competitividade econômica da China e dar-lhe uma posição mais ativa no tabuleiro mundial. Jiang Zemin, após o 14.º Congresso do PCCh em 1992, centrava a política externa chinesa dentro do paradigma do desenvolvimento através da colaboração pacífica: o desenvolvimento necessitava de paz, e a paz necessitava de desenvolvimento. Externamente, a República Popular condenava o hegemonismo e a política de força, bem como o monopólio dos assuntos internacionais por um pequeno número de potências imperialistas, e em primeiro lugar pelo vencedor da Guerra Fria, os Estados Unidos. Enquanto isso, a China se enriquecia mediante a exploração de seu próprio proletariado pelo capital estrangeiro, sem ainda ser capaz de projetar força e capital em nível internacional. A multipolaridade foi o *leitmotiv* de Jiang Zemin, e Hu Jintao permaneceu essencialmente dentro desses marcos.

A era Xi Jinping é marcada por um ponto de inflexão notável diante desse passado. O enriquecimento acelerado durante as últimas décadas deu à China determinadas alavancas capazes de enectar um exercício mais assertivo de projeção de forças e de capital no terreno internacional. A visão dos “três mundos”, abandonada

havia muito no seio da burocracia do PCCh, não foi restaurada, mas algo dela serviu à visão de Xi. O objetivo da China passava a ser a de manter relações de potência em ascensão com todos os países do globo, não apenas aqueles do Sul Global. A multipolaridade ganhou novos valores na álgebra estratégica da República Popular. Dentro da política de Jiang Zemin e Hu Jintao, tratava-se de uma multipolaridade baseada na convivência mutuamente benéfica com o *hegemon* imperialista incumbente, os Estados Unidos, saído da Guerra Fria como guardião dos assuntos capitalistas no mundo, e colaborador de primeira ordem para a política restauracionista do PCCh. Agora, com Xi Jinping, o multilateralismo chinês não está fundado na busca por uma interação harmoniosa com Washington, nem por uma aquiescente submissão à ordem global estabelecida; e sim pelo desafio, com tendências beligerantes e agressivas, à velha ordem unipolar em que o imperialismo dos Estados Unidos subordinava o capital chinês, que ajudou a criar e fortalecer. É uma mudança seminal de conteúdo quanto ao tipo de multilateralismo, no marco do fortalecimento dos traços imperialistas da China, que exploraremos adiante.

Assim, a China não busca mais a mera defesa expectante diante das ameaças ocidentais. Passa a ter uma postura de assertividade, o que implica escolher a natureza da relação a perseguir com distintos parceiros em todas as regiões do mundo, a despeito da contrariedade dos rivais. Naturalmente, essa postura assertiva torna menos convincente a propaganda em nome do caráter pacífico da evolução internacional da China, embora não menos importante para a oficialidade em Pequim. Apesar dos riscos à imagem, o capitalismo *sui generis* da China já não pode simplesmente desenvolver-se dentro das paredes de suas fronteiras. Para assegurar a eficácia de sua expansão internacional, precisa encontrar uma

forma – ainda que distinta da dos Estados Unidos – de interferir nos assuntos do mundo. Ora, as interferências no plano geopolítico e na vida interna dos países não se destacaram por qualquer reluzente pacifismo na época imperialista. Longe da ideologia que apresenta a China capitalista como uma potência mais benigna e não hegemônica, a atual disputa com as demais potências – cujas tendências belicistas possuem em Taiwan um ponto persuasivo – prevê uma emergência mais agressiva no século XXI. Kishore Mahbubani (2020) ensaia sua espécie de contraponto à ideia de que a China seria uma potência expansionista – noção que associa à mera propaganda do imperialismo norte-americano – argumentando que tal visão não atenta às características históricas do gigante asiático. Segundo o autor, os chineses (referindo-se à etnia Han) nunca buscaram conquistar territórios, seja ultramar ou a distâncias maiores, devido a uma espécie de essência antimilitar, verificável nos últimos dois mil anos de história. A relação com os vizinhos se daria no sentido da consolidação dos termos políticos de convivência e não agressão, para fins defensivos, o que para os chineses seria fundamental dado o histórico de invasões através dos territórios limítrofes.

Ainda que se tornasse poderosa e que as forças materiais chinesas a impelisse a ser mais assertiva, a China se diferenciaria dos EUA ao não estipular a utilização da força militar como primeiro recurso (Mahbubani, 2020). Mahbubani está correto em enunciar as políticas de provocação dos governos Republicanos e Democratas, e em especial com a administração Trump e Biden na questão de Taiwan. Assim também ao assinalar a diferença entre a conduta da China e a conduta da superpotência imperialista dos EUA, em base ao pressuposto que se verificou a partir da queda da URSS no papel dos EUA como polícia capitalista global, algo que a

China, por ora, não poderia desempenhar. Entretanto, nada disso revoga a realidade da nova política expansionista chinesa.

Não é necessário adotar a visão de Washington para entender que a República Popular na era Xi Jinping dista substancialmente das eras anteriores, escusado dizer que mais ainda da história milenar de suas dinastias. Os Estados Unidos levaram muitas décadas, desde sua fundação como Estado unificado, até poder utilizar sua força militar como fator de pressão ou dissuasão em primeira instância, inclusive quando já havia se tornado a potência capitalista mais rica do mundo. Retrospectivamente, as potências ibéricas, a Holanda e a Inglaterra também passaram por processos híbridos. A história, por sua vez, não passa em vão. Dificilmente seria possível sustentar credibilidade na associação simétrica de tempos sociais e econômicos tão distintos como os que separam o antigo sistema do despotismo asiático e sua evolução feudal – em que os imperadores chineses se contentavam em dominar o comércio regional e reinar através de tributos mais do que por invasões militares – e o atual sistema de Estados na época da decadência imperialista. Xi Jinping militariza ilhas artificiais no Mar do Sul da China, assedia Taiwan, constrói bases militares na África e realiza testes com mísseis hipersônicos sabendo não apenas edificar métodos dissuasivos contra a potência mais poderosa, mas também remodelar sua relação com nações mais frágeis. Dessa raiz, originam-se os traços imperialistas do gigante asiático, estrategicamente expansionistas embora taticamente defensivos, na nova morfologia da interação estatal chinesa com países da África, da Ásia e da América Latina. Nessa nova morfologia, que obedece a uma maior capacidade de opressão sobre países com menor poder econômico, a multilateralidade de Xi Jinping encontra seu outro fundamento: a submissão das nações mais pobres ao seu projeto.

Xi Jinping se encontra à testa de uma superpotência, uma China muito longe daquela época, marcada pela enorme pobreza oriunda dos resultados das guerras mundiais e da opressão estrangeira, e pelo isolamento internacional. Não pode, portanto, manter-se nos restritos limites da estratégia de 24 caracteres de Deng Xiaoping. A prudência é uma marca da tradição política chinesa que não poderia deixar de influenciar a prática de Xi. Mas o momento de atuar como potência real chegou, como reafirmou o 20.º Congresso do PCCh.

Assim, como desenvolvemos, a China de Xi Jinping tem um objetivo estratégico: conquistar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico, um terreno em que já tem condições de desafiar (ora de maneira aberta, ora velada, mas sistematicamente) a preeminência de que gozam os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. Pequim não busca (nem poderia buscar) suplantar os Estados Unidos e assumir o seu papel como administradora dos assuntos capitalistas em nível global. Não obstante, procura construir as condições materiais e políticas para deslocar os Estados Unidos de seu papel de guardião dos assuntos capitalistas na Ásia, assumindo para si este papel. Isso é realizado com a consciência de que se trata de um primeiro passo, de gravidade, para avançar na perspectiva de um questionamento mais global da preponderância estadunidense. Para isso, concentra energia no seu desenvolvimento tecnológico-militar a fim de passar de uma posição de vulnerabilidade na Ásia-Pacífico para uma posição de força que manuseia suficientes artifícios dissuasivos para evitar a intervenção dos EUA na região. A reunificação com Taiwan, a absorção territorial do Mar do Sul da China e a conquista de ilhas disputadas com o Japão no Mar da China Oriental servem a esse propósito basilar. Seu projeto nacional, nesta etapa da evolução

da crise capitalista mundial, pode se resumir em: a Ásia para os chineses. Contraditoriamente, uma política dessa natureza dificilmente poderia ser levada a cabo sem convulsões militares de monta, envolvendo justamente os Estados Unidos.

A China possui vantagens relativas para a perseguição de tal objetivo. A esmagadora maioria das nações asiáticas, especialmente no Sul e Sudeste continentais, tem a China como principal parceiro comercial. Suas economias dependem substancialmente de relações estáveis com Pequim. A alteração do centro de gravidade industrial da Ásia, durante as décadas de 1980 e 1990, posicionou a China no coração da cadeia regional de produção e montagem de componentes e recepção de bens de capital de outras potências. Mesmo a elevação relativa da taxa média salarial na China, embora tenha obrigado a reavaliação das estratégias empresariais na localização dos nichos produtivos, preserva a China como um nódulo central nas cadeias globais de valor.

Ademais, a China passou a ser responsável pela construção de inúmeras obras de infraestrutura em países mais pobres da Ásia, o que os coloca em uma relação de subordinação político-econômica com Pequim. Este segundo componente informa aspectos de dependência que dizem respeito à infraestrutura do país, não apenas acordos comerciais. Nenhuma das três principais potências asiáticas – nomeadamente, a Rússia, o Japão e a Índia – possui relações historicamente cordiais com Pequim, embora se dividam atualmente na maneira de expressar sua contrariedade à hegemonia asiática da China. A Rússia se aproxima da China para utilizá-la a seu favor contra os Estados Unidos; enquanto o Japão e a Índia se aproximam dos Estados Unidos para conter a China. A China possui disputas territoriais com praticamente todos os países que com ela compartilham fronteiras, da Índia à Rússia,

do Cazaquistão ao Vietnã; e a agressividade de Xi Jinping na conquista das águas do Mar do Sul da China e na reincorporação com Taiwan coloca a China em rota de colisão com os interesses de dezenas de nações da Ásia-Pacífico, que precisam balancear suas boas relações com Pequim com acenos à proteção por parte do imperialismo estadunidense.

Dessa forma, a interação estratégica de competição geopolítica entre Estados Unidos e China, apesar de suas múltiplas formas, tem seu ponto decisivo na possessão da Ásia e no controle de toda a região do Indo-Pacífico. O programa de projeção de poder internacional da China possui uma divisão hierárquica de importância entre diversos pontos do globo. Entretanto, a rivalidade estratégica com Washington na disputa por quem controlará, no século XXI, essa enorme massa de mais-valor, esse contingente populacional esmagadoramente composto por trabalhadores e camponeses, e o terreno geoestratégico asiático, está em primeiro lugar na escala de importância. Richard Sutter (2018), em seu trabalho *US-China Relations: Perilous Past, Uncertain Present*, afirma que⁴:

Os avanços chineses implicam que nenhuma potência asiática pode chegar perto de equiparar-se ao poder militar da China, no âmbito da Ásia continental. Com a possível exceção do Japão, nenhum país asiático é capaz de desafiar o poderio naval e aéreo da China na Ásia oriental. Se Pequim optar por empregar suas forças navais e aéreas para patrulhar as linhas de comunicação marítimas

[4]. O autor segue com a definição de que “diferentemente da doutrina da guerra popular prolongada contra um mais poderoso inimigo invasor, que prevaleceu da Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, a atual doutrina militar chinesa provavelmente seguirá desenvolvendo sua ênfase na necessidade de demonstrar a habilidade de atacar primeiro, a fim de dissuadir potenciais adversários, assim como conquistar a iniciativa no campo de batalha” (Sutter, 2018, p. 178).

no Oceano Índico, possivelmente apenas a Índia pudesse opor algum tipo de obstáculo ao poderio chinês. Observando o futuro, é possível discernir o escopo de ação para o qual se prepara o fortalecimento militar da China: esse escopo está focado na Ásia (Sutter, 2018, p. 177-178).

Mesmo nesse terreno, a capacidade da Índia, no que concerne à China, reduz-se ao poder de dissuasão de qualquer potência nuclear. Militarmente, a China já supera inteiramente as capacidades de Nova Délhi. Ainda que Tóquio possua armamento avançado e um complexo tecnológico extraordinário, seu escasso território insular e sua parca população diminuem substancialmente as capacidades de contenção da ameaça chinesa. Não é acidental que os Estados Unidos sejam forçados a estabelecer uma rede de aliados asiáticos, em primeiro lugar, o chamado Quad (que envolve o Japão, a Índia e a Austrália), para opor certos limites à ambição chinesa no continente. Sem a proteção dos Estados Unidos, exigida por acordos de defesa com todas as principais potências, a começar pelo Japão, é difícil vislumbrar outro panorama que não a hegemonia chinesa no continente.

Assim, as prioridades estratégicas da China poderiam ser enumeradas da seguinte maneira, sempre obedecendo à primazia da Ásia no programa de projeção de poder internacional: 1) a reunificação com Taiwan, como última peça não resolvida da guerra civil de 1946-1949; 2) a conquista territorial do Mar do Sul da China, contra os demais contendentes dentro da Associação das Nações do Sudeste Asiático; e 3) a resolução dos 14 conflitos fronteiriços da China com os países do continente asiático, a favor de Pequim e em prol de sua hegemonia regional. Vale sempre lembrar que esses objetivos não esgotam a ambição de projeção

internacional da China, que se situa além das fronteiras, em terra e mar, do continente asiático. Mas podemos afirmar que o restante dessa estratégia depende de seu êxito no tabuleiro da Ásia-Pacífico. Esse é o ponto de partida da projeção internacional de Pequim na era Xi. Em base a ele, na medida em que a República Popular da China prossegue seu caminho no status de grande potência, Xi Jinping vai articulando o novo lugar da China como potência expansiva que aspira ao controle de porções estratégicas do globo. Com efeito, Xi mapeou, desde 2013, um mundo dividido em zonas de importância, de acordo com os interesses que, de cada rincão ou país da Terra, a China almeje extrair benefícios para si (Brown, 2017). Há níveis de intensidade nas relações que a China estabelece com cada uma dessas partes do mundo, que tem como substrato histórico a extraordinária disparidade no grau de desenvolvimento de distintas partes dos continentes, sua relação de mútua dependência e oposição. Em uma palavra, as relações internacionais da China obedecem às disposições da lei do desenvolvimento desigual e combinado. A interação chinesa com essas “zonas mundiais” de interesse depende da profundidade e diversidade dos seus elos econômicos e políticos, da extensão dos seus interesses de segurança ou de potenciais conflitos, ou das formas em que aliados e adversários podem fornecer à China os recursos de que necessita (Brown, 2017; Sutter, 2018) – de matérias-primas a tecnologias, de insumos a recursos energéticos, ou mesmo apoio diplomático em seus interesses nos Mares Meridional e Oriental da China. Finalmente, há a questão geográfica: para os países mais próximos à China, a atenção de Pequim inevitavelmente incidirá mais, especialmente por sua fixação estratégica pela hegemonia na Ásia-Pacífico.

Podemos dividir essas regiões em cinco grandes zonas de interesse, ou de hierarquia, de interação para Pequim. Na primeira zona, o ocupante exclusivo são os Estados Unidos. Os Estados Unidos são, de longe, o principal alvo de atenção geopolítica da China e a prioridade de sua política externa, algo que ocorre desde a década de 1970. Como herança política do período de reforma e abertura, em que a China se concentrava em enriquecer economicamente, o conselho de Deng Xiaoping, em 1978, era manter a potência mais poderosa do mundo ao lado da China, que deveria com ela evitar de toda maneira entrar em confronto direto. Há décadas, os Estados Unidos são o principal mercado para as exportações chinesas, mas também o principal rival na segurança asiática. Washington entretém acordos de segurança com muitos países que circundam a China, do Japão às Filipinas, da Indonésia à Austrália, da Índia à Coreia do Sul; ademais, submete Taiwan a uma espécie de protetorado seu contra a agressão de Pequim. Como Xi Jinping deixou claro em sua visita a Obama na Califórnia, em 2014, os Estados Unidos são os vizinhos da região do Pacífico e têm primazia na política de Pequim.

A segunda zona está ocupada pelas nações da Ásia-Pacífico, estendendo-se, de fato, aos países da Ásia continental. Já discorremos sobre a importância primaz dessa região para Pequim. Os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático – com quem disputa territorialmente o Mar do Sul da China – junto com os países da Organização de Cooperação de Xangai (Rússia, Índia, Paquistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, tendo como membros observadores Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia), entram nessa categoria. Todos os países dessa zona de interesse estratégico possuem a China como principal, ou segundo maior, parceiro comercial e atuam como mercados impor-

tantes para as exportações chinesas. São, ademais, importantes fornecedores de recursos energéticos e minerais, além de recursos militares essenciais e auxílio diplomático internacional em sua rivalidade com os Estados Unidos – como é o caso da Rússia. Para muitos países dessa zona, como Indonésia, Malásia e Cingapura, as relações com a China envolvem laços étnicos, com a diáspora de séculos por parte de mercadores que viajavam da China e se estabeleciam nas ilhas do sudeste asiático. Muitas nações incluídas nessa zona pertencem ao arco de abrangência de projetos chineses, como a Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, BRI, no acrônimo em inglês).

Na terceira zona de interesse, entram os países da União Europeia (UE). Essa combinação de 28 estados-membros, com uma população de quase 500 milhões de habitantes, importa para a China como mercado e seu principal parceiro comercial global, sendo o segundo maior destino de suas exportações, depois dos Estados Unidos (O'Brien, 2020). Muito mais que o elemento econômico, interessa à China outro aspecto de sua relação com a União Europeia: trata-se do principal parceiro de transferências tecnológicas. Inglaterra, Alemanha, Itália e França, mas também os países do Leste Europeu como Hungria, Polônia, República Tcheca, Eslovênia, entre outros, providenciam inúmeras fontes de tecnologia de última geração com suas multinacionais, em vastas áreas da produção, e são lugares para cujas universidades a China envia milhares de estudantes anualmente.

Na quarta zona de interesse, encontra-se o continente africano, um verdadeiro laboratório para a expansão da acumulação do capital chinês, a extração de recursos naturais e a exportação do seu modelo predatório de relações laborais e ambientais. Na quinta zona de interação, entram as regiões do Oriente Médio e

da América Latina. Países como Brasil, Arábia Saudita e Irã são fornecedores cruciais de matérias-primas de que a China necessita: minério de ferro, petróleo, metais preciosos, grãos de soja. Em geral, nessas regiões, a China busca extrair itens que beneficiem sua ascensão econômica e militar, mas especialmente arrancar posições de influência definitiva, enfraquecendo a influência dos Estados Unidos e demais potências imperialistas. A enorme difusão da influência política da China na África é bem conhecida. Como versejava Gregório de Matos, “quem dinheiro tiver, pode ser papa”. “Presentes” econômicos, como projetos de infraestrutura, vão gradualmente atando os países africanos às injunções chinesas. Assim também na América Latina, o avanço da China sobre ativos de infraestrutura e seu controle de nichos da mineração, como no Peru e no Chile, dão vantagem a Pequim em disputas que ultrapassam as relações econômicas. Na África especialmente, mas também em alguma medida na América Latina, a China se comporta com uma verdadeira potência colonialista, não deixando nada a desejar à selvageria das potências coloniais europeias nos séculos XIX e XX.

A COMPLICADA RELAÇÃO DE PARCEIROS ESTRATÉGICOS: CHINA E RÚSSIA

Quando a Rússia invadiu a Ucrânia em fevereiro de 2022, os líderes da China tentaram equilibrar dois interesses fundamentalmente irreconciliáveis. Primeiro, visaram reforçar a entente da China com a Rússia para contrabalançar o poder norte-americano e aliviar a crescente pressão estratégica do Ocidente.

Em segundo lugar, embora apoiassem Moscou, procuraram evitar atrair sanções coordenadas contra o governo, as empresas

e as instituições financeiras da China. A China se recusou a vender armas à Rússia e a contornar as sanções em nome de Moscou porque preservar o acesso ao mercado global é mais importante para Pequim do que qualquer vínculo econômico com a Rússia. Mas Pequim também aproveitou o momento para dificultar a política de Washington, que tratou de associar permanentemente a resposta à Rússia com uma eventual ofensiva contra a China caso Pequim buscasse reintegrar Taiwan. Endossou as razões da Rússia para o conflito, coordenando-se diplomaticamente com Moscou ao acusar a OTAN e os EUA como atores mais que figurativos na extensão do conflito. Ademais, o governo chinês aproveitou ao máximo a importação a preços reduzidos de petróleo russo e reforçou os vínculos econômicos com a Rússia. O comércio China-Rússia cresceu 34,3% em 2022, atingindo um recorde de US\$ 190 bilhões.

Assim, a guerra da Ucrânia – o início de um questionamento aberto à ordenação neoliberal do sistema mundial de Estados, como dissemos – talvez mais do que as patentes ressalvas de Pequim à política de Moscou, iluminou a resiliência dos fatores de agregação, incômodos aos Estados Unidos, entre China e Rússia. A alergia chinesa a tudo o que se assemelhe a curto-circuitos com o mercado ocidental não significou a alteração de sua postura diante da pressão de Washington. O complexo equilíbrio da política de Pequim envolveu o papel de efeito moderador da política arriscada de Putin no tabuleiro geopolítico europeu, incluindo acordo com Biden na contenção das possibilidades de utilização de armas táticas nucleares. Mas as mesmas circunstâncias da guerra da Ucrânia permitiram a Pequim delinear com mais nitidez sua preponderância na entente com a Rússia, o que, por sua vez, alavancou Xi Jinping como líder de um bloco nascente de países que vão sendo atraídos à órbita da China: por um lado, a aliança oci-

dental liderada pelos EUA através da OTAN, incluindo aliados como Japão e Austrália; por outro lado, uma informal aliança entre a China e a Rússia, com a presença de países da Ásia Central, e a ambiguidade de potências regionais importantes como a Índia, que não se alinharam com os EUA no tema da guerra, mesmo sem apoiar abertamente a Rússia na Ucrânia. A cúpula da Organização de Cooperação de Xangai de 2022 no Uzbequistão expôs a preponderância chinesa no interior dos países marginalizados da “ordem neoliberal” norte-americana, tanto nas contradições desse bloco informal quanto na convergência dos principais elementos (Xi Jinping e Vladimir Putin) no antagonismo a Washington.

Há raízes históricas complexas para a relação sino-russa. A partir do momento em que a República Popular da China foi fundada, em 1949, suas relações com a União Soviética e, posteriormente, com a Rússia passaram por estágios distintos e mesmo contrapostos, de um período de aliança a um período de confronto, culminando na era de cooperação e parceria estratégica atual (Wijk, 2016; Lukin, 2018). O que começou como uma parceria entre duas burocracias politicamente dominantes, mediante a expropriação dos triunfos revolucionários da classe trabalhadora (stalinistas e maoístas) durante a década de 1950, se transformou em interação animosa e confrontativa entre Estados operários degenerados (União Soviética) e deformados (China) do início da década de 1960 ao final da década de 1970. Entre 1978 e 1989, houve um período de normalização das relações e abandono da postura de mútua hostilidade por parte das burocracias; a partir da década de 1990, com a restauração capitalista na União Soviética, a queda do Muro de Berlim e o triunfo do imperialismo estadunidense com o advento do neoliberalismo, China e Rússia passaram a aprofundar

seus laços de desconfiada amizade, parceria tornada estratégica com a restauração do capitalismo na própria China (Wijk, 2016).

A partir de meados da década de 1990, a relação de forças econômicas entre China e Rússia se transformou, com efeitos diferentes, diante dos respectivos processos de restauração capitalista. Como explica Perry Anderson (2018), a Rússia, uma potência industrial urbana durante as décadas finais da União Soviética, se enfraqueceu drasticamente, enquanto a China, um país empobrecido, isolado e de economia majoritariamente rural, se fortaleceu (Anderson, 2018), por efeito da absorção por parte da burocracia restauradora de todas as conquistas da Revolução de 1949. Isso foi visto pelos Estados Unidos como uma chance dourada para terminar de enterrar as possibilidades de renascimento do poderio eurasiático russo. Estrategistas norte-americanos, como o russóforo de origem polaca Zbigniew Brzezinski, chegaram a propor a fragmentação territorial da Rússia, a fim de bloquear o que Clausewitz chamava, em seu *Da Guerra*, como o direito de ressurreição do derrotado (Clausewitz, xxx). Sem a possibilidade de executar semelhante golpe de misericórdia, Washington operou todos os movimentos necessários para cercar a Rússia com a expansão oriental da Aliança do Atlântico Norte. Em 1999, Polônia, Hungria e República Tcheca aderiram à OTAN; a expansão seguinte veio com a adesão de sete países da Europa Central e Oriental: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Essas nações foram convidadas a iniciar as conversações de adesão durante a cúpula de Praga de 2002 e aderiram à OTAN pouco antes da cúpula de Istambul de 2004. A Albânia e a Croácia aderiram em abril de 2009, antes da cúpula de Estrasburgo-Kehl de 2009. Em junho de 2017, foi a vez de Montenegro ingressar na

aliança militar; e em março de 2020, a Macedônia do Norte passou a fazer parte do guarda-chuva securitário dos Estados Unidos.

A ascensão de Putin em 1999 como presidente russo recolocou os recursos nacionais em posição de resistir à expansão estadunidense ao Oriente, parindo a ideia de que a Rússia deveria voltar sua atenção para a Eurásia, restabelecer sua zona de influência e trabalhar pela multipolarização do sistema internacional. Iniciariam duas décadas de reconstrução lenta, mas persistente, do poder capitalista russo, mas cujo cerne se encontrava no legado do parque científico e tecnológico soviético e de seu suporte à recomposição de sua indústria militar, já que economicamente o país seguiu sem demasiado lustre e força, ancorado principalmente nos excedentes de energia, sobretudo petróleo e gás natural. Mas a expansão da OTAN não incomodou apenas a Rússia, mas também a China, que, na década de 2010, a partir da ascensão de Xi Jinping, desenvolveu planos para preparar a era de “grande rejuvenescimento da nação chinesa”, o que implicava entrar em choque com as aspirações norte-americanas na Ásia-Pacífico.

A partir de então, já se podiam divisar os contornos do objetivo chinês de projeção de poder na Ásia-Pacífico, em detrimento dos Estados Unidos, para os quais a aliança com a Rússia foi crucial. Em 2007, a “Missão de Paz” sino-russa ocorreu na região de Xinjiang, na China, e na região de Chelyabinsk, na Rússia. Pela primeira vez na história do Exército de Libertação Popular, as forças armadas chinesas deslocaram tropas e aeronaves de transporte e combate por milhares de quilômetros, a fim de conduzir exercícios de ataques aéreos combinados. Em 2009, as forças navais sino-russas conduziram exercícios conjuntos no Golfo de Áden, na costa da Somália; em 2010, os exercícios conjuntos se deram no Cazaquistão como forma de assegurar aos membros da Organiza-

ção de Cooperação de Xangai, na Ásia Central, que China e Rússia eram capazes de garantir a segurança regional. Entre 2002 e 2010, a China participou de mais de 20 operações militares conjuntas, a maioria delas com a presença da Rússia. Entre 2012 e 2015, China e Rússia concentraram suas operações em exercícios navais, algo em que já se fazia sentir a influência de Xi Jinping, que busca dar primazia ao objetivo da China de conquistar a mais potente Marinha de guerra do mundo, não só quantitativa, mas também qualitativamente.

Em 2012, China e Rússia sustentaram um exercício naval conjunto chamado “Mar Conjunto 2012”, que desde então se tornou um exercício militar bilateral anual. Os exercícios de 2012, na costa chinesa do Mar Amarelo, foram dominados por operações antissubmarinos e por operações marítimas de defesa aérea. No total, 16 navios da Marinha chinesa e 4 embarcações russas tomaram parte, demonstrando a vontade, da China e da Rússia, em perpetuar as Missões de Paz nos mares. Em julho de 2013, 19 navios de superfície sino-russos, incluindo destróieres, fragatas, submarinos e aeronaves, participaram da operação “Mar Conjunto 2013”, em Vladivostok [...]. A operação “Mar Conjunto 2014” foi dominada por simulações de combate e revelaram alto grau de interoperabilidade entre as duas forças navais. O teatro de operações foi a parte nordeste do Mar da China Oriental, uma área em que a China se embate recorrentemente em escaramuças com o Japão sobre as ilhas disputadas de Senkaku/Diaoyu. Dois exercícios navais ocorreram em 2015: Interação Naval 2015, no Mar Mediterrâneo; e “Mar Conjunto 2015”, no Mar do Japão. Esta última operação, o maior exercício naval jamais realizado no Pacífico, envolveu mais de 20 navios simulando combate antissubmarinos e de defesa aérea, assim como desembarques em ilha. Exercícios militares

conjuntos com a Rússia são importantes para o Exército de Libertação Popular, porque a maestria da Rússia na utilização dos sistemas de armas que a China comprou de Moscou a habilitam a experimentar seu uso tático e estratégico. Além do mais, muitos dos exercícios militares da Organização de Cooperação de Xangai ocorrem em regiões da Ásia Central, que são de crucial importância para a luta da China contra movimentos separatistas em Xinjiang e no Tibete. Finalmente, exercícios militares conjuntos com a Rússia estão melhorando as relações sino-russas, o que evita que o programa de modernização militar da China seja percebido como uma ameaça (Pradt, 2016, p. 58-59).

A crise da Ucrânia em 2014, com a incorporação da península da Crimeia ao território russo por Putin, foi um momento chave da relação sino-russa. A atitude do governo autocrático de Moscou diante de uma provocação dos Estados Unidos, que gerou rupturas internas e os protestos do Euromaidan em Kiev, derrubando assim o governo pró-russo de Viktor Yanukovych, levou a contraprotetos nas regiões do Donbass (em Donetsk e em Luhansk, ricas em recursos minerais), que passaram a ser uma espécie de protetorado russo na Ucrânia. Em termos gerais, ainda que não tenha sustentado a anexação da Crimeia (assim como silenciara sobre a movimentação russa na Geórgia, em 2008), Pequim não criticou a conduta de Putin. A psicologia política do governo chinês pode ser encontrada nesse episódio internacional: ciosa de suas reivindicações territoriais e desconfiada das pretensões russas, Pequim não poderia apresentar sua aprovação direta a políticas anexatórias. Entretanto, a assimilação territorial dessas porções da Ucrânia pela Rússia, diante das tentativas de desestabilização

do Leste europeu pelas potências ocidentais, foi considerada como algo menos relevante, senão justificável.

Para a China, obcecada pela estabilidade social, a integridade territorial e a soberania nacional dos Estados independentes são mantras a serem defendidos com punho de ferro, e Putin demonstrou essa capacidade. Essa resposta agradou Moscou, que nutriu relações substancialmente cordiais com a China. Nas renovadas tensões no início de 2022 entre os Estados Unidos (encabeçando a OTAN) e a Rússia, sobre a questão da Ucrânia, a China tomou posição de forma algo mais enfática em favor da Rússia. Diante da concentração de tropas russas na fronteira ocidental do país, como resposta à escalada retórica do governo Biden, o embaixador chinês, Wang Yi, afirmou que “as razoáveis preocupações de segurança da Rússia deviam ser levadas a sério e resolvidas”, acrescentando que a segurança da Europa “não seria assegurada com o fortalecimento ou expansão de blocos militares”, numa referência mais do que aparente à exigência de Putin de que a OTAN não incorporasse mais nenhum país do Leste europeu⁵. O comunicado em comum divulgado por Xi e Putin, durante encontro pessoal nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 em Pequim, tornou evidente a postura da China contrária à expansão da OTAN, feita explicitamente pela primeira vez⁶. A Guerra da Ucrânia operou uma transformação na forma da entente sino-russa, adaptada à necessidade da China em preservar suas relações com o Ocidente. A configuração dessa aliança informal também sofreu modificações: acelerou

[5]. Ukraine conflict shines light on deepening ties between Beijing and Moscow. *Financial Times*, 30 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cb42163b-b3e3-4ace-817e-ce909fd72ad1>. Acesso em: 03 fev. 2022.

[6]. Xi backs Putin's opposition to Nato expansion at summit that underlines closer ties. *Financial Times*, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/8872a6ee-ebfc-4d87-aeec-5e15e4a14ff8>. Acesso em: 08 fev. 2022.

a predominância da China sobre a Rússia, que se converteu em sócia menor de Pequim. Mas o conteúdo da parceria se manteve em seus fundamentos: firmar o antagonismo à política de Washington na Eurásia, o que implica avançar o questionamento da velha ordem unipolar nascida do fim da Guerra Fria e da queda da URSS.

É fato que cada um persegue objetivos individuais ao atuar em parceria com o outro contra Washington. China e Rússia têm disputas na Ásia Central, em que as duas potências não podem ser preeminentes simultaneamente. A Rússia não tem apreço pelo mundo sinocêntrico que Xi Jinping quer impor, e Pequim enxerga Moscou como um vulnerável ponto de instabilidade no Oriente Médio e no Leste europeu. Mas embora os objetivos finais de Xi e Putin divirjam, seus objetivos intermediários os aproximam. A Rússia é mais importante no panorama global dentro da entente com a China do que sozinha. A China tem mais possibilidades de enfrentar os EUA no teatro de operações da Ásia-Pacífico, dividindo a atenção da Casa Branca em duas frentes e assegurando que, através da Rússia, a Ásia sejam obrigada a dobrar-se aos anseios de Pequim. Esse interesse comum é o principal obstáculo a sugestões de autores perspicazes como Rafael Poch, que aconselha Washington a operar um “1972 ao contrário”, ou seja, inverter a orientação política que, em meados da década de 1970, Kissinger e Nixon utilizaram para isolar a União Soviética, aproximando a China. Conselho que, aliás, foi por água abaixo com o início da Guerra da Ucrânia, que afastou definitivamente a possibilidade de uma entente russo-estadunidense contra a China; e aproximou Pequim e Moscou de uma aliança informal duradoura contra Washington.

Mas, na geopolítica, também há certos limites. Os riscos são admissíveis até se tornarem inaceitáveis. Qual seria o ponto em que os atritos sino-russos se converteriam em algo inabsorvível

para Pequim? O aumento dos preços das matérias-primas, a alta inflacionária e o risco alimentar na China podem gerar convulsões sociais que coloquem em risco a estabilidade chinesa no início do terceiro mandato de Xi Jinping. De todo modo, até agora, a política de Xi é controlar os excessos de Putin e preservá-lo de qualquer derrota categórica no âmbito da guerra, o que enfraqueceria seu principal aliado, fortaleceria o imperialismo dos Estados Unidos na Ásia e poderia acarretar deslocamentos sociais de magnitude contra as burocracias bonapartistas asiáticas, incluindo aquela situada em Pequim. Há um sutil jogo de tabuleiro sendo encenado no panorama internacional, dentro dos movimentos preparatórios de cada potência. A guerra na Ucrânia abriu novas incógnitas, e as crises econômicas e militares podem colocar variantes da luta de classes que mudem os cálculos de todos os atores envolvidos nas disputas capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentamos o panorama da geopolítica do governo Xi Jinping, no contexto da Guerra da Ucrânia, diante dos atores principais: Estados Unidos, seu rival estratégico; e a Rússia, sua aliada estratégica. Mostramos qual a política que a China continua através de sua participação indireta na guerra, diante da política do imperialismo estadunidense: questionar abertamente a velha estruturação da ordem global tal como foi moldada no período imediato ao fim da Guerra Fria, em que a China não tinha força suficiente para engajar-se como ator de importância no cenário internacional. A situação mudou completamente e, para Pequim, é de fundamental importância operar um reposiciona-

mento abrangente de sua participação nos assuntos capitalistas globais, no interesse de sua própria burguesia e dos planos nacionalistas do Partido Comunista Chinês.

Mas a história não é feita apenas de Estados nacionais adiantando suas opções numa mesa de negociação, como nas caricaturas de Honoré Daumier. A luta de classes tem um papel fundamental no desenlace dos acontecimentos humanos. Não em menor medida na China, onde vimos, nos últimos meses, um número recorde de greves operárias, fruto da desaceleração econômica, os efeitos tardios da regressão industrial pela pandemia do coronavírus e a queda das exportações⁷. Estruturalmente, o padrão de acumulação chinês precisa se modificar com maior atenção dada à segurança das globais de valor, orientação tomada pelo próprio governo Joe Biden em função das dificuldades econômicas dos Estados Unidos. A crise da empresa imobiliária *Evergrande* obrigou Xi Jinping a constatar que o ramo da construção civil não pode mais ser o principal motor dinâmico da China, como foi nos últimos 40 anos, o que é um tema de preocupação substancial no marco da crise mundial. Depois de 30 anos em que milhões de trabalhadores deixaram suas aldeias rurais para as cidades, a maior migração da história humana agora diminuiu substancialmente. Isso muda o quadro da demanda por imóveis na China, responsável pelo maior *boom* imobiliário da história da humanidade. Ao encolhimento das cidades e à redução populacional, liga-se a mudança do padrão de crescimento chinês, que pós-2008 passou a transitar para centrar-se no mercado interno e na produção de alta

[7]. REUTERS. Tumbling exports feed worker unrest in world's factory China. 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/tumbling-exports-feed-worker-unrest-worlds-factory-china-2023-06-14/>.

tecnologia, afastando-se da dependência do investimento estatal em iniciativas industriais baseadas em trabalho intensivo, orientadas à exportação.

Assim, múltiplas forças estruturais estão operando na China, que não projetam mares tranquilos para a nau de Xi Jinping. Algo semelhante se deu na China imperial de Qianlong. No final do século XVIII, a China dominava mais de um terço da população mundial, possuía a maior economia do mundo e, por área, era um dos maiores impérios de todos os tempos. Porém, no final da vida de Qianlong, a economia chinesa começou a declinar devido a corrupção e desperdício em sua corte e a uma sociedade civil estagnada. As medidas repressivas às revoltas camponesas não puderam mudar o curso descendente da dinastia Qing.

O mundo hoje é muito mais complexo hoje do que na época em que o mandatário manchú anexava militarmente as regiões do Tibet e de Xinjiang. A figura de Xi Jinping, que, em seu terceiro mandato, quer expandir a força chinesa na geopolítica mundial, sob a bandeira de Louis XIV, "*l'état c'est moi*", pode mergulhar as aspirações imperiais do burocrata do PCCh no turbilhão da crise mundial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Duas Revoluções**: Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.

BROWN, K. **China's World**: what does China want? London: I.B. Tauris, 2017.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GILL, B. **Daring to Struggle**: China's global ambitions under Xi Jinping. London: Oxford University Press, 2022.

LUKIN, A. **China and Russia**: the New Rapprochement. Cambridge: Polity Press, 2018.

MAHBUBANI, K. **Has China Won?** the Chinese Challenge to American Primacy. New York: Public Affairs, 2020.

MARX, K. **Grundrisse**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

O'BRIEN, P. **The economies of Imperial China and Western Europe**: debating the great divergence. London: Palgrave Macmillan, 2020.

PRADT, T. **China's new foreign policy**: military modernization, multilateralism and the China Threat. London: Palgrave Macmillan, 2016.

SUTTER, R G. **US-China relations**: perilous past, uncertain future. London: Rowman&Littlefield, 2018.

WIJK, R. Power politics: **how China and Russia reshape the world**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016.

PARTE II

A TEORIA COMO FUNDAMENTO DE UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

CAPÍTULO 2 - O MÉTODO EM MARX: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS¹

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Karl Marx (1818-1883) foi um dos intelectuais mais profícuos do século XIX, sua análise sobre o modo de produção capitalista segue atual, e consideramos que o método utilizado para desvelar as contradições da sociabilidade burguesa pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais. Nesse sentido, objetivamos, com o presente capítulo, realizar um itinerário analítico para evidenciar a construção desse método, de modo a expormos suas principais características e contribuições para a pesquisa científica nas Ciências Sociais.

Para o alcance desse objetivo, procedemos metodologicamente com o aporte bibliográfico de textos de Marx e também de Friedrich Engels (1820-1895), que refletem a questão do método, além de autores que buscaram abordar a temática mediante análise e comentários sobre a temática. Dessa forma, além desta parte in-

[1]. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

[2]. Licenciado em Geografia (UFCG); bacharel em Administração (UEPB); mestre e doutorando em Ciências Sociais (UFCG). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRAXIS/UFCG). E-mail: kleiton_wagner@hotmail.com

trodutória e das considerações finais, o presente capítulo apresenta um total de três partes principais: na primeira, empreendemos um itinerário formativo do desenvolvimento da dialética marxiana, mediante a superação realizada por Marx, do idealismo alemão; na segunda, temos em vista compreender a abordagem crítica que Marx realizou à Economia Política Clássica; e, por último e não menos importante, expomos as contribuições que o desenvolvimento desse método crítico dialético apresenta para as Ciências Sociais.

O DESENVOLVIMENTO DA DIALÉTICA MARXIANA

Entender a realidade como em constante movimento, formada por negações, contradições e sínteses, implicou para o desenvolvimento da filosofia moderna a compreensão de que os processos inerentes à sociedade não podem ser analisados de forma mecânica e estática. Segundo o revolucionário bolchevique Leon Trotsky (1879-1940), a dialética não é uma ficção e muito menos misticismo, é uma ciência das formas do pensamento, tendo em vista que não se limita aos problemas da vida cotidiana, mas a processos mais complexos (Trotsky, 1980). Ainda segundo esse intelectual, o pensamento dialético nos ensina que a análise de um fenômeno reconhece sua constante mudança e movimento, o que difere do pensamento vulgar, que tende a enxergar a realidade como uma fotografia estática.

Nesse sentido, pontuamos que Marx é um pensador da dialética, mas de uma dialética distinta daquela desenvolvida por Hegel (1770-1831), ainda que seja caudatário deste. Nascido em Tréveris, numa época em que o Estado alemão não definira sua unidade

nacional, Marx acessou a produção intelectual de sua época e localidade, de modo a se tornar um dos pesadores mais profícuos do século XIX (Mehring, 2013). Pode-se se dizer que Marx se tornou Marx a partir de um processo de desenvolvimento gradual, em que aglutina a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (Lênin, 1913).

Ainda na juventude, seus contatos iniciais com uma produção filosófica tiveram em Hegel um de seus maiores interlocutores. Tanto Marx quanto Engels participaram do movimento político-intelectual dos jovens hegelianos (hegelianos de esquerda), dos quais também faziam parte nomes como: David Strauss (1808-1874), Bruno Bauer (1809-1882) e Max Stirner (1806-1856). Esses representantes buscavam, através da crítica à obra de Hegel, fomentar a transformação da sociedade alemã, ainda impregnada pela influência cristã e dos resquícios feudais (Dal Maso, 2016). Com os debates nesse grupo de jovens e as iniciais análises de Marx quanto à sociedade alemã, logo percebeu que os hegelianos de esquerda tinham limites que precisavam ser superados mediante a crítica e a prática concreta de transformação da sociedade, não pairando assim na crítica das ideias. Nesse processo, Marx dialoga com o filósofo alemão Ludwig Feuerbach (1804-1872), que, apesar de ter realizado contribuições no tocante à crítica ao cristianismo e à dialética de Hegel, trazendo a questão alemã para o âmbito terreno, não conseguiu superar uma perspectiva idealista, por não abordar a atividade humana como objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*] e prática. Marx o superava mostrando a necessidade de mudança da realidade, e não apenas sua interpretação, conforme demonstrou na tese 11: “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007, p. 535).

Essa crítica faz parte da superação dialética de Marx em relação a Hegel, no sentido da compreensão da realidade conforme salienta no prefácio à segunda edição d'O *Capital*, de 1873, no qual atesta que seu método difere de Hegel por este ter no pensamento (ideia) o demiurgo do processo efetivo da realidade, enquanto para ele, esse pensamento seria a manifestação externa da realidade, por isso sua dialética parte do concreto material das relações sociais, considerando o ideal como o material transposto e abstraído na mente humana (Marx, 2016). N'Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx também nos esclarece um duplo erro cometido por Hegel ao considerar as expressões humanas que ocorreriam somente na forma de pensamento, por isso que o objeto enquanto ente do pensamento e o próprio sujeito, seria consciência, aparecendo apenas de forma abstrata como consciência-de-si (Marx, 2008a).

Mesmo realizando a crítica à mistificação da dialética hegeliana, Marx conheceu que este filósofo foi o primeiro a expor as formas gerais do movimento dialético. Todavia, ponderou que seria necessário superá-lo no sentido de desvelar o cerne racional das mistificações (Marx, 2020). No Posfácio de 1873 à 2ª edição d'O *Capital*, podemos encontrar uma avaliação de Marx à resenha realizada pelo economista russo Ilarión Ignátievich Kaufmann, no qual considera acertada a interpretação, uma vez que esse economista afirma que Marx desvelou o movimento do capital mediante a investigação científica (Kaufmann *apud* Marx, 2016, p.31).

Em relação à dialética empreendida por Hegel e por Marx, Engels demonstra as diferenças de perspectivas desses dois intelectuais, mostrando-nos que Hegel considerava as ideias como reflexos intelectuais dos objetos e do movimento da realidade. Desse modo, a ideia de uma determinada coisa seria preexistente a ela própria, tendo em vista que o mundo teria sido criado à imagem

de uma ideia eterna (Engels, 2010). Sobre essa questão, Marx é pontual ao evidenciar o erro de Hegel, que, em sua concepção, estava associado à própria noção do real, conforme pontua nos *Grundrisse*, versão inicial da crítica da economia política, que vinha sendo planejada por Marx e escrita entre 1857 e 1858, no qual afirma que “[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo” (Marx, 2011, p. 54-55).

Trotsky (1980) também assinala que, diferentemente de Hegel, que trabalhou com sombras ideológicas como se fossem a realidade final, Marx evidenciou o caráter dessas sombras ao mostrar que elas não refletiam outra coisa senão o movimento dos corpos materiais a partir do movimento da realidade objetiva. Engels nos chama atenção para esse fato n'O *Anti-dühring*, texto publicado em 1878 em resposta ao filósofo alemão Eugen Dühring (1833-1921), que criara uma versão vulgar do socialismo, argumentando que Hegel, de fato, era um idealista por compreender as coisas como retratos da ideia, preexistente ao próprio mundo (Engels, 2017).

Nesse sentido, o desenvolvimento e o amadurecimento de Marx em relação ao método se aprofundam por meio do entendimento de que as condições materiais da vida importam na análise e que essas condições se ligam à divisão da sociedade em classes, à opressão e à exploração da classe dominante sobre a dominada. Com 24 anos, sendo redator do jornal *A Gazeta Renana*, em 1842, deparou-se com uma problemática concreto-material relacionada ao furto de madeira das florestas localizadas na região da província do Reno (oeste da Alemanha). Essa reflexão de Marx pode ser vista n'Os *Despossuídos: debate sobre a lei referente ao furto de madeira* (Marx, 2017a), que, na cinematografia, aparece na cena inicial do filme: *O jovem Marx*, sob direção do cineasta haitiano Raoul Peck.

Conforme nos lembra o filósofo francês Daniel Bensaid (2017), Marx refletiu, em 1859, na *Contribuição à crítica da economia política*, sobre suas reflexões acerca dos estudos da Economia Política que o debate no Reno o fez se apropriar dos estudos vinculados à dimensão dos conflitos associados aos interesses materiais (Marx, 2008b).

Antes da publicação desse texto de 1858, no qual observamos um amadurecimento do autor em relação aos temas da Economia Política, percebemos suas críticas, em 1844, com 26 anos, à especulação da dialética hegeliana. Isso fica evidente na *Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito em Hegel: Introdução*, de 1844, quando argumenta que os filósofos alemães já tinham realizado a crítica à religião, especificamente num período histórico em que a Alemanha não era unificada e se caracterizava como um Estado cristão. Dessa forma, a tarefa central após essa crítica seria o desvelamento da autoalienação das formas não sagradas da sociabilidade humana (Marx, 2010). Essas críticas também aparecem n'A *Ideologia Alemã*, escrito em parceria com Engels entre os anos de 1845 e 1846, o qual demarcava um acerto de contas com o hegelianismo (Marx; Engels, 2017). Esse texto não foi publicado pelos autores, tendo em vista que o objetivo até então era o seu autoconhecimento, ficando para a crítica roedora dos ratos, conforme Engels aponta em *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, texto de 1888, quando retoma a questão da filosofia clássica alemã e a influência de Hegel sobre a intelectualidade (Engels, 2013).

No desenvolvimento de sua crítica dialética como método, destacamos que Marx não criou todas as suas concepções como se fosse um intelectual iluminado por algum espírito exterior, muito pelo contrário, um dos traços fundamentais dessa crítica foi a absorção de elementos imanentes da filosofia hegeliana, do

materialismo francês e alemão, e da economia política inglesa, que, juntamente com Engels, foi possível o desenvolvimento de uma apreensão da realidade que não a trata de forma idealista e muito menos mecanicista como os materialistas vulgares. Pelo contrário, retoma tanto a compreensão de movimento da dialética hegeliana quanto a concepção materialista, veiculada aos interesses concreto-materiais em movimento. Por esse motivo, já observando os processos vinculados às lutas de classes, considera que o poder material só pode ser derrubado pelo poder material, sem isso implicar o esquecimento da teoria, mas a elevação da teoria a um patamar de força material: “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma” (Marx, 2010, p. 152).

Esse percurso realizado por Marx em sua apreensão metodológica da sociabilidade burguesa encontra na crítica da economia política uma compreensão detalhada sobre os aspectos inerentes à questão do método. Destacamos que Engels apresenta uma considerável influência sobre Marx nesse ponto, especialmente no fato de que, ao provocar Marx acerca da Economia Política, este irá direcionar seus esforços para compreender a análise concreta da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista (Paulo Netto, 2011).

MARX COMO CRÍTICO DA ECONOMIA POLÍTICA

Nesta seção, decidimos realizar nossa exposição por dois subtópicos para uma melhor compreensão do leitor. Na primeira parte, abordamos o significado de Economia Política, de modo a diferenciarmos da Economia vulgar. Esse dado é pertinente porque, quando se fala no método em Marx, geralmente devido ao

grau de desconhecimento em relação à sua produção teórica, ou devido a simplificações mecanicistas do seu pensamento, confundem suas análises como economicistas, o que não condiz com o método desenvolvido por este intelectual. No segundo momento, refletimos sobre a crítica da economia política realizada por Marx e quais aspectos podemos nos apropriar para a compreensão do método marxiano de investigação.

ECONOMIA POLÍTICA NÃO É ECONOMIA VULGAR

Nesse movimento formativo de Marx como intelectual, os interesses materiais foram gradualmente entrando em sua análise mediante a crítica da Economia Política. A Economia, tal como conhecemos na atualidade, como uma disciplina ensinada nas universidades públicas e privadas, e chancelada pelo *mainstream* com seus modelos matemáticos e reducionistas, difere substancialmente daquela abordada por Marx. Uma primeira distinção é que, nesse período, *grosso modo*, havia a Economia Política, e não simplesmente Economia como conhecemos. Essa diferença de nomenclatura não significa apenas um detalhe lexical, mas uma alteração de objeto de investigação e forma de apreensão da realidade. Engels, ao comentar sobre a Economia Política numa concepção mais ampla, afirma que esta é uma ciência das leis que regem a produção e a troca que mantêm a vida material da sociedade. Todavia, essas leis não seriam naturais e eternas, apresentando distinções e singularidades a partir das especificidades de cada modo de produção, regime social e país (Engels, 2017).

Há o elemento histórico inerente à Economia Política, no qual não se pode encarar a realidade de forma mecânica e estáti-

ca, como se fosse possível criar modelos atemporais e aplicá-los à análise econômica das distintas sociedades e modos de produção. De modo semelhante a Engels, Rosa Luxemburgo (1871-1919) salienta que, numa determinada sociedade, mediante o trabalho, as pessoas criam bens materiais necessários à reprodução humana. Assim, como um povo executa essa tarefa, como reparte os produtos oriundos do trabalho e como os consome num ciclo constitui a Economia Política (Luxemburgo, 2019).

Avaliamos que a definição apontada pelo economista polonês Oskar Lange (1904-1965) é fecunda por aglutinar esses elementos que tanto Engels quanto Rosa pontuaram e que se associam especificamente aos elementos da produção da vida material humana, mostrando que etimologicamente o termo deriva do grego: *oikos* (casa) e *nomos* (lei), adicionado ao léxico política, que também deriva do grego *póli*, que remete a cidade-Estado. Dessa forma, o referido autor comenta que essa disciplina seria a “ciência das leis sociais que regem a produção e a distribuição de bens materiais para atender às necessidades humanas” (Lange, 1981, p. 49). Apesar de existirem contribuições antigas a respeito dessa área do conhecimento, usada, por exemplo, por Aristóteles para refletir sobre a economia doméstica, Lange (1981) salienta que o termo Economia Política foi utilizado pela primeira vez no início do século XVII, mediante os escritos do francês Antoine de Montchrestien (1575–1621) na obra *Traité de l'économie politique*, publicado em 1615.

Por outro lado, o que conhecemos hoje como Economia deriva de uma ruptura com a Economia Política realizada num período em que as armas teóricas desta ciência passaram a servir como ferramenta para apontar as contradições do modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo, as contradições entre capital e trabalho a floraram, colocando em evidência a

opressão e a exploração de classe. A burguesia, de classe revolucionária contra o *Ancien Régime*, passou a ser uma classe conservadora, buscando fazer a manutenção de sua dominação e que, no campo da economia, foi realizada por economistas que Marx denominava como vulgares, por efetuarem a simples apologia ao capitalismo, desconsiderando os princípios científicos de investigação. Marx chega a comentar sobre a Economia vulgar na nota 32 do primeiro capítulo d'O *Capital*, que muitas vezes passa despercebida, e o que ele entende por Economia Política Clássica³, em contraposição à economia vulgar. Nesta nota, ele pontua que o que ele entende por Economia Política clássica seria toda a teoria econômica produzida desde o economista inglês William Petty (1623-1687), em contraposição à economia vulgar, “que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais” (Marx, 2013a, p.156), servindo como justificativa para a produção burguesa.

O posfácio à segunda edição do *Capital* Marx (2016) também reflete que, mediante a conquista do poder político pela burguesia em países como a França e a Inglaterra, não se tratava mais para essa classe de desvelar as verdades científicas, para fazer apologia a seu modo de produção⁴. Em 1890, passados 7 anos do falecimen-

[3]. Destacamos, de acordo com Teixeira (2019), que esse arco de economistas políticos clássicos inclui, além de William Petty (1623-1687), citado por Marx, Pierre de Boisguillebert (1646-1714), François Quesnay (1694-1774), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823).

[4]. Como nos lembra o professor Giannotti (2013), o livro I d'O *Capital* foi lançado no ano de 1867; mas cinco anos antes, em 1871, economistas como o britânico Stanley Jevons (1835-1992) haviam publicado *Theory of Political Economy*, que interpreta o valor a partir de elementos subjetivos; e, na mesma década, o austríaco Carl Menger (1840-1921) e o francês Léon Walras (1834-1910) aprofundaram novos elementos que dariam origem à economia marginalista, que substituiu o homem social, ou seja, o homem inserido nas relações sociais de produção, no

to de Marx, o economista inglês Alfred Marshall (1842-1924) lançou a obra *Principles of Economics*, que sedimenta a troca da Economia Política pelo termo *Economics*.

A crítica de Marx aos economistas políticos clássicos não implicou apenas uma crítica vulgar, no sentido de diminuir o adversário, mas de compreender seu sistema de pensamento e abstrair o que há de melhor nele⁵. Por esse motivo que, em sua forma metodológica de proceder, Marx abstraiu e superou os limites das análises realizadas por esses economistas. E não por acaso, Marx dialogou com nomes como Adam Smith e David Ricardo, justamente por compreender que esses intelectuais forneciam subsídios para a compreensão do modo de produção capitalista.

OBSERVAÇÃO DE MARX QUANTO AO MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA

Ao empreender a análise sobre a Economia Política Clássica, Marx nos adverte, na terceira parte da *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1859, sobre o método dessa disciplina. Ele afirma que, ao se estudar determinado país a partir dessa ciência, o mais comum é iniciar a análise pela população, sua divisão em classes sociais, o estabelecimento dessa população no espaço geográfico, os distintos ramos produtivos, relações comerciais de

marco da totalidade, pelo *homo economicus* regido por fatores subjetivos e desvinculado da esfera social, sendo aceitos pela maioria dos economistas. Para uma história mais aprofundada da Economia Política clássica, recomendamos as seguintes leituras: Nunes (2007), Rubin (2014) e Teixeira (2019).

[5]. Para o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995), metodologicamente Marx imprime uma ruptura com os economistas clássicos ao demonstrar, contra a ideia individualista da produção material da vida, que esta produção é, antes de tudo, socialmente determinada (Cf. Fernandes, 2008, 2009).

exportação e importação, produção e consumo, preços das mercadorias, etc. Aparentemente, é correto iniciar as análises pelo concreto nos dados (Marx, 2008b).

Contudo, ele adverte que essa perspectiva seria equivocada uma vez que essa mesma população é uma abstração quando não consideramos as classes sociais, as quais se tornam um léxico vazio se não observamos elementos como o trabalho assalariado e o capital, que fundamentam suas existências no capitalismo. Esse primeiro método analítico seria o utilizado pelos economistas políticos da nascente disciplina, os chamados mercantilistas. Nesse método, a representação do objeto de pesquisa se volatiliza na abstração. Marx adverte que a análise não ignora as aparências, mas que, mediante o exercício da abstração, deve-se partir desse concreto imediato para abstrações mais simples, no sentido de não encerrar aí a análise, mas, de posse dessa abstração, retornar à população munido da totalidade:

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado, chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (Marx, 2008b, p. 258).

Nessa mesma linha de raciocínio, Marx chama atenção que esse modo de proceder, mediante abstrações para se chegar a de-

terminações mais simples, e seu retorno ao objeto numa rica totalidade é como os economistas políticos do século XVII procediam:

Os economistas do século 17, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidades, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado universal (Marx, 2008b, p. 258).

Essa segunda forma de proceder seria a correta, uma vez que o “concreto é a síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso” (Marx, 2008b, p.258). Nesse processo de análise, o concreto seria a síntese formada no pensamento, como um resultado ao qual chegaria o pesquisador, e não o ponto de partida da análise, embora não se possa negar a aparência e a concretude imediata do objeto, mas, a partir dela, abstraí-la, apropriar-se de suas especificidades e determinações abstratas para sua reprodução concreta pelo pensamento (Fernandes, 2012). Hegel, para quem Marx abstrai as leis da dialética por ser idealista, teria caído na ilusão de considerar o real como resultado do pensamento, que se moveria por si só (Marx, 2008b).

Essa reprodução do concreto nos marcos da totalidade é produto do cérebro, que pensa mediante abstrações e aproximações. Contudo o concreto apresenta independência em relação a esse cérebro pensante, uma vez que esse cérebro se comporta de forma especulativa (Marx, 2008b). Conforme nos lembra José Paulo

Netto⁶, em Marx, o objeto independe das vontades e dos desejos, por isso que, na análise, devemos abordar sua concretude e não como gostaríamos que ele fosse, o que nos exige o conhecimento de sua estrutura e dinâmica como o é de fato na existência real (Paulo Netto, 2011). Dessa forma, pontuamos que a análise realizada por Marx sobre o modo de produção capitalista tem essas observações que acabamos de mencionar. É preciso destacar que, durante o processo de amadurecimento e desenvolvimento intelectual de Marx, a capacidade de crítica é um dos traços basilares de seu método, e isso fica nítido na crítica realizada por esse autor à Economia Política clássica, em seus fundamentos e principais representantes, sem com isso desconsiderar os avanços realizados por intelectuais do período, mas adotando seus pontos principais e superando dialeticamente suas abordagens.

CONTRIBUIÇÃO À PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

As Ciências Sociais, enxergadas no marco da totalidade, tratam das relações e dos fenômenos sociais. Essa característica implica um rol de problemas e objetos de pesquisa dos mais variados, o que exige dos cientistas sociais uma sólida problematização na construção de seus objetos de investigação. Avaliamos que Marx

[6]. O professor José Paulo Netto é um dos mais profícuos conhecedores da produção intelectual de Marx. Especificamente sobre a questão do método, além de indicarmos Paulo Netto (2011), há também duas aulas ministradas Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), em 2016, que se encontram no canal do YouTube da professora Ivanete Boschetti. A primeira parte da aula pode ser acessada em: <https://youtu.be/zWndNoqRiq8>; e a segunda em: <https://youtu.be/Dl3Yocu-1oI> (Acesso em: 23 jul. 2023). Há também uma aula do professor Reinaldo Carcanholo sobre o valor em Marx, em que ele tece considerações sobre o método: <https://youtu.be/toDzRKSvLRc> (Acesso em: 24 jul. 2023). Também indicamos duas aulas produzidas por André Barbieri: a primeira se refere à dialética em Hegel: <https://youtu.be/qxQ8sKFT1Xk>; e a segunda, à dialética em Marx: <https://youtu.be/sG4ZGQwewUs> (Acesso em: 27 jul. 2023).

continua sendo atual para essa área do conhecimento, e suas observações quanto ao método contribuem para o desenvolvimento de pesquisas. Um dos primeiros elementos que gostaríamos de chamar atenção é a questão da neutralidade científica. Conforme nos lembra o sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy (2000), as Ciências Sociais sofrem a influência do positivismo, que advoga uma posição de pesquisa pretensamente neutra e livre de julgamentos de valor e ideologias.

Contra essa mistificação, Marx (2013a) demonstra, ao estudar a sociabilidade burguesa e ao fazer a crítica da Economia Política, que os objetos de investigação estão condicionados histórica e socialmente, que há nessa pretensa neutralidade uma posição ideológica que defende determinados valores. Todavia, isso não retira de Marx a perspectiva de busca da verdade científica mediante o procedimento de abstração, conforme nos lembra no prefácio à primeira edição de *O Capital*, ao mencionar que, no estudo de formas econômicas (e que podemos considerar também as relações sociais imbricadas nessas formas), não podemos utilizar o microscópio e muito menos reagentes químicos (em alusão às ciências naturais), mas podemos utilizar a abstração [*Abstraktionskraft*] para procedermos à investigação (Marx, 2013b). Isso implica, aos cientistas sociais, que não se pode tomar os objetos de investigação como elementos naturais, desvinculados das relações sociais que possuem uma historicidade, sendo a própria escolha do objeto, a hipótese e as técnicas de produção de análise do *corpus* empírico influenciadas por essas questões, conforme nos lembra Löwy: “[...] tanto a seleção do objeto da pesquisa como a aplicação técnica das descobertas científicas dependem dos interesses e concepções de classes e de grupos sociais que financiam [...]” (Löwy, 2000, p. 199).

Marx (2013a) estava ciente dessa consideração ao analisar especificamente o modo de produção capitalista e superar, dialeticamente, economistas burgueses como Adam Smith e David Ricardo, entendendo os limites de classes desses intelectuais e, posteriormente, o giro vulgar que a economia tomou ao abandonar a investigação científica pela apologia à dominação burguesa.

Outra contribuição do método de Marx é a orientação utilizada por esse autor quanto à apropriação dos elementos contidos nos objetos de investigação, diferenciando método de investigação do método de exposição. Ao afirmar, no posfácio à segunda edição d'*O Capital*, que a investigação deve se “apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu nexu interior” (Marx, 2016, p. 33), ele mostra que, na formulação do problema de pesquisa, deve-se proceder buscando ao máximo informações que detalhem o movimento do objeto investigado. Se, no século XIX, Marx recorreu ao arsenal bibliográfico contido na *British Library*, na contemporaneidade, com o avançar das forças produtivas e da informática, há dados e bibliografias disponíveis dos quais, a depender da especificidade do objeto investigado, o cientista deve ter conhecimento, selecionando materiais para a investigação de sua pesquisa (Paulo Netto, 2011). Tendo ciência dessa especificidade, cabe ao cientista social proceder diante de seu objeto de investigação selecionando materiais que o ajudem a captar as peculiaridades, a história, o movimento e também o zelo pela escrita e pelo estilo literário⁷ na exposição da pesquisa. Além disso, usar dados disponíveis em bancos de dados oficiais do governo (caso existam), recorrer a

[7]. Para a apreciação de reflexões sobre o estilo literário de Marx, que, muitas vezes, se expressava por metáforas, recomendamos a leitura de Ludovico Silva (2012).

fontes primárias e secundárias, acessar plataformas digitais que disponibilizem artigos acadêmicos e pesquisas já realizadas por outros cientistas, para que assim possa, de fato, contribuir com elementos adicionais ao campo de pesquisa em que está inserido⁸.

Apenas após o entendimento das especificidades do movimento do objeto investigado é que se parte para a sua exposição. Nesse momento, o(a) cientista social, tendo abstraído a rica soma de múltiplas determinações que engendram o objeto de pesquisa, procede à exposição. Esse não é um mero detalhe, uma vez que, como se expõe o conteúdo ao leitor, implica a reconstrução do objeto sobre um prisma associado ao concreto pensado, de forma que o pesquisador, ao se deparar com determinada realidade, abstrai suas determinações para enfim recompor o fenômeno estudado de forma crítica. Marx (2016) destaca que, apenas após a investigação, é possível o procedimento de exposição, a reprodução ideal da vida material. Se esse procedimento for realizado com sucesso, o pesquisador não terá mais diante de si uma construção *a priori*, mas uma construção que considera as partes articuladas numa totalidade orgânica, e não uma simples justaposição e somatório mecânico dessas partes.

Para o professor Eduardo Chagas (2011), a dialética marxiana apresenta como sujeito o real, não podendo ser caracterizada como eminentemente subjetivista e muito pouco empirista acrítica. No binômio investigação-exposição, salienta que o método de exposição (*Darstellungsmethode*) não diz respeito a uma descrição do

[8]. Indicamos aos cientistas sociais, nesse procedimento de aproximação ao objeto de investigação, a consulta de bancos que contenham acesso livre a pesquisas já realizadas. Entre os principais, indicamos: a) Periódicos Capes: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>; b) Scielo: <https://www.scielo.br/>; e c) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Todos esses sites foram acessados em: 24 jul. 2023.

objeto, mas a uma exposição crítica a partir das suas contradições. De modo semelhante, o professor Marcos Müller (1982) argumenta que, n'O *Capital*, Marx empreende a exposição mediante a análise de uma relação social inserida na materialidade da produção da vida. Dessa forma, a exposição em Marx perpassa a reconstrução, no plano ideal, do movimento sistemático do capital. Portanto, se a investigação implica o processo de apropriação, conexão interna e especificidades de um determinado fenômeno, observamos que sua exposição só pode ocorrer após essa lógica de abstração, para que assim se construa um fio condutor que aglutine as determinações que aparentemente se apresentam como concretas e reais.

Na realização desse procedimento frente ao objeto de pesquisa, cabe destacar a relação que existe entre aparência e essência. No livro III d'O *Capital*, Marx tem isso de forma clara, pois comenta que não se pode tomar a realidade como um dado *a priori*, finalizado e estático. Isso implica ao cientista social promover de modo crítico o caminho de reflexão, pesquisa e abstração, para que assim seja possível apreender o objeto a ser investigado em suas múltiplas determinações. Sem esse proceder diante da realidade objetiva, a própria ciência seria superficial: “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017b, p. 880). Isso não implica que devemos desconsiderar a aparência dos objetos que investigamos, mas entender que o trabalho do cientista social exige aproximações sucessivas, partindo dessa aparência imediata para proceder no desvelamento das conexões internas no marco da totalidade.

Outro elemento que diz respeito ao método em Marx é o marco da totalidade. Esse marco não é sinônimo de total, muito pelo

contrário: a partir da investigação de um determinado objeto de pesquisa e mediante aproximações sucessivas através da abstração para a reprodução do movimento ideal na mente do cientista, as conexões estabelecidas consideram a unidade do diverso, uma vez que o concreto só o é porque é a soma de múltiplas determinações. Aos cientistas sociais, cabe, diante de um determinado fenômeno, encontrar essas mediações e conexões, que variam de objeto para objeto. Para o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971), seria apenas na integração dos distintos fatos que alicerçam a vida social numa totalidade que o conhecimento se torna possível frente à realidade. Esse conhecimento parte das determinações simples, puras e imediatas para alcançar a totalidade concreta num processo de reprodução intelectual da realidade (Lukács, 2003). Em meios a esse exercício de abstração, no marco da totalidade, não basta apenas pesquisar, produzir dados e informações, que é o próprio processo de investigação, mas ter atenção quanto à forma de exposição desses conteúdos. O sociólogo Iuri Tonelo (2021) assinala o cuidado em não nos perdermos no exercício da totalidade, apreendendo assim as principais determinações de nosso objeto de estudo, de modo a procedermos com sua reconstituição abstraindo os principais elementos que o formam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chamamos atenção para um fato primordial: este capítulo não teve como pressuposto servir como uma espécie de manual do método em Marx para as Ciências Sociais, pois entendemos que proceder dessa forma seria contraditório ao próprio desen-

volvimento do método em Marx. Consideramos que nosso esforço está direcionado para a contribuição ao debate sobre questões metodológicas e investigativas nas Ciências Sociais, retomando a contribuição marxiana ao tema.

Essa perspectiva não implica uma posição fechada ao debate e muito menos um formato de cartilha, pois defendemos o argumento que, a partir de Marx, um dos pressupostos fundamentais para a pesquisa científica nas Ciências Sociais é que cada objeto de investigação apresenta peculiaridades, as quais, num movimento dialético, demandam do pesquisador aproximações sucessivas e esforço para que, a partir da experiência, do diálogo e do conhecimento do próprio objeto, proceda a sua investigação e exposição. Dessa forma, é o objeto que demanda do(a) pesquisador(a) aproximações sucessivas para que se possam abstrair, no marco da totalidade, determinações a este. Nesse processo de investigação para reconstrução ideal do movimento concreto-dialético do objeto, o(a) cientista social terá a capacidade analítica de perceber as peculiaridades metodológicas de sua investigação, o que implica a necessidade de dominar técnicas de construção de *corpora* empíricos e técnicas analíticas que subsidiem a investigação e, conseqüentemente, a exposição do objeto.

REFERÊNCIAS

BENSAID, D. Apresentação: Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 11-74.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese**: Revista de Filosofia, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1036>. Acesso em: 24 dez. 2021.

DAL MASO, J. Dialética e marxismo: o jovem Marx e Hegel. **Esquerda Diário**. 1º de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Dialetica-e-marxismo-o-jovem-Marx-e-Hegel>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EDIPRO, 2010.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. **Germinal**: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 131-166, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9391>. Acesso em: 8 maio 2023.

ENGELS, F. **Anti-dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.19-44.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, F. **Marx, Engels, Lênin**: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIANOTTI, J. A. Considerações sobre o método. *In*: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59-76.

LANGE, O. **Economia**. São Paulo: Ática, 1981.

LÊNIN, V. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo (1913). **Esquerda Diário**. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Lenin-As-tres-fontes-e-as-tres-partes-constitutivas-do-marxismo-1913>. Acesso em: 6 maio 2023.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. O que é a economia política? *In*: NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F.; CASTRO, F. (Orgs.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 51-117.

MARX, K. 1. Ad Feuerbach (1845). *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.533-545.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008a.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel (1844) — Introdução. *In*: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145-158.

MARX, K. Introdução. *In*: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1859: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 37-64.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, K. Prefácio à primeira edição. *In*: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b. p. 77-82.

MARX, K. Posfácio à 2ª edição de O Capital (1873). *In*: DANTAS, G.; TONELO, I. (Orgs.). **O método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016. p. 23-34.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da reprodução capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. Marx a Ludwig Kulgelmann - Londres, 6 de março de 1868. *In*: MARX, K.; ENGELS, L. **Cartas sobre o capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.p. 238-238.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2017.

MEHRING, F. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em *O Capital*. **Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas Seaf**, Belo Horizonte, v. 2, p. 15-41, 1982.

NUNES, A. J. V. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PECK, R. **O jovem Karl Marx**. França, Alemanha, Bélgica: California Filmes, 2017, 119min.

RUBIN, I.I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SILVA, L. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, A. Marx e a economia política: a crítica como conceito. *In*: NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F.; CASTRO, F. (Orgs.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.p. 25-50.

TONELO, I. **No entanto ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021.

TROTSKY, L. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

CAPÍTULO 3 - MARX, LA CRÍTICA DE POPPER Y SU VISIÓN DE LA HISTORIA

Christian Castillo¹

EL HISTORICISMO DE MARX SEGÚN POPPER

Karl Popper (1991) codificó dos de los aspectos centrales de la crítica al marxismo que luego se iban a difundir de diversas maneras en el campo de las ciencias sociales. El “historicismo”, sobre todo, y la utilización que hace Marx del “economismo”, serían los pecados de origen que impugnarían la perspectiva teórica planteada por el autor de *El Capital*:

Al pasar a criticar -con todo lo que de malo y bueno tiene- el “materialismo histórico” de Marx o, por lo menos, lo que hasta aquí hemos visto del mismo, deberemos distinguir dos aspectos diferentes. El primero es el historicismo, la afirmación de que la esfera de las ciencias sociales coincide con la del método histórico o evolucionista y, especialmente, con la profecía histórica. A mi juicio, esta preten-

[1]. Professor de Sociologia na Universidad de Buenos Aires (UBA) e de Economia na Universidade Nacional de La Plata, pesquisador do Instituto do Pensamento Socialista (IPS) – Karl Marx na Argentina e dirigente do Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS)

sión debe ser descartada sin tardanza. El segundo es el economismo (o “materialismo”), es decir, la afirmación de que la organización económica de la sociedad, la organización del intercambio de materia con la naturaleza es fundamental para todas las instituciones sociales y, en especial, para su desarrollo histórico. Este aserto es, a nuestro entender, perfectamente razonable siempre que tomemos el término “fundamental” con su vago sentido ordinario, sin insistir demasiado en su contenido. En otras palabras, no cabe ninguna duda de que prácticamente todos los estudios sociales, ya sean institucionales o históricos, pueden beneficiarse si son llevados a cabo con la vista puesta en las „condiciones económicas“ de la sociedad. Incluso la historia de una ciencia abstracta como la matemática no constituye excepción a la regla. En este sentido, puede decirse que el economismo de Marx representa un adelanto en extremo valioso, en el aspecto metodológico de la ciencia social Pero, como acabamos de decir, no debemos tomar el término “fundamental” demasiado al pie de la letra, que fue lo que le pasó, sin duda, a Marx. Debido a su formación hegeliana, sufrió la influencia de la antigua distinción entre “realidad” y “apariencia” y de la distinción correspondiente entre lo “esencial” y lo “accidental”. Dando un paso más que Hegel (y Kant), se inclinó a identificar la “realidad” con el “mundo material” (incluyendo el metabolismo del hombre) y la “apariencia” con el de los pensamientos o ideas. De este modo, todos los pensamientos e ideas tendrían que ser explicados mediante su reducción a la realidad esencial subyacente, es decir, a las condiciones económicas. Este punto de vista filosófico no es, por cierto, mucho mejor que cualquier otra forma de esencialismo (p.321-322).

Resumiendo: el materialismo histórico tendría dos aspectos centrales de los cuales uno, el historicismo, debe ser inmediata-

mente descartado y otro, el economismo, es fundamental para los estudios sociales pero a condición de no interpretarlo como Marx “demasiado al pie de la letra” a causa de su formación hegeliana y la distinción entre esencia y apariencia (digamos al pasar, por otro lado, que la crítica a esta distinción hegeliana que hace Popper es muy superficial). La definición de lo que es el historicismo que utiliza Popper es una que modifica la utilizada anteriormente. Kai Nielsen definía el Historicismo como una doctrina según la cual el conocimiento de los asuntos humanos tiene un carácter irreductiblemente histórico de modo que no puede haber una perspectiva ahistórica desde la cual comprender la naturaleza humana y la sociedad. Esto implicaba una explicación filosófica del conocimiento histórico que de razón del conocimiento correcto de las actividades humanas:

Así visto, el historicismo puede ser tenido por una doctrina filosófica que se origina en los supuestos metodológicos y epistemológicos de la historiografía crítica. A mediados del siglo XIX ciertos pensadores alemanes reaccionan contra el ideal positivista de la ciencia y el conocimiento rechazando los modelos científicos de conocimiento para reemplazarlos por otros de tipo histórico. Aplican este principio no sólo a la historia, sino también al derecho, a la teoría política y a considerables fragmentos de la filosofía. (Nielsen, 2004, p.493)

Sin embargo, el mismo Nielsen (2004) aclara a continuación:

En el siglo XX, y debido principalmente a pensadores como Popper y Hayek, cobra actualidad una concepción bastante distinta del historicismo. Para éstos, ser historicista equivale a creer en la existencia de „leyes históricas“, a creer en una „ley

del desarrollo histórico“ y en la existencia de un patrón en la historia, e incluso de un fin, y en que su descubrimiento es la tarea central de la ciencia social. (p.494)

Efectivamente, esta última es la concepción de “historicismo” que critica Karl Popper tanto en La miseria del historicismo como en La sociedad abierta y sus enemigos. En el primero de los textos mencionados señala:

(...) entiendo por “historicismo” un punto de vista sobre las ciencias sociales que supone que la predicción histórica es el fin principal de éstas, y que supone que este fin es alcanzable por medio del descubrimiento de los “ritmos” o los “modelos”, de las “leyes” o las “tendencias” que yacen bajo la evolución de la historia. (Popper, 1999, p.17)

En su crítica Popper emparenta a Marx tanto con Hegel como con Augusto Comte y John Stuart Mil. Así el autor del Manifiesto Comunista compartiría haber optado por transformarse en un “profeta” en lugar de haberse limitado a desarrollar una “ingeniería social” que generase “tecnologías sociales” para resolver problemas puntuales y observables que permitiesen avances graduales a la humanidad.

Aunque no lo desarrollemos en entre trabajo, es interesante señalar que la crítica a Marx por expresar una supuesta filosofía de la historia de raigambre hegeliana es sostenida también por autores que están en las antípodas de Popper, como algunos de quienes se inscriben en la perspectiva “decolonial”. Por lo que en este punto, la refutación al planteo popperiano les cabe también a ellos.

La crítica de Popper a la obra de Marx está sobre todo desarrollada en La sociedad abierta y sus enemigos, particularmente de los capítulos 13 a 22. De los capítulos 13 a 17 se desarrolla lo que Popper denomina la crítica al “método de Marx”. Esta sección abarca los capítulos 13, denominado “El determinismo sociológico de Marx”; 14, llamado “La autonomía de la sociología”; 15, “El historicismo económico”; 16, “Las clases”; y 17, “El sistema jurídico y social”. La sección siguiente, del capítulo 18 al 21, la titula “La profecía de Marx”. Incluye el capítulo 18, titulado “El advenimiento del socialismo”; el 19, “La revolución social”; el 20, “El capitalismo y su destino”; y el 21, “Valoración de la profecía de Marx”.

Finalmente la tercera sección, llamada “La ética de Marx”, solo consta del capítulo 22, llamado “La teoría moral del historicismo”.

En su crítica, Popper (1991) no puede evitar partir de un reconocimiento a Marx:

No se puede hacer justicia a Marx sin reconocer su sinceridad. Su amplitud de criterio, su sentido de los hechos, su desconfianza de las meras palabras y, en particular, de la verbosidad moralizante, le convirtieron en uno de los luchadores universales de mayor influencia contra la hipocresía y el fari-seísmo. Marx se sintió movido por el ardiente deseo de ayudar a los oprimidos y tuvo plena conciencia de la necesidad de ponerse a prueba no sólo en las palabras sino también en los hechos. Dotado principalmente de talento teórico, dedicó ingentes esfuerzos a forjar lo que él suponía las armas científicas con que podría lucharse para mejorar la suerte de la mayoría de los hombres. A mi juicio, la sinceridad en la búsqueda de la verdad y su honestidad intelectual lo distinguen netamente de muchos de sus discípulos (si bien no escapó por completo, desgraciadamente, a la influencia corruptora de una educación impregnada por la dialéctica he-

geliana, „destructora de toda inteligencia“ según Schopenhauer). El interés de Marx por la ciencia y la filosofía sociales era, fundamentalmente, de carácter práctico. Solo vio en el conocimiento un medio apropiado para promover el progreso del hombre. (p.297)

Sin embargo, para Popper este reconocimiento hacía incluso más necesario el cuestionamiento a la obra de Marx. Este, al igual que Platón o Hegel, habría sido un “falso profeta”, que planteó profecías sobre el curso de la historia que no resultaron ciertas. Con sus planteos condujo:

[...] por la senda equivocada a docenas de poderosas mentalidades, convenciéndolas de que la profecía histórica era el método científico indicado para la resolución de los problemas sociales. Marx es responsable de la devastadora influencia del método de pensamiento historicista en las filas de quienes desean defender la causa de la sociedad abierta. (Popper, 1991, p.297).

Recordemos que “sociedad abierta” es un término planteado inicialmente por el filósofo Henri Bergson en referencia a sociedades que tienen gobiernos que son tolerantes y responden a los deseos e inquietudes de la ciudadanía con sistemas políticos transparentes y flexibles; con órganos del Estado que no mantienen secretos entre sí o del público. La libertad y los derechos humanos serían el fundamento de toda sociedad abierta. Popper retomó el término definiéndola como el sistema político en el cual los líderes políticos o el Gobierno son reemplazados sin necesidad de violencia o derramamiento de sangre, a diferencia de las sociedades autoritarias, en las cuales el mecanismo de reemplazo de Gobiernos es la revolución o el golpe de Estado. También la describe como

aquella sociedad en la que los individuos tienen la necesidad de tomar decisiones personales; a diferencia de las sociedades tribales o a las dominadas por el pensamiento mágico o colectivista.

Del conjunto de la evaluación popperiana de Marx, que muestra una comprensión desigual y muchas veces superficial de su obra, vamos a considerar centralmente en este trabajo aquellos aspectos que hacen a su supuesta concepción “historicista”.

LA CRÍTICA DE MARX AL PSICOLOGISMO Y A LAS “ROBINSONADAS” DE SMITH Y RICARDO

Popper (1991) le reconoce a Marx tener un método sociológico a diferencia del psicológico que caracterizaría a John Stuart Mill:

Puede hallarse una concisa formulación de la oposición de Marx al psicologismo, es decir, a la plausible teoría de que todas las leyes de la vida social deben ser reductibles, en última instancia, a las leyes psicológicas de la „naturaleza humana“, en su famosa sentencia: “No es la conciencia del hombre la que determina su vida, sino más bien la vida social la que determina su conciencia”. (p.304)

En realidad Popper (1991) admite que aunque Marx no se ocupa de Mill, pueden emplearse en su contra los argumentos que Marx utiliza contra Hegel:

Al defender y desarrollar la idea de Marx de que los problemas de la sociedad son irreductibles a los de la “naturaleza humana”, me he permitido ir un poco más allá de los argumentos realmente sostenidos por Marx. Marx nunca habló de psicologismo ni lo criticó sistemáticamente; tampoco se refería a

Mill cuando escribió la máxima citada al principio de este capítulo; toda la fuerza de esta frase se halla dirigida, más bien, contra el “idealismo” en su forma hegeliana. No obstante, en la medida en que se halla involucrado el problema de la naturaleza psicológica de la sociedad, puede decirse que el psicologismo de Mill coincide con la teoría idealista combatida por Marx. (p.313-314)

Lo que no contempla sin embargo Popper es que la lógica de esta argumentación llevaría a cuestionar la idea del “homo economicus” -llamado irónicamente por Pierre Bourdieu (1990) “homo capitalisticus”- que defienden los economistas liberales, incluido su admirado Von Hayek, al que cita favorablemente en *La miseria del historicismo*.

Más aún, Popper omite los señalamientos críticos de Marx respecto a que Smith y Ricardo parten en sus análisis del individuo aislado y no del individuo socialmente determinado, en un texto donde incluye justamente a John Stuart Mill entre los cuestionados:

Individuos que producen en sociedad, o sea la producción de los individuos socialmente determinada: este es naturalmente el punto de partida. El cazador o el pescador solos y aislados, con los que comienzan Smith y Ricardo, pertenecen a las imaginaciones desprovistas de fantasía que produjeron las robinsonadas del siglo XVIII. (MARX, 1989, p.33)

Marx (1989) extiende las coordenadas de esta crítica al contrato social de Rousseau como forma de poner en relación a los sujetos individuales. Dice:

El contrato social de Rousseau, que pone en rela-

ción y conexión a través del contrato a sujetos por naturaleza independientes tampoco reposa sobre semejante naturalismo. Éste es sólo la apariencia, apariencia puramente estética, de las grandes y pequeñas robinsonadas. En realidad, se trata más bien de una anticipación de la “sociedad civil” que se preparaba desde el siglo XVI y que en el siglo XVIII marchaba a pasos de gigante hacia su madurez. (p.33)

Esto ocurriría en la sociedad de libre competencia, donde cada individuo aparece como desprendido de los lazos naturales que en las épocas históricas precedentes hacían de él una parte integrante de un conglomerado humano determinado y circunscrito. A quienes Marx llama “los profetas del siglo XVIII”, sobre cuyos hombros se apoyan totalmente Smith y Ricardo, el individuo de ese mismo siglo (que es el producto, por un lado, de la disolución de las formas de sociedad feudales, y por el otro, de las nuevas fuerzas productivas desarrolladas a partir del siglo XVI) se les presenta como un ideal cuya existencia habría pertenecido al pasado, no como un resultado histórico, sino como punto de partida de la historia. De acuerdo a la concepción que tenían de la naturaleza humana, el individuo aparecía como conforme a la naturaleza, en tanto que puesto por la naturaleza y no en tanto que producto de la historia. Pero cuanto más lejos nos remontamos en la historia, señalaba Marx,

[...] tanto más aparece el individuo -y por consiguiente también el individuo productor- como dependiente y formando parte de un todo mayor: en primer lugar y de una manera todavía muy enteramente natural, de la familia y de esa familia ampliada que es la tribu; más tarde, de las comunidades en

sus distintas formas, resultado del antagonismo y de la fusión de las tribus. (Marx, 1989, p.34)

Es solamente en el siglo XVIII, con la “sociedad civil”, que las diferentes formas de conexión social aparecen ante el individuo como un simple medio para lograr sus fines privados, como una necesidad exterior. Pero la época que genera este punto de vista, “esta idea del individuo aislado, es precisamente aquella en la cual las relaciones sociales (universales según este punto de vista) han llegado al más alto grado de desarrollo alcanzado hasta el presente”. (Marx, 1989, p.34)

Según Marx (1989), para los economistas, entre los que incluye explícitamente a John S. Mill, las leyes de la producción, a diferencia de la distribución, son leyes naturales, independientes de la historia, “ocasión ésta que sirve para introducir subrepticamente las relaciones burguesas como leyes naturales inmutables de la sociedad in abstracto. Esta es la finalidad más o menos consciente de todo el procedimiento”. (p.37). También hay que mencionar que siendo un epistemólogo y filósofo de la ciencia, llama la atención que Popper no se haya detenido en que la concepción de ciencia que él maneja difiere de la de Marx. Fue Manuel Sacristán (1983) quien señaló que:

[...] los conceptos de ciencia que presiden el trabajo intelectual de Marx, las inspiraciones de su tarea científica son no dos, sino tres: la noción de ciencia que he propuesto llamar normal, la science; la noción hegeliana, la Wissenschaft (...) y una inspiración joven-hegeliana, recibida de los ambientes que en los años treinta del siglo pasado [XIX], a raíz de la muerte de Hegel, cultivaban críticamente su herencia, ambientes en los cuales vivió Marx; en ellos floreció la idea de ciencia como crítica. Scien-

ce, Kritik y Wissenschaft son los nombres de las tres tradiciones que alimentan la filosofía de la ciencia implícita en el trabajo científico de Marx, así como este trabajo mismo. (p.322-323)

Popper, por su parte, sostiene una concepción de ciencia equiparable a la “science” o “ciencia normal” en los términos de Sacristán, también denominada “inglesa” o “positivista”.

LA “PROFECÍA” DE MARX

El historicismo de Marx sería según Popper (1991) un “historicismo económico”, que llevaría a la impotencia de la política: “El historicismo económico es el método aplicado por Marx al análisis de los cambios inminentes de nuestra sociedad” (p.350). En él se fundaría la supuesta “profecía” de Marx sobre el advenimiento inevitable del socialismo.

Para Popper (1991) esta “profecía” sería una “argumentación íntimamente entretrejida” (p.351) y consta de tres pasos, de los cuales solo el primero está exhaustivamente tratado en El Capital. Este primer paso sería el análisis de las fuerzas económicas fundamentales del capitalismo y su influencia en las relaciones entre las clases. El segundo paso, a su vez, conduce a la conclusión de que es inevitable la revolución social. Y el tercero lleva a la predicción del advenimiento de una sociedad sin clases, esto es, socialista (Popper, 1991, p.351). Veamos cómo lo expresa el epistemólogo austríaco:

En el primer paso de su razonamiento, Marx ana-

liza el método de la producción capitalista y comprueba que existe una tendencia hacia el aumento de la productividad del trabajo, relacionada con los progresos técnicos, así como también con lo que él denomina la acumulación creciente de los medios de producción. Partiendo de esta base, el razonamiento lo lleva a la conclusión de que en la esfera de las relaciones sociales entre las clases, esta tendencia debe conducir a la acumulación de más y más riqueza en menos manos cada vez; es decir, que se observará una tendencia hacia el aumento de riqueza y la miseria; de riqueza en la clase gobernante, la burguesía, y de miseria en la clase gobernada, la de los trabajadores [...]. En el segundo paso del razonamiento, se da por descontado el resultado del primer paso. Y de allí se extraen dos conclusiones: primero, que todas las clases, salvo una pequeña burguesía gobernante y una vasta y explotada clase trabajadora tienden a desaparecer o a perder todo significado, y segundo, que la creciente tensión entre estas dos clases debe conducir a una revolución social [...] En el tercer paso del argumento se dan por sentadas, a su vez, las conclusiones alcanzadas en el segundo paso, infiriéndose, por último, la conclusión final de que, tras la victoria de los trabajadores sobre la burguesía, verá la luz una sociedad compuesta de una sola clase o, lo que es lo mismo, una sociedad sin clases, una sociedad sin explotación; verá la luz el socialismo. (Popper, 1991, p.351-352)

Esta construcción popperiana de lo que sería la “profecía” de Marx solo puede plantearse a condición de eliminar lo que constituye un elemento fundamental de la explicación marxiana del desarrollo histórico, esto es, la lucha de clases que, por definición,

incluye pronósticos alternativos en función de qué clase resulte triunfadora o la decadencia de un determinado tipo de sociedad ante la irresolución de esta lucha. Como ya se sostiene en el Manifiesto Comunista:

La historia de todas las sociedades hasta nuestros días es la historia de la lucha de clases. Libre y esclavo, patricio y plebeyo, señor y siervo, maestro y oficial; en una palabra, opresores y oprimidos, enfrentados siempre, mantuvieron una lucha ininterrumpida, velada en ocasiones, y en otras franca y abierta; una lucha que conduce en cada etapa a la transformación revolucionaria de la sociedad o al hundimiento de las clases en pugna (Marx; Engels, 2014, p.11).

Popper obviamente no ignora la centralidad de la lucha de clases en las elaboraciones de Marx y de hecho le dedica un capítulo en *La sociedad abierta y sus enemigos* a la centralidad que da Marx a las clases sociales. Pero solo limita su análisis a la pertenencia de los individuos a grupos sociales más amplios y omite que la propia definición de “lucha de clases” implica inevitablemente un resultado abierto para el desarrollo histórico. Digamos también Popper también se basa en una interpretación bastante vulgar de lo que implica la utilización de Marx de la metáfora arquitectónica que diferencia la totalidad social entre “base económica” y “superestructura jurídica, política e ideológica”. Ya Engels (1987) respondía en su tiempo a quienes interpretaban en forma de un reduccionismo económico el materialismo histórico:

Según la concepción materialista de la historia, el

factor que en última instancia determina la historia es la producción y la reproducción de la vida real. Ni Marx ni yo hemos afirmado nunca más que esto. Si alguien lo tergiversa diciendo que el factor económico es el único determinante, convertirá aquella tesis en una frase vacua, abstracta, absurda. La situación económica es la base, pero los diversos factores de la superestructura que sobre ella se levanta -las formas políticas de la lucha de clases y sus resultados, las Constituciones que, después de ganada una batalla, redacta la clase triunfante, etc., las formas jurídicas, e incluso los reflejos de todas estas luchas reales en el cerebro de los participantes, las teorías políticas, jurídicas, filosóficas, las ideas religiosas y el desarrollo ulterior de éstas hasta convertirlas en un sistema de dogmas- ejercen también su influencia sobre el curso de las luchas históricas y determinan, predominantemente en muchos casos, su forma. Es un juego mutuo de acciones y reacciones entre todos estos factores. [...] De otro modo, aplicar la teoría a una época histórica cualquiera sería más fácil que resolver una simple ecuación de primer grado. (p.379)

De ahí que la tesis popperiana que la teoría de Marx se caracterizaría por reducir la política a la impotencia solo puede ser sostenida en base a transformar al marxismo en un economismo o economicismo exacerbado. Esta tesis, sin embargo, es difícil de sostener no solo considerando lo mencionado por Engels sino con la lectura de los textos de análisis histórico de Marx (como El 18 de Brumario de Luis Bonaparte o Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850) o, más aún, con la mecánica planteada para el paso del capitalismo al socialismo, donde un acto eminentemente político, la conquista del poder por la clase trabajadora, es una precondition para la socialización de los medios de producción y la “expro-

piación de los expropiadores”. Lejos de sostener la “impotencia de la política”, con Marx se abre un nuevo continente para la acción política revolucionaria, que será luego desarrollado por Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci y los principales referentes de la Tercera Internacional antes de su stalinización.

MARX Y SU CONCEPCIÓN DE LA HISTORIA

Pero, más allá de estos aspectos, ¿se sostiene la afirmación de que Marx era “historicista” en el sentido popperiano del término, que su teoría era alguna suerte de filosofía de la historia?

Una lectura de los textos de Marx y Engels donde tratan el tema desmiente tal planteo. Veamos. En La Sagrada Familia, por ejemplo, afirmaban:

¡La Historia no hace nada, “no posee ninguna inmensa riqueza”, “no libra combates”! Ante todo es el hombre, el hombre real y vivo quien hace todo eso y realiza combates; estemos seguros que no es la historia la que se sirve del hombre como de un medio para realizar –como si ella fuera un personaje particular- sus propios fines; no es más que la actividad del hombre que persigue sus objetivos (Marx; Engels, 2008, p.108).

Un párrafo que constituye un alegato categórico contra la personificación de la historia, contra darle algún tipo de sentido prefijado. Por ello no podemos más que coincidir con Daniel Bensaïd (2003) cuando refiriéndose a estas líneas señala:

Difícil rechazar más firmemente la representación

fetichista de la Historia. La Historia que “hace” algo es, todavía y siempre, una historia sagrada, que actuaría en lugar de los hombres y a sus espaldas. Una historia filosófica y especulativa. Una historia de ideólogos. La historia profana no tiene fines propios. (p.31)

Señalemos que esta crítica a una visión teleológica del desarrollo histórico se encuentra en una obra que Althusser sitúa aún en el período de “juventud” de Marx, más precisamente en el momento “racionalista comunitario” del período 1842-1845. Recordemos que para el filósofo francés las “Obras de Juventud” de Marx iban de 1840 a 1844, expresando un momento aún “ideológico” en sus elaboraciones. En 1845, en *La Ideología Alemana* (con las Tesis sobre Feuerbach como “borde anterior extremo” de esta ruptura) Marx produciría una “ruptura epistemológica”, que abriría un período “científico” en su obra, que a su vez puede dividirse en tres momentos diferentes. Las “Obras de Ruptura” de 1845 (esencialmente “*La Ideología Alemana*”); las “Obras de la Maduración” de 1845 a 1857. Y finalmente las “Obras de la Madurez” de 1857 a 1883. Según el autor de *Pour Marx*, esta “ruptura epistemológica” concernía al mismo tiempo a dos disciplinas diferentes. Por un lado, la fundación de una teoría de la historia (materialismo histórico). Por otro, una ruptura con su conciencia filosófica ideológica anterior, fundando una nueva filosofía (materialismo dialéctico). Una doble fundación en una sola ruptura (Althusser, 2004, p.24-25).

Señalo esto no por compartir la muy esquemática periodización de Althusser sino para notar que la crítica a una visión teleológica de la historia está cuestionada por Marx desde sus obras de “juventud”.

Vayamos ahora al momento de la “ruptura epistemológica”. En *La Ideología Alemana* se profundiza la misma línea de reflexión que habíamos señalado en la cita de *La Sagrada Familia*:

La historia no es sino la sucesión de las diferentes generaciones, cada una de las cuales explota los materiales, capitales, y fuerzas productivas transmitidas por cuantas la han precedido; es decir, que, por una parte, prosigue en condiciones completamente distintas la actividad precedente, mientras que, por otra, modifica las circunstancias anteriores mediante una actividad totalmente diversa, lo que podría tergiversarse especulativamente, diciendo que la historia posterior es la finalidad de la que la precede, como si dijésemos, por ejemplo, que el descubrimiento de América tuvo como finalidad ayudar a que se expandiera la Revolución Francesa, interpretación mediante la cual la historia adquiere sus fines propios e independientes y se convierte en una “persona junto a otras personas” (...), mientras que lo que designamos con las palabras “determinación”, “fin”, “germen”, “idea”, de la historia anterior no es otra cosa que una abstracción de una clase revolucionaria, acerca de cuyas premisas ya hemos dicho arriba lo necesario. (Marx; Engels, 1985, p.51-52)

Mera sucesión de diferentes generaciones, sería una tergiversación especulativa plantear que la historia posterior es la finalidad de la que la precede. Difícil encontrar planteo más claro contra pensar una historia con sentido prefijado, que sea algo distinto de lo que hacen quienes protagonizan el proceso histórico. También en *La Ideología Alemana*, Marx y Engels arremeten contra la visión

hegeliana de la universalización de la historia como expresión del cumplimiento de la Idea. Como bien señala Bensaïd (2003):

La historia se universaliza, no porque tienda al cumplimiento de su Idea, o porque haya aspirado a un fin del que sacaría retrospectivamente su unidad significativa, sino simplemente en función de un proceso de universalización efectiva. Si la “existencia empírica actual de los hombres” se extiende ya “en el plano de la historia mundial”, si “hombres empíricamente universales viviendo la historia mundial” suceden a “individuos viviendo en el plano local”, es en razón de la mundialización real de la economía y de la comunicación. La historia escapa, entonces, a la abstracción distanciada de los individuos para convertirse en “existencia histórico-universal de los individuos, es decir, existencia de los individuos directamente vinculada a la historia universal”. Ya no es más el cumplimiento de un destino genérico, así como el presente ya no es el objetivo predeterminado del pasado. (p.45-46).

Mostrar que la historia pasada no tenía como destino ineludible el presente es uno de los temas recurrentes de este texto, donde se saldan cuentas al respecto con Max Stirner y Bruno Bauer pero también con Hegel y Feuerbach. A Stirner le critican presentar a la historia dando giros “únicos” mostrando que sus últimos resultados expresaban una suerte de “misión” que se planteaba de suyo. La “misión” que se habría propuesto la institución de la propiedad de la tierra sería el despojo de los hombres para sustituirlos por ovejas; o la proclamación de los Capetos se habría planteado la “misión” de haber llevado a Luis XVI a la guillotina.

La filosofía hegeliana de la historia es señalada como la expresión más pura de toda la historiografía alemana que gira en torno a pensamientos puros y no en torno a intereses reales, ni siquiera intereses políticos. Cuestión que luego Bauer (llamado irónicamente “San Bruno” por Marx) se representará necesariamente como una serie de pensamientos que se devoran los unos a los otros, hasta la aparición de la “autoconciencia”. Y nuevamente Stirner es criticado por volverse de espaldas a la historia real y presentar todo el proceso histórico “como una simple historia de „caballeros“, bandidos y espectros, de cuyas visiones sólo acierta a salvarse él, naturalmente, por la „no santidad“. Esta concepción es realmente religiosa”. (Marx y Engels, 1985, p.42)

Incluso cuando se deciden a tratar temas históricos, por ejemplo, el siglo XVIII, Stirner y Bauer son acusados de limitarse a ofrecer la historia de las ideas, desconectada de los hechos y los desarrollos prácticos que les sirven de base, moviéndose por el propósito exclusivo “de presentar esta época como el preámbulo imperfecto, como el antecesor todavía incipiente de la verdadera época histórica, es decir, del período de la lucha entre filósofos alemanes (1840- 1844)” (Marx y Engels, 1985, p.44). Escribir una historia anterior con el fin que brille la fama de una persona no histórica y sus fantasías sería la explicación de que sean pasados por alto los acontecimientos históricos reales, incluso las injerencias políticas en la historia. De esta mera construyen un relato basado en “chismes literarios” y no en estudios de la realidad histórica.

Como señala Bensaïd (2003) sintetizando algunas de las conclusiones de La Ideología Alemana: “La historia presente y futura no es el objetivo de la historia pasada. Trivial „sucesión de generaciones“, la misma no tiene más sentido que la trivial genealogía de las ballenas” (p.39). Y más adelante:

Marx pone en práctica una „teleología inmanente“incomprendida por la mayor parte de sus críticos, que desconocen a Spinoza. En cuanto a la utopía, sobrevive al precio de sutiles metamorfosis, no como invención arbitraria del futuro, sino como un proyecto que se impulsa a sí mismo hacia el horizonte del futuro. Desde ahora, no hay ciudad futura, ni el mejor de los mundos. Sino una lógica de la emancipación enraizada en el conflicto. (p.41)

historia sagrada -la historia de las ideas” (Marx; Engels, 1987, p.17)

Una vez saldadas las cuentas con su “conciencia filosófica anterior” Marx y Engels solo tratan episódicamente un tema que consideraban superado. Sin embargo, cuando lo retoman ocasionalmente vemos que su concepción se mantuvo a través de los años. En un pasaje célebre de Miseria de la Filosofía Marx (1987) plantea:

Los economistas proceden de singular manera. Para ellos no hay más que dos clases de instituciones: unas artificiales y otras naturales. Las instituciones del feudalismo son artificiales y las de la burguesía son naturales. Aquí los economistas se parecen a los teólogos, que a su vez establecen dos clases de religiones. Toda religión extraña es pura invención humana, mientras que su propia religión es una emanación de Dios. Al decir que las actuales relaciones -las de la producción burguesa- son naturales, los economistas dan a entender que se trata precisamente de unas relaciones bajo las cuales se crea la riqueza y se desarrollan las fuerzas productivas de acuerdo con las leyes de la naturaleza. Por consiguiente, estas relaciones son en sí leyes naturales, independientes de la influencia del tiempo. Son leyes eternas que deben regir siempre la sociedad. De modo que hasta ahora ha habido historia, pero ahora ya no la hay. Ha habido historia porque ha habido instituciones feudales y porque en estas instituciones feudales nos encontramos con unas relaciones de producción completamente diferentes de las relaciones de producción de la sociedad burguesa, que los economistas quieren hacer pasar por naturales y, por tanto, eternas. (p.77)

Pero no es solo la crítica a Hegel y los neohegelianos de La Ideología Alemana. Proudhon también era cuestionado por Marx por ver en la historia la realización del progreso:

El señor Proudhon ve en la historia cierta serie de desarrollos sociales; encuentra el progreso realizado en la historia; finalmente, descubre que los hombres, como individuos, no sabían lo que estaban haciendo y estaban equivocados acerca de su propio movimiento, es decir, su desarrollo social parece, a primera vista, ser distinto, separado e independiente de su desarrollo individual. El autor no puede explicar estos hechos y de improviso surge la hipótesis de la de la razón universal que se revela a sí misma. Nada más fácil que inventar causas místicas, es decir, frases que carecen de sentido común. (Marx; Engels, 1987, p.15)

Al no comprender el movimiento real de la historia, Proudhon construye una fantasmagoría que se pretende dialéctica, transcurriendo su historia no en la realidad de lo ocurrido en los siglos XVII, XVIII y XIX, sino en el nebuloso reino de la imaginación:

“En una palabra, no es historia sino antigualla, no es historia profana -la historia de los hombres- sino

Años después, en una carta que envía a la redacción de una publicación rusa acerca de una crítica sobre *El Capital* señala:

Mi crítico quiere metamorfosear mi esbozo histórico de la génesis del capitalismo en el Occidente europeo en una teoría histórico-filosófica de la marcha general que el destino le impone a todo pueblo, cualesquiera sean las circunstancias históricas en que se encuentre, a fin de que pueda terminar por llegar a la forma de la economía que le asegure, junto con la mayor expansión de las potencias productivas del trabajo social, el desarrollo más completo del hombre. Pero le pido a mi crítico que me dispense (...) sucesos notablemente análogos pero que tienen lugar en medios históricos diferentes conducen a resultados totalmente distintos. Estudiando por separado cada una de estas formas de evolución y comparándolas luego, se puede encontrar fácilmente la clave de este fenómeno, pero nunca se llegará a ello mediante el pasaporte universal de una teoría histórico-filosófica general cuya suprema virtud consiste en ser suprahistórica. (Marx; Engels, 1987, p.290).

Queda claro que Marx y Engels no tienen una concepción lineal del progreso o una visión evolutiva y homogénea del proceso histórico. Pretendiendo que su visión sería un “historicismo económico” Popper y otros críticos se construyeron un adversario a medida, pero que no resiste la prueba del análisis. Esta concepción donde la historia no tiene un sentido prefijado, donde no es “una teoría histórica filosófica de la marcha general que el destino le impone a todo pueblo”, como plantea Marx en la cita anterior, va acompañada de una visión de la totalidad social donde conviven tiempos históricos diferentes. Es una nueva escritura de la historia que introduce las nociones decisivas de contra-tiempos o de

no-contemporaneidad (Bensaïd, 2003, p.48). Veamos dos ejemplos.

Primero en *El Capital*, en el Prólogo a la primera edición:

Además de las miserias modernas, nos agobia toda una serie de miserias heredadas, resultantes de que siguen vegetando modos de producción vetustos, meras supervivencias, con su cohorte de relaciones sociales y políticas anacrónicas. No sólo padecemos a causa de los vivos, sino también de los muertos. (Marx, 2002, p.7)

Luego un pasaje clásico en *El dieciocho Brumario* de Luis Bonaparte:

Los hombres hacen su propia historia, pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias elegidas por ellos mismos, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y les han sido legadas por el pasado. La tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla al cerebro de los vivos. Y cuando estos aparentan dedicarse precisamente a transformarse y a transformar las cosas, a crear algo nunca visto, en estas épocas de crisis revolucionaria es precisamente cuando conjuran temerosos en su auxilio los espíritus del pasado, toma prestados sus nombres, sus consignas de guerra, su ropaje, para, con este disfraz de vejez venerable y este lenguaje prestado, representar la nueva escena de la historia universal. (Marx, 2018, p.197)

Una totalidad social resultado de un “desarrollo desigual y combinado”, como diría luego Trotsky. Una nueva escritura de la historia, como señalamos, que rompe con toda idea de una “historia sagrada” para sustituirla por una “historia profana”, una histo-

ria abierta a distintos posibles, con la lucha de clases, y sus posibles resultados alternativos, como “motor”.

UNA IRONÍA DE LA HISTORIA

Por último, hagamos una referencia a la evaluación que realiza Popper respecto de lo ocurrido con las “profecías” de Marx. Para él los análisis de Marx respecto a las condiciones del capitalismo en la Inglaterra del siglo XIX eran completamente justos. Pero lo que Marx no habría previsto era la posibilidad del intervencionismo económico, que sería la característica dominante del capitalismo de mediados del siglo XX, la época en la que Popper escribe los dos libros que venimos mencionando:

Si alguien intentara probar que el socialismo es el único sucesor posible del „capitalismo“ sin trabas de Marx, entonces nos bastaría, para refutarlo, señalar los hechos históricos. En efecto, el sistema del laissez faire hace ya mucho tiempo que ha desaparecido de la superficie de la Tierra, sin ser reemplazado, no obstante, por un sistema socialista o comunista, tal como lo entendía Marx. Sólo en una sexta parte del planeta, ocupada por Rusia, encontramos un sistema económico donde, de acuerdo con la profecía de Marx, los medios de producción son propiedad del Estado, cuyo poderío político no demuestra, sin embargo -a diferencia de lo profetizado por Marx- la menor inclinación a marchitarse. La realidad es que en todo el mundo el poder político organizado ha comenzado a cumplir funciones económicas de largo alcance. El capitalismo sin trabas ha dado paso a un nuevo

período histórico, a nuestro propio período de intervencionismo político, de injerencia económica por parte del Estado. El intervencionismo ha adquirido diversas formas: tenemos la variedad rusa, la forma fascista del totalitarismo, y el intervencionismo democrático de Inglaterra, Estados Unidos y de las llamadas „democracias menores“ con Suecia a la cabeza, donde la tecnología de la intervención democrática ha alcanzado hasta ahora su nivel más elevado. (Popper, 1991, p.355).

Ironía de la historia, los más de cuarenta años que llevamos de neoliberalismo han sido la exaltación de la vuelta a un “capitalismo sin trabas” que Popper consideraba superado. Las ideas de su amigo Von Hayek fueron parte del arsenal fundamental con el cual se justificó el ataque contra el “intervencionismo político” que ponderaba Popper como evidencia del fracaso de la “profecía” de Marx. Desde entonces la desigualdad social y la precarización del empleo han ido de la mano. La concentración de la riqueza en un puñado de grandes propietarios en un polo y la generalización de la pobreza en el otro son moneda corriente del capitalismo del siglo XXI. En particular desde la crisis capitalista de 2008 el mundo se ha vuelto económica, política y socialmente más convulsivo. Hoy, a partir de la invasión de Rusia de Ucrania (que cuenta con el apoyo de la OTAN) una guerra se está desarrollando en plena Europa, con el temor de que escale hacia un enfrentamiento con armas nucleares.

Rebeliones populares vienen dándose con frecuencia, a la vez que la situación política de muchos países se polariza a izquierda y derecha, con fuerzas de extrema derecha que despliegan un arsenal político e ideológico cada vez más reaccionario. La lucha

de clases amenaza volverse cada vez más intensa. La crisis socio ambiental se expresa en eventos climáticos extremos cada vez más frecuentes. Marx no era un profeta como lo calificaba Popper. Engels tampoco. Solo lograron ver más allá que nadie en el análisis del modo de producción capitalista, desnudando sus contradicciones y tendencias históricas. La posibilidad de que la humanidad pegue un salto civilizatorio, de la prehistoria a la historia humana como decía provocativamente Marx, tenían que ver como una posibilidad abierta a partir de las condiciones materiales generadas por el propio capitalismo, no con una inevitabilidad del proceso histórico. Socialismo o barbarie, difícil pensar un momento donde estas alternativas civilizatorias se planteen tan crudamente como en nuestro tiempo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **La revolución teórica de Marx**. México: Siglo XXI Editores. 2004.

BENSAÏD, D. **Marx intempestivo**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Herramienta. 2003.

BOURDIEU, P. **Sociología y cultura**. México DF, México: Editorial Grijalbo. 1990.

MARX, K. **El capital** (Tomo Primeiro – Vol.1). Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores Argentina. 2002.

MARX, K. “El dieciocho brumario de Luis Bonaparte”, en MARX, K; ENGELS, F. **Revolución** (compilación), Buenos Aires, Argentina: Ediciones IPS. 2018.

MARX, K. “Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850”, en MARX, K. y ENGELS, F. **Revolución** (compilación), Buenos Aires, Argentina: Ediciones IPS. 2018.

MARX, K. **Introducción general a la crítica de la economía política, 1857**. México DF, México: Siglo Veintiuno Editores. 1989.

MARX, K. **Miseria de la filosofía**. México DF, México: Siglo XXI Editores. 1987.

MARX, K; ENGELS, F. **La ideología alemana**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Pueblos Unidos y Editorial Cartago. 1985.

MARX, K; ENGELS, F. “**Carta de Engels a J. Bloch, 21 de septiembre de 1890**”, en Correspondencia. Buenos Aires, Argentina: Editorial Cartago. 1987.

MARX, K; ENGELS, F. “**Carta de Marx a P. V. Annenkov, 28 de diciembre de 1846**”, en Correspondencia. Buenos Aires, Argentina: Editorial Cartago. 1987.

MARX, K; ENGELS, F. “**Carta de Marx al director de Otiéchesviennie Zapiski, fines de 1877**”, en Correspondencia. Buenos Aires, Argentina: Editorial Cartago. 1987.

MARX, K; ENGELS, F. **La sagrada familia**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Claridad. 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **El Manifiesto Comunista**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones IPS. 2014.

NIELSEN, K. “Historicismo”, in Audi, R. **Diccionario de Filosofía**. Madrid, España: Akal. 2004.

POPPER, K. **La sociedad abierta y sus enemigos**. Barcelona, España: Editorial Paidós. 1991.

POPPER, K. **La miseria del historicismo**. Madrid, España: Alianza Editorial. 2006.

SACRISTÁN, M. **Panfletos y materiales I**. Sobre Marx y el marxismo. Barcelona, España: Icaria Editorial. 1983.

CAPÍTULO 4 - CINCO LIÇÕES LEGADAS PELA COMUNA DE PARIS¹

Soraia de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Mais de um século e meio nos separam da Comuna de Paris. Entre 1871, quando despontou a primeira revolução proletária, e os dias de hoje, tivemos uma série de revoluções e contrarrevoluções. O presente capítulo resgata ensinamentos coletados nos autores clássicos do marxismo: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo. A escolha se deve a um soterramento da perspectiva revolucionária, após muitos retrocessos políticos e organizativos, que levam organizações e teóricos que se apresentam como revolucionários a, na prática, negar os ensinamentos propiciados pela própria experiência da classe operária internacional a respeito das formas transitórias de poder político e à estratégia correspondente ao programa de superação do capitalismo. As

[1]. Versão revisada e ampliada do texto de preparação para a intervenção realizada na no debate da TV A Comuna, *Lições da Comuna de Paris* (2023).

[2]. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

ondas recentes de governos de extrema direita e com tendências fascizantes, no Brasil e no mundo, estabelecem uma polarização entre extrema direita e centro-esquerda, que se reveste de um embate entre fascismo e democracia, impossibilitando reflexões e debates que possam transpor os marcos do modo de produção capitalista.

A sistematização aqui realizada tem como objetivo propiciar às novas gerações o contato com ensinamentos legados pela “escola” dos movimentos da classe oprimida, sendo a Comuna de Paris um episódio de grande riqueza. Marx, Engels, Lênin e Trotsky e tantos outros revolucionários estudaram minuciosamente as lições da Comuna. Em *O Estado e a revolução* (2007), Lênin mostra como Marx buscou aprender com a experiência da classe operária francesa, neste episódio, postura coerente com o materialismo histórico e dialético.

Não há a menor parcela de utopismo em Marx. Ele não inventa, não imagina, já prontinha uma sociedade “nova”. Não, ele estuda, como um processo de história natural, a gênese da nova sociedade saída da antiga, as formas intermediárias entre uma e outra. Baseia-se na experiência do movimento proletário e esforça-se por tirar dela lições práticas (Lênin, 2007, p. 67).

O aprendizado com a experiência histórica da classe depende também de uma postura crítica rigorosa, não para julgar os que ousaram tomar o céu de assalto, mas para honrar seu heroísmo fazendo com que o sacrifício não tenha sido em vão. O socialismo científico é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. E, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento e assimilação são condições para que as massas operárias possam conquis-

tar sua independência de classe e impulsionar a transformação social de forma consciente. À luz dos progressos da organização operária e da experiência adquirida na Comuna de Paris, Marx e Engels, no prefácio do *Manifesto do Partido Comunista*, de 24 de junho de 1872, indicaram que o programa mereceria ser atualizado e reafirmaram as conclusões de *A Guerra Civil na França* de que: “[...] a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos” (Marx, 2008, p. 399).

Na relação de Lênin com a Comuna, nota-se a mesma postura militante de aprender com as lições dadas pelos que lutaram antes de nós. Sua obra *O Estado e a Revolução* expõe o quanto assimilar as conquistas e compreender as causas da derrota da Comuna foi fundamental para que a Revolução Russa de Outubro de 1917 tivesse dado origem a um Estado Operário. Lênin, inclusive, interrompeu a escrita do livro diante da crise política que antecedeu a revolução e comentou no posfácio à primeira edição: “Só temos que nos alegrar com um ‘impedimento’ dessa espécie” (Lênin, 2007, p. 139). E junto com o informe do adiamento da escrita, concluiu: “É mais útil e mais agradável fazer a ‘experiência de uma revolução’ do que escrever sobre ela” (Lênin, 2007, p. 139). Assim como a experiência da Revolução Russa passou pela escola da Comuna, qualquer projeto sério de emancipação das massas de toda exploração e opressão passa pela assimilação também da Revolução Russa de Outubro de 1917 e outras revoluções do século XX. Compreender as causas das derrotas e da restauração capitalista nos países que iniciaram a transição ao socialismo também é fundamental, embora não constitua o objetivo deste capítulo.

Na América Latina, vivenciamos experiências de levantes das massas que constituíram seus próprios organismos de poder,

como os cordões industriais no Chile, pré-golpe de 1973, e que conseguiram até mesmo desencadear processos revolucionários, como em Cuba, em 1959. Porém, entre as experiências de luta em nosso continente, podemos destacar a Assembleia Popular, de 1971, na Bolívia, que teve a particularidade de reivindicar explicitamente os ensinamentos da Comuna de Paris e dos soviets, ao mesmo tempo em que expressou as formas comunais presentes na formação social boliviana, desde os *ayllus* dos povos originários, passando pelas experiências anteriores do movimento operário, sobretudo na revolução nacional de 1952 (Carvalho, 2016).

No momento em que escrevemos este capítulo, as massas europeias lutam heroicamente contra a reforma da previdência de Macron, porém estamos distantes da luta internacionalista. A Guerra da Ucrânia ultrapassou um ano, o imperialismo norte-americano, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) prolonga a guerra e ganha a adesão de novos países, descarregando os custos da guerra sobre os ombros dos explorados. O presidente russo, Vladimir Putin, responde ao cerco militar da OTAN com os métodos burgueses da opressão nacional, violando a autodeterminação ucraniana. Certamente as lições internacionalistas dos comunardos precisam ser reaprendidas, lições de como se forja a unidade do proletariado, única via progressista para derrotar os planos bélicos da burguesia. Todos os problemas que as massas enfrentavam naquele momento histórico foram agravados após o capitalismo adentrar sua fase agonizante, o imperialismo.

A Comuna deu o sinal de que a humanidade entrava na era das revoluções proletárias. A maior contribuição dos seus 72 dias de vida foi revelar a forma política por meio da qual pode-se realizar a emancipação do trabalho, ou seja, mostrou os germes do Estado Operário, do governo das classes produtoras. Engels e Lênin, em

seu tempo, tiveram de defender as lições da Comuna contra os revisionistas do marxismo, que buscavam amputar o socialismo científico de sua dimensão militante, revolucionária e radical. A Introdução de Engels, de 1895, à nova edição de *As lutas de classes na França 1848-1850*, de Marx, foi deformada pela social-democracia alemã e ainda hoje segue ornamentando argumentações de que a via revolucionária estaria superada, atribuindo a Engels uma mudança de posição para uma via gradual e pacífica ao socialismo. Em vida, Engels protestou contra as censuras e manobras que o apresentavam como um “pacífico adorador da legalidade a qualquer preço” (Engels, 1975, tradução nossa)³.

No momento atual, temos de remover uma montanha de deformações que se avolumaram com a regressão política e organizativa do proletariado mundial, cuja maior expressão é a ausência de um partido mundial da revolução socialista. Por isso, rememorar a Comuna não se restringe a homenagear seus mártires, mas exige dar continuidade aos esforços de várias gerações de revolucionários para constituir uma direção internacional da classe operária, condição para derrubar a dominação burguesa.

Das muitas lições que podemos aprender com a Comuna, com seu heroísmo, mas também com suas debilidades, destacaremos

[3]. No ano da escrita desta Introdução, 1895, o Partido Operário Social-Democrata vivia sob uma ofensiva repressiva do governo, que havia aprovado leis especiais contra a “subversão”. Por isso, o próprio Engels moderou alguns trechos, e ainda assim teve pedidos de membros do partido para atenuar mais partes do texto. Porém, depois disso, um social democrata da ala revisionista do partido, Wilhem Liebknecht, pinçou trechos descontextualizados de Engels e os agrupou em um artigo intitulado “Como as revoluções são feitas hoje em dia”, publicado no jornal *Votwärts!* [*Avançar!*], em 30 de março do mesmo ano. A correspondência de Engels que denuncia a manipulação, mesmo quando de conhecimento de alguns revolucionários, permaneceu inédita por muitas décadas. Eis o trecho da carta de Engels a Kautsky, de 1º de abril de 1895, em que Engels protestou e solicitou a publicação do seu texto na íntegra: “Para meu espanto, vejo em *Votwärts!* hoje um trecho de minha ‘Introdução’, impresso sem meu conhecimento prévio e recortado de tal forma que parece um pacífico adorador da legalidade a qualquer preço” (Engels, 1975).

cinco: a importância da conquista da independência de classe do proletariado; a compreensão de que o Estado burguês deve ser destruído e substituído por um Estado operário, forma transitória pela qual se dará o fim da sociedade de classes; a necessidade de violência revolucionária diante da violência reacionária da burguesia; o enfrentamento à burguesia internacional, que só pode se dar por meio do internacionalismo proletário. Esses pontos nos levam a uma última lição: a necessidade de a classe operária (re)erguer sua direção internacional.

LIÇÃO Nº 1: A NECESSIDADE DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO

A Comuna de Paris é um marco do desenvolvimento político do proletariado como classe revolucionária, faz parte do alvorecer das lutas do proletariado contra a burguesia. Liga-se, fundamentalmente, às lutas de 1848, que tiveram uma dimensão continental, mas destacaremos apenas suas manifestações na França, onde o proletariado comparecia como um destacamento mais avançado em relação aos outros países. Até então, os explorados participaram dos processos revolucionários lutando contra os inimigos de seus inimigos (Marx; Engels, 2005b). Auxiliava a burguesia revolucionária em seu objetivo de derrotar a nobreza feudal. Porém, em 1848 – após mais uma vez ajudar a burguesia a recuperar o poder político, que havia sido apoderado pelos restauracionistas –, a classe operária apareceu com reivindicações e interesses próprios. Não por acaso, em 1848, é publicado o *Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2005b), o amadurecimento político da

classe se expressou simultaneamente no desenvolvimento do socialismo científico.

As obras *As lutas de classes na França - de 1848 a 1850*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil na França* (Marx, 2008b) reconstituem os acontecimentos do período, com base neles, sobretudo na terceira obra, apresentamos uma síntese a seguir. Após a revolução de fevereiro de 1848, a classe operária, junto com a burguesia, derrotou as forças restauracionistas e cobrou uma “República Social”. Ante as traições da burguesia, insurgiu e, em resposta, foi massacrada. A ressaca provocada pela traição das classes então aliadas e pela derrota do proletariado durou mais de duas décadas. Nesse intervalo, diante das divisões no seio das classes dominantes, Luís Bonaparte deu um golpe em dezembro de 1851 e, reproduzindo de forma farsesca os feitos de seu tio Napoleão Bonaparte, deu início ao II Império. A burguesia abriu mão de seu poder político direto e foi recompensada com o aumento da especulação e do desenvolvimento industrial, tendo como preço a sustentação de um governo extremamente corrupto. Luís Bonaparte desencadeou também uma política de guerras e anexações de territórios, com a promessa de recuperar as fronteiras do I Império do tio Napoleão Bonaparte, perdidas em 1814.

O chanceler da Prússia, Otto von Bismarck, soube manobrar as aspirações francesas e empurrou Bonaparte para a guerra em 1870. Com a derrota militar, em 4 de setembro, o II Império desmoronou e foi proclamada a III República, formando um governo de defesa nacional sob a direção de elementos decompostos, tendo à frente Adolphe Thiers. Na guerra, todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional, composta, naquele momento, majoritariamente por operários. Logo se desenvolveu

a oposição entre o governo dos burgueses, que se refugiou em Versalhes, e o proletariado parisiense armado, ou seja, já se desenvolvia embrionariamente a dualidade de poderes. Paris viveu um cerco de 131 dias pelos prussianos. Diante da fome, capitulou, mas a Guarda Nacional conservou suas armas e canhões. Em 18 de março, Thiers tentou roubar a artilharia da Guarda Nacional para desarmar o proletariado, mas falhou. O Comitê Central da Guarda Nacional se ergueu como um governo provisório contra o governo de Versalhes.

O manifesto do Comitê Central, de 18 de março, dizia:

Os proletários da capital, no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos [...]. O proletariado [...] compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder (*apud* Marx, 2008a, p. 399).

No dia 26 de março, houve eleições para a Comuna, dois dias depois ela foi proclamada. Mesmo sob guerra civil, em meio a uma ocupação estrangeira, as medidas adotadas pela Comuna atestam sua natureza de governo proletário e seu conteúdo popular, por tender a solucionar também os problemas das classes médias arruinadas e do campesinato endividado. A forma abstrata da reivindicação de uma “República Social”, 23 anos depois, na Comuna de Paris, adquiriu contornos mais definidos e concretos. Para ter um governo que atendesse aos interesses da maioria da sociedade, ou seja, dos operários, da pequena burguesia arruinada e do campesinato pobre, o proletariado precisava tomar o poder.

LIÇÃO Nº 2: COMO DEMOLIR O ESTADO BURGUÊS E EDIFICAR O ESTADO OPERÁRIO

Para além da constatação da necessidade de destruir a máquina do Estado burguês, a Comuna adicionou ao programa revolucionário a resposta ao problema de, após destruir o Estado burguês, o que deveria ser posto no lugar. O *Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2005b) ainda não trazia essa resposta, apenas falava genericamente na conquista da democracia, entendida como organização do proletariado como classe dominante. Foi a experiência prática da classe operária que definiu mais concretamente qual seria a forma positiva capaz de não apenas eliminar a forma monárquica de dominação de classe, mas a própria dominação de classe. O primeiro decreto da Comuna suprimiu o exército permanente e o substituiu pelo povo armado. Lição que passou a ser incorporada aos programas dos partidos que reivindicam o socialismo. Os dirigentes da Comuna foram eleitos por sufrágio universal nos bairros parisienses, com mandato imperativo e revogável. A maioria era de operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A polícia perdeu seu caráter de opressão política e passou a ser subordinada ao controle operário da Comuna, assim como todos os funcionários da administração, inclusive os juízes, sendo eleitos pelo povo. A remuneração dos representantes não poderia ultrapassar a de um salário de um operário qualificado, eliminando privilégios. Ou seja, o Estado transitório que estava sendo construído pela Comuna era uma democracia mais completa, uma democracia proletária.

A Comuna suprimiu a separação entre executivo e legislativo e instituiu uma “assembleia trabalhadora” que discutia, deliberava e executava o que deveria ser feito. A separação de poderes oculta o

em novas e livres condições sociais se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado (Engels, 2008, p. 354).

poder de classe e, sobretudo, que as decisões mais importantes dos países são tomadas nos bastidores e não nas instituições aparentes, nas quais se “tagarela” para enganar o povo. Instituiu-se que o povo tinha o poder de recrutar, entre os seus, aqueles que executariam, em seu nome, as funções administrativas e de substituí-los caso se distanciassem da vontade popular. Mostrando o antagonismo da Comuna a todas as formas de governo correspondentes ao Estado dos exploradores, Lênin expôs a essência do parlamento burguês: “decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento” (Lênin, 2007, p. 64) e criticou a social-democracia por deixar aos anarquistas o monopólio da crítica ao parlamentarismo, por ocultarem a crítica marxista a qual, inclusive, desnudou a inconsequência do próprio anarquismo, conforme se nota na trajetória de Proudhon no interior do parlamento.

Engels atribuía grande importância às lições da Comuna diante da mistificação do Estado, algo que penetrava na consciência inclusive dos operários, habituando as massas a acreditarem, desde o berço, que não haveria outra forma de administrar a sociedade, como se a república democrática fosse a forma mais aperfeiçoada de governo dos interesses gerais da sociedade. Na introdução de 1891 de *A Guerra Civil na França*, Engels se contrapôs a essa “veneração supersticiosa” do Estado e afirmou que:

[...] o Estado não é outra coisa senão uma máquina de opressão de uma classe por outra e, de fato, na república democrática não menos que na monarquia; no melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de cortar, imediatamente, o mais possível, tal como no caso da Comuna, até que uma geração crescida

O proletariado, portanto, na transição da sociedade capitalista para a comunista, necessita de uma forma transitória de poder político, um Estado operário, que herda aspectos de todo Estado, por ser um instrumento de opressão de uma classe sobre outra, porém, com a capacidade de, pela primeira vez, expressar o domínio da maioria sobre a minoria, o que abre possibilidades de ampliação da democracia, cortando os piores aspectos legados pelo Estado das classes exploradoras. É ao longo da transição que se forjam as condições materiais e os novos seres humanos capazes de se livrar de todo esse aparato governamental, na medida em que a divisão da sociedade em classes sociais deixe de existir e a propriedade seja socializada. Lênin (2007) complementou que reconhecer a natureza de opressão de classe de qualquer forma de governo não significava que o proletariado seria indiferente a suas variações. Pelo contrário, cabia ao proletariado lutar por liberdades democráticas para ter melhores condições de lutar por sua emancipação. Todos os partidos e intelectuais que se afundaram no eleitoralismo, que canalizaram as lutas das massas para o terreno parlamentar, que santificaram a democracia, ocultando seu caráter de classe, por mais que promovessem publicações e eventos em torno do tema, não tinham como homenagear verdadeiramente a Comuna, pois acabavam por deformar e ocultar seus ensinamentos.

Engels, aos 20 anos da Comuna de Paris, já mencionava o terror provocado pela palavra “ditadura do proletariado”. Nos dias atuais, o rechaço e o abandono dessa estratégia se acentuaram.

O filisteu social-democrata caiu recentemente, outra vez, em salutar terror, ao termo: ditadura do proletariado. Bem, senhores, quereis saber que rosto tem esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado (Engels, 2008, p. 355).

Apesar dessa declaração provocativa de Engels, pela imaturidade do proletariado e pela brevidade da experiência da Comuna, a ditadura do proletariado mostrou seus contornos, mas não teve condições de se afirmar. Na análise feita no momento dos acontecimentos, Marx (2008a) apontou criticamente que o proletariado resistiu em exercer a opressão sobre as classes dominantes, o que as deixou de mãos livres para conspirar e depois massacrar a Comuna. Lênin (2007) também apontou como principal debilidade da Comuna não ter se dedicado mais a quebrar a contrarrevolução burguesa, ou seja, se erguer, de fato, como ditadura do proletariado, assumindo a tarefa de oprimir a minoria burguesa, que antes oprimia a maioria operária e camponesa.

Por mais que um poder da maioria sobre a minoria seja já um grande passo para que o Estado possa definir e deixar de existir, isso não se dá de forma imediata, sobretudo quando se considera que a burguesia é uma classe mundial, assim como o proletariado, e que a revolução não acontece de forma simultânea no mundo todo.

O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente num curto espaço de tempo. Nenhuma classe historicamente definida pode sair da sua situação subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, mesmo que se tratasse de uma noite de revolução (Trotsky, 1978, p. 184).

Os elos rompidos pela luta proletária imediatamente passam a ser alvo da feroz contrarrevolução burguesa. Após as experiências revolucionárias, a burguesia desenvolveu, inclusive, formas de contrarrevolução preventiva. No caso da Comuna, França e Prússia, que, às vésperas, estavam em guerra, se uniram na repressão ao proletariado insurreto.

As medidas democráticas de eleição de representantes, revogabilidade de mandatos e fim dos privilégios de representação só atingem seu pleno significado, conforme Lênin (2007), quando combinadas com a expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em produção social. A libertação das forças produtivas contidas pelas relações de produção capitalistas e seu desenvolvimento na forma de propriedade social possibilitam formas de organização social ainda mais avançadas do que uma democracia proletária, que ainda é um governo da maioria sobre a minoria.

A partir da experiência prática dos soviets, Lênin teorizou, após a revolução de fevereiro de 1917, sobre a dualidade de poderes, afirmando que os soviets eram o mesmo tipo de Estado da Comuna de Paris de 1871, que tinha como características: 1) a iniciativa direta das massas populares (a partir de baixo) como fonte do poder; 2) o armamento direto do povo, oposto ao exército e à polícia como instituições apartadas das massas; 3) a substituição da burocracia pelo governo direto do povo, submetido ao controle das massas por meio de mandatos revogáveis e remuneração igual à de um operário qualificado. “Nisto e apenas nisto radica a essência da Comuna de Paris como tipo específico de Estado (Lênin, 1957, p. 29, grifos no original, tradução nossa)”.

Rosa Luxemburgo, à luz da experiência da Comuna e dos soviets, também incorporava os órgãos de poder criados pelas

massas a qualquer revolução proletária. Conforme seu discurso sobre o programa, no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (PCA), em 30 de dezembro de 1918, “qualquer que seja o país onde estale a próxima revolução proletária [...] o primeiro passo será a formação de conselhos de operários e de soldados” (Luxemburgo, 1918, p. 421, tradução nossa).

Rosa apresenta o programa do PCA e defende que os órgãos estatais de dominação burguesa, dos menores aos maiores, devem ser substituídos pelos conselhos de operários e soldados. Ela ressalta a importância da ação proletária de massas para dar vida aos decretos revolucionários. Luxemburgo reflete sobre a experiência da revolução alemã, de 1918, em que o sistema de conselhos instaurado na sua primeira fase foi atacado e abolido pelo governo contrarrevolucionário. Sua conclusão foi de que era necessário expandir esse sistema também para os trabalhadores rurais e camponeses.

O que pode fazer, em cada lugar da Alemanha, cada conselho de operários e soldados? Essa é a fonte do poder. Devemos minar o Estado burguês, devemos, em todas as partes, pôr fim à separação de poderes públicos, à divisão entre os poderes executivo e legislativo. Esses poderes devem se unificar nas mãos dos conselhos de operários e soldados (Luxemburgo, 1918, p. 432, tradução nossa).

Luxemburgo (2008) apontava, porém, que era necessário educar as massas para entenderem os conselhos como eixo da máquina estatal, que deveria concentrar todo o poder e ter o único propósito de realizar a revolução socialista. Este aprendizado, pela conjuntura vivida, só poderia ser realizado no próprio exercício do poder, na escola da ação. Assim, propunha uma série de medidas de desarmamento da polícia, milícia operária, eleição de supe-

riores pela tropa, tribunal revolucionário para julgar os culpados pela guerra, entre outras. O documento destaca a necessidade de suprimir os parlamentos e conselhos municipais, que seriam substituídos pelos conselhos de operários e soldados, com eleição em todo o país, com a participação dos adultos das classes trabalhadoras de ambos os sexos, na cidade e no campo. Os mandatos seriam revogáveis. Haveria um Conselho Central eleito que, por sua vez, teria um Conselho Central Executivo.

Adentrando o conteúdo das medidas aprovadas pela Comuna, é possível reconhecer seu caráter de governo verdadeiramente do povo pelo povo (Marx, 2008a). Aboliu o trabalho noturno de padeiros, proibiu o arbítrio patronal que levava a reduções salariais, entregou as fábricas fechadas ao controle das organizações operárias. Marx e Engels analisaram, porém, que foram medidas moderadas, compatíveis com a situação de uma cidade sitiada. A Comuna foi parcimoniosa diante do Banco da França, pois, em vez de o expropriar, fez modestas requisições.

O Banco nas mãos da Comuna – isso valia mais do que dez mil reféns. Significava a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes, no interesse da paz com a Comuna (Engels, 2008, p. 350).

Um outro aspecto analisado por Marx foi quanto à separação entre o Estado e a Igreja. Além de quebrar a força física da repressão, a Comuna se dedicou a quebrar sua “força espiritual”. Ao considerar que, ante o Estado, a religião é um assunto privado, a Comuna expropriou as igrejas, livrou as escolas de toda interferência da Igreja, garantiu acesso do povo à educação gratuita e livrou a ciência dos preconceitos religiosos e de classe.

LIÇÃO Nº 3: O PAPEL DA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA NO ENFRENTAMENTO À CONTRARREVOLUÇÃO

A violência revolucionária não decorre de nenhum instinto sanguinário do proletariado, mas sim da necessidade de se precaver e enfrentar a burguesia, essa sim sanguinária e vingativa, que não hesitou ao longo da história em massacrar inúmeras vezes os explorados, inclusive de forma exemplar para desencorajar novas iniciativas. A Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), redigida por Marx (2008a), atesta como, de 18 de março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária se deu livre de atos de violência. Ainda sim, os capitalistas e seus ideólogos fizeram de tudo para tachar os comunardos de violentos, usando episódios de responsabilidade da própria burguesia. A morte do General Lecomte, por exemplo, se deu quando, diante da resposta do proletariado à tentativa de roubo da artilharia em Montmartre, o general ordenou por quatro vezes que os soldados abrissem fogo contra uma multidão desarmada. Em vez de atirar sobre mulheres e crianças, os seus próprios homens atiraram contra ele. O proletariado exerceu o mínimo possível a violência, foi extremamente indulgente. Com isso, deixou o caminho livre para os partidários da Assembleia Nacional saírem de Paris, permitindo que se agrupassem em Versalhes. Os casos de confronto armado se deram em episódios de grande provocação por parte das forças armadas e dos partidários da burguesia; e de desacato a tiros de advertência por parte dos comunardos.

Diante da execução de prisioneiros por parte de Thiers, a Comuna adotou a prática prussiana de fazer reféns, exigindo a li-

bertação de prisioneiros em troca. Porém os versalheses seguiam executando prisioneiros, o que obrigou a Comuna a executar alguns reféns. As mortes de reféns, portanto, foram de exclusiva responsabilidade da burguesia, por se recusar a trocar os reféns por prisioneiros. Por várias vezes, a Comuna ofereceu a troca do arcebispo de Paris e vários padres por Blanqui. Thiers se recusou, sabia do papel dirigente de Blanqui, assim como sabia que a morte do arcebispo serviria em sua campanha difamatória contra a Comuna.

Por outro lado, Thiers e seus partidários cometeram inúmeras atrocidades, com execuções sem julgamento, massacres, violação da neutralidade dos hospitais, maltratava seus prisioneiros e exaltava figuras como o esquartejador do líder operário Flourens. A Comuna também foi caluniada e toda demonstração de abnegação e heroísmo de seus homens e mulheres, nas barricadas, era apresentada como atos criminosos. Na resistência à invasão versalhesa, a Paris operária usou o fogo como meio de defesa, incendiou edifícios e monumentos, o que gerou protestos da burguesia internacional em defesa dos ladrilhos e tijolos, ao mesmo tempo em que silenciava diante do massacre do proletariado. A repressão à Comuna, com seu rastro de sangue e milhares de cadáveres, revelou a barbárie que se oculta sob a civilização e justiça burguesas. A mesma lição tem se repetido a cada levante dos oprimidos. Constatar a magnanimidade do proletariado não significa exaltar a não violência ou semear qualquer ilusão pacifista. Muito pelo contrário, conduz à justificativa de se defender diante da contrarrevolução e enfrentar a violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária do proletariado.

LIÇÃO Nº 4: SOMENTE O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO PODE ENFRENTAR A BURGUESIA MUNDIAL

Os acontecimentos da Comuna de Paris evidenciam que tanto a burguesia como o proletariado são classes internacionais. A Comuna expressou o internacionalismo proletário e o incorporou entre seus membros operários e representantes do proletariado estrangeiro, inclusive da então Prússia, às vésperas em guerra com a França, sem nenhuma distinção. Fez questão de derrubar a coluna Vendôme, construída por Napoleão Bonaparte com os canhões dos exércitos por ele derrotados. A derrubada foi um símbolo de união entre os povos, o que só é possível pela via do internacionalismo proletário. Por outro lado, as classes dominantes da Prússia e França, as quais, às vésperas, guerreavam, se juntaram para esmagar o proletariado francês. O governo de Thiers se humilhou perante a Prússia para que seus exércitos aprisionados pudessem ser liberados para massacrar a Comuna, o que ocorreu também com a Revolução Russa de Outubro de 1917, em meio à I Guerra Mundial.

Que depois da guerra mais tremenda dos tempos modernos, as hostes vencedoras e vencidas tivessem de se irmanar para o massacre comum do proletariado – este evento sem paralelo indica, de fato, não, como pensa Bismarck, a repressão final de uma sociedade nova que se subleva, mas o desfazer-se em pó da sociedade burguesa. O esforço heroico mais elevado de que a velha sociedade ainda é capaz é a guerra nacional; e agora provou-se que isso é um mero embuste governamental destinado a diferir a luta de classes e a ser posto de lado logo que essa luta de classes rebenta em guerra civil. A dominação de classe já não é capaz de se disfarçar sob um uniforme nacional; os governos nacionais,

contra o proletariado, formam um (Marx, 2008a, p. 431).

Os mesmos governos europeus que conspiravam cotidianamente em favor do capital lançaram uma ampla campanha de difamação e repressão à Associação Internacional dos Trabalhadores. Apresentavam a AIT como uma conspiração secreta que ordenava explosões sociais em vários países. No entanto, conforme afirmou Marx (2008a), as explosões sociais não nasciam de um decreto da AIT, mas sim das próprias contradições da sociedade capitalista. Por isso, as carnificinas, como a que encerrou a Comuna de Paris, podem golpear o proletariado, sufocar momentaneamente a luta dos explorados contra seus exploradores, mas enquanto houver a exploração do capital sobre o trabalho, haverá luta de classes.

LIÇÃO Nº 5: A NECESSIDADE DE O PROLETARIADO CONSTRUIR SEU PARTIDO MUNDIAL

Engels (2008a) analisou que a composição da Comuna de Paris era de maioria blanquista, e uma minoria da AIT, mas da ala de Pierre-Joseph Proudhon. Eram poucos os que conheciam o socialismo científico, ou seja, eram partidários das ideias de Marx e Engels. A corrente blanquista, dirigida por Louis-Auguste Blanqui, expressava o socialismo utópico francês, considerava que a libertação da humanidade não se daria por meio da luta de classes, com o proletariado dirigido por seu partido revolucionário, mas sim por meio de um pequeno grupo de conspiradores, desvinculados das massas. No desenrolar dos fatos em torno da Comuna, Engels caracterizou que os blanquistas, mesmo sem expressarem conscientemente as ideias marxistas, fizeram o oposto, do ponto

de vista político, do que prescrevia sua doutrina, em vez de posição conspiratória, desenvolveu-se uma ampla democracia proletária.

Isso também se deu em relação aos seguidores de Proudhon, um dos fundadores do anarquismo, cujo pensamento expressava a pequena burguesia. Opunha-se à grande propriedade privada burguesa, em busca de perpetuar a pequena propriedade privada, propondo formas cooperativas e meios de créditos populares. Na experiência prática da Comuna, os atos econômicos, mesmo sob a direção dos proudhonianos, desenvolveram as formas de controle operário da produção e não a transformação dos operários em pequenos proprietários e artesãos.

As limitações organizativas da Comuna de Paris, posteriormente, foram exaltadas por Karl Kautsky, em oposição à Revolução Russa de Outubro de 1917. O líder menchevique, nos dizeres de Leon Trotsky, estabeleceu:

[...] um paralelo grosseiramente tendencioso, entre a Comuna e o poder soviético, vê as qualidades predominantes daquela justamente onde vemos as suas infelicidades e equívocos (Trotsky, 1969, p. 71).

Trotsky reivindica a experiência da Comuna, a celebra, mas reconhece a ausência de uma direção coesa e a confusão de seu programa e projetos. Para Trotsky, a ausência de uma direção física consciente na Comuna de Paris deixou lições para a vitória de futuras revoluções: é incontornável a tarefa de constituir vanguarda organizada em partido político, independente perante partidos burgueses e pequenos burgueses. Na Revolução Russa, por exemplo, o instinto das massas pôde confluir com o partido e seu sólido programa revolucionário. Por isso, o compromisso com o legado emancipador da Comuna alimenta a necessidade de trabalhar com

afinco para levar adiante a luta de Marx, Engels, Lênin e Trotsky para edificar o internacionalismo proletário. Em seu tempo, Marx e Engels ergueram, com outras correntes do movimento operário, a AIT. Embora ela não tenha dirigido as forças revolucionárias da Comuna, compareceu como principal inimigo estratégico à dominação da burguesia. A AIT não teve como sobreviver à derrota da Comuna e existiu de 1864 a 1974. Seu esgotamento marcou a cisão definitiva entre a concepção marxista da revolução proletária e as ideias difusas do anarquismo. As lições da Comuna, acrescidas a outras “escolas” da experiência de revoluções e contrarrevoluções no século XX, seguem vigentes, sobretudo na conjuntura atual em que os limites da espontaneidade e a ausência de programas e estratégias próprias são exaltados por tantos autores como virtudes e novas formas organizativas para se “mudar o mundo” sem tomar o poder, por meio das “multidões”, ou até mesmo nas relações cotidianas e nos processos intersubjetivos, que revestem, de uma forma crítica, uma estratégia profundamente conformista, que garante a sustentação da exploração capitalista.

A Comuna de Paris permitiu vislumbrar a possibilidade de derrubada da burguesia e das transformações socialistas. Sua derrota ressaltou a necessidade da direção guiada pelo programa e estratégia revolucionários. As experiências seguintes de construção e decomposição da II Internacional e, sobretudo, de constituição da III Internacional sinalizaram os progressos do proletariado europeu e mundial. Sob o stalinismo, mergulhamos novamente em um retrocesso profundo, ao ponto de, em 1943, ser decretado o fim da III Internacional sob os auspícios de uma convivência pacífica entre “socialismo” e capitalismo. A oposição de esquerda no partido bolchevique, que se ergueu em torno de Trotsky entre 1923 e 1928, assim como sua sucessora, a oposição de esquerda in-

ternacional, foram derrotadas e o curso restauracionista se impôs. A IV Internacional foi fundada por Trotsky em 1938, seu programa segue vigente, porém seu percurso organizativo não foi capaz de superar os obstáculos impostos pela perseguição da burguesia e do estalinismo. É sobre essa base que se destaca a “lição” histórica da necessidade de se reconstituir um partido mundial da revolução socialista. Ou seja, superar a crise de direção revolucionária. A cada explosão social que se manifesta em tantas lutas por todo o planeta, o instinto revolucionário das massas não consegue se fundir com o programa proletário, pela ausência dos partidos operários revolucionários. As massas carregam em seus ombros todo o peso da desintegração do capitalismo, com suas contrarreformas, destruição de empregos, miséria, fome, guerras, sem conseguir coordenar respostas conjuntas, sem conseguir generalizar as lutas que despontam de tempos em tempos e centralizar suas energias contra a fonte da exploração e opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo não teve como objetivo trazer novas leituras sobre a Comuna de Paris, mas sim recuperar, do arsenal teórico legado pelo movimento operário internacional, ensinamentos que seguem válidos para as novas gerações que tenham interesse em conhecer profundamente a natureza do Estado em nossa sociedade e que reconheçam a necessidade de pôr fim à dominação de classe da burguesia, a qual tem arrastado a humanidade para enfrentamentos bélicos e processos de profunda destruição da natureza, mergulhando-nos na barbárie social, com potencial de até mesmo nos levar à extinção. A crise de direção revolucionária

levou à perda de terreno por parte das ideias revolucionárias. Proposições reformistas e possibilistas se acobertam com ligeiras referências aos processos revolucionários do passado, celebrados como efemérides enquanto são desvirtuados. Ou mesmo são abandonados, em nome de um pretenso combate ao colonialismo e ao etnocentrismo.

Assim, pelas mãos revolucionárias que se colocaram na condição de aprendizes perante a criação heroica dos comunardos, extraímos, de uma infinidade de ensinamentos possíveis, cinco que consideramos principais, por colocarem em questão os temas referentes à constituição do proletariado como classe para si, ao Estado, à estratégia revolucionária, às formas de organização política dos explorados e ao internacionalismo. Partimos da importância da conquista da independência de classe do proletariado, sem a qual é impossível ultrapassar os marcos das disputas entre as próprias classes dominantes e suas frações.

O avanço da consciência de classe conduz à edificação de um programa de negação da sociedade existente e à desmistificação do Estado, sobretudo quanto às possibilidades democratizantes. Nesse aspecto, a Comuna de Paris ensinou como se daria a substituição deste Estado dos exploradores por um Estado da maioria explorada. Tal ensinamento de grande transcendência procurou ser soterrado por todas as variantes reformistas que emergiram no movimento operário, sendo substituído por concepções legalistas e gradualistas de possibilidades de, por meio das instituições da própria democracia burguesa, transformar por dentro o Estado, alterando sua natureza de classe. São inúmeros os exemplos históricos de que mesmo que o posto mais alto do Estado seja ocupado por alguém oriundo da classe operária ou outros setores oprimidos, isso não é capaz de alterar o fato de permanecer como um go-

verno burguês. E, quando um governo burguês ameaça qualquer interesse econômico ou político das classes dominantes – seja por suas medidas reformistas, nacionalistas, ou pela incapacidade de centralizar as frações burguesas e conter a luta de classes –, a burguesia se desfaz da democracia burguesa, compatibilizando o regime político com sua essência ditatorial. Mas não basta aos oprimidos propor a destruição do Estado burguês, é preciso saber o que colocar no lugar, e a Comuna de Paris demonstrou a necessidade de criação de um Estado operário, uma forma transitória de poder político capaz de emancipar os trabalhadores e o conjunto da humanidade, pela qual se dará o fim da sociedade de classes.

A perda das ilusões nas instituições burguesas, assimilada a duras penas a partir de repressões, massacres e contrarrevoluções, traz à tona o debate sobre a violência revolucionária. Por meio do acompanhamento das ações dos comunardos, nota-se a magnanimidade do proletariado, ao mesmo tempo em que a burguesia não hesitou em fazer uso da violência reacionária, com requintes de crueldade, para tentar desestimular futuras insurgências. Essa violência, inclusive, não se limita ao país onde se tenta romper o elo com as relações capitalistas de produção. Mesmo em momentos de guerra entre os países capitalistas, suas burguesias se uniram como classe internacional para reprimir o proletariado, também uma classe internacional. Essa constatação abre caminho para a edificação do internacionalismo proletário, forjado na mais ampla solidariedade entre os oprimidos, independente de fronteiras internacionais e constituído de um partido mundial capaz de coordenar as iniciativas revolucionárias em escala planetária, ou seja, com a superação da crise de direção.

Certamente, para retirar a humanidade da beira do precipício, onde nos encontramos atualmente, será necessário forjar uma

nova geração de revolucionários, temperados pelas experiências de lutas da classe operária internacional, cientes da necessidade de construir os partidos-programas, de se guiar pelo internacionalismo e dar uma resposta classista à aceleração da decomposição do sistema capitalista. Os operários e as operárias que edificaram a Comuna de Paris revivem nos combates dos oprimidos contra seus algozes, contra a burguesia internacional. Exaltar o heroísmo da Comuna de Paris implica enfrentar os atuais problemas políticos e organizativos e trabalhar para recuperar o terreno perdido do ponto de vista da teoria e da prática.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. **Estado e luta de classes na Bolívia: uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009.** 249 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

ENGELS, F. Engels to Kautsky, London, April 1, 1895. **Marx-Engels Selected Correspondence**, Progress Publishers, 3. ed. rev., 1975. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1895/letters/95_04_01.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

ENGELS, F. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1891. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução.** v.II, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 339-355.

LÊNIN, V. I. Acerca de la dualidad del poder. *In*: LENIN, V. **I. Obras completas**. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957. p. 28-31.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 139 p.

LUXEMBURGO, R. **O que quer a Liga Espartaco?**[1918]2008a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em: 16 dez. 2013.

LUXEMBURGO, R. **Discurso ante el Congreso de Formación del Partido Comunista Alemán** [1918] 2008b. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/luxem/13Discursoanteelcongresodefundaciondelpartidocomunistaaleman_o.pdf. Acesso em: 09 fev. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1872. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 4. reimp. da 1. ed. (1998). São Paulo: Boitempo, 2005a. p. 71-72.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 4. reimp. 1. ed. (1998). São Paulo: Boitempo, 2005b.

MARX, K. A Guerra Civil na França. Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In*: MARX, K. **A revolução antes da revolução**. v. II, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 375-437.

MARX, K. **A revolução antes da revolução**. v. II, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

TROTSKY, L. **Terrorismo e Comunismo**: o anti Kautsky. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. 1. v. A queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TV A COMUNA. **Lições da Comuna de Paris**. YOUTUBE, 05 de abril de 2023. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ygBP-qRE3Qtk. Acesso em: 06 abr. 2023

PARTE III
ESTADO, CRISE ORGÂNICA E LUTA DE
CLASSES NA AMÉRICA LATINA, OS
CASOS DE BRASIL E CHILE

OFENSIVAS REACIONÁRIAS NO BRASIL

CAPÍTULO 5 - A ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO BRASILEIRO

Laudicéia Araújo Santana¹

A pandemia da COVID-19 aprofundou a crise orgânica que o capitalismo vivencia desde 2008, na sua etapa de financeirização do capital. Esse estágio não é recente, pois começa com o aumento do poder dos bancos e a etapa de monopolização do capitalismo como apontado por Hilferding (1985) e Lênin (1987). Na atualidade, a sua principal característica é utilizar, como *locus* privilegiado de sua reprodução, o crescimento da dívida dos estados nações através da compra dos títulos públicos nos mercados financeiros ao redor do mundo, processo acelerado no começo do século XXI, com o avanço da tecnologia da informação, que permitiu a circulação permanente do capital e a sua reprodução ampliada nesse circuito financeiro.

A financeirização atravessa uma etapa em que, segundo Sabaadini (2012), o entrelaçamento entre a produção e as finanças

[1]. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Lutas e Classes na América Latina PRAXIS.laudiceia.santana@ifpb.edu.br

está cada vez mais forte, e os movimentos especulativos internacionais interferem cada vez mais na economia e na política dos países. Os danos econômicos e sociais da crise sanitária, mais uma vez, recaíram sobre a classe trabalhadora, que já estava submetida a um mercado de trabalho informal e precarizado, que, no Brasil, se institucionalizou com a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 (Lei nº13.467)². A informalidade, como afirma Antunes (2009), vai ocorrer no seu sentido mais profundo, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira assinada.

Nesse contexto de ampliação da precarização, o desemprego atingiu 13 milhões de trabalhadores, e 600 mil micro, pequenas e médias empresas fecharam nos primeiros meses de 2020. Com a crise econômica, o país voltou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) com uma estimativa de que 33,1 milhões de pessoas passam fome, segundo dados da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), citados por Benites (2022), e que 4,1% da população enfrentam falta crônica de alimentos. Segundo Costa (2020), “a crise revelou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, na desindustrialização, no trabalho informal, na especialização da produção de bens primários para exportação, e que tem como principal comprador de *commodities* a China, onde se iniciou a epidemia” (Costa, 2020, p. 970).

[2]. “A reforma instituiu um cardápio de contratos de trabalho precários, seja pela insuficiência de horas trabalhadas, seja pela possibilidade de redução de direitos; alterou a extensão da jornada de trabalho por meio de diversos mecanismos, inclusive de negociação individual; reduziu garantias relativas ao salário, às férias, à isonomia salarial e à proteção às mulheres lactantes; incluiu medidas que facilitam a demissão e reduzem a possibilidade de o trabalhador reclamar seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Além disso, aprovou pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva” (DIEESE, 2019 apud Costa, 2020).

Outro fator que impacta diretamente a população mais vulnerável é o congelamento de gastos públicos por 20 anos, promulgado em 2016 pela Emenda Constitucional 95. Segundo Costa (2020), o congelamento dos gastos públicos já estava comprometendo os serviços de saúde antes da pandemia, pois o Sistema Único de Saúde, que historicamente sofria com o subfinanciamento, a partir da EC 95, passa a ter um desfinanciamento, o que impacta diretamente sobre a prestação dos serviços de saúde. De acordo com a autora:

Num contexto de crise sanitária, verifica-se que o país não dispõe de recursos suficientes para atender aos pacientes diagnosticados com a COVID-19, pois falta equipamento de proteção como máscaras, luvas, avental ou óculos de proteção. Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e os respiradores também não são suficientes para atender a toda a população (Costa, 2020, p. 970).

Por outro lado, dados do relatório da OXFAM sobre *Poder, Lucros e Pandemia*, de setembro de 2020, apontam o aumento da riqueza e da concentração de renda no mundo nos primeiros 9 meses da pandemia. Os 25 maiores bilionários do mundo aumentaram suas riquezas em US\$ 255 bilhões nos três primeiros meses da pandemia. As 32 empresas mais rentáveis, ainda segundo o Relatório, aumentaram seus lucros em US\$ 109 bilhões, se comparados aos do período anterior dos últimos 4 anos (2016-2019).

Em outro relatório, *Lucrando com a Dor*, de maio de 2022, a tendência ao aumento dos bilionários no mundo permanece. O crescimento nos dois anos da pandemia foi equivalente ao que havia ocorrido nos últimos 23 anos, como segue:

Bilionários dos setores alimentício e de energia viram suas fortunas aumentarem em um bilhão de dólares a cada dois dias. Os preços dos alimentos e da energia subiram tanto que atingiram seu nível mais alto em décadas. Além disso, 62 novos bilionários do setor de alimentos surgiram. A combinação entre a crise da COVID-19, o crescimento da desigualdade e o aumento dos preços dos alimentos pode fazer com que até 263 milhões de pessoas estejam na extrema pobreza em 2022, revertendo décadas de progresso. Tal número equivale a um milhão de pessoas a cada 33 horas (Relatório Lucrando com a Dor, OXFAM, 2022).

Nesse cenário de aprofundamento das desigualdades e da fome, o sistema da dívida atuou no sentido de manter, ampliar e legalizar os mecanismos financeiros que lhe dão suporte e que têm, desde os anos 90 do século passado, permitido que o fundo público seja utilizado tendo como prioridade absoluta o pagamento dos serviços da dívida. A forma como esse sistema atuou e os seus desdobramentos para a classe trabalhadora é o que iremos abordar neste estudo.

ATUAÇÃO DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA: JANELA DE OPORTUNIDADE PARA O CAPITAL FINANCEIRO

Nesta seção, iremos apresentar como, através do aumento da taxa de juros, da aprovação do orçamento de guerra (EC/106), da PEC emergencial 186 (EC/109) e da autonomia do Banco Central, a fração rentista do capital ampliou e legalizou a sua atuação através do sistema da dívida pública brasileira.

O conceito utilizado, no presente artigo, de sistema da dívida pública foi criado por Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública (ACDP), como sendo uma engrenagem coordenada pelo sistema financeiro internacional que atua no âmbito econômico, financeiro e jurídico, tendo como suporte o âmbito político e a mídia, com vista a colocar em prática os interesses da fração rentista do capital nessa fase de predominância do capital financeiro. Esse sistema, embora atue nos diversos países, opera a partir da realidade socioeconômica de cada um, adaptando-se à sua realidade e identificando as oportunidades de atuação, o que significa que, em cada formação econômica social, o sistema da dívida vai apresentar um *modus operandi* distinto.

AUMENTO DA TAXA DE JUROS

A utilização da taxa de juros como um mecanismo de alienação do sistema da dívida não é recente, remonta à reforma bancária e financeira implementada entre 1964 e 1966, durante a ditadura militar, com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), título público com correção monetária e juros reais positivos.

A existência de uma aplicação financeira de alta rentabilidade, baixo risco e alta liquidez – os títulos da dívida pública – no centro da gestão da política monetária brasileira garante a valorização da riqueza financeira de diferentes agentes do país (sistema financeiro, fundos de pensão, famílias de alta renda, rentistas, empresas do setor produtivo, etc.), conformando uma rede de interesses que dificulta qualquer iniciativa de alteração desse sistema (Nota Técnica 208/2019, DIEESE, p. 4).

A política monetária vai ter, na taxa básica de juros, um de seus principais pilares em um sistema de metas de inflação, como o que está em vigor no Brasil desde 1999. Tal mecanismo vai requerer a manutenção de altas taxas de juros, já que ela é utilizada como referência para outras remunerações no mercado. A taxa de juros Selic “baliza o custo de captação dos bancos,[...]. Os depósitos a prazo e os depósitos de poupança, por exemplo, têm seus rendimentos referenciados na Taxa SELIC e quanto maior essa taxa, maior será o valor cobrado pelos bancos nos empréstimos que realizam” (Nota Técnica 208/2019, DIEESE, p. 4).

Dados da Auditoria Cidadã da Dívida Pública apontam que, a cada aumento de 1% na taxa de juros SELIC, são gastos R\$ 42,9 bilhões a mais com juros da dívida pública por ano, em âmbito federal, sem que haja qualquer benefício para a população. Durante a pandemia, esse mecanismo foi amplamente utilizado pelo governo com a narrativa de que era necessário conter o aumento da inflação utilizando a taxa de juros como freio.

A taxa de juros SELIC estava, em março de 2021, em 2%; e em setembro, chegou a 6,25%, maior aumento em duas décadas segundo dados da CNN Business. O aumento da taxa de juros, segundo o Banco Central, visa controlar a inflação que, empurrada pelo aumento da demanda com o auxílio emergencial de R\$ 600, pelos choques nas cadeias produtivas mundiais em consequência da COVID-19 e, no Brasil, com perdas nas safras agrícolas, elevou os preços dos alimentos e o aumento da energia elétrica. O Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA saiu de um patamar de 1,9% em maio de 2020 para 9,7% em setembro de 2021, sendo um aumento de 7,8 pontos percentuais em um curto espaço de tempo.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida Pública, a taxa de juros SELIC subiu 488% de março de 2021 até maio de 2022 e não controlou a inflação. Para a Auditoria, esses aumentos têm servido apenas para alimentar o sistema da dívida, na medida em que remunera o capital rentista com uma das mais altas taxas de juros do mundo. A inflação, para a Auditoria, não tem origem em um excesso de moeda em circulação, o que justificaria o aumento da taxa de juros para enxugar a liquidez no mercado, mas:

[...] a alta de preços está diretamente ligada aos preços de alimentos (devido a erros de política agrícola e agrária) e preços administrados pelo próprio governo, como energia e combustível, este último, fruto da política de preços de paridade de importação (PPI) da Petrobras, que poderia SIM ser alterado pelo governo, já que o mesmo é responsável por indicar o presidente e a maioria dos conselheiros da empresa (Auditoria Cidadã da Dívida, 2022).

O aumento dos juros tem tido impacto não só sobre o capital produtivo, as pequenas e médias empresas, mas também sobre a classe trabalhadora, que, frente à crise econômica, ao desemprego e ao subemprego, se vê obrigada a recorrer ao uso indiscriminado do cartão de crédito³, inclusive para a compra de alimentos e nem sempre consegue pagar a fatura em dia ou na sua totalidade, o que implica o pagamento de juros altíssimos. Além desse fator, segundo a Auditoria:

[3]. Dados da Auditoria Cidadã da Dívida apontam que no Brasil algumas bandeiras de cartão de crédito chegam a cobrar uma taxa de juros de 1000% ao ano. Em 2022 a Auditoria apresentou a Câmara dos Deputados um projeto de lei de iniciativa popular o PLP 104/2022 para limitação da taxa de juros no Brasil.

[...] esse mecanismo tira dinheiro do orçamento federal diariamente para remunerar os bancos com juros equivalentes à taxa SELIC (atualmente em 13,75% ao ano), fazendo com que bancos preferam receber essa remuneração garantida pelo BC do que destinar a sua sobra de caixa para empréstimos à população com juro baixo (Auditoria Cidadã da Dívida, 2022).

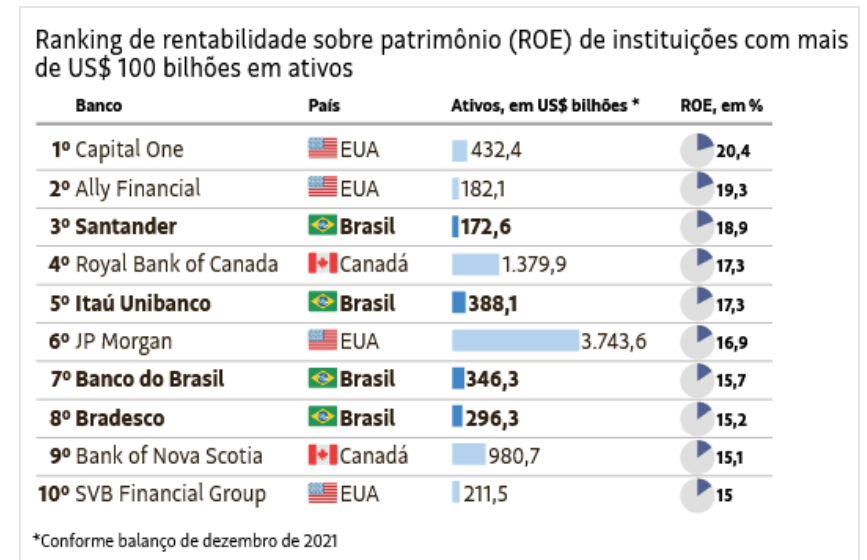
A taxa de juro SELIC corrige cerca de um terço da dívida pública. Com a sua elevação, segundo Konchinski (2022), ocorrerá uma elevação dos gastos do governo com a dívida em 2022, comparados com 2021, de cerca de 70%. Em 2021, o governo pagou R\$ 448,3 bilhões de juros.

Em 2021, pior ano da pandemia no Brasil em número de mortes (217.931 mortes por COVID-19), os bancos tiveram lucros recordes. Segundo a empresa Economática, que acompanha o desempenho dessas instituições financeiras há 15 anos, esse foi o maior valor registrado desde então. “Só as quatro maiores instituições financeiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander – **lucraram juntas R\$ 81,6 bilhões**” (Konchinski, 2022, grifo do autor). Esse aumento representa 32,5% de elevação dos lucros desses bancos do ano de 2020 para 2021, ano em que a taxa de juros SELIC inicia o seu ciclo de elevação.

A Fig.1 apresenta o ranking dos 10 bancos mais lucrativos, com patrimônio acima de US\$ 100 bilhões, entre os quais aparecem exatamente essas quatro instituições. Esses dados ilustram como a fração rentista do capital tem se beneficiado das medidas adotadas pelo governo juntamente com o BC, alegando a necessidade de aumento da taxa de juros como um instrumento de

política monetária de combate à inflação, quando, na realidade, esse aumento favorece de forma direta a lucratividade do capital rentista no Brasil.

FIGURA 1 - BANCOS MAIS RENTÁVEIS DO MUNDO



Fonte: Economática (2021)

ORÇAMENTO DE GUERRA (EMENDA CONSTITUCIONAL 106/2020)

Com a pandemia, foi necessário aumentar os gastos na área de saúde e o estabelecimento de um auxílio emergencial que viabilizasse algum amparo às pessoas que estavam em situação de desemprego ou que tivessem de cumprir o isolamento social como

medida de contenção da disseminação do vírus. Para isso, o Governo Federal decretou estado de calamidade pública e adoção do orçamento de guerra, através da Emenda Constitucional 106/2020, que flexibiliza regras fiscais, administrativas e financeiras enquanto estiver em vigor.

A nova emenda constitucional estabelece um orçamento específico para os gastos ao enfrentamento da pandemia, permite a criação de despesas sem as amarras atuais, dispensa o Poder Executivo de cumprir a “regra de ouro” e simplifica o processo de compras e contratação de pessoal. Também confere poderes inéditos ao Banco Central (BC) (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Para a aprovação do Orçamento de Guerra, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, utilizou deliberadamente o argumento que só seria possível a retomada do pagamento do auxílio emergencial suspenso em janeiro de 2021 no valor de R\$ 600,00 com a aprovação dessa PEC. A Auditoria Cidadã da Dívida realizou uma análise da proposta e argumentou, na Nota Técnica de 01 de abril de 2020, que, na prática, os recursos para tal pagamento já existem⁴, o que está por trás da pressão para aprovação da PEC é a legalização de mecanismos que ampliam os poderes do BC em relação à emissão de novos títulos da dívida⁵, além do fato de legalizar um mecanismo de remuneração de sobra de caixa dos bancos.

[4]. Segundo a Nota Técnica 01, “[...] técnicos do próprio governo contradizem Guedes e afirmam que existe dinheiro em caixa para efetuar o pagamento dos R\$ 600,00 aos mais de 38 milhões de pobres já identificados”.

[5]. Entre os poderes inéditos concedidos ao BC, está o de comprar e vender direitos de crédito e títulos privados no mercado secundário, classificados como BB - ou grau superior por agências internacionais de risco.

O dinheiro que sobra no caixa dos bancos corresponde à soma de todos os depósitos e aplicações de clientes, que poderiam ser utilizados para empréstimos ao público em geral. Essa sobra já considera a dedução obrigatória da parcela referente ao depósito compulsório, que os bancos são obrigados a reservar (Auditoria Cidadã da Dívida, 2020).

Em outros países, esse dinheiro, estimado um volume de recursos correspondente a R\$ 1,4 trilhão, vai para empréstimos a empresas e famílias. No Brasil, como um dos mecanismos de atuação do sistema da dívida, essa sobra é remunerada. No período de 2009 a 2018, essa remuneração foi de R\$ 1 trilhão, segundo dados dos balanços do BC constantes na Nota Técnica 01 da Auditoria Cidadã da Dívida, divulgada em abril de 2020.

Não existe um amparo legal para essas operações, que são chamadas de operações compromissadas. “Em tese, as operações compromissadas se destinam a controlar o volume de moeda em circulação para evitar ataques especulativos e até inflação, porém a sua utilização [...] tem possibilitado, na prática, um mecanismo ilegal de remuneração da sobra de caixa dos bancos” (Auditoria Cidadã da Dívida, 2020).

Em 2017, houve uma tentativa de legalização com o PL 9.248/2017, que tratava sobre Depósito Voluntário Remunerado. À época, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) emitiu nota contrária, já que tal legalização tornaria ainda mais elevados os juros praticados pelos bancos, o que incidiria no aumento dos custos de produção para o capital produtivo, que recorre aos bancos para obtenção de capital. Outra tentativa ocorreu em 2019, com o

PLP 112/2019, que tratava sobre a independência do BC, mas trazia também, de forma menos explícita, a proposta de legalização das operações compromissadas.

A citação a seguir esclarece como as operações compromissadas atuam, aumentando o tamanho, a estrutura e as taxas de juros da dívida, servindo como um mecanismo financeiro de reprodução ampliada do sistema da dívida:

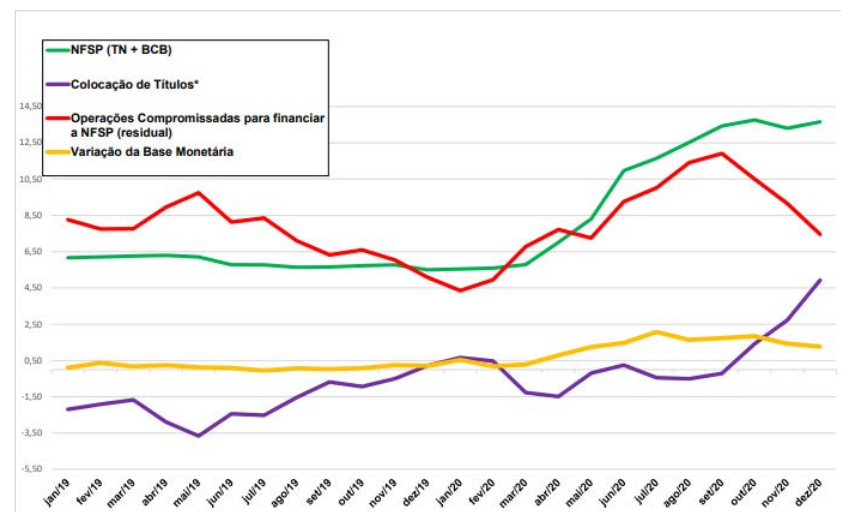
As operações compromissadas cumpriram um papel fundamental por serem ativos com risco baixo e liquidez elevada que permitiram ajustar os portfólios privados durante um período de estresse financeiro. [...] A credibilidade do Banco Central do Brasil permitiu fazer essa “travessia” sem provocar nenhuma ruptura nas condições financeiras brasileiras e só afetando o tamanho, a estrutura e as taxas de juros da dívida pública (Gutierrez; Licha, 2021, p. 11).

O Gráfico 1, por sua vez, apresenta a evolução do uso das operações compromissadas para financiar o déficit público nos anos de 2019 e 2020 e evidencia o seu aumento nos meses de janeiro do primeiro ano da pandemia, servindo como uma forma explícita de remuneração por parte do governo, dos recursos existentes no sistema bancário nacional. A Nota Técnica 5, da Auditoria Cidadã, faz um alerta sobre o que o Orçamento de Guerra realmente está pondo na Constituição:

Em pleno estado de calamidade pública, enquanto a sociedade enfrenta alarmante drama social agravado pela desigualdade extrema e insuficiência de serviços de saúde e assistência, **a banca oportunis-**

ta se aproveita da pandemia do coronavírus e do tumulto gerado por crise política para aumentar ainda mais os seus privilégios por meio de grave mecanismo financeiro incluído na PEC 106, que irá destruir as finanças públicas e alimentar ainda mais o Sistema da Dívida (Auditoria Cidadã da Dívida, 2020, grifos do autor).

GRÁFICO 1 - FINANCIAMENTO DA NFSP



Fonte: Banco Central do Brasil (2020)

Além disso, a Nota Técnica 05/2020 aponta para o agravamento do endividamento público, ocasionado não pelo aumento de gastos com o combate à pandemia e/ou investimentos públicos para minimizar os impactos da crise econômica, aprofundada pela crise sanitária, mas por mecanismos meramente financeiros, que

têm ao longo de décadas aprofundado cada vez o *modus operandi* do sistema da dívida no Brasil⁶, como segue:

Tal mecanismo não tem nada a ver com a pandemia do coronavírus; não representa ajuda alguma ao Estado, pelo contrário, irá agravar ainda mais a situação, pois gera dívida pública sem contrapartida alguma, a qual passa a exigir mais e mais dinheiro público para o seu pagamento, sangrando os orçamentos públicos e reduzindo direitos sociais, além da perda de patrimônio público continuamente privatizado “para pagar dívida pública” (Auditoria Cidadã da Dívida, 2020, grifos do autor).

Ao ser aprovado, o Orçamento de Guerra avança na constitucionalização de mecanismos financeiros que usurpam o fundo público em benefício próprio e aprofunda o desmonte do Estado de Direito estabelecido pela Constituição de 1988.

PEC EMERGENCIAL 186 (EMENDA CONSTITUCIONAL 109)

O Governo Federal apresentou ao Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional 186, denominada de PEC Emergencial, como a única possibilidade para destinar R\$ 44 bilhões para que o auxílio emergencial continuasse em vigor no ano de 2021. O argumento utilizado pelo governo era de que, sem a apro-

[6]. Para aprofundamento consultar: SANTANA, Laudicéia Araújo. **Transformismo e o Sistema da Dívida Brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no Governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

vação da PEC Emergencial, não seria possível manter o pagamento do auxílio emergencial às famílias.

Uma das principais mudanças propostas pela PEC era a proibição constitucional de criação de despesas obrigatórias, bem como inserir, na CF/88, o termo ajuste fiscal. Essa proposta, com as mesmas condicionantes, havia sido apresentada em 2019⁷, portanto antes da pandemia da COVID-19, no entanto ela foi reapresentada, em 2021, em caráter de urgência. Esse artifício de caráter de urgência significa que a votação no Congresso Nacional deve ser feita de forma célere, o que implica a ausência da devida discussão pelo Poder Legislativo e pela sociedade, dada a importância das mudanças que propõe na Constituição, como apresentado por Gomes (2021), que reproduzimos a seguir:

A PEC 186 propõe um corte nas despesas correntes de 5%. [...] Nas despesas que garantem os direitos sociais constitucionais representados nas funções finalísticas de políticas públicas de saúde e educação e nos elementos de despesas como pessoal e custeio da máquina. Mas os juros da dívida, que também são considerados correntes, estão fora deste corte (Gomes, 2021, s/p).

A Nota Técnica 252/2021, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), chama a atenção para o fato de que as alterações constitucionais trazidas pela PEC 186 só sugerem mudanças do lado da despesa, não apresentando

[7]. A PEC 186 foi aprovada em 12 de março de 2021, com apenas duas semanas de discussão na Câmara e no Senado. A justificativa para uma tramitação tão rápida foi a condicionalidade imposta pelo Governo Federal de que só pagaria o auxílio emergencial após a aprovação da PEC.

propostas do lado da receita, como a taxaço das grandes fortunas, prevista na CF/88; ou a diminui o da regressividade dos impostos. Outro aspecto levantado pelo DIEESE diz respeito   d vida pública, como segue:

A d vida pública aumentou muito, no período recente, em fun o da significativa queda da arrecada o e em consequência da recessão, das renúncias fiscais e do aumento dos gastos com o pagamento dos juros e amortiza es da d vida pública, que consomem praticamente a metade do orçamento federal, fato que pouco se discute (Nota Técnica 252/2021 DIEESE, p.2).

O governo alegava que tinha havido um crescimento do endividamento em fun o dos gastos sociais com a pandemia e, dessa forma, era necessário limitar constitucionalmente a possibilidade de endividamento público. Esse argumento   desmontado por Gomes quando apresenta os dados do crescimento da d vida antes da pandemia. Segundo a autora:

Entre dezembro de 2019 e setembro de 2020, o estoque da “d vida bruta do governo geral” cresceu cerca de R\$ 1 trilhão. Esse estoque não pode ter financiado gastos sociais porque estão submetidos ao teto pela EC n  95, que impõe o congelamento, permitindo apenas uma atualiza o monetária (Gomes, 2021, grifos da autora).

Esses dados apontam que o que tem contribuído para o crescimento da d vida são os mecanismos financeiros que geram d vida nova, sem que ocorra tomada de empréstimos ou aumento

dos gastos, além do que, no período em análise, não havia pandemia, portanto, nenhum aumento dos gastos sociais. Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que os gastos com juros e amortiza es em 2021 corresponderam a 65,6% das despesas extraordinárias, ao passo que todos os outros gastos somados corresponderam a 52,4%.

QUADRO 1 - GASTOS SOCIAIS E COM JUROS DA D VIDA

Rubrica	Varia�o
Previdência Social	+R\$ 34 bi
Transferência a Estados e Municípios	+R\$ 60 bi
Saúde	+R\$ 36 bi
Assistência Social (sem auxílio emergencial)	+R\$ 24 bi
Educa�o	– R\$ 6 bi
Juros e Amortiza�es da Dívida	+ R\$ 344 bi (+33%)

Fonte: Gomes (2021)

Chama a aten o a diferença entre as despesas realizadas com assistência social (R\$ 24 bilhões) e aquelas realizadas com o pagamento dos serviços da d vida (R\$ 344 bilhões). Esse valor pago   fra o rentista do capital significa mais de 15 vezes os gastos realizados com a assistência social. Em um momento em que o desemprego, a fome, a falta de leitos e de oxig nio nos hospitais aumentam a mortalidade pela COVID-19, o sistema financeiro representado pela fra o rentista se apropria de volumosos recursos do fundo público, aumentando de maneira exponencial os seus

rendimentos, aproveitando a crise sanitária como uma janela de oportunidade para promover alterações na Constituição ao colocar como regra definitiva o ajuste fiscal.

Na prática, a Emenda Constitucional 109/2021 (PEC Emergencial) aprofunda a limitação de gastos sociais ocorrida com a aprovação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) e vai na contramão do que a maioria dos países adotou em relação ao gastos públicos durante a pandemia, que foi um aumento dos investimentos, especialmente em saúde, e em atendimento às populações mais vulneráveis, como uma forma de amenizar os efeitos sanitários e socioeconômicos da pandemia. Ou seja, “[...] a política de austeridade foi substituída pela necessidade evidente de oferecer medidas contracíclicas para superar a crise sanitária e minorar os efeitos da recessão mundial. Justamente o oposto do que propõe o governo brasileiro e seu ministro da economia com a PEC 186” (Nota Técnica 252/2021 DIEESE, p. 3).

Além disso, ao criar um gatilho que proíbe reajuste a servidores, realização de concurso público e contratação de novos servidores quando as despesas atingirem 95% das receitas correntes, coloca mais uma vez os funcionários públicos como os responsáveis pelo falta de recursos para o atendimento das necessidades da população, gerando uma narrativa para sua culpabilização. Um estudo comparativo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresentado na Nota Técnica 252/2021, do DIEESE, aponta que, em países mais liberais e que são muitas vezes apontados como exemplo a ser seguido pelo Brasil em relação ao tamanho do Estado, o quantitativo de funcionários públicos é muito maior, como segue:

O Brasil possui relativamente menos trabalhadores(as) em serviços públicos que países como Suécia (28,8%), França (21,9%), Canadá (19,4%), Espanha (15,3%), Itália (13,4%) e até menos que os Estados Unidos, país de tradição liberal, onde 15,2% dos(as) trabalhadores(as) atuam no serviço público. Ou menos que os vizinhos latino-americanos, Argentina e Uruguai, que possuem 17,2% e 15% de seus(suas) trabalhadores(as) no serviço público, respectivamente(Nota Técnica 252/2021, DIEESE, p. 3).

Esses dados evidenciam que as novas regras aprovadas em relação aos servidores públicos põem em prática mecanismos constantes na proposta de Reforma Administrativa (PEC 32), que o governo não conseguiu aprovar no Congresso Nacional.

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Uma das grandes janelas de oportunidade que a pandemia representou para a fração rentista do capital foi a aprovação da autonomia do Banco Central (BC). A aprovação ocorreu no dia 03 de novembro de 2020, através da Lei Complementar 179, e entrou em vigor no dia 25 de fevereiro de 2021. Antiga reivindicação do sistema financeiro, com o argumento de menor interferência política nas decisões do BC, a aprovação da autonomia vinha sendo buscada desde o governo de FHC sem sucesso. Houve um avanço no governo Lula com a sua relativa autonomia e agora a fração rentista conseguiu efetivamente tornar autônomo o Banco Central.

Discutir a autonomia ou não do Banco Central significa colocar em pauta a definição sobre regular ou não a atuação do mer-

cado, de maneira especial o mercado financeiro, o que não é uma questão menor. Significa, na prática, definir qual o papel e a abrangência que a atuação do governo deve ter na economia e qual a sua capacidade de alterar a política macroeconômica, quando houver necessidade de ampliar o emprego, os investimentos públicos, ou manter uma política monetária que atenda aos interesses do mercado financeiro.

A função principal da política monetária na economia brasileira historicamente tem sido o controle da inflação, e, a partir de 1999, com a adoção das metas inflacionárias, exigiu uma adequação da legislação para assegurar que esses objetivos fossem alcançados. Como chama a atenção Maldonado Jr. (2003), “[...] uma política monetária centrada no combate à inflação só conquistará, de fato, a credibilidade junto aos investidores se houver dispositivos institucionais que assegurem o seu permanente compromisso com a estabilidade dos preços” (Maldonado Jr., 2003, p. 5); e foi o que aconteceu com a aprovação da Emenda Constitucional 40/2003 logo nos primeiros meses do governo Lula⁸.

Em função disso, estabelecer a autonomia do Banco Central significa abrir mão da prerrogativa de definir o redirecionamento, quando necessário, sobre a política monetária e cambial, permitindo que os interesses rentistas do capital financeiro se sobreponham aos interesses do país. Inclusive, a autonomia e a adoção de

[8]. O governo conseguiu aprovar, no Congresso, a PEC 21/1999, que alterou o artigo 162 da Constituição de 1988. Essa proposta havia sido apresentada pelo então senador José Serra (PSDB) e foi aprovada em abril de 2003, sendo transformada na Emenda Constitucional 40/2003. A principal modificação foi na redação do artigo que se refere à regulamentação do sistema financeiro nacional: o artigo 162 remetia para uma Lei Complementar à regulamentação e a Emenda 40/2003 altera para Leis Complementares, o que abre o caminho para que, embora não haja a autonomia em termos institucionais do Banco Central, o governo possa apresentar uma proposta de autonomia do Banco Central, o que gerou uma série de debates, principalmente pelo fato de o Partido dos Trabalhadores ter sido um defensor da não autonomia enquanto oposição.

metas inflacionárias pelos países é orientada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nakatani (2006) ressalta que, ao cumprir com as suas funções dentro da ortodoxia econômica – emitir e controlar a quantidade de moeda, servir como banco dos bancos e do governo, guardar e administrar as reservas internacionais –, o Banco Central converte dinheiro ocioso e reservas bancárias em capital monetário. Mas essa sua tarefa de diminuir a “ociosidade do dinheiro” também faz com que ele converta o déficit do Tesouro Nacional, a dívida externa e as reservas cambiais em dívida interna, sendo, por isso, parte fundamental da etapa de financeirização do capital.

Em consonância com a manutenção do Plano A+, como definido por Sicsú (2003), e com a *Carta ao Povo Brasileiro* (2002), o primeiro governo Lula (2003-2006), embora não tenha formalizado a autonomia do Banco Central, de maneira indireta atribuiu-lhe autonomia operacional para a manutenção do tripé macroeconômico, que deu sustentação à política econômica do governo FHC durante os seus dois mandatos: a manutenção das metas inflacionárias adotadas a partir de 1999⁹, a geração de superávits primários e o câmbio flutuante.

O governo Lula também refutou qualquer possibilidade de alteração da política implementada até então, ao nomear Henrique Meireles como presidente do Banco Central e mantê-lo durante os seus oito anos de governo com status de ministro, evidenciando assim o papel que o BC teria.

[9]. A definição sobre as metas inflacionárias é uma atribuição do Conselho Monetário Nacional (COPON) e estas são executadas pelo Banco Central. Embora seja uma definição do COPON, o Presidente do Banco Central tem assento no Conselho, junto com o ministro do Planejamento e da Fazenda, o qual, em última instância, influencia a tomada de decisão.

Nesse sentido, ainda durante a campanha em 2002, o Partido dos Trabalhadores fez questão de anunciar a autonomia do Banco Central como uma estratégia para se aproximar do mercado financeiro. Matéria publicada no jornal *A Folha de São Paulo*, em 19 de outubro de 2002, ilustra adequadamente essa postura. “A promessa de autonomia, medida que agrada ao mercado e vem sendo mencionada com ênfase por petistas nos últimos dias, integra o esforço do partido para passar a ideia de que está maduro para comandar a economia” (Folha de São Paulo, 2002¹⁰).

Durante a matéria, Guido Mantega apresenta argumentos para a autonomia do BC, deixando claro que esta seria adotada para garantir uma maior capacidade de gerenciamento da política monetária e de crédito, tornando-a imune às pressões políticas. “O que há hoje é uma autonomia informal do BC, mas que pode ser revogada por simples vontade do governante. Nós queremos contemplar a autonomia na legislação” (Folha de São Paulo, 2002).

Na prática, a autonomia se daria através de um mandato fixo por quatro anos do presidente e dos diretores, que seriam cruzados com o de Presidente da República, ou seja, começaria no segundo ano de mandato de um presidente e iria até o segundo ano de mandato do presidente seguinte. Seria o mesmo modelo de autonomia do Banco Central Britânico. Esses mandatos só seriam interrompidos se as metas definidas pelo Executivo e aprovadas pelo Legislativo não fossem alcançadas.

Essas propostas de autonomia já faziam parte das tentativas de avanço institucional do neoliberalismo desde o governo de FHC, com a apresentação da PEC 21/1999, que alteraria o artigo 162 da Constituição de 1988 e que, paradoxalmente, FHC não conseguiu

aprovar no Congresso, mas o governo Lula conseguiu logo nos seus primeiros meses de mandato. Maldonado Jr. (2003) reforça esse entendimento: “A proposta do Governo Lula de conceder autonomia ao BACEN, dentro do arcabouço institucional atual, implicará, na verdade, a consolidação de uma estrutura neoliberal do Banco Central, que já estava em processo de implantação pelo Governo FHC” (Maldonado Jr., 2003, p. 2).

Esse é um tipo de atitude que exemplifica a relevância do Banco Central e justifica o interesse pela sua autonomia, pois quando é “necessário disponibilizar recursos” para o atendimento dos interesses do capital estrangeiro, tais recursos não são considerados escassos. Disso decorre que o conceito tão caro ao neoliberalismo de austeridade fiscal desaparece completamente, ao contrário do que acontece com o contingenciamento dos gastos sociais.

Mesmo sendo uma autonomia operacional, essa medida representou uma ampliação da inserção subordinada do Brasil na etapa de financeirização do capital, ao repassar, mesmo indiretamente através do seu presidente, para as mãos da fração rentista do capital – os bancos e os grandes investidores internacionais – as decisões sobre a política monetária, a cambial e a de crédito a serem adotadas.

A lei que estabeleceu a autonomia do Banco Central em 2021 teve origem no PLP 19/2019 e, a partir dela, o BC passou a ser uma autarquia de natureza especial, não estando vinculada a nenhum Ministério. Até então, o BC era vinculado ao Ministério da Economia. Além dessa mudança, outra alteração substancial no BC foi o fato de que os seus diretores não teriam mais o mandato coincidente com o do Presidente da República. O argumento utilizado para justificar essa mudança é de que, com esse novo formato de direção, o BC estaria imune a pressões políticas e, portanto, seria

[10]. A manchete era: “PT estuda a ‘autonomia operacional’ do Banco Central”.

um órgão técnico. A esse respeito, é esclarecedora a análise de Ávila (2021) quando afirma:

A blindagem da diretoria do Banco Central – contra a vontade do povo – é sempre justificada pelo falso argumento de que “o Banco Central é um órgão técnico, e deve ser deixado fora da influência política”, quando na verdade, **o BC sempre é político**, e sempre efetuou políticas favoráveis aos grandes bancos e investidores, em detrimento do povo (Ávila, 2021).

Para o autor, o BC age de maneira política quando aumenta a taxa de juros SELIC com o argumento de controle da inflação, quando, na verdade, o aumento de preços tem sido ocasionado por outras razões que não o excesso de liquidez no mercado; é político também quando remunera a soma de caixa dos bancos, estimada em R\$ 1,2 trilhão, em vez de estimular que esses recursos sejam emprestados a micro e pequenas empresas e famílias. Na prática, o que ocorreu foi que, independentemente de quem esteja na Presidência da República, a política econômica será refém do BC; em outras palavras, da fração rentista do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do sistema da dívida durante a pandemia evidencia que, enquanto milhares de pessoas morreram em decorrência da contaminação pelo vírus, milhares de trabalhadores e trabalhadoras perderam o emprego e muitas famílias voltaram para a condição de pobreza absoluta, para a fração rentista do capital, a pandemia representou uma janela de oportunidade. O *modus operandi* de atuação do sistema da dívida durante a crise

sanitária, ampliando, legalizando e constitucionalizando os seus mecanismos, não deixa dúvidas da sua capacidade de articulação com a arena política e a grande mídia.

A aprovação de emendas à Constituição de 1988, que estavam em pauta desde 2019 e que foram aprovadas sem a devida discussão pelo Congresso e pela sociedade como um todo, retrata a forma como os interesses do capital se sobrepõem a qualquer outro. Mesmo quando milhares de pessoas morreram vítimas da COVID-19, as medidas de cunho social que foram implementadas trouxeram em seu bojo benefícios diretos para os rentistas (R\$ 344 bilhões) e migalhas para as áreas sociais (R\$ 24 bilhões). Esses dados evidenciam como, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a fração rentista do capital se sobrepõe às demais frações, fazendo com que os seus interesses prevaleçam.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Lei da autonomia do Banco Central entra em vigor**. Fev. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/25/lei-da-autonomia-do-banco-central-entra-em-vigor>. Acesso em: 05 out. 2022.

ANDES. **Câmara aprova PEC Emergencial com previsão de congelamento salarial e outros ataques ao serviço público**. Mar. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/camara-aprova-pec-emergencial-com-previsao-de-congelamento-salarial-e-outros-ataques-ao-servico-publico1>. Acesso em: 05 out. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **Nota Técnica 1/2020**. Abr. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 29 set. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **SELIC já aumentou 488% e inflação não diminuiu**. Maio 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 29 set. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **Carta aberta: PEC 10 orçamento é de guerra, mas a favor de bancos**. Abr. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 04 out. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **Nota Técnica 5/2020**. Maio 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 04 out. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **Extra classe: Banco Central gasta centenas de bilhões para remunerar sobra de caixa dos bancos**. Ago. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 04 out. 2022.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. **Inflação e juros altos? Culpa do Banco Central**. Ago. 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 04 out. 2022.

ÁVILA, R. **Banco Central vai continuar subindo a taxa de juros (SELIC) sob a falsa justificativa de “combater a inflação”, agora provocada pela guerra?** Mar. 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 29 set. 2022.

ÁVILA, R. **Autonomia do Banco Central”: mais subserviência aos grandes rentistas da dívida pública**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 05 out. 2022.

BENITES, G. De volta ao passado: com metade da população em insegurança alimentar, Brasil é a “cara da fome”. **HUMANISTAS**, Ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/08/04/de-volta-ao-passado-com-metade-da-populacao-em-inseguranca-alimentar-brasil-e-a-cara-da-fome/>. Acesso em: 05 out. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Congresso promulga emenda constitucional do “orçamento de guerra”**. 07 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/659956-congresso-promulga-emenda-constitucional-do-orcamento-de-guerra>. Acesso em: 03 out. 2022.

COSTA, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública** | FGV. EBABE. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.

DIEESE. Juros e *Spread* bancários no Brasil: razões estruturais para os patamares elevados. **Nota Técnica Nº 208**. Junho 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec208jurosEspread.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DIEESE. Proposta de Emenda à Constituição Nº 186 (PEC Emergencial): novo desmonte dos direitos sociais. **Nota Técnica Nº**

252. 09 de março de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec252PECEmergencial.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ELIAS, J. Aumento da taxa de juros em 2021 é o maior do país em duas décadas. **CNN Business**. 22/09/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/aumento-da-taxa-de-juros-em-2021-e-o-maior-do-pais-em-duas-decadas/>. Acesso em: 03 out. 2022.

FATTORELLI, M. L. Bancos recebem R\$ 1,2 trilhão do Banco Central, mas só 4% disso viram aumento de empréstimos para pessoas e empresas. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/bancos-recebem-r-12-trilhao-do-banco-central-mas-so-4-disso-vira-aumento-de-emprestimos-para-pessoas-e-empresas/>. Acesso em: 29 set. 2022.

FATTORELLI, M. L. Juros altos explodem a dívida pública e amarram a economia, mas garantem lucro recorde aos bancos. **Holofotes**, 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.holofotenoticias.com.br/economia/miseria-explode-no-pais-mas-bolsonaro-sobe-juros-para-engordar-riqueza-de-bilionarios>. Acesso em: 29 set. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. PT estuda a “autonomia do Banco Central”. **Caderno Brasil**, São Paulo, 19 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.

HILFERDING, R. O capital financeiro. **Nova Cultural**, São Paulo, 1985.

GOMES, G. C. **PEC 186 e a Matrix das finanças públicas**. Março 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pec-186-e-a-matrix-das-financas-publicas/>. Acesso em: 05 out. 2022.

GUTIERREZ, M.; LICHA, A. **O financiamento do déficit fiscal brasileiro na pandemiado COVID-19**. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/gce/2021/Texto/Licha%20e%20Gutierrez_O%20financiamento%20do%20d%C3%A9ficit%20fiscal%20brasileiro%20na%20pa. Acesso em: 30 set. 2022.

KONCHINSKI, V. Aumento da SELIC deve elevar gasto do governo com juros da dívida a maior valor da história. **Brasil de Fato**. Geral. Maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/05/aumento-da-selic-deve-elevar-gasto-do-governo-com-juros-da-divida-a-maior-valor-da-historia>. Acesso em: 04 out. 2022.

LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1989.

NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. In: PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE DEUDA PUBLICA, AUDITORIA POPULAR Y ALTERNATIVAS DE AHORRO Y INVERSION PARA LOS PUEBLOS DE AMERICA LATINA. Caracas, Venezuela, **Anais** [...], 22 a 24 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.tiagosousa.org/>

wp-content/uploads/2012/01/Nakatani_Paulo.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

OXFAM BRASIL. **Poder, lucros e pandemia**. Set. 2020. Disponível em: oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/. Acesso em: 29 set. 2022.

OXFAM BRASIL. **Lucrando com a dor**. Maio 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>. Acesso em: 29 set. 2022.

ROSA, A.; TADEU, V. **Brasil encerra 2021 com 412.880 mortes no ano por COVID-19**. Jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 04 out. 2022.

SABADINI, M. de S. Sobre o conceito de capital financeiro. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), **Anais [...]**, 5 a 8 junho 2012. Disponível em: <http://www.sep.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SANTANA, L. A. **Transformismo e o Sistema da Dívida Brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no Governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

CAPÍTULO 6 - LAWFARE: UMA NOVA FORMA DE “FAZER POLÍTICA”?

Clara Skarlleth Lopes de Araujo Rodrigues¹

Em termos conceituais, o *lawfare*, um neologismo advindo da junção do termo *law* (Direito) e *warfare* (guerra/estado de guerra), caracteriza-se, em suma, pela utilização das instituições jurídicas associadas à influência midiática com a finalidade de concretizar, de forma implícita, uma intervenção ilegítima na disputa política no âmbito das democracias liberais representativas.

A utilização cada dia mais corriqueira deste instituto, frise-se, expõe uma ideia de normalidade, legalidade e legitimidade na atuação das instituições (em especial, as instituições ligadas ao aparato judicial) e da própria democracia formal, ao tempo em que são perpetradas violações no cenário da disputa política, concretizando-se estratégias implícitas para a perseguição política de inimigos.

O *lawfare* político, nesse aspecto, vai muito além da perseguição ao opositor político, agora eleito como inimigo. Esse instituto põe em risco os fundamentos mínimos da disputa política, cons-

[1]. Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande.

tituída e consolidada no âmbito da ordem democrático-institucional estabelecida.

Sob essa perspectiva, o estudo do *lawfare* político é de grande relevância, primeiro pelo cenário de violações e pelo perigo de disseminação dessas práticas no âmbito da política, uma vez que há a inserção da perseguição aos adversários políticos em um contexto de afirmação da normalidade democrática institucional; bem como por se tratar de uma temática que possui aspectos interdisciplinares, na medida em que apresenta, em um plano principal, análises teóricas fundamentais de autores da Ciência Política, correlacionando, em um segundo plano, aspectos do Direito e da Filosofia Política.

Problematiza-se, nesse sentido, o perigo representado pela adoção das práticas caracterizadoras do *lawfare*, que, ao estabelecer a perseguição ao opositor, interferindo diretamente no rumo da disputa política, deixa clara a existência de uma dicotomia entre o plano democrático institucional, marcado pela concepção formal, liberal, procedimental; e um plano excepcional implícito, em que se desenvolve um cenário marcado por perseguições aos opositores políticos, tendo as próprias instituições (no presente caso, destaca-se o Judiciário) como agentes da exceção dentro da democracia.

ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO LAWFARE

A primeira menção explícita da junção dos termos *law* (direito) e *warfare* (conflito armado) é atribuída ao Major General da Força Aérea dos Estados Unidos, Charles Dunlap, o qual, tendo em vista o cenário em que se inseria o país no início do século XXI, di-

recionou o termo para o fenômeno de disputas militares. Dunlap apresentou a conceituação de *lawfare* em um ensaio publicado no ano de 2001, influenciado por um outro ensaio de autoria de David Rivkin e Lee Casey, o qual indicava que o direito internacional teria sido utilizado pelos aliados e pelos adversários dos Estados Unidos como um meio de verificar ou proteger o poderio estadunidense. Para o general, *lawfare* seria “a estratégia do uso – ou não uso – do Direito para atingir um objetivo de combate de guerra” (Dunlap Jr., 2001, p.1).

O autor complementa expondo que o “*lawfare*, isto é, o uso da lei como arma da guerra, é a mais nova característica do combate do século XXI”, afirmando ainda que existem “evidências perturbadoras de que o estado de direito está sendo sequestrado por outra maneira de lutar, em detrimento de valores humanitários, bem como do próprio Direito” (Dunlap Jr., 2001, p. 2).

Em seguida, em outro artigo, publicado no ano de 2008, Dunlap fez menção ao *lawfare* como sendo uma “estratégia de usar – ou abusar – da lei como um substituto aos meios militares tradicionais para alcançar um objetivo operacional” (Dunlap Jr., 2008, s/p). E complementou que esse uso seria supostamente neutro do ponto de vista ideológico, podendo, dessa forma, ser utilizado por qualquer um dos lados combatentes.

Em 2010, Dunlap publicou outro artigo em que expôs os diversos usos e aplicações da expressão, até mesmo os adotados por ele ao longo do tempo, afirmando haver poucos conceitos no Direito Internacional Público mais controversos que o *lawfare*, aproveitando a oportunidade para ratificar sua ideia de se tratar de um conceito neutro. Isto é, o Direito pode ser usado tanto para o bem quanto para o mal, no papel de substituto da guerra armada tradicional (Dunlap Jr., 2010, p. 121-122).

A visão apresentada por Dunlap mostra-se, em certa medida, estratégica, podendo expressar aspetos positivos ou negativos a depender de sua utilização prática, apesar de o autor tender para a conceituação positiva, uma vez que considera benefícios extraídos do uso do *lawfare* para a segurança nacional. No entanto, em contraposição a essa visão positiva, há estudiosos que advogam a tese de que o *lawfare* seria dotado apenas de uma conotação negativa. Como exemplo, pode-se citar o entendimento da ONG *The Lawfare Project*, segundo o qual o *lawfare* significa a utilização da lei como uma arma de guerra, constituindo, assim, o abuso das leis e dos sistemas judiciais ocidentais para alcançar fins estratégicos militares ou políticos. E continua afirmando que o *lawfare* é inerentemente negativo, materializando-se pela utilização de processos legais para intimidar e frustrar os adversários. O *lawfare* se utiliza, portanto, do sistema de justiça como um espaço de guerra contra pessoas tidas como inimigas e, para tanto, faz uso de armas consistentes na interpretação deturpada de leis, institutos, procedimentos e categorias jurídicas.

Dito isso, pode-se considerar o *lawfare* uma espécie do gênero de guerra híbrida, visto que se constitui de seus elementos e métodos de abordagem, com objetivos geopolíticos, econômicos e de perseguição política, com a vantagem de substituição da força bélica tradicional pela força jurídica e midiática, com menor dispêndio de recursos financeiros.

Aqui um parêntese merece ser aberto para destacar que as guerras híbridas, assimétricas, irregulares ou não convencionais caracterizam-se pela desigualdade das relações de poder entre os Estados contendores ou mesmo no âmbito de um Estado nacional. A guerra híbrida representa, por esse ângulo, um fenômeno de guerra de quarta geração e conta com atores estatais e não estatais

que se utilizam de diferentes tecnologias, fazendo uma verdadeira fusão de estratégias, modos e meios de guerra.

Portanto, levando em consideração ao exposto, quando se relaciona o termo *lawfare* ao contexto da guerra ou ao contexto militar, o tema pode ser mais bem compreendido através da aproximação do seu conceito com o de guerras híbridas (e um distanciamento do conceito de guerras tradicionais ou bélicas). Visto que é um fenômeno que busca perseguir e afastar um determinado adversário político do campo de disputa, utiliza-se de meios e estratégias específicas, tendo como principais benefícios o baixo custo financeiro de seu uso e, sobretudo, a implementação de práticas de guerra em um contexto de manutenção da normalidade institucional e democrática.

Este é o ponto crucial da análise do *lawfare*: o seu caráter implícito e menos custoso do que os processos tradicionais de guerra ou perseguição política. Aqui há a violação sistemática de normas relativas ao processo eleitoral e à disputa política e o aproveitamento seletivo e direcionado das instituições (frise-se o Poder Judiciário), sob um manto de normalidade, marcados pela legalidade e legitimidade. Em complementação, destaca-se o entendimento a respeito do tema trazido por Orde F. Kittrie, em seu texto *Lawfare: law as a weapon of war*, segundo o qual “a estratégia de *lawfare* é normalmente menos mortal que os combates de guerra tradicionais, menos custosa financeiramente e algumas vezes mais efetiva” (Kittrie, 2016, s.p.).

Como visto, essas conceituações de *lawfare* até aqui apresentadas fazem muita relação do conceito com o âmbito da guerra ou com questões militares. No entanto, em sentido contrário e sob um enfoque dissociado da questão militar, os antropólogos Jean Camaroff e John Camaroff lançaram, no ano de 2006, a obra

Law and Disorder in the Postcolony, na qual buscaram demonstrar o uso da lei para alcançar fins políticos. Nestes termos, os autores caracterizam o *lawfare* como:

Recurso a instrumentos legais, à violência inerente ao Direito, para cometer atos de coerção política e até de eliminação (sentido figurado), que se torna visível quando agentes do Estado invocam legalidades para agir contra alguns ou todos os cidadãos (Camaroff; Camaroff, 2007, p. 30).

Ao observar tais aspectos, o professor e jurista Orde Kittrie (2016) defende a existência de dois tipos de *lawfare*, quais sejam: o instrumental, que seria o uso de meios legais para obter o mesmo resultado ou resultados semelhantes aos alcançados pela ação militar convencional; e o *lawfare compliance-lverage disparity*, que teria como finalidade obter um proveito no campo de batalha em razão da influência dos meios legais, mormente o Direito dos conflitos armados.

Assim, o *lawfare compliance-lverage disparity* estaria associado a conflitos militares e contextos de guerra, enquanto o *lawfare* instrumental estaria relacionado ao uso de meios judiciais ou estratégias do direito para fins políticos. Nesse ponto, os professores Antônio Eduardo Ramires Santoro e Natália Lucero Frias Tavares, em obra sobre a temática do *lawfare* brasileiro, destacam que:

As disputas por espaços de poder, antes restritas à arena política, especialmente no âmbito do parlamento, se expandem a cada dia mais para arena judicial, com embates no plano judicial, não apenas pelo acesso dos políticos e partidos ao Judiciário com demandas sobre questões que estão até mes-

mo no dia a dia da vida parlamentar, como é o caso da discussão sobre a legalidade ou constitucionalidade de tramitações de projetos de lei ainda em discussão no Congresso Nacional, mas também com a incidência da justiça penal sobre agentes políticos, afetando diretamente as questões políticas (Santoro; Tavares, 2021, p. 36).

Nota-se, portanto, que as disputas por espaços de poder, que antes eram limitadas ao âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, agora passam pelo crivo do Poder Judiciário, que vem a ganhar muito mais notoriedade, principalmente no tocante ao julgamento de questões que antes era tidas como eminentemente políticas.

Em continuidade, para melhor aprofundar essa temática, vejamos, ainda, trecho da obra da cientista política Silvina Romano e da socióloga Camila Vollenweider (2018) que, em termos conceituais, apresenta o *lawfare* nas seguintes balizas:

Es el uso indebido de instrumentos jurídicos para fines de persecución política, destrucción de imagen pública e inhabilitación de un adversario político. Combina acciones aparentemente legales con una amplia cobertura de prensa para presionar al acusado y su entorno (incluidos familiares cercanos), de forma tal que éste sea más vulnerable a las acusaciones sin prueba. El objetivo: lograr que pierda apoyo popular para que no disponga de capacidad de reacción (Romano; Vollenweider, 2018, p. 1).

Significa, portanto, a utilização indevida dos meios jurídicos para fins de perseguição política. Possui como aspectos fundamentais: a) a atuação do Poder Judiciário, operando de forma política sob o manto da institucionalidade; e b) o aspecto da luta contra

a corrupção, aproveitando-se da justificativa de esse tema ser uma das principais preocupações da população latino-americana.

Nessa perspectiva, o *lawfare* que, segundo o jurista Alexandre Morais da Rosa, “é o uso do Direito e suas diversas possibilidades como estratégia para destruição da capacidade de ação do inimigo, em geral com fins políticos” (Morais da Rosa, 2018, p.1), surge justamente nesse contexto excepcional de seleção, uma vez que é nele que encontra subsídios para a legitimação de suas várias práticas.

Dessa forma, o *lawfare* constitui uma contradição jurídico-política e sempre se apresenta sob um caráter negativo, um fenômeno do qual não se podem retirar aspectos positivos. O perigo do *lawfare* apresenta-se ao estabelecer a perseguição ao opositor, interferindo diretamente no rumo da disputa política e deixando clara a existência de uma dicotomia entre o plano democrático formal, marcado pela concepção liberal, procedimental e representativa, e um plano excepcional implícito, em que se desenvolvem as perseguições contra os representantes dos segmentos excluídos da sociedade, tendo nas próprias instituições agentes da exceção dentro da democracia.

O fenômeno manifesta, portanto, uma situação de exceção, pois mantém-se uma aparência de formalidade e legalidade quando, na realidade, inúmeras violações formais e materiais seguem ocorrendo dentro do aparato institucional. As cientistas políticas Silvina Romano e Arantxa Tirado (2018) entendem que:

El lawfare puede ser definido como una persecución política por lavía judicial. Esta persecución tiene como objetivo la expulsión/aniquilación de sectores, personalidades y proyectos de la esfera política formal; es decir, eliminar al adversario por la vía judicial (Romano; Tirado, 2018, s/p).

As estudiosas do tema Camila Vollenweider e Silvina Romano apontam alguns aspectos que devem estar presentes para a caracterização do *lawfare*:

La presencia del Timing político: que la causa (el caso judicial) debe hacerse pública, en circunstancias que envuelvan un alto costo político para el sujeto o grupos involucrados, siendo sometidos a procesos de desacreditación.

La Reorganización del aparato judicial: los grupos que detentan el control del aparato estatal hacen uso de su poder para situar en puestos clave a “técnicos” (magistrados, juristas, fiscales) supeditados al poder de turno, para arremeter y hostigar al contrincante político, evitando ataques que puedan proceder de parte de los opositores. El doble rasero de la ley: A pesar de presentarse diversos casos de corrupción en la palestra pública, se “escoge” el que se adecue a los intereses de los que ostentan el poder, exponiendo casos seleccionados, invisibilizando o menospreciando otros. Sujeto a estas dinámicas, como actor clave, señalan a los Medios de comunicación masivos, que deben maniobrar para activar a la opinión pública, al engrandecer los casos escogidos y silenciar otros, llevando a cabo un verdadero “periodismo de guerra” exaltando el fenómeno de la corrupción como inherente al Estado, a lo público, contraponiéndolo a las buenas prácticas de lo privado (vollenweider; Romano, 2017, s/p).

Para uma melhor compreensão, destaca-se que o *timing* político se manifesta por meio do desprestígio e do descrédito da figura política envolvida no caso judicial. *La reorganización del aparato judicial* seria a utilização, por parte de grupos detentores de poder e influência, do aparato judicial, transformando-o em um meio de

perseguição, hostilização e inabilitação do adversário político. *El doble rasero de la ley* seria o uso da lei de forma direcionada a casos específicos, sobre os quais há algum interesse, em detrimento de outros casos semelhantes, que não trazem tanta repercussão ou que não recaem sobre adversários específicos. *La actuación de los medios de comunicación masivos*, por sua vez, se manifestaria pela utilização da informação e dos meios midiáticos com a finalidade de direcionar a opinião pública de acordo com os seus anseios.

Por ser uma forma excepcional de utilização das instituições jurídicas como meio de perseguição aos adversários políticos, o *lawfare* utiliza-se justamente dessa aparência de legalidade democrática para constituir as suas estratégias e manobras. Nesse sentido:

O *lawfare* não é um mero rótulo, nem um modismo e muito menos um joguete a serviço de determinada ideologia política. Trata-se, em verdade, de um fenômeno complexo, multifacetado e que ocupa um lugar central na reflexão sobre as combalidas democracias constitucionais contemporâneas, na medida em que é capaz de solapar, de um só golpe, o princípio majoritário e o Estado de Direito (zanin; Martins; Valim, 2019, p. 30).

Neste momento, merece destaque o questionamento sobre um possível relacionamento entre *lawfare* e estado de exceção. Que essa relação existe não se questiona, o que se questiona é qual a sua natureza. Autores como Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim, na obra *Lawfare: uma introdução*, apontam que há sim essa relação e inserem o estado de exceção como uma categoria contígua ao *lawfare*. Para os autores, há pontos em comum entre ambos os fenômenos, os quais são traduzidos na ideia de que:

O estado de exceção e o *lawfare* têm em comum exatamente a figura do inimigo. Em ambos se pressupõem a hostilidade, a possibilidade de combate a um inimigo virtual, constantemente redefinido, do qual se retira, em alguns casos, a própria condição de pessoa, reduzindo-o a um outro genérico, total, irreal (zanin; Martins; Valim, 2019, p. 30).

Observa-se que os autores entendem que a relação que se estabelece entre *lawfare* e estado de exceção se dá pelo fato de ambos possuírem alguns elementos e ideias comuns, mas que seria erroneo equiparar ambos, porque o estado de exceção estaria inserido apenas em uma segunda dimensão do *lawfare*, relacionada especificamente ao armamento. Com a devida vênia ao posicionamento exposto, ousamos apresentar uma opinião diferente, no sentido de indicar o *lawfare* como um desdobramento ou como uma das manifestações do estado de exceção. Isso se dá porque o *lawfare*, na sua realidade prática, se mostra em um contexto de aparência de formalidade e legalidade quando, na verdade, as violações materiais dele decorrentes seguem sendo efetivadas.

Dessa forma, o *lawfare* pode ser compreendido como uma forma excepcional de utilização das instituições jurídicas como meio de perseguição aos adversários políticos, utilizando-se, para tanto, justamente dessa aparência de legalidade democrática para constituir suas estratégias e manobras. Uma dessas consequências danosas pode ser observada quando se verifica que o *lawfare* busca, entre seus objetivos, “fazer uma limpeza na política” (Romano, 2019, p. 29), o que vai diretamente de encontro a um dos pressupostos básicos da disputa política, que é a possibilidade de competição e oposição.

Há a constituição de um “inimigo interno”, que, segundo Eugênio Raúl Zaffaroni (2020), é sempre aquele que deve ser alvo de exclusão da sociedade, através do medo ou ódio ao diferente. O autor aposta, em síntese, que, ao permitir a constituição de “inimigos internos” dentro da sociedade, impõe-se a necessidade de admitir limitações e restrições aos direitos e às garantias desses sujeitos, o que pode abrir precedentes para admitir limitações e restrições a qualquer cidadão.

Assim, o sistema democrático é corroído e atacado justamente em pontos essenciais para a concepção de uma democracia liberal, quais sejam o processo de eleições competitivas e o aspecto da concorrência política. Essa realidade constitui, de forma clara, uma manifestação da exceção, pois, sob a alegação de “salvar” a democracia ou sob o pretexto de “guerra contra a corrupção”, bem como através do uso da máquina judiciária como meio de perseguição política, há uma fragilização do Estado de Direito e dos elementos mínimos que caracterizam as democracias representativas e deliberativas. Presencia-se, portanto, um processo progressivo de desmantelamento dos padrões democráticos institucionais, impondo como consequência uma fragilização da democracia.

Nesse sentido, o *lawfare* apresenta-se como uma arma poderosa de ataque à democracia, inclusive em seu aspecto institucional mínimo. Essa prática se estabelece através da criminalização da política e por meio da implementação de um novo tipo de exceção, que atua no interior de um Estado formalmente democrático, utilizando como agentes principais a grande mídia e o sistema de justiça do país.

O *lawfare* mostra-se como uma ação conjugada entre a mídia hegemônica e o sistema de justiça, com a finalidade de desmoralizar e perseguir aqueles eleitos como inimigos políticos.

Assim, em um cenário de aparente normalidade constitucional democrática, o sistema de justiça brasileiro inaugura um tipo inédito de regime de exceção que convive com o pacto constitucional existente e opera a partir de argumentos provenientes do próprio direito.

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS E TÁTICAS DO LAWFARE

John Camaroff, professor de Harvard e especialista em *lawfare*, ao tratar sobre o tema e fazer uma comparação com as estratégias e táticas de guerra, apresenta a existência de três dimensões estratégicas caracterizadoras do fenômeno do *lawfare*: a geográfica, o armamento e as externalidades.

A dimensão geográfica, em um cenário de guerra, constitui-se pela escolha cuidadosa dos espaços de acampamentos e campos de batalhas, levando em consideração possíveis vantagens ou desvantagens na luta contra o inimigo. Essa escolha é fundamental, uma vez que pode condenar os combatentes ao fracasso antes mesmo do início do confronto.

Especificamente no que se refere ao *lawfare*, a escolha geográfica estratégica, assim como na guerra, apresenta manifesta relevância. O campo de batalha característico da guerra aqui é transformado nos órgãos públicos encarregados de aplicar o direito naquele caso e nos quais as armas a serem utilizadas terão mais ou menos força.

Sobre esse ponto, Zanin, Martins e Valim prelecionam que “campo de batalha aqui é representado pelos órgãos públicos encarregados de aplicar o Direito, em função de cujas inclinações interpretativas as armas a serem utilizadas terão mais ou menos

força” (2019, p. 36), ou seja, escolher um órgão específico é determinante para que o exercício do *lawfare* tenha sucesso, pois a defesa ou a acusação terá maior representatividade dependendo de quem estará incumbido de julgar o caso.

Assim, a atração jurisdicional em certas circunstâncias poderá ser indispensável para neutralizar um ataque, mas quando a opção por certa jurisdição ou deslocamento for feita com intenção exclusiva de deslegitimar um inimigo, considera-se uma afronta direta ao princípio do juiz natural, assim como uma afronta indireta à imparcialidade e à independência do órgão julgador, elementos que compõem o conceito amplo de juiz natural.

A segunda dimensão estratégica diz respeito à escolha do armamento adequado ao enfrentamento do adversário. No tocante ao *lawfare*, Zanin, Martins e Valim afirmam que “o armamento é representado pelo ato normativo escolhido para vulnerar o inimigo eleito – ou, ainda, pela norma jurídica indevidamente extraída pelo intérprete do texto legal” (2019, p. 38). A finalidade principal dessa segunda dimensão do *lawfare* é a utilização da lei para enfraquecer o alvo através de ações judiciais, a fim de minar a imagem do inimigo.

Nesse âmbito, alguns diplomas legais, a exemplo das leis anticorrupção e antiterrorismo e das leis de segurança nacional, são utilizados com mais frequência por serem dotados de conceitos vagos e ostentarem medidas cautelares violentas, que vulneram a imagem do inimigo.

A terceira dimensão estratégica, por sua vez, denominada de externalidades, consiste em técnicas de manipulação de informação para gerar um ambiente favorável ou aceitável para o uso das armas jurídicas contra o inimigo. Aqui, a mídia é utilizada como a

principal externalidade, auxiliando as práticas do *lawfare* e criando um ambiente de suspeitas abstratas sobre o inimigo escolhido.

Dessa forma, as externalidades, para o *lawfare*, são todos os meios de manipulação utilizados para atacar, enfraquecer, desacreditar ou constranger um oponente. Para isso, as informações são distorcidas e disseminadas com o intuito de angariar o apoio da opinião pública. Nesse ponto, segundo a professora de Direito Susan Tiefertemrun, o *lawfare* é “uma arma projetada para destruir o inimigo usando, abusando e mal utilizando do sistema legal e da mídia para conseguir o clamor público contra o inimigo” (2010, p. 31).

Ainda sobre esse ponto, Zanin, Martins e Valim (2019, p.74-76) demonstram que há uma interação entre essas dimensões estratégicas, as quais resultam em características básicas do *lawfare*, entre as quais citam:1) *forum shopping*, que seria a junção da tática da primeira e da segunda dimensão, ou seja, geografia + armamento.

Busca-se com essa interação escolher o Direito e o órgão julgador mais favoráveis à tese do autor. Alguns fatores são levados em conta para escolha da melhor estratégia adotada para garantir a aplicabilidade efetiva do *lawfare*, entre os quais estão: o juiz parcial, promotores parciais, hierarquia recursal tendenciosa e parcial, histórico, cultural e socioeconômico do local do órgão jurisdicional ou administrativo, relação dos aplicadores do direito de determinada região com agentes estrangeiros (Zanin; Martins; Valim, 2019, p.77). Ainda dentro da união entre geografia e armamento, os autores apontam a prática da *libel tourism* (Zanin; Martins; Valim, 2019, p.78), que consiste em ajuizar ações em jurisdição adversa, não se tratando do foro competente, mas sim ao que é mais amigável à acusação.

Quanto às táticas correspondentes à segunda dimensão estratégica, os autores apontam como exemplo as denúncias sem materialidade ou sem justa causa (*frivolous charges*), os excessos de prisões preventivas ilegais, como forma de tortura para obter as delações premiadas e a utilização de delações premiadas para deslegitimar inimigos através de falsas incriminações (Zanin; Martins; Valim, p. 78-85).

Nesse contexto, destaca-se, ainda, o *overcharging*, ou excesso de acusações, que, segundo os autores, pode ser realizado por meio de duas formas: acesso vertical, que seria o agravamento da situação visando aumentar o *quantum* da pena; ou excesso horizontal, representado pelo excesso de fatos a uma só ocorrência (Zanin; Martins; Valim, 2019, p. 85-87).

Em continuidade, os autores apresentam as táticas do *carrot and sticks* (cenouras e porretes), segundo o qual o agente do *lawfare* influencia as declarações de culpa ao firmar acordos de cooperação em troca de benefícios: a tática da criação de obstáculos à atuação de advogados que lutam contra arbitrariedades do Estado, uma vez que o *lawfare* silencia e intimida os advogados, extraindo a possibilidade de estes utilizarem de todas as garantias previstas pelo direito nacional e internacional na defesa de seus clientes (Zanin; Martins; Valim, 2019, p.87-91); a tática da propositura de ações judiciais para silenciar a liberdade de expressão e difundir o medo em quem pode opor-se publicamente ao *lawfare* (Zanin; Martins; Valim, 2019, p.91-92); e por fim, a tática dos estados de exceção (ou criação de normas *ad hoc*), a qual é caracterizada quando há um nítido tratamento excepcional ao caso (Zanin; Martins; Valim, 2019, p.155-156).

Quanto à terceira dimensão estratégica, o autor cita como táticas: a manipulação de pautas mobilizadoras para iniciar a per-

seguição ao inimigo, cujo objetivo principal é sensibilizar a população sobre a necessidade de destruir o inimigo (Zanin; Martins; Valim, 2019, p. 93-94); a promoção de desilusão popular em relação ao inimigo, influenciando a opinião pública e utilizando o direito para fazer publicidade negativa (Zanin; Martins; Valim, 2019, p. 94-95); e a utilização do escritório de advocacia como alvo de guerra de informação, sendo que, neste ponto, destaca-se a notória assimetria existente entre Estado e o investigado ou o réu (Zanin; Martins; Valim, 2019, p. 95-98).

Feitas tais considerações, percebe-se que o estudo dessas dimensões estratégicas permite estreitar as relações existentes entre o contexto de guerra e o campo jurídico, demonstrando que o *lawfare* acontece por meio de uma sucessão de ações e situações antes afetas ao campo militar, agora coordenadas estrategicamente para atingir um alvo específico, utilizando os meios judiciais para tanto.

Assim, considerando essa inter-relação inerente ao conceito de *lawfare* aliado aos atuais cenários conturbados tanto na política quanto no judiciário, Zanin, Martins e Valim fazem um importante alerta: “*Olawfare* – sob as perspectivas teórica e prática – impõe grandes dificuldades, a começar pela pluralidade de conhecimentos exigidos para compreendê-lo e detê-lo” (2019, p. 125). Portanto identificar o uso do *lawfare* pode não ser uma tarefa tão simples, requerendo muita atenção devido às múltiplas facetas que são abrangidas para sua efetivação.

Para auxiliar numa melhor compreensão da temática, os professores Antonio Santoro e Natália Lucero, na obra *Lawfare brasileiro*, apresentam em um tópico específico de sua obra uma tipologia sobre o *lawfare* e alguns exemplos de usos de instrumentos legais do *lawfare* político que nos permitem traçar alguns parâmetros

concretos para a identificação da materialização do *lawfare* em casos concretos.

Nesses termos, o primeiro exemplo elencado diz respeito à iniciativa de criação de novas leis que permitam a redução de garantias no âmbito das persecuções penais, que, segundo os autores, apesar de não terem como finalidade criar efeitos similares às ações políticas, contribuem para essa finalidade à medida em que não conferem uma proteção ao cidadão.

Um segundo exemplo apontado pelos autores é a iniciativa de criação de novas leis com tipificação aberta que permita a adequação de condutas com finalidade de coibição de ações políticas tidas como criminosas ou que invertam o ônus probatório. Dentre essas leis, os professores mencionam a Lei nº 12.850/2013, que criou o tipo penal e dispôs acerca das condutas praticadas por organizações criminosas, e cuja configuração, segundo eles “é de tal forma aberta que não há nenhuma dificuldade em adequar situações comezinhas a tal conceito legal de organização criminosa” (Santoro; Tavares, 2021, p. 40).

O terceiro exemplo é a jurisdicionalização de discussões outrora essencialmente reservadas ao campo político. Nesse ponto, os autores mencionam que:

Há certas atividades que, embora sejam tradicionalmente reservadas ao âmbito de discussão política, vêm sendo jurisdicionalizadas. Um claro exemplo são as discussões a respeito da criação de leis no âmbito do parlamento, que sempre foram matérias essencialmente políticas, mas estão sendo submetidas à apreciação dos Tribunais (santoro; Tavares, 2021, p. 41).

O quarto exemplo é a reinterpretação criativa de leis existentes, reduzindo a importância dos direitos humanos e fundamentais. Nessa ocasião, os professores citam a decisão que determinou a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava Jato:

Inobstante se possa afirmar que a decisão que determinou a condução coercitiva do ex-presidente não tinha conteúdo político, porquanto apesar de criativa (no sentido de criar regras diversas daquelas expressas na lei), uma vez que foi determinada sem que o mesmo tivesse sido previamente intimado para o ato, atendeu ao mesmo critério que o juiz utilizou para autorizar as demais 206, há um dado que coloca em xeque sua independência do contexto político-jurídico (santoro; Tavares, 2021, p. 43).

O quinto ponto trazido pelos autores é a instauração de persecuções criminais para alcançar objetivos políticos, oportunidade em que destacam que essa estratégia não é nova, mas nesse contexto específico, trata-se não só de uma perseguição pessoal, mas sim de um ato de controle político.

O sexto e último ponto trazido pelos autores é a divulgação de persecuções criminais com a afetação de imagens pessoais para alcançar objetivos políticos. Para melhor aprofundar nesse ponto, os autores apresentam dois exemplos de sua utilização, quais sejam: a apresentação pública em Power Point feita em setembro de 2016 pelo procurador federal da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, contra o ex-presidente Lula; e a divulgação autorizada pelo juiz Sérgio Moro das conversas entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff. Em conclusão, os autores argumentam que:

Esse manejar bélico dos instrumentos judiciais acaba por mascarar, total ou parcialmente, a prática de ataques políticos, recobertos por um véu de legalidade estrita. Neste contexto, a manipulação do ideário social se opera de modo mais sutil e propicia uma maior proteção ao(s) autor(es) frente às críticas do indivíduo ou grupo alvo das táticas de *lawfare* político (santoro; Tavares, 2021, p. 47).

No tocante à menção feita pelos autores de que os ataques políticos estão encobertos sob o véu de uma legalidade estrita, é possível fazer uma relação com o conceito de estado de exceção, abordado nas linhas iniciais do presente estudo. Conforme já mencionado, a relação que se faz com o estado de exceção é justamente o fato de que as arbitrariedades e violações no cenário da política estão se perpetrando sob o mando de uma suposta legalidade.

Dessa forma, não se observam mudanças substanciais no funcionamento das instituições, bem como não se observa qualquer mudança no processo eleitoral formal. No entanto, sob esse manto de suposta legalidade, estão ocorrendo inúmeros processos que minam o normal procedimento eleitoral e, conseqüentemente, a própria democracia.

Assim, quando questionamos, no título do presente estudo, se o *lawfare* seria uma nova forma de “fazer política”, estamos ironizando e buscando demonstrar que esse processo se encontra cada vez mais presente no cenário de disputa política, impondo um desequilíbrio e uma conseqüente fragilização de aspectos mínimos de democracia.

No entanto, essa nova forma de “fazer política” caracteriza-se pela sua natureza implícita, ou seja, por se desenvolver sob um manto de legalidade e de normalidade, o que torna o fenômeno

ainda mais intrigante e perigoso, sendo necessário o aprofundamento em seus principais aspectos e nas suas estratégias de manifestação.

REFERÊNCIAS

CAMAROFF, J.; CAMAROFF, J. L. **Law and Disorder in the Post-colony**, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/37692160_Law_and_Disorder_in_the_Postcolony. Acesso em: 23 abr. 2021.

DUNLAP JR., C. J. Law and Military Interventions: preserving Humanitarian Values in 21st Century Conflicts. In: HUMANITARIAN CHALLENGES IN MILITARY INTERVENTION CONFERENCE, Kennedy School of Government, Harvard University, Washington, D.C. **Anais** [...]. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/3500/. Acesso em: 23 abr. 2021.

DUNLAP JR., C. J. Lawfare today: a perspective. Yale J. **Int'l Aff.**, v. 3, p. 146, 2008.

DUNLAP JR., C. J. Does lawfare need an apologia. Case W. **Res. J. Int'l L.**, v. 43, p. 121, 2010.

KITTRIE, O. F. **Lawfare: law as a weapon of war**. Oxford University Press, 2016.

ROMANO, S. M. (Comp.). **Lawfare**: guerra judicial y neoliberalismo en América Latina. Mormol/Izquierddo Editores, 2019. ISBN España 978-84-936041-9-6.

ROMANO, S.; TIRADO, A. **Lawfare y guerra híbrida**: la disputa geopolítica en América Latina, Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica, 17 de junio de 2018. Disponível em: www.celag.org/lawfare-guerra-hibrida-disputa-geopolitica-america-latina. Acesso em: 05 fev. 2024.

SANTORO, A. E. R.; TAVARES, N. L. F. **Lawfare brasileiro**. 2. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021.

VOLLENWEIDER, C.; ROMANO, S. **Lawfare**. La judicialización de la política en América Latina. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica, 2017.

ZAFFARONI, E. Lawfare a guerra judicial en América Latina. La asociación ilícita como método de clonación de procesos. **El correo de la diáspora latinoamericana**, jul. 2019.

ZANIN, C.; MARTINS, V. T. Z.; VALIM, R. **Lawfare**: introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019. ISBN: 978-85-6922-62

CAPÍTULO 7 - FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

Ariane Alves da Silva¹

O advento do modo de produção capitalista provocou inúmeras mudanças nas relações sociais e políticas que alteraram as condições materiais de vida de homens e mulheres. Dessa forma, para entender as opressões vivenciadas pelas mulheres, partimos das condições materiais e subjetivas vivenciadas por estes sujeitos dentro do contexto histórico, social e cultural.

Nesses termos, partimos da discussão sobre a articulação entre exploração e opressão de gênero e a divisão social e sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo, como parte do que constitui a dinâmica patriarcado e capitalismo. Consideramos que a opressão das mulheres no capitalismo garante elementos para sua legitimação, tendo em vista que é um sistema baseado na exploração da maioria por uma minoria, em que as desigualdades sociais e a opressão a partir da divisão sexual do trabalho são essenciais para seu pleno funcionamento e reprodução.

O patriarcado estabelece, desde a fase de acumulação primitiva no capitalismo e a instauração da propriedade privada burguesa, in-

[1]. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFGG.

terconexões com as questões de classe, contribuindo para o processo de manutenção do capital. Assim, as determinações do patriarcado se colocaram dentro do processo de inserção das mulheres na vida social e na esfera de produção dentro do capital, logo absorvendo o trabalho e a exploração da mulher trabalhadora, por meio da engrenagem das relações desiguais da sociedade capitalista.

Na medida em que avançava o capital industrial e se apartava da acumulação primitiva, desenvolvia-se o trabalho assalariado. Esse novo tipo de trabalhador vende a única mercadoria que lhe resta após a espoliação de seus meios de produção de subsistência: sua força de trabalho.

Sob a égide jurídica do capitalismo, o trabalhador é duplamente livre, no entanto sua liberdade é condicionada pela força de trabalho vendida por ele. Essa força de trabalho não é paga pelo salário, este é pago em quantidade necessária para reprodução da força de trabalho, o excedente é apropriado pelo capital.

Portanto, essa nova configuração de trabalhador é diferente das formas de produção anteriores, pois a exploração na sociedade capitalista tem como pressuposto uma igualdade formal de trabalhadores livres para vender força de trabalho, logo, na teoria, as características físicas ou identitárias dos explorados não seriam consideradas. No entanto, no que concerne à força de trabalho feminina, essas condições imprimem profundas modificações em relação à mulher trabalhadora.

Para Engels, no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ([1884]2012), o capitalismo criou condições para a real libertação das mulheres ao envolvê-las novamente na produção social, no entanto, simultaneamente gerou contradições e conflitos com a forma de organização familiar. Somente o socialismo

poderia criar uma nova organização familiar que correspondesse aos novos papéis sociais das mulheres.

Ou seja, se, por um lado, a inserção da força de trabalho feminina avançava na retirada da mulher do lar, também exerceu um papel crucial no processo de acumulação do capital. Essa inserção não foi acompanhada de mecanismos de libertação das mulheres da esfera privada, ao contrário, agora as explorava em dois âmbitos, já que se convencionou naturalizar essas tarefas como substancialmente femininas. Essa dualidade se somou à percepção de estereótipos de gênero – a ideologia da mulher e sua natureza deficitária –, que colocaram as mulheres em posição de desvantagem, preservando relações de autoridade que limitaram a sua autonomia.

Partindo desse amplo campo, este estudo tem como intenção interpelar sua investigação no Brasil após a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 70. Segundo Nogueira (2004), é a partir dos anos 70, no Brasil, que ocorre a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, período que foi chamado de “feminização do trabalho”, com o crescimento da oferta de emprego feminino devido à expansão dos ramos industriais, que tradicionalmente empregam mulheres no Brasil.

Nesse período histórico, como afirma a filósofa Helena Hirata (2007) em seu texto “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, ocorre também uma reconfiguração nas relações que organizam a esfera doméstica e profissional, bem como a mudança nas modalidades que fomentam a divisão sexual do trabalho. A autora destaca que, dentro desse espectro laboral para as mulheres, *tudo muda, mas nada muda* (grifo nosso). As modificações não ocorrem na base estrutural – a combinação patriarcado e capitalismo – mas no âmbito de pequenos arranjos baseados no individualismo, o

que provoca sutis mudanças, mas nada muda no concreto das relações sociais entre os sexos.

Enquanto nos períodos posteriores, anos 1980 e 1990, houve o período de austeridade econômica e social, marcado essencialmente pelo avanço do neoliberalismo na América Latina. A também filósofa Lorna Finlayson (2019), em seu artigo “Feminismos em debate: na direção errada”, publicado originalmente na *The London Review of Books*, destaca que, nesse período de austeridade econômica e social, no início dos anos 80, o final da chamada “segunda onda” feminista, as mulheres, especialmente no sul global, foram diretamente afetadas pela privatização de serviços públicos, especialmente aqueles relacionados aos cuidados infantis, de pessoas com deficiência, doentes e idosos, áreas nas quais as mulheres estão majoritariamente trabalhando, remuneradas ou não.

Dessa forma, este estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo, baseado nas referências bibliográficas disponíveis acerca do tema. Compreendemos a metodologia como uma forma de abordagem da realidade, em que teoria e método se articulam dialeticamente, como explicitado anteriormente. O foco deste trabalho é a relação que se estabelece entre capitalismo e patriarcado no Brasil. Nesse sentido, este é um estudo teórico que tem como pretensão compreender categorias que compõem a realidade da relação capital-patriarcado, observando seu movimento de continuidades e discontinuidades, partindo de determinado tempo histórico em determinado estágio de desenvolvimento do capital.

Como Dantas e Tonelo (2016, p. 13) apontam, “[...] todas as esferas se movem, e o sistema, o “real” por inteiro, se move nesses marcos fundados na contradição que funda as demais, que mantém o objeto [sociedade capitalista] em movimento”. É nesse movimento e na dialética que as contradições materiais na realidade

concreta – totalidade – permitem compreender a formação do ser social que se dá por meio dessas relações sociais.

Desse modo, a apreensão do método marxista de análise parte da base de compreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital, o qual, colocado como ponto de partida, se expressa na realidade concreta das coisas.

Consideramos que a reprodução das relações sociais de produção é também a reprodução da divisão sexual do trabalho, que se deu historicamente. A família patriarcal e a divisão sexual do trabalho se tornam, nesse sentido, importantes aliados da dinâmica capitalista de opressão e exploração, pois a atividade na esfera reprodutiva também é essencial ao capital. Sendo assim, não seria possível compreender as várias questões que infringem às mulheres na sociedade sem adentrar as contradições de classes e o conhecimento científico dessa perspectiva.

O TRABALHO FEMININO NO BRASIL: COMBINAÇÃO ENTRE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

Por tratarmos aqui, especificamente, da inserção feminina massiva no mercado de trabalho no Brasil, a fim de periodizar e contextualizar, apresentamos brevemente as tendências do processo de inserção do trabalho feminino no país, bem como introduzimos a questão da mulher trabalhadora aqui.

O terreno histórico ao qual adentramos é permeado pela ditadura militar no Brasil, período (durante os anos 70) denominado como “milagre econômico” pelos ditadores da época. Segundo Calado (2016), no trabalho de dissertação *O caráter do patriarcado na ordem social do Capital: um estudo sobre a relação entre exploração*

e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade, a época ficou assim definida pelo crescimento das taxas de produtividade e da expansão na infraestrutura produtiva, mas paradoxalmente escondia a retirada de direitos dos trabalhadores, além de marcar também o endividamento externo do país em razão dos empréstimos internacionais.

Assim, apesar do grande investimento tecnológico no desenvolvimento produtivo, menos se investia na qualidade de vida dos trabalhadores. É a partir de 1973 que o modo de produção capitalista desencadeia um intenso processo de reestruturação das relações sociais, que se desenvolvem outras alternativas, além do taylorismo/fordismo, padrão de produção da época.

Segundo Nogueira (2004), no livro *A feminização no mercado de trabalho: entre a emancipação e a precarização*, a mundialização da reestruturação do capital afetou desigualmente o emprego de homens e mulheres. Com a crise no fim de 1960 e início da década de 1970, o trabalho assalariado e toda a esfera produtiva sofreram o impacto das mudanças da reestruturação do capital como “mecanismo de saída” da crise.

No Brasil, entre os anos 1980 e 1990, em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação; enquanto o trabalho feminino remunerado cresceu. No entanto, esse crescimento tanto nos espaços formais como nos informais era predominantemente em áreas precárias e vulneráveis. Dentro desse cenário, estão também a expansão do acesso à escolaridade para as mulheres e o ingresso delas nas universidades, o que expandiu o leque de oportunidades de trabalho. É importante considerar que o avanço das mulheres em atividade modificou também a taxa de natalidade:

A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da ati-

vidade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de 80. Assim, a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades (Brushini, 2001, p.95).

É durante a década de 1980 que o crescimento da economia brasileira estagna e o Produto Interno Bruto (PIB) entra em queda com a retração industrial. O país entra em crise, tendo ancorado seu crescimento no endividamento externo e na crise do petróleo na segunda metade da década de 70.

Assim, esses fatores se somam a outros determinantes que contribuíram para a expansão do trabalho feminino e também sua permanência. Carlotto (2002) aponta que a necessidade econômica se intensificou com a deterioração dos salários, o que obrigou as mulheres a entrarem no mercado de trabalho como forma de buscar uma complementação para a renda familiar. Assim, não só as mais pobres entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas e das camadas médias.

Outros fatores importantes foram a crescente urbanização e o êxodo rural, que trouxeram a incorporação de novos trabalhadores pelo mercado, o que incluía as mulheres. Outro elemento de destaque refere-se às mudanças sociais que avançavam na relativização do papel social da mulher, com o avanço do movimento feminista (mesmo que institucionalizado) e, como citado anteriormente, a expansão da escolaridade e do acesso das mulheres à educação superior. No entanto, esse avanço ainda está marcado pela divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é um construto histórico presente nas relações de poder entre os gêneros, apoiando-se no discurso

do determinismo biológico. Como ressalta Saffioti (1992), a construção da mulher enquanto dominada-explorada tem a marca da naturalização, do inquestionável, já que é dado pela natureza. Assim, em todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização reforçam os preconceitos e estereótipos dos gêneros como legitimados de uma suposta natureza feminina e masculina, apoiando-se na determinação biológica. Essa “marca” também se constitui no trabalho produtivo, como destaca Antunes (2009) sobre a divisão sexual do trabalho:

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos/as trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (Antunes, 2009, p. 105).

A diferença biológica transforma-se em desigualdade social, legitimada por uma falsa naturalidade. Essa suposta desigualdade naturalizada é utilizada como mecanismo de apoio para a exploração capitalista, isto é, todo trabalho realizado pelas mulheres na esfera do lar se volta para a reprodução social da vida.

Como demonstrado até aqui, a família, a divisão sexual do trabalho, as posições sociais nas quais as mulheres foram colocadas ao longo do tempo, bem como a construção de um padrão feminino de comportamento associado à sua condição biológica, ao maternal e ao lar, são construtos históricos, produtos das relações sociais ao longo do tempo, atravessados por contradições

que marcaram determinações sobre a inserção desses sujeitos na esfera produtiva e no âmbito econômico-político-social, em nível mundial e nacional.

As décadas analisadas nesta pesquisa evidenciaram as profundas mudanças sociais e políticas em toda a classe trabalhadora, juntamente com a expansão da escolaridade da população em geral, mas especificamente a feminina, as quais tiveram impacto direto na participação das mulheres no mercado de trabalho. A necessidade econômica gerada pelas recessões econômicas da época, juntamente com o aumento da inflação, impulsionou a massa de mulheres.

Destacamos o crescimento da participação das cônjuges no trabalho produtivo tanto na década de 1980 quanto na de 1990, além do crescimento e da permanência das chefes de família. Durante a década de 1990, o perfil das mulheres no mercado de trabalho passou a ser – mulheres mais velhas, casadas e chefes de família. Já no ano de 1989, as mulheres chefes de família representavam um percentual de 17,5%, enquanto as cônjuges correspondiam a 44,4% das mulheres economicamente ativas; em 1999, correspondiam aos cônjuges 48,3%, e o número de mulheres chefes de família aumentou exponencialmente com o percentual de 36,8%.

Observa-se um padrão dentro do trabalho feminino, que se constitui, diferentemente do que ocorre com os homens, de articular as atividades familiares, como destaca a autora Lilia Montali em seu texto *Família, trabalho e desigualdades no século XXI*:

Na tentativa de articular as atividades de cuidado na família, que lhes são atribuídas, inserem-se no mercado de trabalho predominantemente em condições desfavoráveis, ou seja, com vínculos precários, menores jornadas e em atividades intermitentes,

obtendo rendimentos menores do que poderiam, afetando sua autonomização, bem como a possibilidade de superação da pobreza para determinados arranjos domiciliares (Montali, 2014, p.129).

Inferimos que esses fatores se somam à permanência delas no mercado de trabalho com relação a filhos, bem como à crescente necessidade de complementar o orçamento familiar devido às recessões econômicas que aconteciam na época. Essas transformações têm como cenário a reestruturação produtiva, o crescimento da globalização em nível mundial e o declínio das formas de emprego protegidas, bem como a agudização do desemprego.

A característica da divisão sexual do trabalho também é demonstrada a partir dos setores mais propícios ao emprego feminino, tendo como marca forte a categoria de cuidado, já que a divisão sexual do trabalho atua dentro da distinção dos serviços de maior aderência feminina. Dessa forma, apesar de a entrada das mulheres no mercado de trabalho significar a mudança em relação à sua retirada do lar, o caráter da subordinação do emprego feminino permaneceu, assumindo um novo papel na lógica de exploração e opressão.

Assim, podemos inferir que, mesmo com o aumento e a expansão da escolaridade, o trabalho feminino ainda é marcado pelos afazeres da esfera do lar e do cuidado, entendidas como tarefas femininas. Dessa forma, apesar dos avanços no mercado de trabalho brasileiro, a articulação entre capitalismo e patriarcado delinea os postos de trabalho com maior aderência às mulheres.

Segundo Brushini (1998), a escolaridade desempenha um papel fundamental, no sentido de impulsionar as mulheres para os bons empregos disponíveis no mercado de trabalho e, ainda, que a força de trabalho feminina é mais escolarizada do que a mas-

culina. No entanto, isso não impede que as trabalhadoras continuem segregadas em ocupações tradicionais e obtenham ganhos inferiores aos dos trabalhadores. A escolaridade, então, apesar de proporcionar o acesso ao emprego formal, não retira essas mulheres do local determinado pela divisão sexual do trabalho. Essas ocupações menos valorizadas são incentivadas como tipo de ocupações femininas e socialmente determinadas pela sua “natureza”.

Desse modo, além de baratear a mão de obra feminina, o capital se apropria do lugar relegado às mulheres, sendo o trabalho produtivo marcado pelo reprodutivo, como abordamos anteriormente.

Segundo Silva (2021), na década de 1980, em relação ao trabalho masculino, o percentual de homens trabalhando com carteira assinada chegou a 61%, enquanto apenas 55% delas possuíam vínculo empregatício formal. Nesse período, o Brasil assumiu um processo de flexibilização e precarização do trabalho, assim havia uma tendência de ataque ao conjunto da classe trabalhadora, com a inserção do neoliberalismo no país, que começou a avançar significativamente o processo de terceirização, sendo os serviços mais terceirizados os de limpeza, vigilância e um *boom* no telemarketing. Sendo os serviços de limpeza mais direcionados às mulheres, nesse sentido, há um reforço do ideal de trabalho feminino e sua precarização.

Essa nova configuração do trabalho revela as formas como o capital recorre à força de trabalho feminina, servindo-se de uma ideal natureza feminina para garantir uma efetivação de sua acumulação, extraindo a mais-valia, principalmente em momentos de crise. Assim, a precarização do trabalho assume um caráter mais duro no emprego feminino, porém age em todo o conjunto da classe trabalhadora como forma de barateamento da mão de obra – assim reduz os custos e aumenta os lucros das empresas.

Portanto, em cada movimento para saída das crises, o capital apresenta novas formas de organização do trabalho que se expressam nos ataques à classe trabalhadora em conjunto.

No caso do trabalho feminino, as desigualdades são reforçadas como forma de divisão da classe trabalhadora, assim diferente do que acontece aos homens, a combinação entre exploração e opressão precariza e coloca o trabalho feminino em posição de subalteridade, como nos mostram os dados acerca do emprego formal.

O processo de feminização no mercado de trabalho brasileiro, no período compreendido entre 1980 e 1990, é marcado pela continuidade das disparidades entre os gêneros, em vez de significativas mudanças, como mostram as análises acerca dos lugares de trabalho e dos ramos de maior aderência feminina na economia brasileira.

As mulheres ativas estão mais concentradas nos setores relativos à prestação de serviços e ao social, apesar do crescimento expressivo delas no setor formal em 1999. Em boa parte dos dados coletados, é possível perceber que sua presença no mercado informal tem sido expressiva nas atividades domésticas não registradas, na atividade por conta própria e no trabalho familiar.

A posição desigual das trabalhadoras em relação aos trabalhadores homens se torna ainda mais visível nos indicadores por ramos de atividade e rendimento médio mensal – o mercado de trabalho brasileiro para as mulheres apresenta um leque mais estreito de opções. Segundo Silva (2021), durante o período de 1980 a 1999, a disparidade salarial se destacou, já que cerca de 15% das mulheres economicamente ativas não recebiam rendimento algum pelo seu trabalho. Além da disparidade em relação aos melhores salários, é possível observar que, a partir do aumento do rendimento mensal, o percentual de mulheres diminui significa-

tivamente, ficando abaixo do percentual de homens que recebem o mesmo salário.

Esses indicadores demonstraram a disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho brasileiro. No que diz respeito à condição familiar e doméstica das trabalhadoras, é possível observar a sobrecarga do trabalho doméstico e sua invisibilidade, pois, dentro dos levantamentos, o trabalho doméstico é considerado uma “inatividade”:

Nos levantamentos censitários, a categoria “inativos” abriga indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são aposentados, pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e os/as que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos. Ou seja, apesar do considerável número de mulheres de todas as camadas sociais que o realizam, o trabalho doméstico não era, até recentemente, contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento (Brushini; Ricoldi, 2009, p.96).

Dessa forma, no que se refere à condição familiar e doméstica para as trabalhadoras, esta questão assume um peso diferente: o cuidado com os filhos as coloca em posição de intermitência dentro do mercado de trabalho, assim como afeta a escolaridade e o tempo dedicado ao lazer, e acaba por se tornar uma jornada de trabalho – o trabalho doméstico.

A manutenção do trabalho doméstico feminino influi na continuidade delas no mercado de trabalho, assim, mesmo que se modifique com a maior porcentagem delas dentro do emprego formal e do mercado de trabalho, as atividades laborais femininas continuam dentro do espaço privado.

Dos traços que operam as condições reais das mulheres trabalhadoras, destacamos que a opressão às mulheres se apresenta de formas diferentes, assinalando que a sociedade está dividida entre explorados e exploradores. Sendo assim, é a classe que determina o modo como a opressão se configura para os diferentes grupos de mulheres.

D'Atri (2008) afirma que, apesar do discurso de uma conjectura da liberação feminina já alcançada, esta diz respeito exclusivamente a algumas mulheres e a determinados aspectos de suas vidas e direitos, ocultando a questão da opressão de gênero e sua relação com a exploração de classes. Dessa forma, essas diferenças são hierarquizadas e apropriadas pelo capital em sua dinâmica de produção e reprodução das desigualdades dentro do processo de acumulação.

O capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (Antunes, 2009, p.105).

Destacamos que, no que concerne à dominação pelo gênero como determinante, esta não contém a universalidade que abarca a exploração, que tem como princípio basilar as singularidades e particularidades históricas do sistema capitalista. Nesse sentido,

assumimos que o sistema capitalista atua de forma concomitante à forma social de hierarquização, que é o patriarcado.

O patriarcado é utilizado como mecanismo na forma de acumulação e barateamento da força de trabalho feminina, transformando em uma força de trabalho submissa, o que, por sua vez, depende da correlação da capacidade de organização da classe e do momento de movimento do capital. Durante o período analisado, a crescente adesão do país ao neoliberalismo e a fragmentação da classe trabalhadora assumem um papel importante em “conter” essa massa de mulheres que adentra o mercado de trabalho.

Diferentemente das antigas formas de produção e dos períodos anteriores, a utilização do argumento da moralidade feminina, defendida pelo patriarcado, foi descartada para que se seguisse o ingresso massificado dessas mulheres no espaço de trabalho produtivo, no entanto, não pela contraposição do capital ao ideal de moralidade patriarcal, mas pela sua necessidade de exploração. Dessa forma, as bandeiras feministas, antes radicalizadas, começam a ser mercantilizadas e a esvaziar o caráter combativo, assim o capital assume uma forma positiva no trabalho feminino em favor da acumulação.

Portanto, só é possível compreender as articulações imbricadas na relação entre capital e patriarcado, bem como a singularidade de ser mulher e trabalhadora na sociedade capitalista a partir da análise determinante que unifica aqueles que só têm como forma de sobreviver a venda da sua força de trabalho, ou seja, dentro de seu reconhecimento como parte da classe de explorados.

Ao longo deste estudo, explicitamos como a mão de obra feminina foi utilizada de forma que o patriarcado e a exploração são processos coexistentes. A necessidade gerada pelas recessões

econômicas da época, juntamente com o aumento da inflação, impulsionou a massa de mulheres ao mercado de trabalho.

Em nossa análise, destacamos o papel do patriarcado dentro da lógica de acumulação do capitalismo, abarcando as modificações ocorridas ao longo do tempo, bem como adentrando a situação da mulher trabalhadora no Brasil como forma de entender empiricamente a relação basilar capitalismo-patriarcado.

Dessa forma, entendemos que o lugar das reivindicações por emancipação feminina não deve se separar do terreno da luta de classes; na captura do movimento das opressões que ocorrem às mulheres, o seu lugar na produção é determinante. Assim entendemos que apenas a elaboração de uma estratégia que tenha como princípio a emancipação da mulher e não se limite a reformas dentro do Estado para atingir um determinado nível de participação feminino, mas que se proponha à elaboração de um horizonte estratégico de caráter proletário, socialista, revolucionário, que emancipe a classe trabalhadora e construa um novo horizonte, longe da exploração capitalista, seja capaz de emancipar efetivamente as mulheres.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, D. **A precarização tem rosto de mulher**: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. São Paulo: Edições Iskra, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, Porto Alegre, RS, v. 1, p. 95-106, mar. 2001.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. **Família e trabalho**: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. São Paulo, 2009.

CALADO, J. das N. **O caráter do patriarcado na ordem social do capital**: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade. 01 de Março de 2016. 259 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

CARLOTTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Revista Serviço Social em Revista**, n.2, Universidade Estadual de Londrina, 2002.

DANTAS, G.; TONELO, I. (Org.). **O método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

D'ATRI, A. **Pão e Rosas**: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FINLAYSON, L. Feminismos em debate: na direção errada. Tradução: Gabriele Almeida e Iaci Maria. **Esquerda Diário**. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Feminismos-em-debate-na-direcao-errada>. Acesso em: 21 dez. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

MONTALI, L. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 107-134, 2014.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, A. A. da. **Feminismo e Marxismo**: reflexões sobre a relação patriarcado e capitalismo no Brasil nos anos 1980 e 1990. 123p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2021.

CAPÍTULO 8 - FRANCISCO DE OLIVEIRA, UM INTELLECTUAL ORGÂNICO DA RE(LI)GIÃO NORDESTE

Hévilla Wanderley¹

O debate sobre as opressões na região Nordeste tem crescido nos últimos anos, seja na mídia, nas redes sociais e até mesmo na academia, principalmente após os ataques a nordestinos demonstrados nas últimas eleições presidenciais, principalmente nas de 2018 e 2022. De acordo com dados da Central de Denúncias da Safernet, ONG que defende os direitos humanos na web, foram registradas 10.686 queixas desse crime em 2022, alta de 874% em comparação com 2021².

Ainda não existe consenso sobre como denominar o fenômeno. Termos como xenofobia³, racismo tipificado⁴ ou até mesmo “nor-

[1]. Mestra em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPA, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG e bolsista Fapesq-PB.

[2]. G1. **Xenofobia contra nordestinos na época da eleição fez número de denúncias disparar na internet, mostra pesquisa**. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/02/08/xenofobia-contra-nordestinos-na-epoca-da-eleicao-fez-numero-de-denuncias-disparar-na-internet-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

[3]. O termo xenofobia ainda carece de uma conceituação formal, mas é o usado com mais frequência, principalmente pela mídia e nas redes sociais.

[4]. FERREIRA, D. R. **Preconceito contra nordestino**: uma espécie de racismo tipificado? 2016. 75 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016; REGO, M. **Paulistanidade e racialização**: o caso nordestino. 320p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de

destinismo”⁵ já foram categorizados. Entretanto, o debate aponta para uma compreensão de um fenômeno construído a partir de um discurso ou uma visão culturalista do problema, mas ainda há pouca produção buscando entender a raiz do acontecimento.

Isso ocorre especialmente por uma hegemonia dos estudos pós-modernos na pesquisa acadêmica, que versam sob uma abordagem discursivo-imagética, abdicando de qualquer caráter de classe que exista no processo. Em específico sobre o Nordeste, atualmente, a principal voz de leitura mais culturalista sobre a região é a do historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque Jr., que sustenta um novo paradigma a partir de sua tese de doutorado de 1994, publicada como livro em 1999, intitulada *A invenção do Nordeste e outras artes*.

Durval Muniz defende que o Nordeste não passa de uma construção imagético-discursiva e, portanto, essa ideia precisa ser dissolvida. A crítica a ser feita a partir dessa leitura do autor é porque é uma ideia associada à “valorização da identidade e representação, ou mais precisamente o discurso, obtendo como resultado o entendimento de que a região Nordeste seria um espaço simbólico” (Santos, 2019, p. 448).

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consciência desta formulação discursiva e imagética que difi-

culta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço (Albuquerque Jr., 2011, p. 61).

A defesa da tese de que a construção de Nordeste se dá por meio de uma construção imagético-discursiva é bastante problemática porque não apenas tira os conflitos sociais do foco da análise, como também reforça a hegemonia vigente, o *status quo*, na medida em que consolida o consenso de que o problema não são as relações concretas de poder e dominação, encobrindo, assim, as determinações concretas da subalternidade. Em contraposição a essa ideia de que o Nordeste seria um espaço simbólico, é preciso apresentar a categoria questão nordestina, uma proposta de “tradução” da questão meridional, formulada pelo marxista italiano Antonio Gramsci.

A questão nordestina se constitui de um conjunto de fatores que determinam as relações de hegemonia e subalternidade entre as regiões brasileiras de forma socioeconômica, política e cultural, em que se desenvolve uma diferenciação dentro do território nacional entre aqueles que são nordestinos e os que não são, e esses fatores foram construídos ao longo dos anos e ainda se fazem presentes no cotidiano brasileiro, não de forma apenas simbólica, mas material.

Para tanto, é necessário fazer uma disputa de ideias e apresentar autores que consigam explicar a materialidade da subalternidade nordestina; que sejam intelectuais das classes sociais fundamentais, como a classe trabalhadora; e que cumpram um papel orgânico dentro dos grupos subalternos de não apenas criticar a cultura dominante, mas também propor um novo projeto. Por

Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

[5]. RODRIGUES, J. de P. Mídias e identidades culturais nordestinas: transições entre estigmas e concretudes. *Intercom*, Teresina, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0177-1.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

isso, é importante destacar que, apesar do crescimento no debate sobre o Nordeste e suas opressões, este não é recente, pois existem autores que conseguiram fazer uma síntese sobre o tema Nordeste há décadas, porém são pouco debatidos nas ciências sociais ou são invisibilizados.

Entre esses intelectuais, destaca-se o sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira, sobre quem este trabalho pretende se debruçar para mostrar como a sua obra contribui para desmistificar a ideia de uma oposição entre regiões modernas e arcaicas dentro do país, visão que fazia com que o Nordeste fosse considerado um território atrasado e sua população apontada como inferior, impossibilitando uma leitura correta da luta de classes no Brasil e, conseqüentemente, a superação de suas contradições.

Sendo assim, este artigo está dividido em três partes. Na primeira, é apresentado o sociólogo Francisco de Oliveira e sua trajetória para que se possa compreender o desenvolvimento do seu pensamento político. A segunda parte tem o debate teórico, utilizando-se principalmente das categorias do marxista italiano Antonio Gramsci, entre as quais estão intelectual orgânico, questão meridional para se fazer uma tradução da questão nordestina e, por fim, subalternidade. Na última parte do trabalho, é feita a defesa de como Francisco de Oliveira pode ser considerado um intelectual orgânico dos nordestinos, enquanto grupo social subalterno.

DO DESENVOLVIMENTISMO À CRÍTICA AO DUALISMO, SEM SE PERDER DA RE(LI)GIÃO

Francisco de Oliveira nasceu em Recife, em 1933, filho de José Santana de Oliveira, comerciante, e Jovina Cavalcanti de Oliveira, dona de casa. Estudou o primeiro grau no Grupo Escolar Frei

Caneca, colégio público; e o secundário no Colégio Salesiano do Sagrado Coração, escola particular de orientação católica. Começou a trabalhar aos 14 anos na farmácia do pai, em 1947. Mas com a morte de seu pai neste mesmo ano, ele foi então trabalhar como bancário. Cinco anos depois, em 1952, Francisco de Oliveira ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife, que tinha sido recém-criado. Durante o tempo de faculdade, Chico de Oliveira, como ficou conhecido, militou num pequeno grupo estudantil, o Movimento Socialista Estudantil de Pernambuco, de origem católica (Mendes, 2015).

Por causa das incertezas trazidas pelo curso de Ciências Sociais nos anos 1950, ele manteve a sua dedicação ao trabalho no Banco do Nordeste e, por isso, passou a fazer cursos especializados em Economia. A sua reaproximação com a área da sociologia se deu apenas no final dos anos 1960. “O primeiro curso de Oliveira relacionado à economia ocorreu ainda em 1956, no interior do Banco do Nordeste” (Mendes, 2005, p. 19), e foi ministrado por “professores do Rio de Janeiro, principalmente da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)” (Mendes, 2005, p. 19). O curso proporcionou posteriormente um estágio de um mês na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), no Rio de Janeiro. Depois que voltou à capital pernambucana, Oliveira começou a trabalhar no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), ligado ao Banco do Nordeste.

Após um ano e meio no Banco, Oliveira ingressou na recém-criada Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, que lhe serviria como uma porta de entrada para um curso oferecido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Rio de Janeiro, sediado e patrocinado pelo

BNDE. [...] E a decisão se mostraria mais acertada ao longo do curso, ministrado por importantes economistas latino-americanos, entre os quais se encontrava o jovem, mas já muito prestigiado, Celso Furtado, que começava a executar seu projeto de criação de um órgão de planejamento econômico voltado ao desenvolvimento do Nordeste. Este encontro encerrou um ciclo da trajetória de Oliveira, que deixava para trás as incertezas da juventude e a sociologia para investir na economia e numa carreira mais estável. Essa decisão ocorreu diante da oportunidade irrecusável de trabalhar numa instituição, a SUDENE, que era assunto de destaque na imprensa de todo o país, e ao lado de Furtado, economista já renomado que ganhava ainda maior evidência à frente daquele projeto de desenvolvimento do Nordeste (Mendes, 2005, p. 20).

Entretanto, como explica Flávio Mendes (2005, p. 35), a SUDENE tinha um aspecto mais de órgão técnico de intervenção sobre o Nordeste. Amparada nos valores de Furtado, a instituição estava mais voltada a conhecer aspectos da natureza como “as bacias hidrográficas, a fertilidade do solo, as características do clima e muito mais”, além das características da população, como “taxa de crescimento, composição etária, distribuição sobre o território”. Mas o órgão não se fundava apenas nesses fatores. Além disso, era preciso fazer política para lidar com os mais variados interesses de diferentes grupos da época e, assim, conseguir exercer as funções da Superintendência.

Todas essas peculiaridades e a amplitude de suas atividades são indícios do papel que ela teve na formação tanto intelectual quanto política de Francisco de Oliveira. Quando ele ingressou na SUDENE para trabalhar ao lado de Celso Furtado, já possuía

uma experiência de militância política junto ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido com o qual tinha contato desde os tempos de movimento estudantil. Embora esta organização não tivesse naquele momento a mesma importância atribuída ao PCB, seu peso na política pernambucana não pode ser negligenciado. Entre seus quadros, o maior destaque cabia a Francisco Julião, advogado ligado às Ligas Camponesas e conhecido como sua principal liderança. Ambos, Oliveira e Julião, eram amigos, ao ponto de o jovem sociólogo ter datilografado *Cambão*, livro que o advogado escreveu enquanto os dois se encontravam no México, já depois de 1964 (Mendes, 2005, p. 35-36).

Além do discurso desenvolvimentista, a SUDENE também exercia um papel de formulação e divulgação da ideologia. Portanto, o recrutamento dos funcionários ia além dos critérios técnicos, pois demandava, como afirma Mendes (2005, p. 37), “uma parcela de paixão”, assim “a região era uma religião, como o título de um livro de Oliveira revelaria anos depois”. Para Mendes (2005), a SUDENE “ocupou, pelo menos nos primeiros anos, um espaço que até então pertenceria ao partido político na vida de Francisco de Oliveira”. Mas a relação entre o órgão e o sociólogo pernambucano foi mudando, devido a fatores internos, “eventos internacionais, nacionais e regionais que acirraram o debate político em torno da instituição”, o que contribuiu para mudar o percurso feito por Francisco de Oliveira após os anos 1960.

Apesar dos rumores de tensões entre Furtado e Oliveira por causa das políticas adotadas dentro do órgão no início dos anos 1960, não há provas concretas que possam confirmar os fatos. Entretanto, há conhecimento de que existiam conflitos internos na SUDENE, o que pode ajudar a entender a mudança na trajetória de

Francisco de Oliveira, principalmente após o golpe civil-militar de 1964. O sociólogo pernambucano transitou, rapidamente, do nacional-desenvolvimentismo para o marxismo e começou então a analisar criticamente algumas posições defendidas por Celso Furtado (Mendes, 2005).

Fazer uma exposição da trajetória de Francisco de Oliveira é importante para compreender como o pernambucano se tornou um intelectual empenhado em repensar as características do desenvolvimento capitalista no Brasil. Um dos fatores foi a sua entrada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)⁶, o que o fez se aproximar da Escola Paulista de Sociologia.

O afastamento de Oliveira em relação ao desenvolvimentismo foi a expressão particular de um movimento ideológico que atingiu a maioria dos intelectuais brasileiros do período. O fato de ter participado da SUDENE fez com que sua crítica fosse ainda mais violenta, consequência quase inevitável da ruptura à qual o autor se propôs. Mas essa característica transformou sua produção do período, sintetizada no ensaio *Crítica à razão dualista*, numa peça importante para se pensar a rápida transformação ocorrida nas interpretações sobre o Brasil entre 1964 e 1969. [...] Para Francisco de Oliveira, a entrada para essa instituição (CEBRAP) acelerou seu processo de ruptura com o desenvolvimentismo e consolidou sua formação teórica marxista. Foi vinculado a ela que ele publicou dois de seus mais importantes trabalhos: *Crítica à razão dualista*, em 1972, e *Elegia para uma re(li)gião*, em 1977 (Mendes, 2005, p. 54-69).

[6]. “O grupo inicial do CEBRAP era composto por apenas sete ‘pesquisadores seniores’, todos ligados à USP: Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti e Octavio Ianni, este último a partir de 1970’ (Sorj, 2001, p. 34)”. Cf.: MENDES, F. Quarenta anos de uma elegia: Francisco de Oliveira e o Nordeste. *Gad. CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 555-566, dez. 2018.

Crítica à razão dualista é considerada por muitos como a principal obra do autor, principalmente pela sua crítica ao modelo cepalino e à sua interpretação da dualidade das características do capitalismo brasileiro. Mas é *Elegia para uma re(li)gião* o texto que trata diretamente da questão regional nordestina e mostra as principais contradições de classe no Nordeste.

Elegia é, sem dúvida, o trabalho mais importante de Francisco de Oliveira sobre a questão regional. Elaborado a partir de uma exposição da história social, política e econômica do Nordeste, o texto é ainda atravessado por debates teóricos e conceituais que atestam seu caráter “científico”. Mas ele não se limita a esse aspecto: desde as primeiras páginas, percebe-se que certos sentimentos do autor pesaram bastante sobre a escrita. A obra é dedicada à memória de Orieta, a primeira esposa de Oliveira, então recém-falecida; aos trabalhadores, operários e camponeses do Nordeste; a Miguel Arraes e Francisco Julião, quadros políticos da esquerda pernambucana e amigos do autor; e a Mário Magalhães da Silveira, médico sanitário que atuou ao lado de Oliveira na SUDENE. Essas dedicatórias introduzem uma nostalgia que atravessa todo o texto. Afinal, mais do que um exercício de reflexão sobre a história do Nordeste, ele ganha a forma de uma revisão da trajetória do próprio autor, obrigado a revisitar momentos em que estavam bem vivas suas esperanças num projeto de região e de país que não vingou (Mendes, 2018, p. 557).

Com o desenvolvimento das teorias da dependência, começaram a surgir críticas à análise cepalina, principalmente nos anos 1970 e 1980. De acordo com Pereira (2009, p. 120), possivelmente, três textos foram os que mais influenciaram no debate posterior

sobre a questão nordestina: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; *A economia brasileira: crítica à razão dualista e Elegia para uma re(li)gião*, ambos de Francisco de Oliveira. São esses estudos que, ao revisarem a ideia nacional-desenvolvimentista cepalina, irão buscar respostas na questão estrutural da dependência ao capital estrangeiro, através das “relações entre a burguesia brasileira e a externa”. Desse modo, “os autores desconstruíram a leitura de corte nacionalista presente em Furtado. A realidade de um mundo regido pelas relações de classe sobressaía no argumento dos autores” (Pereira, 2009, p. 120-121).

A crítica à razão dualista é, nressão de Fernando Henrique Cardoso, a mais desafiadora crítica ao pensamento cepalino. Para o enfoque específico da questão regional, a maior contribuição de Oliveira é mostrar a concreta articulação entre o setor rural, em boa parte nordestino, e a economia industrial-urbana, revelando a funcionalidade do dualismo para o capitalismo no país. Assim, o autor admite a existência de estruturas duais na economia brasileira, mas revê profundamente a relação entre os dois setores, apontando para o caráter desigual e articulado do desenvolvimento capitalista, noção cara ao materialismo histórico. Mais do que isso, Francisco de Oliveira não hesita em denunciar o caráter ideológico, no pior sentido do termo, da escola cepalina-furtadiana (Pereira, 2009, p. 121).

A explanação presente neste tópico sobre Francisco de Oliveira tem sua importância ao atestar que a construção do Nordeste atravessa não apenas contradições nos processos do desenvolvimento histórico de sua fundação, mas também na formação de intelectuais. E para a melhor compreensão do ser intelectual e sua

relevância para o debate sobre a questão nordestina, será feito um debate teórico das categorias desenvolvidas por Gramsci.

UMA INTERPRETAÇÃO DO NORDESTE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Três categorias são fundamentais para entender a discussão aqui pretendida, que sustente a afirmação de que Francisco de Oliveira é um intelectual orgânico de Nordeste: questão meridional, intelectuais orgânicos e subalternidade, formuladas pelo italiano Antonio Gramsci. Para começar, é preciso fazer uma breve contextualização do que é a questão meridional e como esse fenômeno permeou intrinsecamente a produção do marxista sardo.

Tanto em seus escritos pré-carcerários como nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci refletiu sobre os problemas político-sociais da Itália e, a partir disso, formulou importantes interpretações da unificação do país, seus desdobramentos e sua formação histórica, bem como buscou uma forma de superar as contradições da península para construir uma nova hegemonia de base popular, através de uma aliança libertadora entre os operários industriais do Norte e os camponeses do Sul, que poderia favorecer a organização de uma revolução popular.

Gramsci teve uma participação ativa em diferentes movimentos políticos na Itália, incluindo o Partido Socialista Italiano (PSI), e posteriormente ingressou no Partido Comunista da Itália (PCd'I). Em novembro de 1926, ele foi preso pelo governo fascista de Mussolini. Nesse período, Gramsci desenvolvia um artigo que só foi publicado após sua morte, intitulado *Alguns temas sobre a Questão Meridional*. Este seria, até o início dos trabalhos no cárcere, o tex-

to mais aprofundado do autor sobre determinados problemas do Estado italiano, entre os quais, a desigual condição do Norte industrializado e do Sul agrário, além do problema de unificação do Estado, que não conseguia superar as suas contradições internas, o que, conseqüentemente, acabou freando o desenvolvimento nacional italiano.

Alguns temas é escrito em resposta ao artigo de Ulenspiegel, pseudônimo de Tommaso Fiore, colaborador da *Rivoluzione liberale*, publicado na revista socialista *Quarto Stato* (cf. Gramsci, 1987, p. 135). É importante salientar que muito do que foi escrito por Gramsci é uma resposta crítica à visão latente no senso comum italiano de que o Sul era a “bola de chumbo” que atrasava o crescimento italiano. Um dos fatos abordados pelo autor marxista dentro da questão meridional foi o preconceito difundido contra a população do *Mezzogiorno*⁷, considerada biologicamente inferior e, frequentemente, culpada pelo atraso econômico da região e pela desigualdade dentro da Itália (Camargo, 2015). Uma mostra do quanto esses preconceitos estavam arraigados à cultural italiana é que essa visão também era compartilhada pelos próprios comunistas do país. Como explica Marcia Camargo (2015, p. 47), escritores da revista *Quarto Stato* chegaram a fazer publicações compartilhando “da ideologia dominante, incluindo o pensamento socialista tradicional, de que a questão camponesa no Sul não era relevante, já que era senso comum de que aquelas pessoas eram atrasadas e incultas por natureza”.

Foi então que Gramsci, respondendo a essa crítica, escreveu o artigo *Alguns temas*, mostrando como o processo histórico italiano havia condenado os meridionais, ao mesmo tempo em que criava

uma celeuma entre os trabalhadores do campo e da cidade. Isso porque os trabalhadores do campo acreditavam que os proletários das grandes cidades tinham mais privilégios do que eles, enquanto os operários da indústria compartilhavam da ideia de que os camponeses eram biologicamente inferiores e os culpados do não desenvolvimento do país.

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto (Gramsci, 1987, p. 139-140).

É por acreditar no universalismo dos escritos de Gramsci que se tenta fazer uma tradução da categoria questão meridional para a questão nordestina, uma vez que, apesar das diferenças entre Itália e Brasil, entende-se que há aproximações possíveis para uma interpretação da realidade do maior país da América Latina, a partir dos estudos do sardo. Assim como na discussão gramsciana sobre a questão meridional, o debate sobre a questão nordestina demonstra que o regime centralizador responsável por burocratização do Estado, no processo da fundação do Estado moderno, ou seja, a revolução burguesa de 1930, trouxe vantagens para uma parte do Brasil e causou efeitos desastrosos para a outra, transformando os problemas de classe também numa questão territorial.

[7]. O termo *Mezzogiorno* (meio-dia, em italiano) indica, para fins sociais, econômicos e políticos, o sul da Itália.

Em se tratando de Nordeste, pode-se realçar, principalmente, a tentativa de unificação nacional centralizada no eixo Rio-São Paulo e a propagação de valores chamados modernos, ao mesmo tempo em que se mantinham aspectos do atrasado, uma vez que o novo e o arcaico se retroalimentam nesse processo. E assim o Estado combatia os regionalismos, mantinha a exploração das forças produtivas nordestinas de forma mais precária e a concentração de terras e, por consequência, gerava o desenvolvimento desigual e combinado que impôs o colonialismo interno entre Centro-Sul e Nordeste, reproduzindo dependência e subordinação econômica, política, social e cultural por parte da região mais pobre. A questão nordestina está integralmente relacionada a uma subalternidade regional.

A preocupação com a questão meridional é aprofundada, por Gramsci, posteriormente no Caderno 25, intitulado *Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos)*. Neste texto, o sardo discorre sobre como é construída a história dos grupos sociais subalternos, que, segundo Gramsci (2002, p. 135), “é necessariamente desagregada e episódica”; e mesmo que exista uma tendência à unificação, ainda que em “termos provisórios”, “esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes”.

Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta. [...] Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte deve ser de valor inestimável para o historiador integral (Gramsci, 2002, p. 135).

Dessa forma, não se pode pensar os grupos sociais subalternos apenas dentro do contexto clássico de “classe operária”, “camponeses”, “trabalhadores assalariados”, como ressalta Semeraro (2017). O uso do termo pode e deve ir muito além das nomenclaturas tradicionais. Por isso, o método proposto por Gramsci e os casos expostos no *Caderno 25*, que trata da história dos grupos subalternos, podem ser aplicados e comparados com outras realidades, respeitando obviamente as especificidades de cada um. Nesse aspecto, pode-se afirmar os nordestinos como pertencentes a um grupo social subalterno.

Como destaca Aliaga (2017, p. 26-27), a categoria “subalterno” ainda é pouco estudada se comparada a outros conceitos gramscianos, como hegemonia e revolução passiva. Trata-se de uma categoria que oferece “um adensamento da análise das classes e grupos sociais na medida em que permite qualificar não apenas a relação entre os grupos, mas a qualidade desta relação”. Liguori (2017, p. 32) destaca que o conceito de “‘classe subalterna’ nasce em oposição direta – desde o Caderno 3 – àquele de ‘classe dominante’, não de ‘classe hegemônica’”. Como explica Aliaga (2017, p. 27), o “subalterno” se refere a “uma categoria relacional”. Portanto, não pode ser compreendida como uma categoria por si só, nem de tipo “estática”. Ou seja, o “subalterno” é aquele sujeito social que, via de regra, está submetido, “seja cultural, político-ideológico e/ou economicamente” a uma “relação de subordinação, dominação ou opressão” (wanderley, 2020).

Por fim, a categoria intelectual orgânico aparece em diferentes escritos, mas Gramsci vai dedicar um caderno especial para o

tema: o Caderno 12 – *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. O sardo assume a dificuldade em definir o papel político dos intelectuais. Em seus estudos, o autor destaca as duas categorias de intelectuais que ele julga serem as mais importantes para a compreensão da função dos chamados funcionários da superestrutura, são eles os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os intelectuais orgânicos da burguesia exercem sua função no mundo da produção econômica vigente – como gerentes, diretores, executivos das empresas capitalistas, mas têm atuação não somente no campo econômico, como também no meio social e político – como diretores e funcionários de jornais, televisões, universidades, sindicatos, partidos políticos, etc.

Já os intelectuais tradicionais estão unidos às classes tradicionais e se destacam como grupo social que surge da estrutura econômica anterior, representando a sua continuidade e tentando se manter em desenvolvimento, apesar das mais radicais transformações das estruturas sociais e políticas – o mais antigo grupo de intelectuais tradicionais são os padres católicos, mas pode-se citar também os oficiais do Exército e os expoentes das velhas castas ligadas à propriedade fundiária. Independentemente da categoria, os intelectuais estão geralmente ligados a um grupo social e têm como função desenvolver, organizar e mediar os processos de produção da hegemonia.

É preciso recordar que os intelectuais ligados à classe dominante são fundamentais para a consolidação do consenso, são os comissários da hegemonia. Todavia, os intelectuais não ocupam posição apenas dentro das classes dominantes. Essa categoria também atua dentro dos grupos subalternos enquanto críticos da

dominação, como propositores e dirigentes de um novo projeto, assumindo elementos para a disputa da hegemonia.

Ou seja, como já foi citado neste trabalho, ao abordar a categorização dos intelectuais nos *Cadernos do Cárcere*, os intelectuais não estão apenas ligados às classes dominantes. Existem também pensadores que operam dentro dos grupos subalternos. Portanto, é possível reivindicar para Francisco de Oliveira a posição de intelectual orgânico fundamental de um grupo social subalterno: os nordestinos.

O INTELLECTUAL ORGÂNICO CHICO DE OLIVEIRA

É fundamental que se diga que caracterizar os nordestinos enquanto grupo social subalterno não significa que não existam frações de classe dentro desse grupo. Todavia, por se tratar de uma questão regional, persiste uma questão territorial. Portanto, mesmo que haja classes dominantes dentro da região e que isso faça as populações se diferenciarem entre si, quando a relação passa a um âmbito região subordinada/região dominante, aspectos da subalternidade podem ser visíveis, independentemente da classe.

Ou seja, a questão nordestina é capaz de provocar uma heterogeneidade, em termos gerais, do que é “ser nordestino”. Por exemplo, aquele nordestino que, mesmo pertencente às classes dominantes, exerce um papel mutável dentro da sociedade. Isso quer dizer que, dentro de sua região, sobrepõe-se a questão de classe: burguesia e trabalhadores. Assim, os nordestinos vinculados às classes mais altas se distinguem dos nordestinos explorados.

Entretanto, fora do território regional, a visão de nordestino é frequentemente totalizante. Consequentemente, quando se faz uso de estereótipos contra a população da região, não se faz a diferenciação entre ricos e pobres. Um exemplo claro disso são os discursos de ódio comumente vistos contra nordestinos em períodos eleitorais, mas não somente. Um dos casos mais famosos foi o da estudante paulista de Direito, Mayara Petruso, após a confirmação da vitória de Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2010. Em novembro de 2010, logo após o segundo turno das eleições presidenciais, Petruso deu início àquilo que seria uma série de manifestações racistas que inundaram o Twitter postando as seguintes mensagens: “Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado” e “AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalha para sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar o bolsa 171” (Oliveira, 2011, p. 367).

Como se pode observar, apesar de destacar o programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, a estudante não diferencia diretamente as frações de classe da região. Em seu discurso, o nordestino é um só. Portanto, é preciso voltar a Francisco de Oliveira e apontar o seu papel de crítico do processo histórico e do desenvolvimento econômico, social e político brasileiro, para provocar os primeiros debates sobre a questão regional nordestina. É o sociólogo pernambucano, através da sua crítica ao modelo cepalino, que aborda a missão da SUDENE de servir aos interesses dos grupos dominantes do Brasil na Região Nordeste. Portanto, o órgão atuava para conter qualquer ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional. Desse modo, a “SUDENE assumiu a forma do ‘novo Estado no Nordeste’: antes atrelado aos interesses da oli-

garquia açucareira ou algodoeiro-pecuária, ele agora surgia capturado pelos interesses da burguesia do Sudeste” (Mendes, 2018, p. 560).

Além de denunciar, em *Elegia*, a ambiguidade de determinadas práticas da SUDENE, Oliveira ainda divulga a relação do órgão, em alguns momentos, por não querer enfrentar grandes adversários, com os latifundiários, a burguesia do Sudeste e, às vezes, as oligarquias regionais. “O órgão também se omitia diante dos programas assistencialistas da Aliança para o Progresso e da USAID”, esta última era uma agência americana. Mas tanto a Aliança para o Progresso como a agência dos Estados Unidos tinham como objetivo esvaziar o movimento camponês da região, que começava a crescer, articular-se e ganhar força (Mendes, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos de Francisco de Oliveira, ou Chico de Oliveira como ficou conhecido, foram marcados por um debate profícuo na tentativa de mostrar as contradições de classe no Brasil, que subjugava as populações mais exploradas e oprimidas, entre elas as que estavam na base da cadeia.

Chico de Oliveira demonstrou que a articulação entre o arcaico e o moderno não é particular de uma região ou lugar específico no Brasil. Entretanto, esse tipo de reprodução se repete em maior ou menor escala a depender do local. Como Oliveira demonstra, é fundamental para a acumulação que exista a força de trabalho que é remunerada em níveis extremamente baixos, ou mesmo informais.

Assim, se considerarmos que a questão nordestina gera os nordestinos como um grupo social subalterno, no sentido pensado

por Gramsci, compreendemos que há possibilidades de se formarem intelectuais orgânicos dentro desse grupo, como é o caso de Francisco de Oliveira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CAMARGO, M. H. D. Gramsci e a questão meridional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 173, Unesp, 2015.

FERREIRA, D. R. **Preconceito contra nordestino: uma espécie de racismo tipificado?** 2016. 75 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

G1. **Xenofobia contra nordestinos na época da eleição fez número de denúncias disparar na internet, mostra pesquisa**. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/02/08/xenofobia-contra-nordestinos-na-epoca-da-eleicao-fez-numero-de-denuncias-disparar-na-internet-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**.v. 5. *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDES, F. Quarenta anos de uma elegia: Francisco de Oliveira e o Nordeste. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 555-566, dez. 2018.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

PEREIRA, L. M. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v.40, p. 117-150, jan./jun. 2009.

REGO, M. **Paulistanidade e racialização: o caso nordestino**. 320 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, J. de P. **Mídias e identidades culturais nordestinas: transições entre estigmas e concretudes**. Teresina: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0177-1.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SEMERARO, G. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. *In*: DEL ROIO, M. (Org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

WANDERLEY, H. F. **A questão nordestina**: Estado, região e futebol. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CAPÍTULO 9 - ANTONIO GRAMSCI NA RAINHA DA BORBOREMA: UM MAPEAMENTO CONCEITUAL DA CATEGORIA TRANSFORMISMO NO PT EM CAMPINA GRANDE - PB¹

Lucas Tadeu Borges Viana²

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar como a categoria “transformismo” ofereceu consistentes elementos teórico-metodológicos para a fundamentação de uma pesquisa histórica. Ao conjugar o aparato conceitual gramsciano à análise de um caso concreto, produziu-se uma leitura a respeito de um determinado processo vivido pelo Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, entre os anos 1981 e 2000.

Para consecução do objetivo acima apontado, o texto estrutura-se em três partes. Na primeira, apresenta, minimamente, as

[1]. Este artigo é fruto da dissertação de mestrado *A lógica do transformismo: o caso histórico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande - PB (1981-2000)*. Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 sob a orientação de José Luciano de Queiroz Aires. O texto encontra-se, integralmente, disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21917>. Acesso em: 28 jul. 2023.

[2]. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta na América Latina (PRAXIS/UFCG) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo (GEPMARX/ UFCG).

coordenadas gerais da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Em seguida, mapeia a ordem pela qual o conceito de transformismo desenvolve-se nas edições brasileiras dos *Cadernos do Cárcere* (CC)³, indicando os impactos que tais considerações tiveram na abordagem do objeto de estudo selecionado. Por último, reforça os principais ganhos decorrentes do uso consequente da chave analítica gramsciana para o trabalho.

GRAMSCI NA RAINHA DA BORBOREMA⁴

A pesquisa que embasou a produção deste capítulo teve seu foco investigativo direcionado para a história do Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, entre os anos 1981 e 2000. O primeiro marco temporal guarda relação com a constituição formal da agremiação política na cidade. O último refere-se à consumação de uma controversa aliança com uma oligarquia local⁵. O objetivo principal do trabalho consistiu em compreender como se operou o processo de metamorfose, via transformismo, no PT campinense, cuja expressão

[3]. Conforme indicação de Hoveler (2019), a citação dos *Cadernos do Cárcere* seguirá o padrão dos estudos internacionais, na qual CC indica os *Cadernos do Cárcere*, edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho em seis volumes, seguidos do parágrafo, do volume, da página de referência e do ano de publicação da edição no Brasil.

[4]. Campina Grande é também conhecida como a “Rainha da Borborema”. Em termos geográficos, a denominação justifica-se pelo fato de a cidade estar localizada no alto do Planalto da Borborema, entre 500 e 600 metros de altura. Do ponto de vista histórico, erigida à condição de vila, em 1790, Campina Grande passou a ser chamada de Vila Nova da Rainha, em homenagem a D. Maria I, Rainha de Portugal.

[5]. A aliança foi representada pelas figuras da sindicalista e vereadora petista Cozete Barbosa e o peemedebista Cássio Cunha Lima, ligado ao grupo que domina a política institucional da cidade desde o ano 1982.

máxima foi a coligação com um grupo político rival, visando ascender ao poder executivo municipal.

Refletiu-se sobre os elementos que, em conjunto, teriam influenciado a mudança da postura do PT de Campina Grande diante do histórico de oposição à família Cunha Lima. Aferiu-se, ainda, qual o papel da Direção Estadual, e também o da Nacional, no processo em curso e o “poder de atração” de cada classe, isto é, sua “condensação ou concentração orgânica”. Pôde-se observar uma ampliação, ou modificação “molecular”, em termos gramscianos, do grupo dirigente local através da incorporação dos transformistas, além de indicar que esta incorporação produziu o apassivamento das classes sociais antes em conflito. Assim, apontou-se uma mudança na relação concreta que os militantes petistas estabeleciam com a classe trabalhadora da cidade, bem como a burocratização dos dirigentes partidários locais.

Conceitualmente, a análise proposta no trabalho esteve inserida no campo da teoria e do método do materialismo histórico dialético, tendo como referência tanto os seus fundadores quanto os escritos do marxista italiano Antonio Gramsci. Com Marx e Engels, entendeu-se que as proposições teóricas aqui preconizadas “não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo” (Marx; Engels, 2010, p. 51-52). Esperou-se, assim, que fossem apenas “a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos” (Marx; Engels, 2010, p. 52).

Já do autor dos *Cadernos do Cárcere*, incorporou-se a noção segundo a qual “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país”

(Gramsci, CC 13, § 33, v. 3, p. 87). Portanto, evitou-se exaltar apenas os pequenos fatos internos inerentes à vida social da agremiação. Mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, a ideia foi acentuar a eficiência real do PT de Campina Grande, ou seja, “sua força determinante, positiva ou negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem” (Gramsci, CC 13, § 33, v. 3).

Como mencionado na introdução do capítulo, o conceito de transformismo foi de grande importância para execução da pesquisa. Por isso, a utilização da categoria exige uma discussão teórica mais aprofundada. Daí a razão de ser do próximo tópico.

SOBRE O CONCEITO DE TRANSFORMISMO

Semelhante aos demais conceitos utilizados no interior de sua obra, a noção de transformismo não foi uma categoria criada por Antonio Gramsci, mas tem seu conteúdo redimensionado por ele. Ao longo dos seis volumes dos *Cadernos* traduzidos para o português do Brasil, o conceito aparece em 13 parágrafos⁶. Nesta etapa do trabalho, a partir da leitura integral do texto do comunista italiano, editado pela Civilização Brasileira, e em permanente diálogo com a fortuna crítica do autor, buscaremos precisar a ordem pela

[6]. Lucas Moura Vieira alerta-nos para o fato de que “o conceito de transformismo já aparece em dois parágrafos do Caderno 1, os §§ 43 e 44, ambos de tipo A, não traduzidos para edição brasileira, que serão retomados, respectivamente, nos § 24 e §26 do Caderno 19 (intitulado *Risorgimento Italiano*)” (Vieira, 2020, p. 59). Desse modo, ao se somarem com as 13 aparições no texto traduzido para o Brasil, a noção de transformismo foi mencionada nos *Cadernos* em 15 oportunidades: Q 1, § 43 e § 44; Q 2, § 29; Q 3, § 119 e §137; Q 5, § 62; Q 8, § 5 e §36; Q 10, § 13, § 14 e § 22; Q 15, § 11; Q 19, § 24 e § 26; Q 24, § 2.

qual o conceito se desenvolve na obra, na medida em que nos ajude a responder às questões suscitadas pela pesquisa.

A primeira vez que o conceito de transformismo aparece na edição brasileira é no §29 do Caderno 2, texto de tipo B, portanto, de única redação, escrito entre maio e junho de 1930. Nele, Gramsci analisa um personagem que responde pelo nome de Quintino Sella, tido como “um dos poucos burgueses, tecnicamente industriais, que participaram na primeira linha da formação do Estado moderno da Itália” (Gramsci, CC 2, §29, v. 5, p.175, 2002). O interesse pela figura de Sella guarda relação com a maneira pela qual o personagem se distanciou da chamada direita tradicional e aproximou-se de outras camadas consideradas mais progressistas. Assim, descreve Gramsci: “Sella participou do transformismo, que significava a tentativa de criar um forte partido burguês, fora das tradições personalistas e sectárias das formações do *Risorgimento*” (Gramsci, CC 2, §29, v. 5, 2002).

Duas observações sem as quais não poderemos seguir: a primeira diz respeito à forte associação entre conceito de transformismo e o momento de unificação italiana e formação do seu Estado moderno, isto é, o seu *Risorgimento*. Além disso, como atesta Vieira (2020, p. 61), “aqui e também em outros momentos, como veremos, o fenômeno do transformismo é marcado pela mudança de posicionamento político, por um realinhamento e por uma mudança de partido político realizada por indivíduos ou por grupos mais amplos”. Nada nos pareceu mais adequado para analisar o comportamento do setor hegemônico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande que influenciou a mudança de posicionamento político da legenda da cidade.

A relação entre partidos políticos e transformismo é explorada no § 119 do Caderno 3, texto também de tipo B, escrito entre agosto

e setembro de 1930. A intenção de Gramsci, ao redigir o parágrafo, é apontar quais motivos poderiam explicar a debilidade da maioria dos partidos políticos italianos a partir do *Risorgimento*. Entre eles, destacam-se o desequilíbrio entre agitação e propaganda, tática e estratégia, falta de princípios e continuidade orgânica, além do oportunismo. Nesse sentido, elucida Gramsci que “a causa principal deste modo de ser dos partidos deve ser buscada na deliquescência das classes econômicas, na gelatinosa estrutura econômica e social do país” (Gramsci, CC 3, §119; CC, v. 3, p. 203-204, 2007). Em seguida, reconsidera:

Mas esta explicação é um tanto fatalista: com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las. Foi isto, exatamente, o que não aconteceu na Itália, e a manifestação dessa “omissão” é, sem dúvida, este desequilíbrio entre agitação e propaganda ou como quer que se queira falar. (Gramsci, CC 3, §119; CC, v. 3, 2007).

O próximo trecho importa-nos porque nele Gramsci, atendo para o fato de que o “Estado-Governo” também tinha sua parcela de responsabilidade frente às fragilidades observadas nos partidos italianos daquele quadro histórico, ressalta mais um dos elementos constitutivos da noção de transformismo, a saber, sua dimensão parlamentar. Ademais, vale ainda reforçar que “o fenômeno do transformismo se encontra inserido neste quadro mais amplo de separação entre massas e partidos” (Vieira, 2020, p. 63):

O Estado-Governo tem uma certa responsabilidade nesse estado de coisas [...] o Governo, de fato, operou como um “partido”, colocou-se acima dos partidos não para harmonizar seus interesses e atividades no quadro permanente da vida e dos interesses estatais nacionais, mas para desagregá-los, para separá-los das grandes massas e ter “uma força de sem partido ligada ao Governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista”: assim, é preciso analisar as chamadas ditaduras de Depretis, Crispi, Giolitti, bem como o fenômeno parlamentar do transformismo. (Gramsci, CC 3, §119, v.3, p. 204, 2007).

No mesmo parágrafo, Gramsci demonstra o papel vital da atividade teórica na elaboração de novos dirigentes partidários, quadros suficientemente capazes de investigar e estudar de forma sistemática as razões de ser e os períodos de desenvolvimento da classe a ser representada. Sem esses elementos, acentua o italiano, há maior “facilidade de desagregação dos partidos” ao serem “corrompidos” e “absorvidos” seus poucos homens indispensáveis:

Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Logo, escassez de homens de Estado, de Governo, miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo seus poucos homens indispensáveis (Gramsci, CC 3, §119, v.3, p. 204, 2007).

Um outro parágrafo do Caderno 3, que tematiza a noção de transformismo, tem como título “A formação da classe intelectual

italiana”. Aqui, o objetivo de Gramsci é marcar a peculiaridade italiana em relação aos outros países ao abordar a “eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante”. De acordo com o autor:

A diferença entre o fenômeno italiano e de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizam essa passagem como grupos (Gramsci, CC 3, § 137, v. 2, p. 94-95, 2001).

Em seguida, Gramsci aponta a razão fundamental para isso:

A causa do fenômeno italiano, ao que parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta de gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudanças, tais jovens retornam à sua classe. No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas (Gramsci, CC 3, § 137, v.2, p.95, 2001).

Vê-se bem a importância dada por Gramsci às questões classes/intelectuais/povo, dirigentes/dirigidos, partidos/massas populares e sua conexão com o fenômeno do transformismo em suas duas variantes, a individual e a estendida a grupos. Nessa direção, Vieira (2020, p. 65) nos ajuda a pensar que, em países onde a relação entre “classes altas e povo é mais orgânica, o fenômeno do transformismo se restringe a alguma personalidade política. Já onde a distância entre classes altas e povo é maior, como na Itália, possibilita-se a passagem de grupos inteiros”. No final do mesmo

parágrafo, Gramsci desenvolve, sob o prisma do transformismo, de forma mais elaborada a sua leitura a respeito da forma como se deu a unificação dos partidos políticos (Partido Moderado e Partido da Ação) quando do *Risorgimento* Italiano:

O transformismo “clássico” foi o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos do *Risorgimento*; esse transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia, etc. e a força de classe. A burguesia não consegue educar seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes (desejo “inconsciente” de realizarem a hegemonia de sua classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens. Esse fenômeno de “grupos” não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorrem fenômenos análogos. (Gramsci, 2001).

Além de a dimensão individual e a estendida, associadas ao conceito, adquirirem maior nitidez, Gramsci ressalta que o fenômeno do transformismo de grupos inteiros tem como pano de fundo um momento profundo de crise. Diante do colocado pelo teórico marxista, impuseram-se mais duas questões à pesquisa no momento de sua realização: a) faria sentido perceber parte dos membros mais atuantes do Partido do Trabalhadores da cidade de Campina Grande enquanto filhos da burguesia que, deseducados por sua classe, atraíram-se pelo grupos subalternos campinenses, chegando mesmo a tornar-se seus líderes, mas, quando colocados numa situação limite, retornaram às suas origens? ; b) a possibilidade real de assumir o poder municipal da segunda cidade mais importante da Paraíba – favorecendo, com isso, o projeto

Lula 2002 – configurou-se no interior do Partido do Trabalhadores local como um desses momentos de crise histórica, adequados ao deslocamento de grupos inteiros no terreno da luta de classes?

O próximo parágrafo, tipo B, é intitulado “*Risorgimento*, o transformismo, é sempre citado quando se quer avançar em direção ao sentido mais próximo da categoria aqui acompanhada”. No momento de sua redação, fevereiro de 1932, pareceu ser oportuno a Gramsci estabelecer a sua intrínseca ligação com a noção Revolução Passiva, utilizada por ele, entre outros casos concretos, para elucidar o já mencionado “processo de formação do Estado italiano”:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação) (Gramsci, CC8, §36, v. 5, p. 286, 2002).

A real natureza do partido considerado militante ao qual Gramsci se refere pode ser entendida como seu afastamento dos grupos subalternos assim que uma situação limite se avizinha. Em seguida, o estudioso aponta alguns momentos na história da Itália nos quais o fenômeno do transformismo imperou enquanto forma histórica:

Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada

(caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo). Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890-1900 –, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos (Gramsci, CC8, §36, v. 5, 2002).

A identificação entre transformismo e Revolução Passiva aparece de maneira ainda mais evidente no § 11 do Caderno 15, texto de tipo B, escrito em 1933, conforme podemos perceber na leitura do próximo enxerto:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no *Risorgimento* italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi, etc.). Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até ago-

ra, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico (Gramsci, CC15, §11, v.5, p.317, 2002).

Como ressaltado por Vieira (2020, p. 71), “este parágrafo é importante não só por aprofundar a noção de transformismo, mas também por trazer uma das definições mais completas e bem-acabadas que se tem em relação ao conceito de Revolução Passiva”. Acentuamos, ainda, as constantes “mudanças moleculares” experimentadas pelos partidos políticos em disputa, isto é, o Partido Moderado e o Partido da Ação. Ambos sofrem interferências em suas estruturas internas e programas políticos.

O trecho acima também consubstanciou as reflexões de Eurlino Coelho, importante estudioso da obra gramsciana no Brasil. O autor sugeriu que o transformismo implica modificações tanto sobre o grupo hegemônico quanto os subordinados. Em relação ao primeiro, amplia progressivamente sua composição interna, sendo responsável pela “elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla” (Gramsci, CC 19, § 24, v. 5, p. 63, 2002) e tendo como consequência direta a formação de uma ala esquerda no interior deste. Além disso, lembra Coelho, “outro efeito da mudança na composição e no equilíbrio interno das forças dirigentes é a possibilidade de introduzir reformas limitadas nos programas” (Coelho, 2005, p. 462).

No que se refere aos grupos dominados, o efeito mais deletério do transformismo é sua desorganização política e a indisfarçada contenção de seu ímpeto revolucionário. A partir da pesquisa realizada para a escrita da dissertação de mestrado, indicamos que a elite local foi, momentaneamente, ampliada graças aos acertos que condicionaram a aliança entre o PT e o PMDB campinenses e

que o processo gerou apassivamento da classe, dos movimentos sociais e dos sindicatos aos quais a legenda era ligada.

Finalmente, terminaremos de acompanhar a evolução do conceito de transformismo observando-o em dois parágrafos. Escrito em 1935, o primeiro está no § 24 do Caderno 19, nele Gramsci avalia a forma pela qual se manifesta a supremacia de um grupo social sobre o outro para, em seguida, afirmar que “a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo”. Vale a pena a citação um pouco mais longa:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual de moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos (Gramsci, CC19, §24, v. 5, p. 63, 2002).

Já o § 26 do Caderno 19, apesar da semelhança com o último, “explicita um elemento central: a decapitação das massas populares” (Vieira, 2020, p. 73). Deixa claro também que uma atitude “paternalista” em relação aos grupos subalternos não os coloca, “a não ser em medida muito limitada”, em contato com o Estado, favorecendo, na verdade, sua decapitação e não absorção “no âmbito do novo Estado”. Tal postura deve ser, portanto, evitada nas ações dos partidos classistas populares:

No desenvolvimento do *Risorgimento*, o chamado Partido de Ação tinha uma atitude “paternalista” e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas populares em contato com o Estado. O chamado “transformismo” é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado (Gramsci, CC19, §26, v. 5, p. 93, 2002).

Além do conjunto de citações e comentários acima realizados, gostamos muito da síntese conceitual ofertada por Coelho no que se refere à noção de transformismo. Na nossa visão, segue a forma mais bem desenvolvida quanto à operacionalidade do conceito e sua utilização em experiências históricas distintas da italiana:

Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou de “grupo”, e obtida por diferentes métodos, de intelectuais (“elementos ativos”) das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação “molecular” dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A

concepção de transformismo como mecanismo de atração dos dirigentes exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função de sua “condensação ou concentração orgânica (Coelho, 2005, p. 466).

Assim, sob a luz do conceito de transformismo, analisou-se a inflexão experimentada pelo PT campinense, materializada na polêmica aliança com o PMDB local, a fim de ocupar a chefia do Executivo Municipal nas eleições do ano 2000. O tópico a seguir pretende fechar o argumento e revelar os ganhos decorrentes do uso do aparato conceitual gramsciano conectados aos resultados finais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, apesar de coligação com o grupo Cunha Lima ter sido um indício forte de “absorção de elementos ativos” do grupo adversário, primeiro passo em direção à operacionalização do conceito gramsciano, não seria suficiente para caracterizar a experiência local como parte do movimento transformista geral dos dirigentes do PT. O conceito não se confunde com a mera movimentação ou trânsito individual pelas fronteiras de classes antagônicas. Mais do que isso, é um episódio da luta de classes, que só pode ser abordado levando-se em consideração o “poder de atração” de cada classe, sua “condensação ou concentração orgânica”.

Assim, conforme mais uma vez esclarece Coelho (2005), se existiu um processo transformista afetando os grupos dirigentes do PT no Brasil como um todo e se o que se passou em Campina Grande pode ser tomado como um caso particular do mesmo pro-

cesso, o desafio passou a ser não apenas o de encontrar similitudes no ponto de chegada, mas a verificação sobre terem sido ou não percorridos caminhos na mesma direção.

A pesquisa demonstrou que o PT de Campina Grande não conseguiu evitar, apesar daqueles que se manifestaram contrários ao processo em curso, sua absorção em caráter de grupo em direção à oligarquia Cunha Lima, deslocando-se no entendimento de seu setor majoritário de armas e bagagens para o “centro da política” paraibana. A absorção foi obtida mediante a promessa da vice-prefeitura da segunda maior cidade do estado, a possibilidade de ser governo em um futuro próximo, a alteração na correlação de forças políticas no Estado da Paraíba e, sobretudo, o favorecimento da campanha presidencial Lula 2002.

O conceito gramsciano também permitiu indicar a ampliação e modificação “molecular” do grupo dirigente, isto é, a expansão na política dos dominantes locais através da incorporação dos transformistas. Por outro lado, verificou-se que a conformação tomada pela equipe administrativa da prefeita petista correspondeu a uma mudança na relação concreta que os militantes encastelados no aparelho estatal estabeleciam com a classe trabalhadora. A hipótese de burocratização das lideranças partidárias locais adquiriu substância. Esta mesma incorporação estimulou o apassivamento das classes, dos movimentos sociais e dos sindicatos, ao menos em relação àqueles setores nos quais o PT campinense havia desenvolvido alguma militância.

Observou-se ainda que uma postura pragmática na arena institucional (visando à consumação da estratégia nacional garantidora da vitória presidencial de Lula e, sobretudo, eficaz quanto à expansão eleitoral) minimizou as antigas referências de cunho classista e isolou as posições discordantes no interior da agre-

miação. O predomínio quase absoluto da Articulação (tendência dominante em nível nacional, estadual e municipal) em todas as instâncias organizativas ligadas ao partido favoreceu a celebração de composições municipais e estaduais que abandonaram e desqualificaram as práticas anteriormente consideradas positivas, tidas, agora, como radicais, xiitas, sectárias, ultrapassadas. Esteve atento à influência exercida pela Direção Estadual e, também, pela Nacional, inclusive com a anuência do maior líder do partido, durante todo o processo.

Concluiu-se que o saldo final da aliança foi a fragmentação da agremiação petista no município. Os setores populares locais passaram a se organizar a partir de outros meios que não mais atrelados ao partido da estrela vermelha. A prioridade dada à arena institucional parece não ter tido o retorno desejado. Desde os anos 2000, nenhum vereador foi eleito e a credibilidade da agremiação junto à população campinense arrefeceu. A partir da assimilação da teoria desenvolvida por Antonio Gramsci, portanto, percebeu-se que a aliança consumada naqueles anos não se tratou somente de um erro de cálculo político, mas de um deslocamento no terreno das lutas de classe, operado a partir de uma lógica transformista.

REFERÊNCIAS

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Vol. II**. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Vol. V**. O *Risorgimento*: notas sobre a História da Itália. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Vol. III**. Maquiavel. Notas do Estado e a Política. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOEVELER, R. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Praxis e Hegemonia Popular**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 5, p. 145-159, ago./dez. 2019. ISSN 2526-1843.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANA, L. T. B. **A lógica do transformismo**: o caso histórico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande-PB (1981-2000). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2021.

VIEIRA, L. M. **O conceito de Revolução Passiva nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

**REBELIÃO E PROCESSOS DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO NO CHILE**

CAPÍTULO 10- REVOLUCIÓN & CONTRARREVOLUCIÓN EN LA HISTORIA POLÍTICA RECIENTE DE CHILE 1973-2023

Juan Carlos Gómez Leyton¹

El cambio histórico político, social, económico profundo, radical, en otros términos, la revolución, fue desterrado de la actividad política nacional desde 1973 hasta la actualidad. La ausencia de ese tipo cambio constituye, en nuestra opinión, el principal problema político e histórico no de un gobierno en particular, ni de los gobiernos concertacionistas (1990-2010) o del gobierno de la Nueva Mayoría (2014-2018), con excepción, tal vez, por otras razones, de los gobiernos de derecha de Sebastián Piñera (2010-2014 y 2018-2022) e incluso del actual gobierno del presidente Gabriel Boric; si no que responde a la condición neoliberal de la sociedad chilena.

La ausencia del cambio político e histórico profundo es, por cierto, un problema que no solo dice relación con las estructuras y modos de dominación existentes si no, fundamentalmente, con la acción social, política e histórica de la praxis, de la forma de pensar y concebir, es decir, con la concepción de mundo *-weltanschauung-* de los hombres y mujeres que la sostienen y aquellos que la padecen.

[1]. Dr. en Ciencias Sociales y Política- Historiador Director Académico CIPPSAL

De una u otra forma, es una problemática tanto de los “dominadores” como de los “dominados”. En términos marxistas, esta es una cuestión que remite a la estructura de poder y a la lucha de clases de la formación socioeconómica chilena.

Consideramos que este es uno de los problemas centrales de la sociedad chilena. El cual, como veremos en este artículo, explica los rumbos y los meandros de la historia política de los últimos 50 años. En este medio siglo, las y los chilenos, pero no solo ellos, sino todos los sujetos que habitan y existen en las formaciones socioeconómicas neoliberales, han optado por vivir y/o ser solo sujetos en el presente-presente. En esas sociedades, tanto los actores políticos y sociales como las y los sujetos, dejaron de plantearse la posibilidad de construir la historia futura, a través de la Revolución. De alguna manera se han negado a transformar las estructuras fundamentales que sostienen la sociedad y han abandonado la idea de modificar el presente con la perspectiva de construir otra sociedad, de iniciar otra historia realizando un cambio estructural radical, de la misma forma como se lo propusieron en otros momentos de la historia nacional, por ejemplo, en los años sesenta y setenta del siglo *XX*; tal como se lo plantearon hace 58 años, si consideramos como punto de partida de esa aspiración el año 1964, año de inicio del gobierno de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) y hasta el gobierno de Salvador Allende Gossens (1970-1973). La Revolución en Libertad, con sus propuestas de reformas revolucionarias impulsadas por el Partido Demócrata Cristiano y la Revolución Socialista, impulsada por la Unidad Popular, son dos expresiones manifiestas de que había hombres y mujeres dispuestos a tomar el curso de la historia en sus manos y direccionarlo hacia un determinado futuro. En aquella época no solo estaba en

disputa el presente si no, también, el futuro. Para conseguirlo era necesario hacer la Revolución.

Medio siglo después, en Chile, son muy pocos los que se refieren, problematizan o se plantean la Revolución como posibilidad de construcción del futuro. Paradojalmente, algunos científicos sociales usan el concepto para indicar que la Revolución ya fue realizada. O sea, el futuro ya se construyó. (Moulian, 1997; Gárate, 2012; Tironi, 2013; Lavín, 1988; entre otros)

La Revolución no fue realizada por quienes en las décadas de 1960 y 1970 se plantearon hacerlo, sino fundamentalmente, por aquellos sectores sociales que se le oponían, los cuales, en septiembre de 1973, a través de las Fuerzas Armadas nacionales, decidieron tomar violentamente y por la fuerza la historia en sus manos e instalar una genocida dictadura cívico-militar. Ésta puso en marcha una “contrarrevolución” que dio origen a una “revolución capitalista” con la cual emergió una nueva sociedad, la sociedad capitalista en su forma neoliberal.

Muchos hombres y mujeres que protagonizaron la búsqueda de la revolución en esas décadas se transformaron a sí mismos y se volvieron antirrevolucionarios en las décadas de 1980 y 1990 e, incluso, algunos en contrarrevolucionarios, al asumir y aceptar la dominación y la hegemonía instalada por la dictadura: se constituyeron en sujetos neoliberales, ya sea doctrinarios, ideológicos o/y prácticos. La sociedad se volvió conservadora.

Los hijos e hijas de la dictadura -nacidos poco antes y después del Golpe de 1973-, así como los y las de la democracia protegida -nacidos en los bordes fronterizos del cambio de régimen en 1990- han preferido solo mejorar o corregir al neoliberalismo mediante algunos cambios superficiales, como ha señalado Garretón (2013).

Por tanto, un sector mayoritario de la ciudadanía de acuerdo con lo acontecido en los últimos 35 años (1988-2023) y, sobre todo, de los recientes 4 años (2019-2023), se siente cómodo con la realización de “cambios políticos-históricos mínimos”.

A pesar de lo anterior, existe un sector de la ciudadanía que continúa bregando por hacer posible la revolución social en Chile. En este grupo convergen las y los revolucionarios de toda una vida. En ellos, la Revolución es una flama que sigue ardiendo.

En este ensayo histórico-político queremos interrogarnos: qué ocurrió con la Revolución en la sociedad chilena. Nos parece relevante reflexionar el cambio revolucionario a 53 años del proceso revolucionario iniciado por el gobierno popular de Salvador Allende (1970-1973); a 50 años del Golpe de Estado contrarrevolucionario de septiembre de 1973; y tan solo a cuatro años de la derrota política de la revuelta popular y ciudadana de Octubre de 2019 (O19). Especialmente porque luego del fracaso del cambio constitucional en septiembre de 2022, el dilema político e histórico por el cambio se vuelve una necesidad política acuciante y urgente. Con el objetivo de contribuir en esa dirección hemos elaborado este ensayo histórico-político con la pretensión de que sea discutido, analizado y reflexionado por todos aquellos que buscan superar el agobiante presente histórico.

El presente ensayo se divide en tres partes. En la primera, analizamos la trayectoria del cambio político-revolucionario en la historia de Chile. A través de una breve presentación teórica y analítica del concepto de revolución, planteamos que en la historia de Chile desde 1810 en adelante, el país ha registrado diversas revoluciones políticas, pero tan solo un intento de revolución social. Siendo ésta la que dará origen a la contrarrevolución reaccionaria

que engendró un profundo cambio estructural en la sociedad nacional, transformándola en la primera sociedad capitalista neoliberal a nivel regional y mundial. En otras palabras, aquí damos cuenta de la dialéctica entre revolución y contrarrevolución.

En la segunda, nos interesa demostrar cómo los actores políticos y sociales y la ciudadanía, en general, asumieron que para salir de la dictadura cívico-militar debían renunciar a la Revolución social y solo luchar por un cambio de régimen político. La teoría de la transición a la democracia -TTD-, elaborada en los años ochenta del siglo XX, redujo al cambio político a ser solo un cambio de régimen político. Es decir, a un cambio político institucional limitado al instalar una serie de restricciones que no fueron unas cuantas reglas normativas de carácter constitucional sino una condición esencial y fundamental, o sea, estructural, para la existencia misma del capitalismo neoliberal y también de la democracia. La TTD extremadamente conservadora convergió con la ultraconservadora Constitución Política de 1980, expresión no solo de los sectores políticos autoritarios sino profundamente antidemocráticos nacionales. Lo conservador se convirtió en el “cemento” que solidificó una sociedad profundamente conservadora.

En cierta forma, entre las décadas 1990 y 2019, gracias a la administración gubernamental tanto de la Concertación como de la Derecha de la sociedad neoliberal, se consolidó al capitalismo en su forma neoliberal y a la democracia representativa en su “forma protegida”. Tal como la plantea Francis Fukuyama (1992), se había llegado al “fin de la historia”. Principalmente, porque los actores políticos y los sujetos habían renunciado a cuestionar el orden existente y, sobre todo, a construir un proyecto histórico político holístico para reemplazarlo. Sin embargo, el reventón so-

cial e histórico que sacudió violentamente la estable y gobernable sociedad neoliberal chilena en Octubre de 2019 (O19) puso en duda el triunfo tanto del capitalismo como de la democracia neoliberal.

En la tercera parte, analizamos la revuelta de octubre de 2019 que instaló la problemática del cambio histórico, especialmente, del tipo de cambio y su dirección.

En este punto, discutimos, reflexionamos y planteamos que la propuesta de cambio político constitucional en que derivó la revuelta de O19, propiciado por las élites de poder y en el poder, fue y es una forma de darle continuidad política a la idea del cambio político restringido y reducido solo a la estructura jurídico-política del Estado, e implica frenar la posibilidad de la revolución social.

El fracaso y derrota de la revuelta popular y ciudadana de 2019 tiene directa relación con el hecho de que nunca pasó de la demanda por una Asamblea Constituyente a ejercer el poder destituyente, o sea, provocar el derrumbe de las estructuras institucionales del poder constituido. No hubo una ruptura, quiebre o derrocamiento del sistema político ni la captura del Estado. No dio el salto de revuelta política y social a una revolución social. Y, al no hacerlo, posibilitó que los sectores conservadores de la sociedad neoliberal se activaran y rechazaran el proyecto constitucional elaborado por la Convención Constitucional, proyecto que no comprometía de manera sustantiva las estructuras del poder ni la dominación del capital. El proyecto constitucional propuesto se ubicaba en la lógica del cambio político restringido y mínimo. Lo grave es que la ciudadanía mayoritariamente también rechazó ese tipo de cambio. O sea, para esos sectores, nada o muy poco debiera cambiar en la sociedad, en el sistema político y en el régimen económico.

LA REVOLUCIÓN EN LA HISTORIA DE CHILE

La Revolución como un acto político consciente de parte de un grupo de hombres y mujeres que buscan tomar el control o la dirección de los asuntos públicos, así como de la historia, se hizo presente a comienzos del siglo XIX con el proceso de emancipación colonial que condujo al establecimiento del Estado-Nación y de la República, no sólo en Chile sino en la mayoría de las colonias hispanicas de la región. Desde ese primer momento, la dialéctica entre revolución y contrarrevolución se ha manifestado en diversas ocasiones de la historia política nacional. (Cid, 2019; Jaksic y Ossa, [Eds.], 2017; Vitale, 2012; Gómez Leyton, 2009; Guerrero, 2002)

Los siglos XIX y XX latinoamericanos son siglos revolucionarios. No obstante, no todos los acontecimientos nombrados, ya sea por los contemporáneos como por los analistas, pueden ser calificados como “revolución”. No cualquier trastorno político o social puede ser considerado como un acto revolucionario. Se hace necesario precisar qué es o no es una revolución.

Para ello, en primer, lugar hay que distinguir es entre el “acto revolucionario” y el “proceso revolucionario”. Toda Revolución, por cierto, se inicia con el momento insurreccional. (Núñez, et. al., S/F). El cual puede o no ser el punto de arranque de un proceso revolucionario. El momento insurreccional, entendido como el momento del quiebre de las formas dominantes es central, pero no lo fundamental. Este debe transformarse en el punto de arranque de diversos y variados procesos revolucionarios. De lo contrario, solo será una revuelta, rebelión o protesta, pero no una Revolución. (Tenenti, 1999)

En segundo lugar, se debe diferenciar entre distintos y diversos tipos de procesos revolucionarios que se abren con las insurrecciones, lo cual resulta indispensable para comprender el cambio histórico que se pone en marcha. La historia de las revoluciones enseña que hay diversos tipos de revoluciones, a saber: revoluciones sociales, políticas, económicas, científicas, culturales, entre otras.

En tercer lugar, es fundamental comprender el rol de la violencia en la Revolución. Todo es una dialéctica entre lo que se destruye y lo que se construye. La construcción del futuro solo es posible por la destrucción creativa del pasado. Por eso, el presente revolucionario es violento. Dado que la revolución es una forma de cambiar de ruta histórica de manera intempestiva, rápida y a una gran velocidad, se alteran todos los órdenes establecidos. La historia se acelera, lo cual impone la disyuntiva política a los hombres y mujeres que han tomado el curso de la historia en sus manos: arrasar con todo lo existente o no. Esto supone evitar o desechar la revolución y optar o preferir por la reforma política o social. (Traverso, 2023; Gómez Leyton, 2009)

Tal como indican Davidson (2013) y Benigno (2000), no existe algo parecido a la “Revolución”, sino, más bien, existen las Revoluciones, en plural, que responden a lógicas diversas y producen consecuencias históricas políticas, económicas, sociales y culturales muy variadas.

Ahora bien, las revoluciones más frecuentes son las “políticas”, pero estas tienen un alcance limitado y sólo afectan a la estructura política institucional, esencialmente al Estado o al régimen político sin tocar las estructuras centrales de la sociedad, especialmente, la estructura de clases o la forma de producción o de acumulación, según sea, el caso. Algunas de ellas tienen la

potencia política de producir modificaciones relativas en la estructura social, económica, cultural y, por cierto, jurídico-política, de la sociedad capitalista, pero sin alterar: la condición capitalista de la sociedad.

Mientras que las revoluciones sociales son acontecimientos excepcionales en la historia, cuya característica principal es la de modificar radicalmente las estructuras de la sociedad. En ellas, las relaciones sociales y económicas básicas, la posesión de los medios de producción, el estatus económico y político de todas las clases y grupos sociales son alterados y modificados sustantivamente. Se trata de una transformación total y completa. (Gómez Leyton, 2009, p. 43).

La mecánica política de la revolución social consiste en el paso del poder de una clase a otra. Este aspecto es un factor central y fundamental de la revolución, en cuanto proceso revolucionario, puesto que el desplazamiento de la clase dominante por parte de la clase subordinada no se produce de “forma súbita”, señala Trotsky (1972). Todo lo contrario, se puede prolongar en el tiempo y dar oportunidades a las viejas clases dominantes de impulsar la contrarrevolución. Generándose una delicada situación política, pues en el escenario (ambiente) revolucionario se conforman dos poderes: el poder de la clase destinada a implantar el nuevo sistema social, y la presencia de la vieja clase dominante que aún retiene el control de importantes aparatos no solo del Estado sino también de la sociedad civil. La conflictividad política y la lucha de clase se agudizan al máximo. De este escenario arranca la dualidad de poderes de toda revolución. (Trotsky, 1972, pp. 247-257)

Por lo tanto, toda revolución social para ser exitosa debe resolver la dualidad de poder, es decir, destruir todas las fuentes del poder social, en palabras Michael Mann (1997), el poder in-

fraestructural de la clase dominante. Así fueron las revoluciones sociales de Rusia (1917), China (1949) y Cuba (1959), revoluciones proletarias. (Skocpol, 1984; Moore, 1971; Arboleya, 2007)

En consideración de este último punto, las revoluciones latinoamericanas como la mexicana en 1910; la boliviana de 1952; la nicaragüense de 1979; la ecuatoriana de 2006; la boliviana de 2007, entre otras, no constituyen revoluciones sociales. Fundamentalmente porque no lograron eliminar o destruir íntegramente las fuentes del poder social de las clases dominantes oligárquicas tradicionales o de las burguesías industriales, mercantiles o financieras. (Suárez, 2006; Knight, 2000)

La historia política de Chile registra varias revoluciones políticas y solo un intento abortado de revolución social. Las revoluciones políticas son: la revolución independentista de 1810; la revolución conservadora de 1829; las revoluciones liberales de 1851 y 1859; la revolución oligárquica de 1891; la revolución política mesocrática de 1924-1932; la reforma revolucionaria constitucional de 1967; y, la contrarrevolución “revolucionaria” neoliberal de 1973/75. El único intento de revolución social fue la impulsada por el gobierno de Salvador Allende y de la Unidad Popular entre 1970 y 1973.

Las revoluciones políticas identificadas para el siglo **xx**, aunque implicaron alteraciones destinadas a darle continuidad al capitalismo, provocaron:

Desplazamientos efectivos de ciertos grupos políticos y sociales de la dirección política del Estado. Como fue el proceso de cambio político-institucional entre 1924 y 1938, cuando las oligarquías terratenientes y mercantil-financieras fueron desplazadas del poder gubernamental del Estado y modificado el régimen político a través de la instalación de la Constitución Política de 1925.

Cambios políticos institucionales que generaron múltiples consecuencias políticas y sociales, como fue, por ejemplo, la “revolución político-constitucional” de enero 1967 que modificó a través de una reforma constitucional el artículo N° 10.10 de la Constitución Política de 1925, lo cual posibilitó la transformación de la estructura de la propiedad agraria en Chile y tuvo profundos efectos tanto para la democracia como para la sociedad toda.

modificaciones en el patrón de acumulación capitalista vigente. Este tipo de cambios ocurrieron en dos oportunidades en el siglo **xx**. Ambos por decisión política de los grupos dominantes con la perspectiva de mantener su continuidad histórica del capital y para recomponer su dominación hegemónica.

El primero se realizó, en las décadas de los años 30 y 40 del siglo **xx**, cuando el nuevo bloque dirigente puso en marcha el proceso de industrialización sustitutiva de importaciones (ISI). El segundo, entre 1975 y 1985, cuando las clases propietarias impusieron, con el apoyo de la dictadura cívico-militar, el patrón de acumulación neoliberal. Estas revoluciones políticas impulsadas por las burguesías nacionales se han realizado para extender, profundizar y consolidar al capitalismo. Otras, se han desarrollado como “contrarrevoluciones políticas” destinadas a reestructurarlo.

Un ejemplo paradigmático de este último caso es la contrarrevolución acaecida en Chile hace 50 años, en 1973, con el Golpe de Estado en contra del gobierno de la Unidad Popular. Con ella, el proceso de reorganización del sistema capitalista se transformó en una “revolución capitalista” al instalar una nueva forma de acumulación capital: la neoliberal, desde 1975 en adelante. (Román, 2021; Gárate, 2012; Solimano, 2012; Gómez Leyton, 2010; Moulian, 1997)

La decisión adoptada por el nuevo bloque en el poder y del nuevo núcleo dirigencial del capitalismo, el capital financiero-mercantil, de reestructurar la forma de acumulación existente desde 1930 en base al capital productivista (industrial) y extractivista minero por la forma de acumulación neoliberal, provocó una transformación radical de la formación social chilena dando origen a una nueva forma societal: la sociedad neoliberal.

Lo paradójico de este caso, es la contrarrevolución política, que deviene en revolución capitalista, tiene su punto de partida en el único intento de hacer posible una revolución social impulsada por las clases trabajadoras y sectores populares a través de una vía política institucional democrática como fue la “vía chilena al socialismo”, propuesta por el Gobierno de la UP.

Este debe ser considerado como un gobierno radicalmente distinto de todos aquellos que se establecieron en el país, desde 1830 hasta 1970, ya que fue, esencialmente, un gobierno revolucionario, único y excepcional. El cual se propuso devolver al pueblo la soberanía popular, las libertades; construir una democracia social y lograr resolver la desigualdad mediante la transformación total del régimen capitalista, fundando y construyendo una nueva sociedad: la socialista. La presidencia de Salvador Allende buscaba impulsar un conjunto de medidas dirigidas a modificar el funcionamiento directo del proceso de reproducción capitalista, afectando la apropiación privada de la plusvalía. Esta ya no sería apropiada por los capitalistas sino redistribuida entre las y los trabajadores a través de la apropiación colectiva de la plusvalía.

Esto último suponía modificar radicalmente las relaciones sociales de poder. Con el gobierno popular, el poder social al interior de los procesos productivos ya no estaría en manos de los patrones, sino de las y los trabajadores. Como señalaba, el entonces

ministro de Hacienda del gobierno, Pedro Vuskovic, los gobiernos tanto de la oligarquía, en el siglo XIX, como los de la burguesía, en el siglo XX, habían favorecido la “acumulación privada”, mientras que el gobierno popular iba a favorecer “la acumulación social”. Ello implicaba un cambio profundamente revolucionario (1976, pp. 81-105).

Modificar la forma de acumulación desde lo privado a lo social implicaba entre otras cosas movilizar un conjunto de recursos tanto humanos como materiales en favor de las grandes mayorías, tanto de trabajadores, en particular, como del pueblo, en general. Involucraba, por tanto, desarrollar el poder social y político, el poder popular, para confrontar las resistencias que las clases propietarias y dominantes levantarán contra el proceso revolucionario.

La lucha de clases entró en una fase superior. Nunca en la historia de Chile, los sectores subalternos, las y los trabajadores, habían disputado la propiedad de los medios de producción a la burguesía nacional e internacional. Esta disputa se transformó en el principal conflicto político del período y configuró el proceso revolucionario durante los tres años del gobierno popular.

En la coalición gobernante existía un pleno convencimiento de que la superación del capitalismo pasaba por la abolición de la propiedad privada de los medios de producción y, por ende, de la expropiación popular tanto de la base material (el poder económico) como el poder social y político de las clases propietarias nacionales e internacionales. (Valenzuela, 2021) En este punto, radicaba la potencia revolucionaria del proceso político y social impulsado y realizado por la revolución social chilena. (Gaudichaud, 2016; Winn, 2013; Gómez Leyton, 2004 y 2006)

Por cierto, ninguna de las revoluciones políticas anteriormente nombradas tuvo el propósito de abolir la propiedad privada de

los medios de producción, sino todo lo contrario, dado su carácter de clase. Los cambios políticos-institucionales realizados por las clases dominantes siempre apuntaron a reforzar y proteger el derecho de propiedad privada. El único cambio institucional que hizo lo contrario fue la reforma constitucional de la Constitución de 1925 en 1967 (Evans de la Cuadra, 1967; Gómez Leyton, 2006). Debido a ello, la hemos identificado como una “reforma revolucionaria constitucional y política” porque su realización implicó la modificación legal y constitucional del derecho **de** propiedad, estableciendo el derecho **a la** propiedad. Sin embargo, el proyecto demócratacristiano, que impulsó la reforma, no tenía el objetivo ni la intención de superar o transformar el capitalismo nacional sino, más bien, buscaba facilitar su modernización, profundización y expansión. Se buscaba “barrer” con los obstáculos que impedían el pleno desarrollo del capitalismo industrial, especialmente, las estructuras agrarias tradicionales.

Al contrario, en el gobierno de la Unidad Popular, la democratización del derecho de propiedad, a través de la formación del Área Social de la Producción, implicaba la expropiación y estatización de 91 empresas propiedad del capital nacional e internacional. Estas empresas respondían a diversos criterios tales como su producción estratégica para la economía (cobre, hierro, etc.) y monopólicas nacionales y extranjeras (textiles, papeleras, alimenticias, electrodomésticos, etc.). (Gómez Leyton, 2017)

Este impulso a la democratización, socialización y estatización de la propiedad privada capitalista provocó una violenta reacción del poder capitalista nacional e internacional en contra del gobierno de la UP. (Casals, 2023; Gómez Leyton, 2004). El Golpe de Estado de septiembre de 1973 fue impulsado por estos sectores en

defensa de la propiedad privada y fue la expresión violenta de la contrarrevolución antipopular.

La restauración capitalista implicó generar toda una nueva institucionalidad constitucional destinada a la protección del derecho como de la propiedad privada. Esta protección se transforma en el rector del orden neoliberal. A tal punto, que su valor fue superior a la vida humana, el cual fue asumido y aceptado por todos los actores políticos y sociales democráticos que sustituyeron a los autoritarios, en 1990.

En la Constitución Política de 1980, la propiedad capitalista se convirtió en absoluta, perpetua, ilimitada y, sobre todo, intocable e inviolable. Esta concepción dominante y hegemónica impide cualquier modificación a las estructuras propietarias vigentes y cierra toda posibilidad política e histórica para su democratización y redistribución. La alta concentración de la propiedad privada capitalista actual es uno de los factores que explica, de manera categórica, la profunda desigualdad social y económica existente en la sociedad neoliberal. La estructura propietaria es la frontera de la democracia y del cambio constitucional. (Ruiz-Tagle, 2020)

El “triunfo” de la contrarrevolución de 1973, hace 50 años atrás, se vio ratificado en 1988- 1990 cuando las fuerzas políticas y sociales opositaras a la dictadura cívico-militar aglutinadas, primero, en la Concertación por el NO y luego en la Concertación de Partidos por la Democracia, aceptaron y acataron la Constitución Política de 1980. Con ello cerraron todos los caminos posibles para la realización de nuevos procesos de cambios radicales en el país. Durante las tres últimas décadas, desde 1990, la sociedad chilena no ha experimentado ningún cambio social, político e histórico de envergadura. El cambio revolucionario destinado para producir y

construir la historia futura ha sido erradicado de los horizontes de posibilidad.

EL FIN DE LA LUCHA POLÍTICA POR LA REVOLUCIÓN SOCIAL

Uno de los aspectos característicos de la condición neoliberal de las sociedades capitalistas actuales es la renuncia tanto de los actores políticos y sociales como de los sujetos al cambio político radical estructural, en otras palabras, a la Revolución, en las dos modalidades antes señaladas: tanto política como social. Esta renuncia estuvo acompañada del abandono de la lucha por el socialismo desde la década 1990.

Los factores históricos y políticos, a nivel internacional, que explican esta situación fueron dos. El primero, la “revolución política neo-conservadora” al inicio de la década de 1980, impulsada por Margaret Thatcher en Inglaterra y Ronald Regan en Estados Unidos (Sorman, 1983; Hobsbawm, 1994). Esta fue la respuesta ante un capitalismo en crisis (la crisis de stangflación, que desestructuraba por doquier al capitalismo fordista; fomentaba la desindustrialización y el desmantelamiento de las principales instituciones del keynesianismo), que llevaba al poder a los sectores neoconservadores, quienes implementaron nuevas políticas económicas que abrirían al mundo a una nueva época dominada por la economía del libre mercado. El mundo capitalista central cambió y arrastró a todo el orbe hacia una nueva época: la era neoliberal. (Laval y Dardot, 2013)

El segundo factor que potenció y consolidó a la nueva era capitalista fue la caída, entre 1989 y 1991, de los “socialismos reales” y de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Según Eric Hobsbawm (2011), el desmoronamiento de la URSS y el modelo soviético fue traumático para todos las y los socialistas del mundo, porque ésta representaba un genuino intento por construir una sociedad socialista. Durante siete décadas el poder del trabajo confrontó y limitó la acción histórica y política del capitalismo. Y, a pesar de las distorsiones y aberraciones que incurrió el socialismo soviético, fue un faro que iluminaba las luchas de las izquierdas a nivel mundial. Con su derrumbe, el orbe globalizado quedó a merced de las fuerzas del capitalismo neoliberal, el cual se impuso libre de todo contrapoder obrero. Desde esa fecha hasta la actualidad no solo desapareció la izquierda revolucionaria sino también la socialdemocracia. Por tanto, ni reforma ni revolución social fueron ya posibles. Parafraseando a Geoff Eley (2003) diríamos que las izquierdas ya no tenían un mundo que ganar.

La “apoteosis conservadora” (Lavagna, 1999, p. 13) dominante, provocó gruesamente tres situaciones históricas y políticas, imbricadas. En primer lugar, que Francis Fukuyana (1991) sostuviera que la historia había llegado a su fin con el triunfo, a nivel global, tanto del capitalismo como de la democracia neoliberal. En segundo lugar, que el historiador inglés Eric Hobsbawm, en 1994, pusiera fin al siglo XX europeo, un siglo corto, breve, de tan solo 74 años. Y, en tercer lugar, que Margaret Thatcher, declarara “urbi et orbi”: “*there is no alternative*” (TINA), “no hay alternativa” que enfrente la frenética expansión del neoliberalismo. La TINA, se transformó en una idea fuerza para muchos intelectuales y políticos de las izquierdas

derrotadas, quienes ágil y apresuradamente se incorporaron a las filas de las y los “ganadores” (*winners*), como ocurrió, por ejemplo, en América Latina y el Caribe.

La mayoría de los países latinoamericanos se incorporaron al orden neoliberal durante la década de 1980 de manera simultánea con la instalación de regímenes democráticos, en plena apoteosis conservadora. Con excepción de Venezuela y Colombia, en América del Sur; México, Costa Rica y Panamá, en Norte y Centro América, respectivamente. Países que no habían tenido regímenes autoritarios. (Ansaldi, 2012, T.II). A pesar de las diferentes dinámicas históricas y políticas de los países nombrados, la denominada “tercera ola democratizadora”, señalada por Samuel Huntington en 1994, se realizó en los marcos y límites establecidos tanto por el Consenso de Washington como por la Teoría de la Transición a la Democracia (TTD). Ambos procesos fueron supervisados, monitoreados y controlados por los ojos del águila imperial. (Rubio, 2022)

i bien, la década de 1980 es considerada por la CEPAL como una “década perdida” a raíz del impacto negativo de la crisis de la deuda y, sobre todo, por el cambio del patrón de acumulación capitalista, a nivel político fue positiva, fundamentalmente por la instalación de la democracia. Hacia fines del largo siglo *xx* latinoamericano, todos los países de la región, con la excepción de Perú, bajo la dictadura de fujimorista (1990-2000), disfrutaban de una conservadora y elitista democracia electoral de orientación neo-liberal. (Smith, 2009). Todas, de una u otra forma, se declaraban “democracias triunfantes” y, por cierto, ganadoras.

Las democracias que se instalaron entre 1976 y 1991 lo hicieron sin quiebres, ni rupturas violentas del orden político existente. Las elecciones fueron los mecanismos que regularon el cambio de régimen político en la región. La última revolución política y

social registrada en el Continente fue la Revolución Sandinista nicaragüense en 1979.

Habría que esperar hasta los primeros años del siglo *xxi*, para que la Revolución volviera a aparecer en el horizonte de las sociedades latinoamericanas, pues las y los perdedores *-losers-* del nuevo orden neoliberal -neoconservador- no estaban del todo derrotados y, contraviniendo la sentencia de la Dama de Hierro, comenzaron a construir nuevas alternativas. El 1 de enero de 1994, por ejemplo, un ejército de hombres y mujeres encapuchados y mal armados, en Chiapas, México, le declararon la “guerra” no solo al Estado mexicano sino al neoliberalismo global. El levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) comunicó al mundo que las y los “condenados” aún podían luchar por el futuro y para construir la historia futura. (Rovira, 2009; Estrada, 2007; J. Volpi, 2004; Le Bot, 1997)

En diversos puntos del planeta las insurrecciones sociales y políticas comenzaron a hacerse presentes y se dispusieron a discutir y disputar el poder dominante. Las masivas revueltas y protestas sociales asolaron a los gobiernos neoliberales de la región latinoamericana (Seoane, 2003). El descontento y malestar ciudadano abrieron las puertas para la llegada al gobierno de diversos presidentes con programas de orientación progresista y críticos del neoliberalismo. El nuevo siglo, por lo menos en América del Sur, se abrió con la potente reposición de dos ideas fuerzas que habían casi desaparecido de la actividad política: revolución social y socialismo. (Gómez Leyton, 2009, p. 46)

En el subcontinente, Venezuela -que junto con Colombia habían mantenido vigente la democracia en la década de 1970- puso en marcha revolución bolivariana con la llegada al gobierno, en 1999, de Hugo Chávez Frías; inaugurando un ciclo de gobiernos

de izquierdas y progresistas en la región (Gaudichaud, Webber y Modonesi, 2019; Carrillo, et. al., 2016). No obstante, Colombia, Chile y Perú no fueron países partícipes de la “ola de gobiernos progresistas” y mantuvieron e incluso expandieron el neoliberalismo. Al cabo de 24 años el único país que persiste en su lucha contra del capitalismo es Venezuela. Todos los demás siguen en el orden neoliberal. (Zanatta, 2012; Gómez Leyton, 2011; Ansaldi, 2007)

Ahora bien, el ciclo revolucionario (1998-2015) impulsado por los gobiernos progresistas de Hugo Chávez; Rafael Correa, en Ecuador; y Evo Morales, en Bolivia, trajo una novedad: el cambio político si bien era concebido y conceptualizado como revolucionario, este no impulsaba ni buscaba realizar la Revolución Social, entendida como la hemos definido en este ensayo, sino una revolución política de carácter constitucional. Se apuntaba a modificar la estructura jurídica-política de la formación social, es decir, cambiar la forma del Estado y del régimen político, pero no la estructura social, económica y de poder de la sociedad capitalista. La única excepción ha sido Venezuela, luego de la fracasada insurrección burguesa e imperialista de 2003, motivó a Chávez a proclamar la construcción del “socialismo” del siglo XXI.

El punto que nos interesa resaltar aquí es el siguiente: independientemente de los esfuerzos institucionales y políticos que han realizado los gobiernos progresistas, estos han tenido más bien una retórica revolucionaria antineoliberal y una praxis política reformista, pero, de ninguna manera, revolucionaria. Este hecho ha implicado frecuentes regresiones hacia las formas neoliberales: en Argentina, Brasil, Ecuador, Paraguay, Uruguay e, incluso, Bolivia. Para Álvaro García Linera (2022), el actual ciclo progresista (2018-2023) es más “administrativo” del neoliberalismo que “rupturista” como supuestamente lo había sido el primero

(1998-2010). En otras palabras, no es el momento de la Revolución ni del Socialismo.

En Chile la renuncia teórica, práctica y política a la Revolución y al Socialismo fue un proceso dramático que comenzó en la década de 1980 y está asociado con la derrota política y militar del proceso revolucionario socialista de la Unidad Popular en 1973. Estas renunciadas se consolidaron en la década de 1990, una vez “recuperada” la democracia, con los gobiernos concertacionistas. (Moyano, 2016; Núñez (Comp.) 1991)

En efecto, a finales de la década de 1970 y, especialmente, durante la década de 1980, diversas voces provenientes desde la izquierda chilena, especialmente ligadas al Partido Socialista de Chile y a los sectores vinculados al MAPU-Gazmuri, plantearon la necesidad de abandonar la lucha social y política por el socialismo, tanto por la vía reformista como revolucionaria, para concentrarse en la lucha política por la democracia. (Moyano, 2010, Bustos, 2014).

Uno de los principales teóricos de esa renuncia fue el politólogo Norbert Lechner (1990), con su libro *Los Patios Interiores de la Democracia*, que recoge diversos trabajos escritos entre 1984 y 1987, entre los que destaca el emblemático artículo “De la Revolución a la Democracia”. En donde sostiene que hay que abandonar la lucha por el socialismo y concentrarse en la lucha por la democracia. Despojando incluso a esta de sus contenidos revolucionarios. En palabras de Lechner: “Si la revolución es el eje de la discusión latinoamericana en los ’60, en los ’80 el tema central es la democracia” (Lechner; 1986:25).

Por consiguiente, el proceso de “renovación” socialista implicó abandonar el proyecto político construido por el socialismo a lo largo del siglo XX. Esto significó, entre otras cosas, renunciar

al ideario político de Salvador Allende, al mismo tiempo que se asumían posturas ideológicas reñidas con el socialismo como la aceptación de la economía de mercado y las formas capitalistas. El “nuevo socialismo” se preparó para administrar el capitalismo de manera pragmática y realista, transformándose en la “izquierda neoliberal” al interior de la democracia protegida y de la sociedad neoliberal.

Será la salida electoral e institucional de la dictadura cívico-militar en 1990 lo que permitió la institucionalización de la “izquierda renovada. Los socialistas gobernarán durante tres administraciones: Ricardo Lagos (2000-2006) y dos veces Michelle Bachelet (2006-2010 y 2014-2018) al neoliberalismo. Por lo tanto, su consolidación, ampliación y profundización es obra de los socialistas. Más los 10 años de gobiernos de demócratacristianos, donde los socialistas integraban la concertación, la izquierda renovada, ha estado 24 años en la dirección de la sociedad neoliberal. (Cavallero-Monte, 2022)

Durante ese tiempo, confinaron a la revolución social a la marginalidad. Su apuesta política fue por la democracia representativa, respetando las restricciones impuestas por la TTD y por la “democracia protegida”. Soslayando cualquier otra forma de democracia, por ejemplo, la democracia social-participativa propuesta por los sectores políticos y sociales subalternos y populares.

El socialismo abandonó, incluso, toda postura a favor de la “revolución” y ahora lo concibe como un largo proceso al interior de la democracia, así lo plantea, M. A. Garretón, en 1985:

vemos [...] más el socialismo como un proceso que como modelo de sociedad [...] se trata de un lento y largo proceso que se hace al interior de la democracia política y donde el proyecto asume el interés de la nación y la sociedad, desde la perspectiva de

quienes nacieron perdedores en la vida y en la historia, llámese estos obreros, marginales, cesantes, mujeres, hambrientos. (Garretón, 1985, p.185)

En los 35 años que siguieron a este planteo, el proyecto “social” de la izquierda socialista se ha contentado con “corregir” al neoliberalismo. No se ha propuesto producir ni provocar una ruptura con él, sino mejorar, profundizar y extender tanto la democracia como al capitalismo neoliberal. (Garretón, 2013)

Un rol clave en la renuncia del socialismo a la Revolución lo cumple la adhesión de los principales actores políticos como de las “*intelligentsias*” de izquierdas a la TTD. (Lesgart, 2003)

En 1986, los politólogos Guillermo O’Donnell y Philippe C. Schmitter, los padres intelectuales de la TTD plantearon que los actores políticos democráticos que reemplazaran a los autoritarios debían acatar algunos requisitos políticos e institucionales para que la transición fuera exitosa y estable en el tiempo.

Los regímenes democráticos instalados bajo el influjo de la TTD poseen restricciones institucionales, las cuales le impiden cumplir con la promesa política de lograr, por ejemplo, la igualdad social. Esa promesa democrática, hasta el día hoy, tanto en Chile como en el resto de América Latina y el Caribe, nunca ha sido lograda. Por ello, la democracia ha sido y es una “democracia de las y los desiguales”. Las democracias transitivas tuvieron y tienen fronteras infranqueables que obstaculizan su ampliación y profundización.

Es, justamente, en esas fronteras en donde se encuentra inserta la condición establecida por O’Donnell y Schmitter, para que las democracias fueran exitosas. Para estos autores, “las transiciones...hacia la democracia política han observado en todos los casos una restricción básica: **durante la transición los derechos**

de propiedad de la burguesía deben mantenerse inviolables.” (el subrayado es nuestro). (O’Donnell y Schmitter, 1986, pp. 110-111)

Esta es una restricción fundamental. Pensada, especial y específicamente, para los partidos de izquierda. Ellos, para existir en la nueva democracia, deben aceptar y acatar las nuevas reglas, para que “se les permita jugar”, de lo contrario, corren el “riesgo” de ser eliminados o dejados al margen.

De esa manera, dicha condición de restricción hace posible la estabilidad y la continuidad de la democracia. Pues, cierra toda posibilidad para la construcción de un régimen democrático distinto al liberal como podría ser la democracia social e igualitaria. Por lo tanto, la restricción no es solo una condición de posibilidad para el establecimiento y consolidación sino la negación de la democracia social, en otras, palabras, de cualquier posibilidad de socialismo, vía democrática, como fue el proyecto de la UP y de Salvador Allende. Este es un punto crucial y medular que explica el Chile neoliberal.

Para transitar a la democracia era necesario, entonces, respetar y mantener el ordenamiento constitucional establecido, por la dictadura, en la Constitución Política de 1980. Esto significó aceptar pragmáticamente la tesis de señalada por O’Donnell y Schmitter. Si la sociedad chilena quería avanzar y consolidar la democracia neoliberal debía proteger y mantener inviolables los derechos de propiedad tanto de la burguesía capitalista nacional como internacional. Todos los actores políticos de la época, especialmente, los opositores que integraban la Concertación de Partidos por la Democracia (CPD) acataron y obedecieron la ilegítima CPI980.

Con esa decisión se fortaleció y profundizó la protección del derecho de propiedad capitalista. Y, por cierto, tranquilizó a lo

largo de las dos décadas de gobiernos concertacionistas a la burguesía nacional e internacional. La total tranquilidad y confianza del empresariado mercantil y financiero dominante y hegemónico se logró ampliamente durante los gobiernos socialistas. (Cavallo-Montes: 2022)

No obstante, los fantasmas de la desconfianza comenzaron a agitar nerviosamente a la burguesía nacional durante el primer gobierno de Michelle Bachelet (2006-2010). No porque su gobierno fuera distinto a los gobiernos precedentes o que pusiera en peligro el “sagrado” derecho de propiedad privada, sino por el “despertar” político de las ciudadanías, especialmente, de las y los jóvenes ciudadanos. (Garcés, 2012)

El año 2006 está marcado con la denominada “revolución pingüina” de las y los estudiantes secundarios, quienes manifestaron su descontento con las formas de operar de los diversos mercados que componen reticularmente la sociedad neoliberal. Especialmente, con el mercado de la educación. El nerviosismo de la clase empresarial aumentó de manera exponencial durante el gobierno del presidente Sebastián Piñera (2010-2014), representante directo del gremio empresarial mercantil-especulativo, quien debió enfrentar la masiva rebelión juvenil, estudiantil y ciudadana del año 2011.

Por primera vez, en 21 años, la ciudadanía nacional, de manera difusa, indefinida, imprecisa y muy abstracta, tensionó y cuestionó uno de los pilares y principios centrales del capitalismo: el derecho de propiedad. No directamente, sino a través de la crítica al lucro, a las “rentas” que se obtenían en el mercado educacional; del “no” a las represas en la Patagonia; así como las distintas manifestaciones en contra de la explotación minera extractivista en el norte de Chile, entre otras innumerables acciones colectivas, se

apuntaba directamente a poner en cuestión, enjuiciar, discutir, debatir y deliberar sobre los derechos de propiedad de las burguesías.

Los empresarios no tuvieron paz durante los gobiernos de Sebastián Piñera. La acción social de las y los ciudadanos en el ciclo de protesta 2006-2018 fue interpretada por la burguesía nacional como una amenaza a su irrestricta dominación.

La paz neoliberal se quebró definitivamente con la Revuelta popular y ciudadana de octubre de 2019. Cuando varios millones de ciudadanos decidieron confrontar la dominación neoliberal y exigir su fin.

Sin embargo, la revuelta al no transformarse en una revolución social y fue, como veremos, atrapada por la condición “democrática” neoliberal de la sociedad chilena, dónde fue ampliamente derrotada por la masiva votación ciudadana que rechazó el proyecto Constitucional elaborado por la Convención Constitucional, el 4 septiembre de 2022 (4S22).

LA NEGACIÓN Y POSTERGACIÓN DEL CAMBIO POLÍTICO: EL TRIUNFO ELECTORAL DEL 4S22

Con ese triunfo del Rechazo se puso fin a la coyuntura crítica abierta con la Revuelta de O19 y se canceló la posibilidad del cambio político estructural. El proceso constitucional que se había abierto en el 2020, muda de dirección y, sobre todo, de conducción. Ya no se proyecta hacia el futuro, sino que experimenta un retroceso o un inmovilismo relativo que lo deja atrapado en el tiempo presente-presente. Además, entrega la conducción del proceso a los

sectores conservadores que, durante los últimos 50 años, se han opuesto a cualquier cambio político e histórico que comprometa la condición neoliberal de la sociedad chilena.

Nos interesa examinar el triunfo del Rechazo. Pero también, en primer lugar, analizar por qué la Revuelta de O19 no se transformó en una Revolución social, para luego mostrar cómo la alta votación lograda por el Rechazo implicó una verdadera “revolución política” de las y los “ciudadanos no políticos”, que modificaron totalmente el escenario político abierto por la Revuelta de O19.

UNA REVUELTA QUE NO PUDO SER REVOLUCIÓN

Según Álvaro García Linera (2019) los “estallidos sociales”, que han ocurrido en las últimas décadas en América Latina, acontecen cuando el “agravio moral de un pueblo es más grande que los imperativos de obediencia”. El 18 de Octubre de 2019 (O19), el pueblo chileno dejó de obedecer y generó el mayor “reventón histórico” de la historia reciente de Chile (Salazar, 2019). A lo largo de un mes, en una masiva y multitudinaria acción social colectiva de millones de ciudadanos/as remeció y “agrietó” a la dominación neoliberal. El potente “Grito” (Holloway, 1994, p. 9) de ira y rabia colectiva en contra del orden imperante, exigía: (a) el fin del neoliberalismo; (b) la renuncia del presidente Sebastián Piñera y (c) la convocatoria a una Asamblea Constituyente.

El 18 de octubre de 2019 un poderoso “Grito” tronó y retumbó por toda la red del tren subterráneo (Metro) de la Ciudad de Santiago de Chile: “**¡EVADIR, ES UNA FORMA DE PROTESTAR!**” gritaron a todo pulmón cientos de jóvenes secundarios, al momento que

ocupaban las estaciones del Metro. Se había iniciado Revuelta popular y ciudadana que destrozó la pax neoliberal de 30 años. (Landaeta y Herrero, 2021; Peña y Silva [Eds.], 2021; Balbontín y Salas, [Comp.], 2020; Uribe, 2020; Abarca, 2020; Agüero, 2020; Tironi, 2020; Ugalde et. al., 2020; de la Fuente y Mlynarz, (2020); Akran, 2019; Mayol, 2019, entre otros)

El “Grito” fue replicado y ampliado por millones de ciudadanos/as que buscaron desordenadamente hacer realidad la principal demanda política-histórica pintada, impresa y rayada en cada pared libre de las ciudades del país: “¡**el neoliberalismo nació en Chile y en Chile muere!!**”. (subrayado es nuestro)

Ante la masividad y violencia política de la protesta social, el presidente Piñera declaró que el “país” estaba en guerra. Y, demandó paz. Aunque la “pax neoliberal” había sido agrietada en varias oportunidades a lo largo de los últimos 30 años, su fin definitivo se verificará entre el 18 de octubre del año 2019 y el 16 de marzo de 2020. Con posterioridad a esta última fecha, vino la paz de la pandemia y la nueva “paz neoliberal” inició con la firma del Acuerdo de Paz y Nueva Constitución del 15 noviembre de 2019. (A15N19, en adelante)

El “Grito” fue acompañado por la acción directa que agrietó simbólicamente al capitalismo neoliberal. La estructura político institucional sufrió daños estructurales. La fuerza social que se expresaba en las calles y en los espacios públicos en esos primeros días era destituyente, constituyente y revolucionaria, pugnaba por construir una nueva historia.

Tengamos presente que desde 1990 hasta 2019, tanto las élites de poder como las y los ciudadanos difundieron la “idea” de que Chile era un país modelo y un paradigma de sociedad neoliberal

(de Cea, Díaz, Kerneur, 2008). El “Grito” de O19 irrumpió violentamente en ese “paraíso o oasis”, pulverizando esa idea que durante 30 años había ocultado la realidad de las y los condenados (losser) del neoliberalismo.

La Revuelta tuvo la potencia social de romper con la lógica impuesta por la sociedad neoliberal, pero no logró sus objetivos políticos, ni se transformó en Revolución social, siendo derrotada por el A15N19. (Gómez Leyton, 2021)

En efecto, a 42 meses de la Revuelta de O19 el balance político es el siguiente: el neoliberalismo, aunque agrietado, sigue vigente; el presidente Sebastián Piñera completó normalmente su período de gobierno en marzo de 2022, y no se convocó una Asamblea Constituyente. Si bien, se abrió un proceso constitucional para modificar la CP80, ésta sigue vigente, luego que 4S22 la ciudadanía mayoritariamente rechazara el texto constitucional elaborado y propuesto con ese fin.

Actualmente, de manera silenciosa y sin actos de rebeldía, la sociedad vive un nuevo proceso constitucional que, dados los resultados electorales del 4S22, con toda seguridad no modificará sustantivamente el orden neoliberal.

Según el historiador social Igor Goicovic, la Revuelta de O19 si bien adquirió la condición de Rebelión, no “alcanzó a madurar o no logró transformarse en un proceso revolucionario o prerrevolucionario, que hiciera estallar las bases del sistema de dominación y que por lo tanto permitiera el tránsito del Movimiento Popular hacia un escenario de profundas transformaciones” históricas y políticas (2021, p. 51).

En nuestra opinión, la Revuelta no logró transformarse en Rebelión porque fue tempranamente derrotada por el poder gu-

bernamental constituido y por los actores políticos conformes con el orden neoliberal. Ellos lograron consensuar un pacto político a cambio de paz social, sacrificando la impopular CP1980.

Dicho pacto de dominación, firmado el (A15N19), por casi la totalidad de los partidos del orden, permitió al poder constituido tomar el control del proceso político abierto en O19 y conducir el cambio en los marcos de la institucionalidad democrática vigente.

En otras palabras, el “Grito” así como la desobediencia social y política anticapitalista, antineoliberal y destituyente expresada por el movimiento popular y ciudadano, fueron derrotados. Ingresando a la “jaula de hierro” de la democracia protegida. Ese encierro político se vio reforzado a partir de marzo de 2020 cuando el país debió protegerse de la pandemia de Covid-19, que azotaba al mundo global. (Gómez Leyton, 2021)

El gobierno de Sebastián Piñera manejó la pandemia con una “estrategia contrainsurgente” y confinó durante largos meses a la ciudadanía en sus casas. Se impuso el orden militar y policiaco.

La acción política central de las y los sujetos rebeldes entre O19 y marzo de 2020 eran las calles, los espacios públicos, especialmente las plazas, como la Plaza Dignidad (Plaza Italia) en este nuevo escenario, quedaron vacías. Ese vacío fue ocupado por los actores políticos supuestamente más detestados por las y los ciudadanos rebeldes de O19, en particular, y las y los ciudadanos, en general: los partidos políticos. Una de las consignas rayadas por doquier en los muros de las ciudades del país era: **“el pueblo avanza sin partidos”**.

La paralización de la protesta popular, producto del A15N19 y del encierro pandémico, dejó al pueblo en manos de los partidos. La conducción del proceso constitucional se radicó en el parlamento. La institucionalización del conflicto dejó al movimiento popular

con un muy bajo nivel acción política, acrecentándose su derrota. Había cambiado la correlación de fuerzas. (Agacino, 2021, pp. 74-76)

Al cambiar la composición social y política de las y los sujetos políticos participantes en O19, es decisiva para explicar el 4S22. La Revuelta fue la acción colectiva de las y los ciudadanos subpolíticos en las calles y en los espacios públicos. El Acuerdo y la pandemia impusieron el escenario electoral en donde se movían de manera cómoda las ciudadanías neoliberales electorales. (Gómez Leyton, 2021, 2019 y 2010)

La Revuelta fue inicialmente una manifestación de protesta abierta y masiva de las y los jóvenes estudiantes secundarios, sujetos sociales que son menores de 18 años, por tanto, no son ciudadanos políticos, no tienen derechos políticos como, por ejemplo, el derecho al sufragio. En los días posteriores, se incorporaron a la rebeldía las ciudadanías adultas y adultas mayores.

El 25 de octubre de 2019, el día de la Gran Marcha por Chile que congregó más de tres millones de personas en las calles de las diferentes ciudades del país, la composición social y etaria fue variada: desde niños hasta adultos mayores (abuelos). Fue una Marcha familiar, festiva y lúdica. Donde el grupo etario predominante fueron las y los jóvenes entre 14 y 35 años. Desde esa fecha y hasta marzo del 2020, las diversas acciones colectivas que se realizaron, con excepción del Paro Nacional de trabajadores del 12 y 13 de noviembre 2019 y el 8 de marzo de 2020, día Internacional de la Mujer, tuvieron como principales protagonistas a las y los jóvenes, la mayoría de ellos sujetos sociales sin derechos políticos y no electores. En razón de ello, demandaron el derecho al sufragio para los mayores de 16 años. Fue rechazada por el poder constituido.

Ahora bien, las y los jóvenes mayores a los 18 años y hasta los 35 años o más, de sectores medios o populares, eran **ciudadanos**

subpolíticos, es decir, activos sujetos políticos que realizan sus actividades políticas en los márgenes de la institucionalidad. Activos militantes de organizaciones políticas y sociales territoriales desde los grupos anarquistas a las disidencias de los partidos de las izquierdas. Abstencionistas estructurales. Por ende, el sujeto social y político rebelde de O19 es el ciudadano político “**no elector**”. (Gómez Leyton, 2017)

Esto explica la radicalidad y la violencia política popular de las primeras jornadas de la Revuelta. Son los que organizan las **acciones de justicia popular** en contra de todos los símbolos del capitalismo neoliberal. Integran activamente la Primera Línea. Sus objetivos políticos iniciales son derrocar, destituir al gobierno de Piñera y poner fin al neoliberalismo. (Equipo de Investigación: 2020)

A pesar de la radicalidad de su acción política y de la espectacularidad de la Primera Línea que, rutinariamente viernes tras viernes desde octubre hasta marzo del 2020, enfrentó a las fuerzas represivas del Estado en Plaza Dignidad, su acción política no paso a otros niveles de lucha y, sobre todo, de organización política y carecieron de dirección y de liderazgos que la proyectaran más allá de la performance escénica de la misma. Como bien señalan Agacino, Goicovic y Gómez (2021) ese pueblo movilizado fue capaz de golpear y agrietar al neoliberalismo, pero al no constituirse en “sujeto político”, es decir, en un actor político estratégico, no tuvieron capacidad para disputar el poder ni desplazar del escenario político a los partidos del orden neoliberal.

En otras palabras, la Revuelta no se transformó en Rebelión ni en Revolución porque careció de los requisitos necesarios para ello. Por cierto, había un sujeto, el pueblo rebelde, pero no tuvo este una o más organizaciones políticas estructuradas con un programa y un proyecto político que trascendiera a las demandas

señaladas; careció de conductores y líderes que organizaran tanto a nivel territorial, regional y nacional las diferentes acciones destinadas a disputar, lo central de toda actividad política revolucionaria: **el poder**.

La Revuelta antineoliberal chilena, como tantas otras que se han registrado en el capitalismo integrado global, fue una expresión política, social y cultural propia de la condición neoliberal. En dónde no se disputa del poder político centrado en el Estado.

Desde que la teoría política de Foucault deconstruyó la teoría política moderna al señalar que el poder se encuentra en todo lugar y no radicado en el Estado, la mayoría de los movimientos políticos insurgentes posmodernos han dejado de luchar por conquistar el poder, el mejor ejemplo es el movimiento zapatista.

Solo los movimientos insurgentes que se han propuesto derrocar al “rey” o darle “jaque mate”, han logrado avanzar en sus proyectos políticos. Los ejemplos más claros son los casos de las revoluciones políticas constitucionales de Ecuador y Bolivia que, para llegar a sus objetivos estratégicos, derrocaron a tres presidentes y disolvieron el poder legislativo. Tumbaron el poder constituido. Pero no fueron revoluciones sociales, no destruyeron la estructura del poder, ello explica sus regresiones. Ninguna de las insurgencias acontecidas en España, Grecia, Colombia, entre otras, lo han logrado. Todas han fracasado. Como fracasó la Revuelta de O19 en Chile. La condición neoliberal de las sociedades tanto en el capitalismo central como periférico se mantiene a pesar de sus recurrentes crisis económicas, políticas y sociales. (Crouch, 2012).

Una condición que explica esas imposibilidades tiene relación que esas insurgencias terminan definiéndose en los estrechos marcos de los procesos electorales. Así ocurrió en España, en Grecia, en Colombia, y, por cierto, en Chile.

EL TRIUNFO ELECTORAL DE LA “CIUDADANÍA NO POLÍTICA”

Si la Revuelta de O19 fue esencialmente protagonizada e impulsada por la ciudadanía subpolítica, a la cual se sumaron las y los ciudadanos políticos descontentos con la forma que opera y funciona el mercado neoliberal, la derrota del proceso constitucional que se derivó de ella fue protagonizada por aquella ciudadanía neoliberal que hemos identificado como “no política” y, por cierto, por todos los sectores neoliberales que desde 1990 hasta la actualidad la han defendido.

La democracia protegida desde la década de 1990 hasta el año 2022 se caracterizó por ser un régimen con bajísimos niveles de participación política electoral. Desde 1997 en adelante se conformó el “**partido de las y los no electores**” que fue constantemente vaciando al sistema político y alejándose de los procesos electorales (Gómez Leyton, 2010 y 2017; Mair, 2013). Su conformación se inició cuando las y los jóvenes al cumplir la edad establecida por la ley para adquirir el derecho político a sufragar y debían inscribirse en los registros electorales, no lo hacían, renunciando de esa forma a la condición de ciudadanos políticos electores.

Entre 1990 y 2012 el número de ciudadanos no electores aumentó significativamente, mientras que el de votantes se estancaba. En el año 2012, como una forma de frenar ese crecimiento, la autoridad política tomó la decisión de modificar la regla electoral y estableció la inscripción automática y el voto voluntario. Es decir, invirtió la regla primaria, en que lo voluntario era la inscripción y lo obligatorio era el voto. Fracaso total.

De 2012 a 2022 la abstención electoral alcanzó niveles altísimos, sobre el 50% del padrón electoral. En otras palabras, los ciudadanos, gracias a la reforma del 2012, se liberaron comple-

tamente de la obligación de ejercer el voto e inmiscuirse en los asuntos públicos de la sociedad neoliberal. Así, la política en la democracia protegida quedó en manos de los partidos conformes con el orden neoliberal y una masa pequeña de electores que difícilmente superaba el 50% del padrón electoral. La política se volvió una política estéril, a decir de Tomás Moulian (2004). Una política vacua, sin proyección y sin futuro. Manejada por dos grandes alianzas partidistas, ambas de orientación neoliberal: la derecha y la CPD. Estos dos sectores se dedicaron a gobernar el mercado más que a la sociedad. (Gómez Leyton, 2010). Pero al mismo tiempo se desarrollaba, la subpolítica, nunca atendida ni conocida por la ciencias sociales.

Hasta el año 2010, la dirección gubernamental de la sociedad neoliberal estuvo en manos de la CPD. Y, desde ese año, se experimenta la alternancia entre la derecha y la centroizquierda; la cual se quiebra con la irrupción, en el año 2021, del gobierno de una supuesta nueva izquierda. Pero, de ninguna manera, esas alternancias se producen por la disolución del “partido de las y los no electores”. Este sector sigue siendo el “partido” mayoritario en el país.

Por consiguiente, la democracia protegida estaba conformada gruesamente por tres grandes grupos de ciudadanos. El primer grupo, constituido por **las y los ciudadanos electores** que votan sistemáticamente por los partidos y candidatos presentes y actuantes en el sistema político o en ocasiones votan en blanco o anulan su voto. Ellos, durante los últimos 32 años, han sostenido la democracia protegida. Agrupados constituían en promedio el 45% del padrón electoral.

El segundo grupo, el “**partido de las y los no electores**”, el universo de abstencionistas, que en promedio eran el 55% del padrón

electoral. Este es un grupo bastante heterogéneo y multifacético y socialmente transversal. Mayoritariamente se localizan en los sectores populares y capas medias, tanto urbanos como rurales, sin muchas diferencias en condición de género y con escolaridad significativamente alta. La abstención no está dominada como suele ser tradicionalmente por sujetos sin escolaridad o con bajos niveles socioeconómicos.

Al interior de este conglomerado hay que distinguir otros grupos de ciudadanos abstencionistas. En primer lugar, están las y los ciudadanos subpolíticos, sobre quienes ya nos hemos referido anteriormente. En segundo lugar, el grupo de ciudadanos no electores, quienes se abstenían de participar de una elección a otra, flexibles políticamente, que podían votar por distintas opciones sin ninguna disciplina partidista o ideológica.

Y, por último, el tercer grupo, conformado por **“las y los ciudadanos no políticos”**, el cual se caracteriza por ser heterogéneo socialmente. A ellos, los encontramos en todos los estratos socioeconómicos, pero con cierta concentración mayor en los nuevos sectores medios y, por cierto, entre los sectores populares acomodados, sectores neoliberalizados. Detestan la política democrática y sus actores, la cual carece de toda importancia, constituye un estorbo y una complicación o simplemente no es útil para cumplir sus objetivos individuales o colectivos familiares, renuncian a ella. Se alejan y levantan un discurso anti-política y antipartidista.

Su espacio de realización es el mercado. Tienen un comportamiento político y social extremadamente individualista, egoísta, consumista y competitivo. Todo conflicto político y social es visto como un obstáculo para su realización profesional o biográfica. Su conexión con la realidad social y política se realiza a través de los medios de comunicación masiva, especialmente, la “caja idiota”, es

decir, la televisión. Lo que se dice en ella es “palabra ex cathedra”. Son profundamente nacionalistas chovinistas. Para estos ciudadanos, la Plaza Italia es un lugar donde se celebran los triunfos de la selección de fútbol, no para expresar las iras, las rabias, como lo hicieron los ciudadanos que protestaron en O19. Son ciudadanos patrimonialistas y credicard, están endeudados. Pero es a través del endeudamiento como construyen su base material de existencia, es decir, de sus bienes materiales o no, tales como tener auto o viajar. El consumo a ellos no los consume, todo lo contrario, los realiza. No buscan de ninguna manera alterar las cosas solo arreglar lo que no funciona bien. Por ejemplo, el mercado.

Son profundamente neoconservadores. Al nuevo estilo de la condición neoliberal. Como dice Slavoj Žižek: “al tiempo que suscriben plenamente la autotransformación constante del capitalismo, lo que quieren es que sea más eficaz...y al mismo tiempo rechaza(n) el (...) progresismo y buscan a toda costa mantener la cohesión de la sociedad” (2014, p. 30). Por lo tanto, mientras la política no amenace su particular estilo de vida, no interfieren en los asuntos públicos. Por ello siempre están atentos a lo que sucede en la política. Ante cualquier amenaza real o imaginaria se organizan y se arman con el objeto de defender sus patrimonios y propiedades. Viven encerrados. Cierran con rejas las calles y pasajes en los barrios. Ante todo, exigen y demandan seguridad. Durante la Revuelta de O19 salieron a la calle con “chalecos amarillos reflectantes” para identificarse, para confrontar a los “vándalos y delincuentes que protestaban”. Expresan un terror atávico hacia los sectores populares y están dispuestos a apoyar las formas autoritarias de gobierno para “vivir en paz y en seguridad”.

Las y los ciudadanos no políticos conforman el “pueblo constitucional” (Sternberger, 1992, pp. 129-135) de la democracia protegi-

da neoliberal chilena. Este pueblo fue convocado a participar en los tres torneos electorales del proceso constitucional establecidos por el Acuerdo de Paz y Nueva Constitución, a saber: (a) el Plebiscito de Entrada, en el cual el pueblo constitucional debía responder si quería cambiar la CP1980/2005 y si lo quería hacer a través de un órgano mixto (compuesto por parlamentarios y ciudadanos) por una Convención Constitucional 100% electa; (b) una elección para seleccionar a los convencionales; (c) un Plebiscito de Salida, destinado a aprobar o rechazar el nuevo texto constitucional.

Por su parte, los legisladores introdujeron un conjunto de nuevas reglas electorales que modificaron la forma como los torneos electorales se venían realizando en la democracia protegida desde el año 2012 en adelante. En primer lugar, incorporaron tres reglas electorales para la elección de convencionales: paridad de género, escaños reservados para los pueblos originarios y la participación de listas independientes con mínimos requisitos de entrada. Y, en segundo lugar, establecieron que el Plebiscito de Salida era con voto obligatorio.

Es interesante observar el comportamiento electoral del “pueblo constitucional” con el objeto de percibir y explicarse qué pasó el 4S22. Tengamos presente que dos de esos torneos electorales se realizaron en el contexto de la pandemia de COVID-19 aun actuando en la sociedad chilena: el Plebiscito de Entrada, el 25 de octubre de 2020 y la elección de convencionales, en mayo de 2021. Ambos bajo las sombras tenues de la Revuelta de O19.

Los resultados son demostrativos del estado de ánimo del pueblo constitucional. En el Plebiscito de Entrada el triunfo de los sectores que estuvieron de acuerdo con cambiar la CP1980/2005 fue abrumador, el 78,31% de los votantes aprobaron la idea. Mientras que un 21,69%, la rechazaron. En cifras absolutas, 5.899.683 y

1.634.506, aprobaron y rechazaron, respectivamente. Sin embargo, 7.281.805 de electores, es decir, el 49,02% del padrón electoral, se abstuvieron de votar.

El análisis de la participación nos permite sostener que muchos sectores sociales que habitualmente sufragaban, especialmente adultos y adultos mayores temerosos del contagio al virus de COVID-19, se abstuvieron de votar; pero esa salida por razones sanitarias fue cubierta por un masivo ingreso de nuevos votantes, especialmente de jóvenes, que hasta ese momento no lo habían hecho. El Servel, calcula en 1.200.000 a los nuevos electores, la mayoría de ellos, ciudadanos subpolíticos. El Plebiscito de Entrada fue una victoria electoral de las y los ciudadanos subpolíticos, activos protagonistas de la Revuelta de O19. Y de todos los sectores políticos y ciudadanos contrarios a la CP1980/2005, especialmente, de las izquierdas.

El ánimo político el 15 y 16 mayo del 2021, para la elección de convencionales, fue totalmente distinto. El movimiento rebelde de O19 -el octubrismo como se le comenzó a denominar- experimentó un repliegue, dada la aceptación de parte del “pueblo” de que la salida a la crisis política abierta en O19, sería una salida institucional y electoral.

La elección de convencionales se realizó de manera conjunta con otras cuatro elecciones: alcaldes, concejales, cores y gobernadores regionales. El número de candidatos fue gigantesco: 1.278 candidatos repartidos en más de 50 listas para 139 cupos, pues había 16 escaños reservados para los pueblos originarios.

Aunque los medios de comunicación presentaron esta elección como el triunfo de los independientes por sobre los partidos políticos, lo cierto es que los partidos participantes de la democracia protegida fueron los que obtuvieron el mayor número de

convencionalistas, Por lo tanto, esta Convención también fue la expresión de los partidos políticos y menos de los independientes.

Los sectores progresistas agrupados en Apruebo Dignidad y en la Lista del Pueblo, sumaron 54 convencionalistas, a los cuales se podían sumar algunos de los independientes de izquierdas e incluso del Partido Socialista de Chile que integraba la Lista del Apruebo. Pero el progresismo por sí mismo no alcanzaba los 2/3 necesarios, 103 convencionalistas, para aprobar las normas centrales de la nueva constitución política. Requería de la participación de otros sectores que tenían una posición más moderada e incluso más conservadora como, por ejemplo, los Independientes No Neutros y otros independientes. De estas cifras nos interesa resaltar que los sectores políticos pro-cambio constitucional constituían el 76.13% de la Convención, un porcentaje muy similar al 78.31% obtenido por el Apruebo en el Plebiscito de Entrada.

Para comprender el resultado del 4S22 debemos considerar la votación registrada en la última elección presidencial, específicamente, en la 2°V y los porcentajes de abstención. En ésta, el Apruebo estuvo representado por la centroizquierda, es decir, por Gabriel Boric; y el Rechazo, por la centroderecha-ultraderecha, por José Antonio Kast. Los resultados reflejan lo siguiente: el Apruebo obtuvo 4.859.103, tuvo un aumento de 237.872 votos. Mientras que el Rechazo obtuvo 7.891.415, o sea, 4.240.753 votos más de los obtenidos por Kast. El Rechazo recibió el 90% de los nuevos electores. Provocando toda una revolución electoral.

Este resultado modificó todo el escenario político que se había establecido desde el Plebiscito de Entrada en octubre de 2020, pasando por la elección de los integrantes a la Convención Constitucional de mayo de 2021 y la elección presidencial de 2021.

Todas las elecciones del período habían sido ganadas por los sectores políticos y sociales que bregaban por el cambio político constitucional. Sin embargo, en todas ellas, la abstención se mantuvo en porcentajes muy altos: un 49.02% en el Plebiscito de Entrada; un 58,45% en la elección de convencionales y un 52,67% en la primera vuelta de la elección presidencial y un 44.35% en la segunda vuelta. En otros términos, el discurso por el cambio solo había motivado a las y los ciudadanos subpolíticos. Hemos calculado que aproximadamente 2.400.000 de subpolíticos se convirtieron en electores. Pero, no a los sectores “no políticos”.

El voto del Rechazo se compuso por la votación de los sectores sociales y políticos que se identifican tanto con la derecha convencional, agrupados en el Chile Vamos, como por la nueva extrema derecha, el Partido Republicano y el Partido de Gente.

Comparando los votos obtenidos por el Apruebo en el Plebiscito de Entrada (5.899.683) y en el de Salida (4.859.103), hay una diferencia de 1.040,580. Ese millón de electores, presumiblemente, provienen de los sectores de la ex Concertación y grupos de las izquierdas no institucionales que estaban “molestos” con el texto Constitucional por diversas razones y votaron Rechazo, o votaron nulo o no fueron a votar, Tengamos presente que un 14.4% se abstuvo, muchos de ellos por razones políticas y, otros, por razones técnicas.

A MODO DE CIERRE

Las cifras fueron categóricas. El 61,89 % rechazó el texto propuesto por la CC. El pueblo constitucional se pronunció de ma-

nera contundente y sin equívocos. La pregunta o las preguntas que surgen son muchas, pero la inmediata podría ser qué razones tuvieron esos cerca de 8 millones de electores para decir: No.

Se dijo No, al texto constitucional escrito y elaborado, por primera vez, por hombres y mujeres comunes, electos por el mismo pueblo; se dijo No, a ese ejercicio democrático, aunque con limitaciones, pero ¿era tan malo el texto propuesto que merecía ser rechazado?

Hasta ahora, las razones políticas, culturales e ideológicas que tuvieron esos 8 millones de ciudadanos para negar el cambio constitucional, permanecen en una relativa oscuridad. Transcurridos más de un año del triunfo del Rechazo, no hay claridad alguna sobre esas razones o motivaciones. Un gran silencio escritural de parte de las ciencias sociales sobre dicho triunfo contrasta con la proliferación masiva de libros, artículos, ensayos y estudios variopintos publicados con ocasión de la Revuelta O19. El impacto del triunfo del Rechazo ha dejado en silencio a todas y todos los analistas que auguraban el inicio de un nuevo Chile.

Son pocos los que se han atrevido a preguntarse qué pasó no solo con la Revuelta de O19 sino, fundamentalmente, porque se perdió el 4S22. Uno de ellos ha sido Eugenio Tironi. Para este autor, la revolución cultural que se expresaba en el nuevo texto constitucional fue rechazada por una ciudadanía profundamente conservadora, “se puede decir, que los resultados del 4-S fueron la venganza del mundo rural, con una población ya mayor y de corte más conservador”, pero también de ciudadanos urbanos neoconservadores que se pronunciaron “contra la hegemonía de la nueva generación ...[que quiso] redefinir... no solo el Estado, sino también la nación, la cultura, el lenguaje” (Tironi, 2023, pp.164- 167).

Una ciudadanía que, asumiendo una actitud patriarcal y machista, rechazó un “feminismo radical que también buscaba reconceptualizar desde las relaciones entre géneros en todos los niveles” (Tironi, 2023, p.165).

Pero también en el voto del Rechazo se expresaron las y los chilenos que transversalmente rechazan a los pueblos originarios, a los indígenas, en otros términos y de manera peyorativa y ofensiva: a los indios. Rechazaron un texto que refundaba a la nación como un país plurinacional, como Bolivia, Perú u otras sociedades plurinacionales de Nuestra América. Racismo y xenofobia son características de la identidad nacional. Por cierto, estos rasgos son elementos constitutivos del nacionalismo chovinista de todas y todos los chilenos.

Más allá de otras interpretaciones posibles sobre por qué ganó el Rechazo, lo concreto es que el proceso de cambio abierto o derivado por la Revuelta O19 ha quedado en manos de los sectores sociales más conservadores del país. Pero, sobre todo, en manos de los partidos políticos conformes con el orden neoliberal. Ello explica que más temprano que tarde tanto los partidos políticos derrotados como los ganadores concurren a un nuevo acuerdo político para proseguir con el proceso constitucional, pero ahora con fronteras y bordes, con expertos y sin la participación directa de las ciudadanías en él. El pueblo constituyente será convocado a elegir 50 consejeros, que integrarán no una Asamblea Constituyente ni una Convención Constitucional sino un Consejo Constitucional cerrado y acotado, integrado por hombres y mujeres “notables y sabios”, que deberán discutir el pre-proyecto constitucional elaborado por las y los “operadores” de los partidos que integran el Comité de Expertos. Vigilados y supervisados por un Comité

Técnico de Admisibilidad. Sin la participación de independientes. El nuevo proceso constitucional será todo lo contrario a lo que fue la cc. Es su antítesis.

La persistente contrarrevolución política antipopular, antidemocrática, antisocialista y pro-neoliberal se anota otro triunfo en Chile.

La Revolución social, a pesar de la potencia de las resistencias, seguirá esperando nuevos tiempos y, sobre todo, nuevos sujetos.

REFERENCIAS

AGACINO, R. (2021). Análisis crítico de la coyuntura y los desafíos del pueblo frente al proceso constituyente. En Gómez Leyton, J.C. *¿Qué pasó con la Revuelta popular de Octubre 2019? De la insurrección al encierro electoral* (pp. 73-104). Escaparate/CIPP-SAL.

AKRAN, H. (2019). *El Estallido. ¿por qué? ¿Hacia dónde?* 2019.

ANSALDI, W. (2007). *La democracia en América Latina. Un barco a la deriva*. FCE.

ANSALDI, W; GIORDANO, V. (2012). *América Latina. La construcción del orden. T. II*. Planeta.

ARBOLEYA, J. (2007). *La revolución del otro mundo: Cuba y Estados Unidos en el horizonte del siglo XXI*. Ocean Sur.

BALBONTÍN, C; SALAS, R. (Comp.) (2020). *Evadir. La filosofía piensa la revuelta de octubre de 2019*. Libros del Amanecer.

BENIGNO, F. (2000). *Espejos de la revolución. Conflicto e identidad política en la Europa moderna*. Crítica

BROWN, W. (2015). *El pueblo sin atributos. La secreta revolución del neoliberalismo*. Malpaso Ediciones.

BUSTOS, J, (2020). *Cambios la significación de la democracia en Chile, 1977.1992*. Escaparate.

CARRILLO, J., ESCÁRZAGA, F. y GÜNTHER, M. (2016). *LOS GOBIERNOS PROGRESISTAS LATINOAMERICANOS: contradicciones, avances y retrocesos*. Ítaca / UAM-Xochimilco

CASALS, M. (2023). *Contrarrevolución, colaboracionismo y protesta*. FCE.

CASTRO-GÓMEZ, S. (2015). *Revoluciones sin Sujeto*. Akal.

CAVALLO, A; Montes, R, (2022). *La historia oculta de la Década Socialista, 2000-2010*. UQBAR Ediciones.

CID, G. (2019). *Pensar la revolución. Historia intelectual de la Independencia chilena*. Ediciones UDP.

CROUCH, C. (2012). *La extraña no-muerte del neoliberalismo*. Capital Intelectual.

DAVIDSON, N. (2013). **Transformar el Mundo: Revoluciones Burguesas y Revolución Social.** Pasado y Presente.

DE CEA, M., DÍAZ, P., Kerneur, G. (Coordinadoras) (2008). **Chile ¿De país modelado a país modelo?** GRESCh/ICSO.

DE LA FUENTE, G. y MLYNARZ, D. (2020). **El pueblo en movimiento.** *Del malestar al estallido.* Catalonia.

ELEY, G. (2003). **Un mundo que ganar: historia de la izquierda en Europa, 1850-2000.** Crítica.

ESTRADA, M. (2007). **La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatistas en las cañadas tojolabales de la selva lacandona, 1930-2005.** El Colegio de México.

EVANS DE LA CUADRA, E. (1967). **Estatuto constitucional del derecho de propiedad en Chile: la Ley 16.615 de 20 de enero de 1967, modificatoria de la Constitución política del Estado, su historia fidedigna, contenido y análisis de la reforma.** Editorial Jurídica de Chile.

EQUIPO DE INVESTIGACIONES (2020). **Rabia dulce de furiosos corazones.** Editorial Tempestades.

FUKUYAMA, F. (1992). **El fin de la historia y el último hombre.** Planeta.

GÁRATE, M. (2012). **La revolución capitalista de Chile (1973-2003).** Ediciones Universidad Alberto Hurtado.

GARCÉS, M (2012). **El despertar de la Sociedad.** LOM Ediciones.

GARCÉS, M. (2017). **La Condición Póstuma.** En Alba Rico, S., Appadurai, A., Bauman, Z. Della Porta, D., Fraser, N. *El Gran Retroceso* (pp. 109-126)Seix Barral.

GARCÍA LINERA, A. (2022, 15 de noviembre). El nuevo ciclo político será de ida y vuelta con triunfos y derrotas cortas para la izquierda y la derecha. **El Mostrador.** <https://www.elmostrador.cl/destacado/2022/11/15/>

GARCÍA LINERA, A. (2019). **¿Qué es una revolución? y otros ensayos reunidos.** CLACSO /Prometeo Libros.

GARRETÓN, M.A. (1985). **Partido y Sociedad en un proyecto socialista.** OPCIONES, 7, 182-190.

GARRETÓN, M.A. (2013). **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado: los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010.** Editorial ARCIS/CLACSO.

GAUDICHAUD, F. (2016). **Chile 1970-1973: Mil días que estremecieron al mundo.** LOM Ediciones.

GAUDICHAUD, F., Modonesi, M. y Webber, J. (2019). **Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI. Ensayos de interpretación histórica.** UNAM.

GOICOVICH, I. (2021). El 18 de Octubre y el ejercicio de la violencia política popular. En Gómez Leyton, J.C. **¿Qué pasó con**

la Revuelta popular de Octubre 2019? De la insurrección al encierro electoral (pp. 49-72). Escaparate/CIPPSAL.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2004). **La frontera de la democracia: el derecho de propiedad en Chile, 1925-1973**. LOM Ediciones.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2006). Democracia versus propiedad privada: Los orígenes políticos-jurídicos de la dictadura militar. En Caetano, G. (Comp.) **Sujetos sociales y Nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. CLACSO.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2008). Política y ciudadanía en una sociedad neoliberal avanzada, Chile 1990-2007. **Cuadernos del CENDES**, 67, 29-83.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2009). La Revolución en la Historia. Reflexiones sobre el cambio político en América Latina". En Rajland, B. y Cotarelo, M.C. (Coord.) **La revolución en el bicentenario**. CLACSO/FISYP.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2010a). **Política, democracia y ciudadanía en una sociedad neoliberal. Chile: 1990-2010**. CLACSO/Editorial ARCIS.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2010b) La contrarrevolución capitalista chilena. La constitución económica de la sociedad neoliberal. **Revista Economía y Desarrollo**, 2, 23-51.

GÓMEZ LEYTON, J. C. (2011). **Procesos Sociales y Políticos en la historia reciente de América Latina y el Caribe, 1980-2010**. Facultad

de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, Posdoctorado en Estudios Latinoamericanos, México.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2017, 26 Julio). **El partido de las y los no electores en la democracia neoliberal, Chile 1990-2016**[ponencia]. 9º Congreso de Ciencia Política, ALACIP, Montevideo, Uruguay.

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2019). Chile, una sociedad neoliberal en rebelión. **Raigal**, 6, 8-15. <https://raigal.unvm.edu.ar/ojs/index.php/raigal/article/view/360>

GÓMEZ LEYTON, J.C. (2020). Rebelión social, violencia y pandemia ¿hacia el fin de la sociedad neoliberal chilena? **Revista Historia en Movimiento**, 5, 138-145.

GÓMEZ LEYTON, J. C. (2021). El proceso constitucional: la derrota política de la rebelión del 18 de Octubre 2019. En Gómez Leyton, J.C. (Ed.) **¿Qué pasó con la revuelta popular de Octubre 2019? De la insurrección al encierro electoral** (pp. 105-140). Escaparate/CIPPSAL.

GUERRERO, C. (2002). **La contrarrevolución de la Independencia en Chile**. LOM.

HOBSBAWM, E. (1994). **Historia del Siglo XX**. Crítica.

HOBSBAWM, E. (2011). **Cómo cambiar el mundo**. Crítica.

HOLLOWAY, J. (1994). En el principio fue el grito. En Holloway, J., **Marxismo, Estado y Capital**(pp. 9-18). Tierra del Fuego Editores.

HOLLOWAY, J. (2011). **Agrietar el Capitalismo**. *El hacer contra el trabajo*. Herramienta Ediciones.

HUNTINGTON, S. P. (1994). **La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX**. Paidós.

Jaksic, I. y Ossa, J. L. (Eds.) (2017). **Historia política de Chile, 1810-2010**. Tomo I, *Prácticas políticas*. FCE.

KNIGHT, A. (2000). Revolución Social. Una perspectiva latinoamericana. En Chust, M. (Ed.) **Revoluciones, revolucionarios en el mundo hispano**. Universitat Jaume.

KRASTEV, I. (2017). Un futuro para las mayorías. En Alba Rico, S., Appadurai, A., Bauman, Z. Della Porta, D., Fraser, N. **El Gran Retroceso**(pp. 151-170). Seix Barral.

LANDAETA L. y HERRERO, V. (2021). **La Revuelta**. Planeta.

LAVAGNA, R. (1999). **Neoconservadurismo versus capitalismo competitivo**. FCE.

LAVAL, C. Y DARDOT, P. (2013). **La nueva razón del mundo: Ensayo sobre la sociedad neoliberal**. Gedisa.

LAVÍN, J. (1988). **La Revolución Silenciosa**. Zig-Zag.

LAZZARATO, M. (2011). **La fábrica del hombre endeudado. Ensayo sobre la condición neoliberal**. Amorrortu Editores.

LE BOT, Y. (1997). **Subcomandante Marcos. El sueño zapatista**. Plaza y Janés.

LECHNER, N. (1986), **De la revolución a la democracia**, Flacso-Chile.

LECHNER, N. (1990). **Los Patios Interiores de la Democracia**. FCE.

LESGART, C. (2003). **Usos de la transición a la democracia: ensayo, ciencia y política en la década del '80**. Homo Sapiens.

MAIR, P. (2013). **Gobernando el Vacío. La banalización de la democracia occidental**. Alianza Editorial.

MANN, M. (1997). **Las fuentes del poder social. Tomo II**. Alianza Universidad.

MARX, C. (1967). **Revolución y Contrarrevolución**. Grijalbo.

MAYOL, A. (2019). **Big-Bang. Estallido social 2019. Modelo derrumbado-Sociedad rota-Política Inútil**. Catalonia.

MOORE, B. (1971). *Los Orígenes Sociales de la Dictadura y la Democracia*. **El Señor y el Campesino en la formación del mundo moderno**. Editorial Península.

MOSÉS, S. (1992). **El Ángel de la Historia**. Frónesis.

MOULIAN, T. (1997). **Chile actual: Anatomía de un mito**. LOM/Universidad ARCIS.

MOULIAN, T. (2004). *De la política letrada a la política analfabeta*. LOM Ediciones

MOYANO, C. (2016). La intelectualidad de izquierda renovada en Chile durante los años 80. Debates y propuestas. *Revista de Historia*, 23 (2), 9-34.

MOYANO, C. (2010). *El MAPU en dictadura*. De saberes y prácticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile. 1973-1989. Editorial Universidad Alberto Hurtado.

NÚÑEZ, R. (Comp.) (1991). *Socialismo: 10 años de Renovación*. 2 Tomos. Ediciones Ornitorrinco.

NÚÑEZ, L., Antebi, A., Cima, R., López, A., Izard, M., Paz, A., Díaz, A. (S/F). *Momentos Insurreccionales. Revueltas, algaradas y procesos revolucionarios*. El Viejo Topo.

O'DONNELL, G. y SCHMITTER, P. (1986). *Transiciones desde un gobierno autoritario. Conclusiones sobre democracias inciertas*. Paidós.

PÁEZ, R. (1998). *La paz posible. Democracia y negociación en Centroamérica, 1979-1990*. IPGH / CCYDEL.

PEÑA, C. y SILVA, P. (Eds.) (2021). *La revuelta de octubre en Chile. Orígenes y consecuencias*. FCE.

ROMÁN, E. (2021). *El Neoliberalismo en Chile. Vol. 1*. Editorial Cuarto Propio.

ROVIRA, G. (2009). *Zapatistas sin Fronteras: Las Redes de Solidaridad con Chiapas y el Altermundismo*. Era.

RUBIO, P. (2022). *Por los Ojos del Águila. La transición democrática chilena vista desde el gobierno de los Estados Unidos, 1981-1994*. Catalonia.

RUIZ-TAGLE, P. (2016). *Cinco repúblicas y una tradición. Constitucionalismo comparado*. LOM Ediciones.

SALAZAR, G. (octubre, 2019). El “reventón social” en Chile. Una mirada histórica. *Nueva sociedad*. <https://www.nuso.org/articulo/protestas-Chile-estudiantes-neoliberalismo/>

SEOANE, J. (2003). *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. CLACSO

SKOCPOL, T. (1984). *Estados y revoluciones sociales: un análisis comparativo de Francia, Rusia y China*. FCE.

SMITH, P. (2009). *La democracia en América Latina*. Marcial Pons. Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A.

SOLIMANO, A. (2012). *Capitalismo a la chilena: y la prosperidad de las élites*. Catalonia

SORMAN, G. (1983). **La Revolución conservadora americana**. Atlántida

STEFANONI, P. (2021). **¿La Rebeldía se volvió de Derecha?** Siglo XXI Editores.

STERNBERGER, D. (1992). **Dominación y acuerdo**. Gedisa.

SUÁREZ, L. (2006). **Madre América. Un siglo de violencia y dolor (1898-1998)**. Editorial Ciencias Sociales.

TENENTI, A. (1999). **De las revueltas a las revoluciones**. Crítica.

TIRONI, E. (2020). **El Desborde**. *Vislumbres y aprendizajes del 18-O*. Planeta.

TIRONI, E. (2023). **La Sociedad Impaciente**. *Chile ante el recambio político y la nueva Constitución*. Ariel.

TRAVERSO, E. (2022). **Revolución**. *Una historia intelectual*. FCE.

TROTSKY, L. (1972). **Historia de la Revolución Rusa**. T. I. Quimantú.

UGALDE, B., SCHWEMBER, F., VERBAL, V. (Eds.) (2020). **El octubre chileno. Reflexiones sobre democracia y libertad**. Democracia y Libertad.

URIBE, M. (2020). **(18-O) psicoanálisis de una Malestar: La dignidad del Sujeto**. Descontexto Editores.

Valenzuela F., J. (2021). **Chile**. *Sueños, derrotas, esperanzas*. INEH.

VEIGA, F., González-Villa, C., Forti, S., Sasso, A., Prokopljevic, J., Moles, R. (2019). **Patriotas Indignados. Sobre la nueva ultraderecha en la posguerra fría**. *Neofascismo, posfascismo y nazbols*. Alianza Editorial.

VITALE, L. (2012). **Las guerras civiles de 1851 y 1859 en Chile**. Escapate.

VOLPI, J. (2004). **La guerra y las palabras: Una historia del alzamiento zapatista de 1994**. Seix Barral.

VUSKOVIC, P. (1976). **Una sola lucha**. Nueva Era.

WINN, P. (2013). **La Revolución chilena**. LOM Ediciones.

ZANATTA, L. (2012). **Historia de América Latina**. *De la Colonia al siglo XXI*. Siglo XXI.

ŽIŽEK, S. (2016). **Problemas en el paraíso**. *Del fin de la historia al fin del capitalismo*. Anagrama.

CAPÍTULO 11- PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO EM ANTOFAGASTA, CHILE: QUANDO A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA TEM EXPRESSÃO ELEITORAL¹

Gonzalo Adrián Rojas² e Shimenny Wanderley³

Este artigo versa sobre a chegada ao Chile, em particular na Câmara de Vereadores de Antofagasta, do parlamentarismo revolucionário com a eleição de Natalia Sánchez do Partido de Trabajadores Revolucionarios (PTR). Esta chegada, em particular a Antofagasta, com o PTR se deu no marco da gigantesca crise política aberta com a rebelião que teve início

[1]. Este artigo é original, algumas ideias foram debatidas de forma oral no evento “Trotsky em permanência”, realizado no Brasil de forma remota no ano de 2022 e no semanário teórico “Ideias de Esquerda”, anteriormente. Shimenny Wanderley fez sua dissertação de mestrado sobre o parlamentarismo revolucionário sobre o PTS-FIT Argentina e algumas discussões desenvolvidas no Grupo Práxis - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina e na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

[2]. Professor Ciência Política, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política UFCG; líder de PRÁXIS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina e colaborador do Semanário teórico Ideias de Esquerda e da Rede Internacionais de Jornais La Izquierda Diario (Esquerda Diário no Brasil).

[3]. Mestra Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande; socióloga pesquisadora do PRÁXIS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina e colaboradora do semanário teórico *Ideias de Esquerda* e da Rede Internacionais de Jornais *La Izquierda Diario* (Esquerda Diário no Brasil).

no final de 2019 contra o governo de direita de Sebastián Piñera, de modo que entendemos que é expressão eleitoral da independência política e das formas de auto-organização impulsionadas por esse partido, independente dos governos, das distintas frações burguesas e do Estado. Isso deve ser analisado de forma independente de seu atual desvio através da coalizão Apruebo Dignidade (AD), que levou à presidência Gabriel Boric em 2022 e ao processo constituinte posterior.

É preciso entender esse fenômeno político, no marco da crise geral do capitalismo desde o ano 2006, o fim da “globalização” e os processos de crise orgânica que se manifestam em diferentes países de forma desigual e combinada, numa época imperialista, de crises, guerras, como na Ucrânia, e revoluções, em termos de Vladimir Ilich Lenin. O fortalecimento de Estados nacionais, os fenômenos políticos à extrema direita e à esquerda, bem como as rebeliões como as do Chile, da Colômbia e da França nos permitem localizar melhor nosso objeto num país como o Chile, que, em seu momento, foi um “modelo” de neoliberalismo bem-sucedido, implantado a sangue e fogo por Pinochet, desde 1975, e pelos governos que o sucederam – Concertação Democrática, direita pinochetista ou Nova Maioria, e agora Apruebo Dignidad, mas em crise.

Num contexto do Chile em rebelião, mas sem revolução, pela ausência de um partido revolucionário nesse complexo cenário, nas eleições do dia 16 de maio de 2021, é eleita vereadora uma médica do Hospital Regional de Antofagasta, Natalia Sánchez, pelo Partido de Trabajadores Revolucionários (PTR) com mais de 1.500 votos próprios e aproximadamente 7.400 de sua chapa.

O PTR é a organização irmã do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) no Brasil e do Partido de los Trabajadores

Socialistas (PTS) da Argentina, fazendo parte da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI).

O parlamentarismo revolucionário é uma tática política que retoma uma tradição política centenária no marco estratégico da esquerda marxista revolucionária. Na América Latina, já havia retornado na última década na Argentina, a partir da experiência do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), integrante do hoje Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidad (FIT-U), mas existiram experiências políticas anteriores. No próprio Chile, em 1932, foram escolhidos Emilio Zapata pelo 2º Distrito Metropolitano (Talagante), pelo Partido Socialista Unificado (PSU); e Manuel Hidalgo Senador por Antofagasta, pelo Partido Radical Socialista (PRS), na mesma comuna que a vereadora Natalia Sanchez (POR2021). Na Bolívia, o bloco operário-camponês da Bolívia, dirigido pelo Partido Operário Revolucionário (POR), liderado por Guillermo Lora, elegeu dez deputados no ano de 1947; e no Peru, os deputados constituintes Hugo Blanco e Enrique Fernandez Chacón, em 1978, foram eleitos pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) do Peru.

Neste capítulo, trabalhamos com a hipótese de que a luta de classes no Chile, em particular em Antofagasta, onde a rebelião teve uma maior participação de setores de jovens operários e mineiros, desenvolveu maiores formas de auto-organização com maior força social, por exemplo, do que na capital do país, Santiago. Isso permitiu que uma força revolucionária nova, jovem e emergente tivesse esse protagonismo e a possibilidade de aplicar a tática de parlamentarismo revolucionário. O parlamentarismo revolucionário, como já mencionado, é uma tática política que retoma uma tradição centenária no marco estratégico da esquerda

marxista revolucionária. Nesse sentido, é a independência política que permite essa tática.

Sob essa perspectiva, este estudo consta de três partes, além desta introdução e de uma breve conclusão. Inicialmente, apresentamos, em termos marxistas, a importância política do Parlamento para a burguesia, articulando sua relação com as classes e com o regime político do Estado. Posteriormente, na segunda parte, definimos o que é o parlamentarismo revolucionário e apresentamos o caso estudado no marco da tradição histórica do marxismo revolucionário, localizando-o nesse contexto. Por fim, na terceira parte, relacionamos essa tradição histórica e medidas políticas, bem como os aspectos da definição teórica, à prática política do PTR e de Natália Sanchez na Câmara de Vereadores de Antofagasta, no Chile, demonstrando a hipótese de que foi a expressão da independência política de um partido com uma estratégia revolucionária, cuja intervenção na luta de classes permitiu ter impacto eleitoral e conquistar essa banca.

A IMPORTÂNCIA DO PARLAMENTO PARA A BURGUESIA

O Parlamento moderno, a Câmara dos Deputados, é uma instituição criada pela burguesia no marco de sua luta contra a ordem cristã-feudal, quando ainda era uma classe revolucionária.

A Revolução Inglesa, que culmina em 1688, vai expressar, em termos políticos, a derrota da monarquia absoluta pelas forças da monarquia parlamentar. John Locke, no *Segundo Tratado sobre o governo civil*, publicado um ano depois, defende a necessidade de o Poder Legislativo estar acima dos demais poderes do Estado, de um ponto de vista liberal, polemizando com outras ideias con-

tratualistas, como as de Thomas Hobbes no *Leviatã*; e de Robert Filmer em *Pathriarca*.

A luta da burguesia revolucionária era impor limites legais à monarquia. A monarquia absoluta deveria estar subordinada às leis do Parlamento, fundamentalmente, pretendia criar uma instituição na qual ela possa decidir em que o governo gasta com a arrecadação de seus impostos. Por isso o tema do orçamento, sua discussão e disputa, é tão relevante até hoje nos parlamentos.

Para o Parlamento, deveria ser eleita uma representação a partir de uma legislação censitária na época, pela qual todo candidato deveria ser proprietário e não ter dívidas. Em oposição à Câmara dos *Lords*, um segmento de composição aristocrática, a Câmara dos Deputados era entendida como a “casa do povo”, a Câmara dos Comuns na Inglaterra.

Esse Senado moderno, uma reformulação institucional tomada do Senado da antiga Roma, local de decisão política dos proprietários de escravos, é uma Câmara para moderar, conservadora. Neste espaço, não são os cidadãos, mesmo na sua versão jurídica, em termos burgueses, aqueles que são representados. Depois da Revolução Francesa, uma pessoa um voto, o Senado é o representante da aristocracia na Inglaterra e nos Estados. É uma instituição sequer formalmente democrática, já que, por exemplo, em países federalistas, cada Estado da União, mesmo tendo uma população menor, goza da mesma quantidade de representantes políticos que os outros, algo explicitamente antidemocrático.

A importância do Parlamento para a burguesia é destacada por Karl Marx, no *XVIII Brumário de Luís Bonaparte*, apresentado como algo a mais que o campo neutro, em que as diferentes frações da burguesia, a grande propriedade territorial, o latifúndio, a indústria e o capital financeiro podem conviver “civilizadamente”,

com igualdade de direitos, cujos interesses podem unificar-se e ser apresentados como os do conjunto da sociedade. O Parlamento permite expressar as diferentes frações burguesas e “lutar” de forma civilizada para que, dessa forma, a fração hegemônica das classes dominantes possa garantir a dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade.

No campo do marxismo, na Guerra Civil na França, na parte em que desenvolve as medidas políticas da Comuna de Paris (1871), Marx diferencia a forma política explícita da Comuna e a do Parlamento. A Comuna é simultaneamente um órgão legislativo e executivo, uma corporação de trabalho, que questiona a separação de poderes liberal e burguesa. Do ponto de vista de uma estratégia revolucionária, o Senado deveria ser abolido e serem substituídas as duas instituições por uma Câmara Única.

Em síntese, Marx desenvolveu a teoria de que todo Estado é produto da divisão em classes da sociedade; se há classes, há Estado, uma forma de organização política. Dito isto, é primordial diferenciarmos aparelho de Estado de suas formas políticas. O aparelho de Estado depende do regime social, mas pode ter uma variedade de formas políticas. Concluimos que, longe de qualquer gradualismo, o parlamentarismo revolucionário entende que as instituições estatais de representação política, Parlamento ou, neste caso, a Câmara de Vereadores, são instituições de classes.

QUE É O PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO? O FIO VERMELHO DA TRADIÇÃO HISTÓRICA

O parlamentarismo revolucionário como tática política indica a participação de partidos políticos revolucionários nas diferentes

instâncias parlamentares no marco de uma estratégia revolucionária. O parlamento é entendido como um espaço que não é o terreno fundamental dos revolucionários, mas onde eles precisam atuar com objetivos precisos, de acordo com uma perspectiva revolucionária, impulsionando a luta de classes extraparlamentar.

As instâncias parlamentares do regime devem ser utilizadas como locais de militância que permitam servir ao desenvolvimento da luta de classes com os revolucionários, atuando como “tribunos do povo”, no sentido leninista. Isso significa exercer o uso tático do mandato parlamentar dentro de uma estratégia revolucionária, submetendo seu mandato à luta extraparlamentar e colocando-se a serviço dos trabalhadores e das lutas em curso no país, mantendo sua independência política dos patrões, dos governos e do Estado. Em termos leninistas, é preciso usar as eleições e a tribuna parlamentar de forma revolucionária.

A atuação no Parlamento é entendida aqui como um dos métodos de luta política no marco de uma estratégia que tenha como objetivo a libertação da classe operária, sem nenhuma ilusão quanto aos limites desse espaço, sem nenhuma confiança nos métodos e instrumentos da democracia burguesa e seu parlamentarismo, sendo entendido como instituição da classe dominante para preservar a propriedade privada dos meios de produção. Os parlamentares em questão almejam o fim do parlamento como regime político de um determinado regime social, neste caso, o capitalista, mas isso não exclui sua participação nesse espaço.

As elaborações definidas, após longos debates, no II Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em 1920, em Moscou, são seguidas pelos parlamentares revolucionários e constam nos seus manifestos, teses e resoluções, na sessão dedicada ao parlamentarismo:

Esta ação parlamentar, que consiste sobretudo em usar a tribuna parlamentar para fins de agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias as massas que, principalmente em países atrasados, consideram a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas, deve estar totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas (III Internacional. Manifestos, Teses e Resoluções do 2º Congresso, 1989, p.113).

Grigori Zinoviev elabora um artigo, “O parlamentarismo e a luta pelos *soviets*”, que faz parte de uma circular do Comitê Executivo da Internacional Comunista, de setembro de 1919, e expressa uma necessidade: o objetivo político de unificar a tática sobre o tema. No marco das polêmicas dos revolucionários contra os reformistas – a estratégia de assédio elaborada por Karl Kautsky –, estes últimos defendiam a necessidade de que o proletariado lutasse para fazer do parlamento a instituição mais forte contra os demais poderes do Estado. Na III Internacional, é diferente, pois todos os grupos concordam em reconhecer a luta pela ditadura do proletariado sob a forma de poder dos *soviets*, mas o esforço de Zinoviev é por diferenciar duas questões com clareza que, para ele, não têm nenhuma ligação lógica: o reconhecimento de princípios diferentes dos *soviets* e o parlamentarismo. O central é diferenciar o Parlamentarismo como uma forma desejável de organização do Estado, da utilização do Parlamento como uma tática que faz parte de uma estratégia, como objetivo de contribuir com a revolução. Tem de ficar claro que a forma política da ditadura do proletariado (o regime político do regime social) devem ser os *soviets*, assim a palavra de ordem para todos os países deve ser: Abaixo o Parlamento! Viva o poder dos *soviets*!

Mas, falado isso, para Zinoviev, é possível utilizar o Parlamento com o objetivo de desenvolver a luta revolucionária de classe. Dessa forma, ele apresenta os exemplos dos bolcheviques que participaram das eleições para Assembleia Constituinte e a dissolveram, 24 horas depois, para realizar o poder dos *soviets* ou dos deputados que estiveram na Duma do czar, o de Karl Liebknecht na Alemanha, votando contra os créditos de guerra; e Zeth Hoeglund na Suécia também, da mesma forma que um bloco de parlamentares revolucionários búlgaros. Importante que seja entendida como uma questão tática a utilização do parlamento em proveito de uma estratégia comunista, enquanto não se tenha força para derrubá-lo, enquanto não existe uma situação revolucionária com condições para uma insurreição. Assim deve-se usar a tribuna parlamentar sabendo que o centro de gravidade está na luta extraparlamentar, que as intervenções no Parlamento correspondem a essas lutas, que façam trabalho legal e ilegal, que estejam dirigidos pelo partido e que não se enredem nas formas parlamentares. Nicolai Bukharin concorda com essa leitura de Zinoviev.

Da mesma forma para Vladimir Ilitch Lenin, é preciso lutar contra as ilusões parlamentares desde o interior do próprio parlamento e, assim, mostrar às massas a verdade dos fatos. Para isso, os comunistas são obrigados a travar luta no seio do próprio Parlamento para o destruir. Os marxistas, na época imperialista, devem sim ocupar todos os mecanismos legais que possibilitem difundir o programa da revolução socialista, com o propósito de educar as massas operárias que ainda depositam sua confiança nas instituições do Estado burguês, e dessa maneira fazer o uso tático do parlamento burguês dentro de uma estratégia maior, a saber, revolucionária.

Uma questão política relevante deve ser tida em consideração: se todas as classes são levadas ao Parlamento para participar da luta parlamentar, mesmo com hegemonia burguesa, é porque os conflitos de classe se refletem no Parlamento.

No seu livro *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, Lenin afirma, polemizando com comunistas alemães e holandeses, que:

A participação num parlamento democrático-burguês, longe de prejudicar o proletariado revolucionário, permite-lhe demonstrar com maior facilidade às massas atrasadas a razão por que semelhantes parlamentos devem ser dissolvidos, facilita o êxito de sua dissolução, facilita a “supressão política” do parlamentarismo burguês (Lenin, 1981, p.63-64).

O revolucionário russo continua desenvolvendo o tema numa parte de outro livro, *Marxismo e revisionismo*:

Todo aquele que não compreender a inelutável dialética interna do parlamentarismo e do democratismo burguês, dialética que conduz a uma solução do conflito ainda mais brutal que anteriormente, fazendo intervir com mais intensidade a violência de massa, jamais saberá conduzir no terreno desde parlamentarismo uma propaganda e uma agitação conformes aos nossos princípios e susceptíveis de preparar de fato as massas operárias para que participem vitoriosamente desses conflitos (Lenin, 1971, p. 63-64).

No marco dessa tradição, só mencionaremos, sem desenvolver para registrar, os parlamentares bolcheviques na segunda Duma; o caso do Parlamentarismo Revolucionário na Alemanha, com Karl Liebknecht contra a guerra interimperialista; e, posteriormente, Otto Rühle, a deputada feminista Clara Zetkin e Franz Mehring;

Zeth Höglund na Suécia, também contra a guerra e defendendo a autodeterminação nacional da Noruega; o bloco dos parlamentares revolucionários da Bulgária; o próprio Antonio Gramsci na Itália, que fazia parte de uma dezena de parlamentares do Partido Comunista Italiano, todos presos pelo fascismo; e os casos que mencionamos do Chile, em 1932, com a eleição de Emilio Zapata como parlamentar, e de Manuel Hidalgo como senador por Antofagasta; da Bolívia, com Guillermo Lora e o POR em 1947; Hugo Blanco e Enrique Fernandez Chacón, deputados operários da Constituinte peruana de 1978; e o PTS-FIT-U da Argentina, com vários deputados e vereadores no âmbito nacional, estadual e municipal. Mesmo de correntes diferentes, todas essas experiências se encontram no campo político do trotskismo, o mesmo que o PTR.

PARLAMENTARISMO REVOLUCIONÁRIO NO CHILE DA REBELIÃO

Nesta parte do capítulo, relacionamos a prática política da vereadora Natalia Sánchez, do Partido de Trabajadores Revolucionário (PTR) em Antofagasta, com o que se espera de um parlamentar revolucionário a partir de uma perspectiva marxista revolucionária. No contexto da rebelião, mas sem revolução, pela ausência de um partido revolucionário, como mencionamos na introdução, no dia 16 de maio de 2021, Natalia Sánchez, médica do Hospital Regional de Antofagasta, é eleita vereadora, obtendo mais de 1.500 votos próprios e uns 7.400 de sua chapa.

A região de Antofagasta tem como principal riqueza o cobre e agora o lítio, o que exige impulsionar a luta contra as multinacionais que exploram e se apropriam, enquanto o Estado chileno as protege.

O perfil político da vereadora pela Comuna de Antofagasta aparece desde o momento da assunção de seu mandato:

Pela memória dos que morreram pela repressão estatal durante a rebelião de outubro; para julgamento e punição de violadores de direitos humanos; pela liberdade dos presos políticos da revolta e do povo Mapuche; pela luta dos trabalhadores, mulheres e jovens, eu prometo.

Um claro perfil de autonomia política, contrária aos interesses das classes dominantes e do Estado, assim como o conjunto das forças repressivas.

Utilizamos as *Resoluções do 2º Congresso da III Internacional*, realizado em Moscou em julho de 1920, para caracterizar a ação política do PTR e da vereadora Natalia Sánchez, das quais recuperamos especificamente a terceira parte, dedicada à tática revolucionária no Parlamento. Essas resoluções apresentam um conjunto de medidas políticas sobre como deve ser a atuação dos parlamentares revolucionários, sendo a parte que trata especificamente da aplicabilidade dessa tática na prática.

Desde eleita, usa a tática parlamentar revolucionária, apresentando-se como uma tribuna do povo, em termos leninistas. Nesse sentido, faz parte da tradição da III Internacional, que apresenta com clareza que os parlamentares devem estar permanentemente vinculados à luta de classe e simultaneamente desenvolver uma denúncia como tribunos do povo, denunciando todas as misérias e os distintos sofrimentos das massas, e que isso possa chegar ao Parlamento como parte da luta extraparlamentar. Como diferença de outros partidos da esquerda chilena, como a Frente Ampla ou o Partido Comunista, o objetivo não é ter mais deputa-

das ou deputados, adaptando-se à institucionalidade burguesa e colocando isso como um fim em si mesmo, o que leva a fazer acordos oportunistas em diferentes momentos. Nesse sentido, é importante destacar que a tática parlamentar revolucionária entende cada avanço no parlamento como parte de desenvolvimento do partido revolucionário.

A preocupação da vereadora desde que assumiu foi, já no início, usar a tribuna parlamentar, esse espaço político conquistado na superestrutura, no Poder Legislativo da Câmara de Vereadores, para lutar e organizar as lutas e as demandas da classe trabalhadora, das mulheres, da juventude, do povo mapuche e do povo pobre.

Precisamente em termos extraparlamentares, antes de ser eleita, fez parte de um organismo de auto-organização durante a rebelião do Comitê de Emergência e Resguardo de Antofagasta, como médica nas Brigadas de Auxílio, além de ser feminista convicta e defensora dos direitos das mulheres, como o aborto livre, seguro e gratuito, assim como da diversidade sexual e dos direitos humanos junto aos familiares dos presos políticos da revolta.

A existência e a dinâmica desse Comitê como organismo de auto-organização durante a rebelião e a participação do PTR e de Natalia Sánchez são elementos específicos que fizeram parte da correlação de forças que permitiu o seu ingresso como vereadora.

O Comitê de Emergência e Resguardo de Antofagasta, pela sua própria característica de comitê de ação, em termos dos escritos de Trotsky sobre a França, articulando sindicatos, juntas vicinais, fábricas, trabalhadores subcontratados e setores precários, familiares de presos, mulheres com o povo mapuche, tinha o claro objetivo de construir a hegemonia operária num território.

Como vereadora, convocou para mobilizações extraparlamentares, como foi, por exemplo, na luta das *Madres de la Plaza Colón*

com trabalhadores da saúde pela liberdade dos presos políticos da revolta. Esta é uma característica dos parlamentares revolucionários. Desde o primeiro momento, colocou sua banca de legisladora a serviço das lutas em curso no país; e nas lutas, colocou-se sempre à frente, entendendo que é preciso usar os cargos políticos para isso, tal como expressou em várias oportunidades, seguindo a tradição da Internacional Comunista antes de sua stalinização.

Em relação aos funcionários públicos da Municipalidade de Antofagasta, a comuna onde foi eleita, apoiou a luta dos trabalhadores contra a precarização, as demissões e o passo a planta permanente dos trabalhadores.

Numa reunião extraordinária do Conselho Municipal, na Assembleia Legislativa de Antofagasta, contra as demissões na Prefeitura, a vereadora denunciou os diretores do município, os quais enquanto demitiam ganhavam 12 vezes mais que o salário-mínimo, assim como o prefeito, que recebia 19 vezes mais. Continuou denunciando que, enquanto se demitia, existiam 168 cargos públicos vagos, exigindo também o passe a planta permanente dos trabalhadores subcontratados.

Frente a essa situação, Natalia Sánchez exigiu que os salários deixassem de ser de privilégio para os membros do Executivo, para que estes recebessem igualmente a uma professora, seguindo a tradição marxista revolucionária da Comuna de Paris de 1871, que deliberou que todo funcionário público ganhe o mesmo que um operário qualificado. A ideia é que fazer política não signifique fazer parte de uma casta de privilegiados. Sua proposta foi nessa linha, justamente para que todo funcionário público ganhasse o mesmo que um trabalhador qualificado ou uma professora com alguns anos de atividade, o que gerou incômodo. Sua linguagem é direta e compreensível, e usa a tribuna parlamentar para desmas-

carar a burguesia e seus lacaios, ao passo que critica o capitalismo e o desafia em todas suas atitudes.

Outra característica de seu parlamentarismo revolucionário é o internacionalismo. À diferença dos políticos personalistas, seguindo a tradição parlamentar revolucionária, é eleita vereadora, mas subordinada ao Partido. Em outras palavras, é o partido que dirige a política, a figura pública não dirige o partido. Em síntese, estamos destacando a chegada da tática política do parlamentarismo revolucionário ao Chile, neste caso, da vereadora do Partido de Trabajadores Revolucionarios (PTR) na Comuna de Antofagasta, dando continuidade no país andino a uma tradição centenária no marco do marxismo revolucionário.

Os projetos apresentados têm de ajudar para que os trabalhadores se politizem, alguns, mesmos não sendo aprovados, têm importância política, como o que cada funcionário ou político receba o mesmo salário que uma professora, tem como impacto político uma forte denúncia por esquerda a casta política e o carreirismo político.

Mas a vereadora entende que o principal é a mobilização extrainstitucional, para que possam ser debatidas questões democráticas mínimas e básicas, sabendo que o regime tem seus próprios mecanismos institucionais para limitar qualquer mudança mais séria, por mínima que seja, sendo central a mobilização. Mais importante que ter um projeto aprovado no Parlamento, entendendo os limites desse espaço, é o debate político que gera, a oportunidade de avançar na elevação da consciência de classe trabalhadora, visando à construção das condições subjetivas para a revolução social. Os projetos têm a função de um exercício articular as forças parlamentares e extraparlamentares.

Natalia Sánchez e o PTR defendem “medidas transicionais”, tendo como referência o Programa de Transição (1938) elabora-

do por Trotsky. Este programa consiste em um método para ação revolucionária, na qual os revolucionários devem ter como objetivo encontrar uma “ponte” entre os processos de lutas cotidianas da classe trabalhadora, suas reivindicações atuais com suas demandas mais facilmente sentidas, o nível de consciência atual e o programa da revolução socialista, como uma forma de construir as condições subjetivas para a revolução (elevar a consciência de classe, construir o partido revolucionário), haja vista que as condições objetivas (econômicas) já estavam dadas, e muito mais agora a partir da crise capitalista de 2008.

Esses elementos programáticos se contrapõem aos programas da velha social-democracia, os quais se dividiam em duas partes distintas, sem nenhuma mediação: de um lado, o programa mínimo, que se limitava a lutar por pequenas reformas no marco do capitalismo; e de outro lado, o programa máximo, que pregava a substituição do capitalismo pelo socialismo, mas solto de qualquer método de ação verdadeiramente revolucionário. Essa separação entre programa mínimo e programa máximo também era realizada pelo stalinismo. Trotsky, pelo contrário, elaborou um sistema de reivindicações transitórias, no qual se deve partir das reivindicações atuais do proletariado com o objetivo político de conduzi-los ao programa revolucionário socialista, com uma estratégia bem definida em bases teóricas profundas do marxismo.

Para uma melhor compreensão, podemos exemplificar, à luz do trotskismo, da seguinte forma: estamos frente a uma forte crise econômica, com altas taxas de desemprego, neste caso, a reivindicação imediata é por mais empregos e pela garantia dos postos de trabalho contra as demissões. Para “resolver” esse problema,

a proposta transicional é a redução da jornada de trabalho para 6 horas por dia, 5 dias por semana, sem redução do salário, para que todos tenham trabalho, o que gera debates e se choca contra os interesses dos capitalistas. Os políticos tradicionais sempre argumentam que é algo utópico, no entanto, com a prerrogativa de gerar empregos, subsidiam empresas e reduzem os impostos empresariais, mas, na verdade, não geram os empregos necessários, só beneficiam as empresas.

Aqui apresentamos, para ter uma dimensão, um conjunto de sete medidas/propostas transicionais para exemplificar, que são trabalhadas pelos parlamentares revolucionários dentro do parlamento e fora dele na luta extrainstitucional.

1- O financiamento público das campanhas eleitorais

Quando se apresenta que toda campanha eleitoral deve ser financiada com recursos públicos e dos próprios trabalhadores, isso significa que não se deveria aceitar, mesmo que não seja ilegal, financiamento algum de empresas ou qualquer tipo de capital privado, acabando assim com os privilégios de algumas organizações partidárias.

As campanhas devem estar baseadas na força militante e no apoio dos trabalhadores, da juventude e das mulheres. O PTR rejeita todo dinheiro que vem dos empresários. O objetivo é que os trabalhadores tomem, nas suas mãos, a campanha eleitoral e as ideias, mas que também a financiem. O financiamento de um partido revolucionário numa campanha eleitoral tem relação com uma das tantas frentes no qual este se apresenta na luta de classes.

2- Que todo político receba o mesmo que uma professora

Como já mencionamos, todo político deve receber o mesmo salário que uma professora, sendo esta uma proposta inspirada na Comuna de Paris de 1871, quando se decidiu que cada político ganhe o mesmo que um trabalhador qualificado. Isso é o que recebe Natalia Sánchez do salário como vereadora, e o restante vai para um fundo de luta e greves. Isso tem que se fazer extensivo para acabar com os privilégios de integrantes dos poderes executivo e judicial, não só do legislativo.

3- Fim dos gastos reservados e privilégios da casta política

Para acabar com os privilégios da casta política, a posição política geral dos parlamentares revolucionários é a de ser contra os gastos reservados e todos os privilégios, assim como partidários da abolição do antidemocrático Senado. Isto também foi realizado na Comuna de Paris, como apresenta Karl Marx em *A guerra civil na França*.

Por isso, a proposta é que todo legislador, funcionário estatal ou juiz ganhe o mesmo salário que um operário qualificado, como foi durante a Comuna de Paris, neste caso, uma professora. Em sintonia com essa proposta, os operários parisienses decretaram a revogabilidade e a elegibilidade dos cargos de juizes, a revogabilidade de todos os mandatos pelos próprios eleitores, assim como a abolição do Senado e da própria instituição presidencial.

Dessa forma, existiria uma Câmara única, com membros escolhidos pelo conjunto do país, como distrito único, para evitar assim qualquer distorção da vontade popular. Desse modo, a função de representação política ficaria sob a vigilância atenta dos trabalhadores e do povo pobre, que decidiriam democraticamente

a continuidade ou a interrupção de suas funções de acordo com o cumprimento ou não do esperável do seu mandato.

4- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários

Como exemplificamos antes em relação à carestia de vida, Trotsky propôs a escala móvel de salários, que significa que os contratos empregatícios assegurem o aumento automático dos salários de acordo com o aumento dos preços dos artigos de consumo. E contra o desemprego, seja estrutural ou conjuntural, propôs a escala móvel de horas de trabalho, na qual o trabalho disponível deve ser repartido entre todos os operários, mantendo a média do mesmo salário (Trotsky, 2008, p. 21-22).

Imbuídos nas lições de Trotsky, diante da crise capitalista e do alto índice de desemprego gerado por ela, entendendo que os trabalhadores não devem pagar a crise, o PTR levantou como consignação transicional: trabalhar 6 horas por dia, 5 dias por semana, sem redução de salário. Ou seja, propôs a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, para que assim todos tenham emprego, repartindo o trabalho existente entre os trabalhadores.

5- Estatização de toda empresa que fecha e seu controle pelos trabalhadores

O PTR e Natalia Sánchez defendem a estatização das fábricas e o controle operário destas, principalmente para aquelas que fecham e demitem todos os seus trabalhadores, ou seja, são colocadas sob a gestão dos trabalhadores e da comunidade, proibindo por lei as demissões e distribuindo as horas de trabalho entre todos os trabalhadores. E para pôr fim aos exorbitantes lucros dos

grandes empresários em cima das empresas de serviços públicos e baratear seus serviços para a população, defende a nacionalização das empresas de serviços públicos, estratégicas, que foram privatizadas, como as empresas que controlam os recursos de hidrocarbonetos, todo o sistema de energia, de transporte, etc.

A vereadora vai além, afirmando que essas empresas devem ser geridas pelos seus trabalhadores, com o controle popular, que se daria da seguinte forma: por meio de votação direta, os trabalhadores conformam os órgãos de direção e administração, sendo central a participação de comitês de usuários populares. A perspectiva é que todos os trabalhadores tenham baixas taxas, a fim de reduzir os custos de energia, com base no desenvolvimento produtivo.

A nacionalização de empresas faz parte de um plano maior de luta pelas demandas populares, entendidas como transicionais, e isto se reflete nas necessidades de luta do proletariado na época imperialista. Entendemos, neste caso, que a única forma de garantir a diminuição dos preços, em relação sobretudo às empresas estratégicas, como de combustíveis e energia, é acabando com o lucro dessas empresas e colocando-as sob a gestão dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos usuários.

Dessa forma, a vereadora Natalia Sanchez seguiu o Programa de Transição, já mencionado, na tentativa de vincular o Partido Revolucionário às demandas mais imediatas e diretas dos trabalhadores.

6- Abertura dos livros das empresas

Como parte de um plano de emergência mais geral, que se apresenta como uma saída de fundo para a crise, como já mencionamos nos tópicos anteriores, como a expropriação das fábricas

que ameacem fechar e demitir em massa; a nacionalização das empresas de serviços públicos como forma de barrar os preços exorbitantes de serviços públicos essenciais, ambas sob controle operário; a escala móvel de salário e horas de trabalho, reduzindo a jornada, sem reduzir o salário, propõe-se abrir os livros de contabilidade das empresas que ameacem fechar e, com isso, demitir todos os seus trabalhadores, como uma forma de garantir os postos de trabalho. Muitas dessas empresas, de forma fraudulenta, declaram falência para não arcar com certos custos, responsabilidades e suas consequências.

Pelo que analisamos, existe uma relação coerente entre a atuação de Natalia Sánchez como vereadora parlamentar revolucionária e as formulações realizadas pela Internacional Comunista, no seu período revolucionário, sobre a ação política dos parlamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No marco da rebelião chilena, a retomada da tática do parlamentarismo revolucionário ao Chile, o PTR e Natália Sanchez tomam novos impulsos numa situação de rebelião que se tenta institucionalizar com o governo, neorreformista de Gabriel Boric.

Fortalece-se, na América Latina, a tradição política retomada pelos parlamentares revolucionários do Partido de Trabajadores Socialista da Argentina, da Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidad (FIT-U), que faz parte da Fração Trotskista – Quarta Internacional com o PTR e o MRT.

É central dar seguimento à conjuntura política chilena que expressa, com sua rebelião, um indicador do regresso da luta de classes ao centro da cena política na América Latina, como vimos depois na Colômbia. Isso independentemente dos desvios institu-

cionais atuais, com o governo Boric, e de uma Constituinte, desde o Estado, que não é nem livre, nem soberana.

Dessa forma, entendemos como o PTR confere continuidade política desde o marxismo revolucionário até a conformação do Comitê de Emergência e Resguardo de Antofagasta como organismo de auto-organização, que deu continuidade política com a excelente eleição para governador de Lester Calderon, a qual permitiu a eleição da legisladora Natalia Sánchez, uma tribuna do povo que subordina a tática parlamentar revolucionária do PTR à luta extraparlamentar, no marco de uma estratégia revolucionária, como mostrado desde o início de seu mandato na prática, com independência política.

REFERÊNCIAS

ALBAMONTE, E.; MAIELLO, M. **Estrategia socialista e arte militar**. São Paulo: Edições ISKRA, 2019.

BLANCO, H. **Terra ou Morte**. São Paulo: Editora Versus, 1979.

BROUÉ, P. **História da Internacional Comunista (1919-1943): a ascensão e a queda**. São Paulo: Sundermann, 2007.

GRAMSCI, A. Os comunistas e as eleições. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 52-56.

GRAMSCI, A. Origens e finalidades da lei de associações secretas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 297-311.

LENIN, V. I. **Marxismo e revisionismo**. Porto: Portucalence, 1971.

LENIN, V. I. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. São Paulo: Global Editora, 1981.

LENIN, V. I. *et al.* **Marxistas en la Primera Guerra Mundial**. Buenos Aires: Instituto del Pensamiento Socialista, 2014.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIEBKNECHT, K. **Militarism and antimilitarism**. [s.l.], 197

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Fontes.

MAIELLO, M. **De la movilización a la revolución**. Debates sobre la perspectiva socialista en el siglo XXI. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2022.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO. **Los revolucionarios en los parlamentos burgueses.** Buenos Aires: Ediciones Proletarias Juan Yañez, 2021.

TROTSKY, L. **As Lições de Outubro;** São Paulo: Global editora, 1979.

TROTSKY, L. **A onde vai França?** São Paulo: Editora Sundermann, 2023.

WANDERLEY, S. L. A. **O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional:** uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas na Argentina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10084> Acesso em: 20 jul. 2023

ZINOVIEV, G. *et al.* **A questão parlamentar e a Internacional Comunista.** Lisboa: Antidoto, [s.d.].

FORMATO	15X21 CM
TIPOLOGIA	ALEGREYA / <i>TIMES NEW ROMAN</i>
Nº DE PÁG.	326

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCG

